

excellence

REVISTA CIENTÍFICA

www.excellenceeduc.com

REVISTA CIENTÍFICA EXCELLENCE | V. 20. N. 01. MAIO. 2023

EDUCAÇÃO E RACISMO:

desigualdade racial,
políticas brasileiras e
o papel da escola no
direito à vida.



ISSN 2595-8704



EXPEDIENTE

CONSELHO EDITORIAL

Editor Chefe

Profº. Pós-Doutor Cristiano de Assis Silva

Vice Editor

Profª. Drª. Dirlan de Oliveira Machado Bravo

Presidente

Weberth Martins Dos Santos

Coordenador de Extensão

Profª. Doutoranda Ângela Maria dos Santos Florentino

Secretária de Assuntos Educacionais

Profª. Mestranda Kristielly Pereira de A. Ribeiro da Silva

Jornalista Responsável

Cleilton Bastos Ferreira

Projeto Gráfico e Diagramação

InovaES Editora

JUNTA EDITORIAL

Artur Quixona Finda

Ex-Presidente do PAPOD (Partido Popular Angolano para o Desenvolvimento)

Claudia Simões Cardoso

Ex-Secretária Municipal de Assistência Social -Anchieta – E. S.

Claudia Batista Ferreira

Secretária Municipal de Saúde de Muqui – E. S.

Dilzerly Miranda Machado Tinoco

Ex-Secretária Municipal de Educação de Pres. Kennedy – E. S.

Karla dos Santos Leal

Membro do Conselho de Direito da Criança e Adolescente de Itapemirim – E. S.

Fátima Agrizzi Ceccon

Secretária Municipal de Educação de Presidente Kennedy – E. S.

Salatiel Elias de Oliveira

Ex-Secretário Municipal de Educação de Apiacá – E. S.

Tânia Mara Fontana Correa

Vereadora do Município de Presidente Kennedy E. S.

Gilsete Lopes

Investigador de Polícia Especial; Chefe da Seção de Investigação do 7º Distrito Policial.

Rusley Hilário Medeiros Miorim

Coordenador de Ensino e Formação da Guarda Municipal de Vila Velha, E. S.

Hilário Jebeson Viana da Costa

Membro da Academia de Letras e Culturas da Amazônia – ALCAMA.

Sandreane Wélia Silva Paulino

Membro da Academia Cajueirense de Letras

Regilane Ribeiro Sansão

Avaliadora do MEC

COMITÊ DE POLÍTICA EDITORIAL

- Pós-Drª Carmem Lisiane Escouto de Souza
- Pós-Dr. Carlos Luis Pereira
- Pós-Drª Maria Fabris Colodete
- Pós-Doutorando Cristiano de Assis Silva
- Pós-Doutorando Salatiel Elias de Oliveira
- Pós-Doutorando Artur Quixona Finda
- Pós-Doutoranda Regilane Ribeiro Sansão
- Drª. Alexandra dos Santos Oliveira
- Drª. Maria Tereza Coimbra de Carvalho
- Dr. Rinaldo Pevidor Pereira
- Drª. Betijane Soares de Barros
- Drª. Andrea Marques Vanderlei Ferreira
- Drª. Dirlan de Oliveira Machado Bravo
- Dr. Rafael Vital dos Santos
- Dr. Francisco José Lopes Cajado
- Dr. Eduardo Cabral Silva
- Drª. Patrícia Casagrande Dias de Almeida
- Drª. Franciane Figueiredo da Silva
- Dr. Michell Pedruzzi Mendes de Araújo
- Drª. Izaionara Cosmea Jadjesky
- Doutoranda Ângela Maria dos Santos Florentino
- Doutoranda Mariana Nascimento
- Doutoranda Cristiana Ana Lima
- Doutoranda Claudia Regina Stelzer Moraes
- Doutoranda Zilanda Pereira de Souza
- Doutoranda Thalyta Botelho Monteiro
- Doutoranda Melina Barbosa Peixoto
- Mestra Débora Buriel Rocha Ribeiro
- Mestra Nilza Claudina Dionísio
- Mestra Noslaine da Conceição Sant'Anna Celestino
- Mestre Bruno de Freitas Santos
- Mestre Rusley Hilário Medeiros Miorim
- Mestranda Sandreane Wélia Silva Paulino
- Mestranda Cristiane de Assis Ribeiro da Silva
- Mestranda Gislaíne Pereira Souza
- Mestranda Kristielly Pereira de Assis Ribeiro da Silva
- Mestrando Hilário Jebeson Viana da Costa
- Mestranda Margareth Lima Marques de Aguiar
- Especialista Wladimir de Assis Ribeiro da Silva
- Especialista Gilsete Lopes

EDITORA EXCELLENCE

CNPJ: 31.655.465 / 0001-04

IM: 434750

ISSN: 2595-8704

E-mail: publicacao@editoraexcellence.com

CORRESPONDÊNCIA:

Rodovia do Sol. Nº100, Km 28.
Ed. Praia do Sol. Bairro Recanto da Sereia.
Guarapari. E. S.

CEP: 29.227-100

APRESENTAÇÃO

A **Revista Científica Excellence** é um periódico multidisciplinar bimestral, concebido pela **Excellence Group** e **Inova Editora**, destinado à divulgação de produção científica e acadêmica referentes às Ciências da Educação, Direito, Administração, Tecnologia, Saúde e outros.

Seu **objetivo** é disseminar as comunicações técnicas e difundir as experiências resultantes dos diálogos entre pesquisadores, profissionais, estudantes de graduação e pós-graduação que atuam em diferentes áreas do conhecimento e regiões do Brasil e países de língua portuguesa. Além de referendar instituições, que **primam por difundir conhecimentos produzidos com maestria de seus inúmeros**

discentes e docentes.

A Revista Científica Excellence possui uma plataforma que reúne vários periódicos eletrônicos, e divulga artigos acadêmico-científicos. De acesso gratuito, este veículo está disponível a todos os leitores interessados em acompanhar as práticas de pesquisa desenvolvidas em diversas áreas, em suas diferentes linhas. A multidisciplinaridade que orienta a elaboração do periódico tem como propósito salientar os pontos de contato existentes entre os campos de investigação.

A escolha do meio eletrônico para a publicação se fundamenta na democratização da era digital. Além do acesso pleno dos leitores aos conteúdos publicados,

proporciona aos pesquisadores uma oportunidade a mais para a divulgação de seus trabalhos.

Os artigos encaminhados serão submetidos à avaliação da assessoria científica que decidirá sobre a conveniência da publicação, orientando aos autores sugestões e possíveis correções.

Este projeto visa promover o caráter científico, com enfoque no sujeito, sua formação, políticas públicas, saúde, educação, tecnologia, história, políticas, formação de professores e etc.

Torne sua **pesquisa reconhecida** e se conecte com **autores do Brasil e do mundo.**



**PUBLICAÇÕES INTERDISCIPLINARES DE PESQUISADORES DE
PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA:**



**REVISTA CIENTÍFICA EXCELLENCE
EDITORA EXCELLENCE**

V. 20. N. 01. MAIO. 2023 | Espírito Santo, Brasil.

Versão On-line.

Resumo em português e inglês.

ISSN(eletrônico): 2595-8704

1. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Educação.
2. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Saúde Pública.
3. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Gestão Empresarial.
4. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Direito.

CDU 371

**DIREITOS DE PERMISSÃO
E UTILIZAÇÃO**

As opiniões emitidas nos textos publicados na
Revista Científica Excellence
são de total responsabilidade de seus respectivos autores.
Todos os direitos de reprodução,
tradução e adaptações estão
reservados com identificação
da fonte.

OS ARTIGOS ESTÃO DISPONÍVEIS EM:

<<http://www.excellenceeduc.com/revista-cientifica-excellence-edicao-Atual/>>

ISSN 2595-8704



9 772595 870009 02



PREFÁCIO

O racismo na escola é um tema que vem aprimorando sua discussão e merece análise melhor, pois, propiciar aos alunos e educadores a formação de valores e abordagem de temas necessários às suas vidas em sociedade, colocando nesse palco suas construções e reconstruções, independente da sua cultura, crença e religião, despertando reflexões dos impactos do racismo e ampliando importante diálogo.

O racismo produz inúmeras desigualdades e violações de direitos na sociedade brasileira. Os altos índices de violência contra as pessoas negras são a face mais bruta dessa situação. **A escola também tem o papel de transformar essa realidade, atuando no enfrentamento,** criando amplo debate com seus alunos e comunidade, denunciar e contribuir com alternativas para a efetiva garantia dos direitos humanos a toda população negra.

As ciências colaboram com o desnudamento dessa realidade e de outras que nos circulam, e tem como objetivo estudar as culturas humanas, suas histórias, modo de vida, comportamentos individuais, sociais, contextualizando hábitos, lutas, novos olhares de valores inerentes.

Esse editorial, pretende discutir, promover e

possibilitar o desenvolvimento da ciência e publicar pesquisas primárias ou secundárias com enfoque sujeito, formação e aprendizagem, políticas públicas de educação, história e política, formação de professores, currículo e práticas pedagógicas.

Neste número, verifica-se a presença de artigos sobre temas relacionados à educação, direito, saúde e sociedade.

Espera-se que a confiança depositada nesta revista, como um dos meios para a socialização desses resultados de pesquisa, se renove, propiciando uma maior visibilidade à produção acadêmica local, concorrendo para que ela se torne efetivamente pública, mesmo em nível de iniciação científica. Afinal, entendemos que é aí, nesse processo de iniciação, que os princípios éticos de responsabilidade para com o público começam a fazer um pouco mais de sentido, articulando-se a outras práticas formativas e alicerçando as bases para a vida do profissional e do futuro pesquisador.

Boa leitura!

Pós-Doutor
Cristiano de Assis Silva
Editor-Chefe



SUMÁRIO

PREFÁCIO	05
O RACISMO E A QUESTÃO DA DEMOCRACIA RACIAL NA POLÍTICA BRASILEIRA <i>José Francisco da Silva Junior</i>	09-13
A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E O PLANEJAMENTO COMO ALIADOS NA EDUCAÇÃO <i>Jocelita Alves de Souza</i>	14-20
O CONSUMO DE ENERGIA E O MEIO AMBIENTE <i>Erivaldo de Jesus Coutinho</i>	21-24
LITERATURA DE CORDEL: UMA ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA NOS ANOS INICIAIS NO MUNICÍPIO DE ITAPAJÉ-CEARÁ <i>Pedro Oliveira de Sousa & Sidiney Lima Carneiro Almeida & Francisco José Lopes Cajado</i>	25-31
QUAL A PERCEPÇÃO E AÇÃO DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS ACERCA DA LEITURA NA ESCOLA, AS IMPLICAÇÕES DESSA PERCEPÇÃO E AÇÃO NA FORMAÇÃO DO ALUNO LEITOR: UMA REVISÃO <i>Zaira Augusta Lustosa Vieira Virginio</i>	32-36
INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: METODOLOGIAS ATIVAS EM AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM DO SÉCULO XXI <i>Custódio Cazenga Francisco</i>	37-46
PARADA DE MANUTENÇÃO DO SETOR DE EXTRAÇÃO DE CALDO POR DIFUSOR: ESTUDO DE CASO <i>Bruno Ferreira Alcantara & Enos de Meira Silva</i>	47-56
A INCLUSÃO DIGITAL <i>Erivaldo de Jesus Coutinho</i>	57-61
O FENÔMENO DO NARCOTRÁFICO E A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL <i>Inácio Mulenga Wimbo Katulumba</i>	62-67
O DEVER DO ESTADO DO ESTADO NOS CASOS DE VIOLÊNCIA ESCOLAR CONTRA PROFESSORES <i>Márcia de Oliveira Vilela</i>	68-76
A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DEVIDO A PANDEMIA <i>Márcio Moésio Guedes de Mendonça</i>	77-84
HEPATITE B: PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS USUÁRIAS DE MANICURE E PEDICURE NO DISTRITO DA ZONA VERDE, VIANA <i>Mario Adelino Miranda Guedes</i>	85-89
PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO DOCENTE EM ANGOLA NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA <i>Mario Adelino Miranda Guedes</i>	90-95
IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA DE SÃO JOÃO DO SÓTER, MARANHÃO, BRASIL <i>Sidiney Lima Carneiro Almeida & Francisco Costa Sousa & Francisco José Lopes Cajado</i>	96-102

GESTÃO DEMOCRÁTICA EM ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL: RESSIGNIFICANDO O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR <i>José Armando Soares dos Santos</i>	103-107
A CULTURA DA BROTAGEM ORGANIZACIONAL <i>Sylvana Lima Teixeira</i>	108-113
"QUALIDADE DO ATENDIMENTO EMERGENCIAL NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO (UPAS) UTILIZANDO A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO: UMA ANÁLISE INTEGRATIVA DA LITERATURA BRASILEIRA RECENTE" <i>Glaysdon Barreto Reis</i>	114-118
UMA EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL: UMA BREVE DISCUSSÃO <i>Cristiano de Assis Silva & Bruno de Freitas Santos & Antonia Noélia Gomes Pereira</i>	119-126
PROFEPT COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO NA EDUCAÇÃO EPT <i>Cristiano de Assis Silva & Bruno de Freitas Santos & Antonia Noélia Gomes Pereira</i>	127-136
O BRINCAR QUE EDUCA: UM BREVE DISCUSSÃO <i>Cristiano de Assis Silva & Bruno de Freitas Santos & Antonia Noélia Gomes Pereira & Pollyane Costa da Silva & Irlana Dívila Balduino do Nascimento</i>	137-145
IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM: UM OLHAR SOBRE A INTERAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA <i>Maria Isabel Ndjangelo de Almeida</i>	146-151
A FORMAÇÃO EM SERVIÇO PARA PROFESSORES COMO FERRAMENTA PARA A MELHORIA DO TRABALHO DOCENTE EM SALA DE AULA <i>Irlana Dívila Balduino do Nascimento & Cristiano de Assis Silva</i>	152-159
A RELEVÂNCIA DA DESCOBERTA VOCACIONAL ACADÊMICA NA VIDA JOVEM NO CONTEXTO DA ESCOLA <i>Irlana Dívila Balduino do Nascimento & Cristiano de Assis Silva</i>	160-163
ESTOU GRÁVIDA E AGORA? UMA REFLEXÃO DA MATERNIDADE NA SOCIEDADE CRISTÃ <i>Andressa Leoni Leandro da Silva Borges</i>	164-172



Os **artigos** publicados são de total **responsabilidade** dos autores;

A Revista Científica Excellence não se responsabiliza pelas **opiniões, ideias e conceitos** emitidos nos textos, por serem de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es);

É **reservado aos editores** o direito de proceder ajustes textuais e de adequação do artigo às normas de publicação.

O RACISMO E A QUESTÃO DA DEMOCRACIA RACIAL NA POLÍTICA BRASILEIRA

RACISM AND THE QUESTION OF RACIAL DEMOCRACY IN BRAZILIAN POLITICS

José Francisco da Silva Junior ¹

RESUMO

INTRODUÇÃO: O mito da democracia racial orienta as relações étnico-raciais no Brasil e ciclicamente se coloca em pauta o debate sobre ausência de preconceito e discriminação raciais no país, baseado em suposta igualdade de oportunidades políticas, econômicas e sociais para negros e brancos. O racismo continua vigente nos mais diversos segmentos da sociedade, inclusive na política brasileira e este problema se repete e afeta o desenvolvimento social.

OBJETIVO: Discutir o racismo e o mito da democracia racial no cenário da política brasileira. **METODOLOGIA:** O presente estudo trata-se de uma revisão da Literatura. O andamento deste estudo se deu com natureza qualitativa com enfoque exploratória, descritiva dos dados de artigos localizados em plataformas de dados científicos. As bases utilizadas para pesquisa foram: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google acadêmico com buscas focadas nos últimos anos, mas levando em consideração estudos clássicos pertinentes ao tema. Para tal, utilizou-se os seguintes descritores (DECs) nos mecanismos de buscas: democracia, política racismo, racismo institucional. Seguidamente, foram selecionados estudos relacionados a questão da democracia racial, racismo estrutural e institucional com enfoque no meio político e social **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O direito a posicionamento e posição na política perpassa os fundamentos constitucionais da cidadania e da dignidade da pessoa humana e garantem a construção de uma sociedade justa e solidária a fim de se erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades e ampliar o acesso à política. As modificações na sociedade brasileira desde a constituição de 1988 e redemocratização impulsionou profundas mudanças no cenário político que envolve a democracia racial e até então tenta-se amenizar os efeitos de uma política escravocrata. Existe um anseio pela formação da identidade negra e adoção de políticas multiculturais ou multirraciais que ultrapassem o reconhecimento pelo estado da divisão da sociedade em classes.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia, política racismo, racismo institucional.

ABSTRACT

INTRODUCTION: The myth of racial democracy guides ethnic-racial relations in Brazil when the debate on the absence of racial prejudice and discrimination in the country, based on supposed equality of political, economic and social opportunities for blacks and whites, is cyclically put on the agenda. Racism remains in force in the most diverse segments of society, including in Brazilian politics, and this problem is repeated and affects social development.

OBJECTIVE: To discuss racism and the myth of racial democracy in the Brazilian political scenario. **METHODOLOGY:** This study is an Literature review. The progress of this study was qualitative in nature with an exploratory, descriptive approach to data from articles located on scientific data platforms. The bases used for research were: Scientific Electronic Library Online (SciELO) with searches dated in the last, but taking into account classic studies relevant to the subject, using the following descriptors (DECs) in search engines: Democracy, political racism, institutional racism. Then, studies related to the issue of racial democracy, structural and institutional racism with a focus on the political and social environment were selected **FINAL CONSIDERATIONS:** The right to position and position in politics permeates the constitutional foundations of citizenship and the dignity of the human person and guarantees the construction of a fair and solidary society in order to eradicate poverty and marginalization, reduce inequalities and expand access to politics. Changes in Brazilian society since the 1988 constitution and redemocratization have driven profound changes in the political scenario that involves racial democracy and until then, attempts have been made to mitigate the effects of a slavery policy. There is a yearning for the formation of black identity and the adoption of multicultural or multiracial policies that go beyond the state's recognition of the division of society into classes.

KEYWORDS: Democracy, political racism, institutional racism.

¹ Mestrando em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialista em Artes pela faculdade Futura, Especialista em Ensino da Língua Portuguesa pela Universidade Cândido Mendes, Especialista em Administração Educacional com Habilitação em Coordenação, Orientação e Gestão Escolar pela Faculdade de Ensino Regional. Graduação em Artes pelo Centro Universitário Venda Nova do Imigrante, Graduação em Letras pela Universidade Estadual de Alagoas. **E-MAIL:** junior.jr7@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/5178591859551300

INTRODUÇÃO

Os últimos anos têm sido marcados por inovações tecnológicas, inclusão digital e expansão marcante da globalização. Embora haja tantos avanços científicos, ainda são crescentes os grupos racistas, supremacistas e ações discriminatórias em meio a uma sociedade pós moderna. Em contrapartida, principalmente como forma de repressão, estes mesmos últimos anos estão sendo marcados pela maior onda de disseminação mundial em torno do posicionamento antirracista (MIGUEL, 2020).

No Brasil, a questão racial vem ganhando visibilidade na mídia e nas redes sociais, e este fenômeno vem favorecendo um debate sobre a persistência e a extensão do racismo no cotidiano do nosso país (AZEVEDO & COLLY, 2020). No tocante às relações étnico-raciais em meio ao paradigma social, a democracia racial modelou a produção de subjetividades e marcos de convivialidade no país.

O racismo estrutural continua perpetuado na sociedade atual e parece renascer a cada novo caso divulgado. Ou seja, este tipo de agressão se alimenta também do seu fenômeno de reiteração. Esta reiteração eficiente opera no sentido de manter uma herança escravocrata herdada culturalmente em nosso país, persistindo na crença escravista de que existem subjugados disponíveis para servir seus "superiores" (ALMEIDA, 2018).

No Brasil se esta questão for analisada como supracitada requer o enfrentamento de desafios que giram em torno de demonstrar a existência de uma questão racial e ampliar a explicação pedagógica desta relação em todas as camadas sociais. Vivemos em um país oriundo da ideia de dominadores europeus que colonizariam os povos com domínio sobre as populações indígenas e sobre o grande contingente de africanos escravizados. Mesmo diante dessa herança histórica, há uma crença de excepcionalidade brasileira,

que teria superado as diferenças raciais originais (GUIMARÃES et al., 2001).

A solução brasileira para integrar ex escravos negros e de descendentes dos povos indígenas à sociedade se estabeleceu negando a existência de diferenças políticas (direitos), culturais (etnicidade) e sociais (segregação ou preconceito) entre esses povos marginalizados e os descendentes de europeus. Portanto, houve falhas ao incorporar todas estas diferenças originais numa única matriz sincrética e híbrida, tanto em termos biológicos, quanto culturais, sociais e políticos para o que se convencionou chamar de democracia racial (GUIMARÃES et al., 2001).

Fazendo uma linha do tempo histórica, a ciência política brasileira buscou abordar esta questão, como foi visto nos estudos clássicos de Bolívar Lamounier (1968) e Amaury de Souza (1971) que determinam questões substantivas para estudo na relação entre raça e política no Brasil. Estes autores sugerem que negros e brancos têm comportamentos políticos distintos baseados na experiência das desigualdades sociais. Outro ponto é que há um comportamento político coletivo por parte dos negros que expressam solidariedade racial.

A constatação do problema dentro do processo democrático emerge de maneira que possibilita a implementação de leis para combate do racismo inerente à conformação democrática, mas necessita de um investimento político comprometido com a manutenção da convivialidade social. Mesmo sabendo que todo regime democrático comporta uma hierarquia radicalizada, no Brasil, o grau de desigualdade racial persiste de forma acentuada de forma a anular ou suprimir o que se espera consistentemente de uma democracia (DIAZ; CANAVES, 2022).

A Caracterização da elite branca estabeleceu e legitimou o rebaixamento social e subjetivo dos negros, uma vez que impulsiona a reivindicação "por sociedade mais igualitária". A insistência na formulação de uma democracia plurirracial foi possível ela inclui a

problematização da branquitude em uma relação de diferencialidade com os negros. É necessário abordar a elite branca, ali posicionada pelo processo histórico, partícipes de um mesmo cotidiano onde os direitos de uns são ainda violados (BENTO, 2014).

A visualização da democrática brasileira pluriétnica possibilita a construção articulada a uma apreensão do alto custo social, político e subjetivo que todos nós vivemos em um país que hierarquiza modos de existência, sem desconsiderar as estruturas normativas do poder que o racismo produz. Neste contexto, a construção de uma conjuntura brasileira democrática plurirracial pressupõe um trabalho articulado de desconstrução de referenciais hierarquizantes de forma a contribuir para tornar mais expressiva a igualdade para todas as raças (MUNANGA, 2020).

Partindo da premissa baseada nos moldes de que a democracia brasileira é continua sendo historicamente marcada pelo racismo estrutural que continua suprimindo local de fala e atuação para pessoas negras, buscou-se realizar um levantamento científico em bases de dados para compor a presente Revisão da Literatura. Para tal, o objetivo deste estudo foi discutir o racismo inserido na construção política e democrática brasileira.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da Literatura. A pesquisa se deu com natureza qualitativa com enfoque exploratória, descritiva dos dados de artigos localizados em plataformas de dados científicos. As bases utilizadas para pesquisa foram: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o Google acadêmico com buscas datados nos últimos anos, mas levando em consideração estudos clássicos pertinentes ao tema.

Os descritores utilizados nos mecanismos de buscas foram: Democracia, política racismo, racismo

institucional. Seguidamente, foram selecionados estudos relacionados a questão da democracia racial, racismo estrutural e institucional com enfoque no meio político e social.

Os dados encontrados nas bases de dados citadas acima foram sintetizados e apresentados na seção resultados e discussões. Optou-se por realizar análise descritiva e narrativa de todas as informações. Dentro dos critérios de elegibilidade de artigos, foram incluídos estudos completos que apresentaram uma abordagem explanativa diretamente ao tema desde o seu resumo.

Como critérios de inclusão, foram selecionados estudos em português e inglês, de preferência com abordagem nacional, dispostos nos mais diversos tipos de estudos.

Foram excluídos estudos descritos em língua diferente das anteriormente citadas, bem como documentos de revisão ou apresentassem no resumo distanciamento do tema pesquisado. Foram excluídos estudos incompletos, com conflito de interesse, cartas e editoriais ou artigos de opinião.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação emerge com um papel transformador e se consolida com agente fundamental para a diminuição das desigualdades sociais e econômicas indispensáveis para um Estado de direito democrático. Políticas afirmativas adquiriram força, mas precisam ser ampliadas ou colocadas em prática para se tornarem efetivas na redução da desigualdade. Neste cenário, o estudo e implementação de políticas públicas no combate à desigualdade na área de Educação precisa ser reconhecido como atividade fundamental do Estado, bem como a reconhecida desigualdade na oferta de ensino (FERREIRA, 2019).

Nos últimos anos no Brasil cresceram algumas correntes que chegaram a surpreender parte da população, pois depois de anos suprimidos houve a

divulgação e falas e temas relacionados a negação do racismo estrutural brasileiro e da consequente ênfase no caráter mestiço da população. Historicamente, nos discursos no período do Estado Novo e da Ditadura Civil-Militar, o mito da democracia racial era articulado para negar a existência de raças distintas no Brasil, portanto, negando a existência do racismo (CAMPOS, 2021; KYRILLOS, G. M.; SIMIONI, 2022).

Pode ser percebida uma reapropriação para a construção de uma identidade nacional pautada no fundamentalismo e de suposta fraternidade racial. A apologia a um Brasil mestiço e livre de racismo parece surgir como ondas cíclicas na história da nossa nação e ganha força em determinados períodos políticos fundamentalistas e também serve de fundamento de uma concepção de nação e de política. (CAMPOS, 2021)

Neste contexto, viu-se que nos últimos anos foi resgatada essa nova versão do mito da democracia racial impulsionada por homens brancos nesses altos cargos políticos do país, assim, fica nítida que a projeção de uma irmandade racial envolve o medo e a tentativa de ocultar o racismo estrutural, e perpetuar a branquitude (CAMPOS, 2021).

Estas perspectivas corroboram estudos clássicos ao tempo em que citam que a "democracia racial" se configura num compromisso político e social no estado democrático de direito. Este fenômeno está presente de forma controversa e alternando força e convencimento durante o Estado Novo de Vargas até o final da ditadura militar, gerando compromissos que incluíam a incorporação da população negra brasileira ao mercado de trabalho. Desde a redemocratização a sociedade busca atualizar o compromisso com a democracia racial uma vez que as desigualdades raciais passaram a ser objeto de denúncia e motivo de reivindicações políticas, e não apenas diante de situações de preconceito ou a discriminação (GUIMARÃES, 2001).

O mito da democracia racial orienta as relações étnico-raciais no Brasil quando ciclicamente coloca-se

em pauta o debate "ausência de preconceito e discriminação raciais no país" baseado em suposta igualdade de oportunidades políticas, econômicas e sociais para negros e brancos. A posição das relações raciais como mito não indica simplesmente que tal construção seja falsa, uma vez que há possibilidade de que se reconheça o interesse de classe que orienta a construção discursiva da democracia racial. O sistema de classes inaugura uma rígida hierarquia de posições sociais, no entanto desde a implementação desse sistema foi naturalizado um modelo de convivialidade próprio à lógica escravista (DIAZ; CANAVES, 2022).

A desigualdade racial se manifesta como a própria da organização escravocrata se forma a surgir como um elemento acomodado à ordem competitiva de classe. O mito da equidade racial normalizou a crença de que não existiria qualquer incompatibilidade entre o modelo político-jurídico liberal e o regime escravocrata (DIAZ; CANAVES, 2022).

Reconhecer e combater o racismo institucional munido de políticas de promoção à igualdade racial foi um grande avanço o fato de o Estado brasileiro. Órgãos como a Seppir e o CNPIR se mostram historicamente necessários, muito embora a eficácia dessas políticas seria outro objeto de debate, pois ainda existem fragilidades vigentes. O reconhecimento e a atuação do Estado na questão racial são muito mais formais do que efetivos. Este reconhecimento de políticas inclusivas deve estar presente também na política, dado que poucos políticos brasileiros são negros e muitas vezes o sistema de cotas é manipulado de forma errônea ou fraudulenta. A dotação orçamentária reduzida e a baixa capilaridade do território nacional enfraquecem estas políticas, e muitas vezes não há esforço conjunto de órgãos públicos de outras áreas de política em incorporar a dimensão do racismo, potencializando a transversalidade e a eficácia das políticas (FONSECA, 2015).

Para Ferreira (2019) os estudos que analisam as políticas afirmativas raciais implantadas para diminuição

das desigualdades em todos os âmbitos da sociedade devem ser ampliados. Torna-se importante que novos estudos mais concisos abordem a atuação e ascensão do negro na política e sua posição no estado democrático. Esta discussão fomenta uma agenda de pesquisa imprescindível para desmontar, peremptoriamente, o mito da democracia racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modificação na sociedade brasileira desde a constituição de 1988 e redemocratização impulsionou profundas mudanças no cenário político que envolve a democracia racial e até então tenta-se amenizar os efeitos de uma política escravocrata. Existe um anseio pela formação da identidade negra e adoção de políticas multiculturais ou multirraciais que ultrapassem o reconhecimento pelo estado da divisão da sociedade em classes.

As pesquisas interseccionais questionam a efetividade dos conceitos de República e de Estado Democrático de Direito frente ao racismo institucional brasileiro, assim, torna-se preciso que novas pesquisas científicas foquem no racismo institucional nas políticas públicas, bem como o papel do Estado e da branquitude na produção de desigualdades raciais.

O direito a posicionamento e posição na política perpassa os fundamentos constitucionais da cidadania e da dignidade da pessoa humana e garantem a construção de uma sociedade justa e solidária a fim de se erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades e ampliar o acesso à política.

O estado precisa ter um olhar na efetivação dos direitos já assegurados, principalmente no tocante ao direito à vida digna, visto que o racismo se constitui num entrave à garantia da humano-dignidade e da cidadania da população negra brasileira. Enquanto houver racismo não tem como existir a plena democracia, nem efetivamente república em seu conceito mais abrangente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. (2018). **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen.

AZEVEDO, A.; COLLY, S. (2020). **Pandemia do coronavírus acentua o racismo estrutural no Brasil**. Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opinio/pandemia-do-coronavirus-acentua-o-racismo-estrutural-no-brasil/>.

DIAS, L.; CANAVEZ, F. **Racismo e ascensão social do negro na democracia brasileira**. *Psicol. pesq.*, Juiz de Fora, v.16, n.1, p.1-24, 2022. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472022000100011&lng=pt&nrm=iso.

FERREIRA, N. T. **Como o acesso à educação desmonta o mito da democracia racial**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Ensaio: aval.pol.públ.Educ., v.27 n.104, p. 476–498, jul. 2019.

FONSECA, I. F. **Inclusão política e racismo institucional: Reflexões sobre o programa de combate ao racismo Institucional e o conselho nacional de promoção da igualdade racial**. Planejamento e políticas públicas, n.45, p. 201, 2015.

GUIMARÃES, A. S. A. **A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos)**. *Tempo Social*, v.13, n.2, p.121–142, nov. 2001.

KYRILLOS, G. M.; SIMIONI, F. **Raça, gênero e direitos humanos na política externa brasileira no governo Bolsonaro (2019-2021)**. *Revista Direito e Práxis*, v. 13, n. Rev. Direito Práx., 2022 13(3), p. 1874–1896, jul. 2022.

MIGUEL, R. **A onda de indignação contra o racismo se espalha por todo o mundo**. *El País*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-06-07/reino-unido-protagoniza-os-protestos-mais-intensos-da-onda-global-contra-o-racismo.html>, 2020.

SOUZA, Amaury de. **Raça e política no Brasil urbano**. *Revista de Administração de Empresas*, XI: 61-70, outubro-dezembro, 1971.

REIS, W. H. S.; ROCHA, F. M. R. **Os movimentos sociais e a educação popular: uma relação na construção do ser coletivo e emancipado**. VI Congresso Nacional de Educação. Editora realize, 2019.

STRECK, D. R. et al. **Educação popular e docência**. São Paulo: Cortez, 2014.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E O PLANEJAMENTO COMO ALIADOS NA EDUCAÇÃO

THE NATIONAL COMMON CURRICULAR BASE (BNCC) AND PLANNING AS ALLIES IN EDUCATION

Jocelita Alves de Souza ¹

RESUMO

Todos os anos, os professores e coordenadores tem a árdua tarefa de se reunir antes do início do ano letivo para montar o planejamento escolar do ano seguinte. Essa etapa diz respeito a elaboração de diretrizes e atividades que a escola se propõe para atingir os objetivos educacionais. Diante disso, o planejamento escolar é um momento de olhar para o que aconteceu e identificar o melhor caminho para garantir a aprendizagem dos estudantes. Com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), essa tarefa acabou sendo contemplada com novas características que precisam ser adotadas para atender as demandas da formação básica através de um ensino baseado em competências e habilidades que devem fazer parte do planejamento escolar de acordo com a BNCC., tendo como objetivo principal: O estudo tem por objetivo analisar como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os planejamentos podem ser aliados da educação. O tipo de pesquisa realizado neste trabalho foi uma Revisão de Literatura, no qual foi realizada consulta a livros, dissertações e em artigos científicos selecionados através de busca nas seguintes bases de dados SCIELO, Google Acadêmico e etc. O período dos artigos pesquisados foram os trabalhos publicados nos últimos 15 anos. Portanto, conclui-se que a Base Nacional Comum Curricular funciona como um guia a ser seguido pelas escolas brasileiras de uma forma geral. Através desse documento faz com que todos os alunos da formação básica têm direito a aprender, com o objetivo de reduzir as desigualdades educacionais e garantir que todos tenham acesso aos mesmos conhecimentos essenciais para a formação. O documento estabelece quais são os conhecimentos que são esperados que os estudantes desenvolvam ao longo da jornada escolar. Para isso, a BNCC estabelece um ensino baseado em competências e habilidades que devem guiar toda a educação básica.

PALAVRAS-CHAVE: Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Planejamento. Desafios. Benefícios.

ABSTRACT

Every year, teachers and coordinators have the arduous task of meeting before the start of the school year to assemble the school plan for the following year. This step concerns the elaboration of guidelines and activities that the school proposes to achieve the educational objectives. Given this, school planning is a time to look at what happened and identify the best way to ensure student learning. With the National Common Curricular Base (BNCC), this task ended up being contemplated with new characteristics that need to be adopted to meet the demands of basic education through teaching based on skills and abilities that should be part of school planning according to the BNCC, having as main objective: The study aims to analyze how the National Common Curricular Base (BNCC) and planning can be allies of education. The type of research carried out in this work was a Literature Review, in which books, dissertations and selected scientific articles were consulted through a search in the following databases: SCIELO, Google Scholar, etc. The period of the researched articles were the works published in the last 15 years. Therefore, it is concluded that the National Common Curricular Base works as a guide to be followed by Brazilian schools in general. Through this document, all basic education students have the right to learn, with the aim of reducing educational inequalities and ensuring that everyone has access to the same essential knowledge for training. The document establishes the knowledge that students are expected to develop throughout the school day. For this, the BNCC establishes teaching based on skills and abilities that should guide all basic education.

KEYWORDS: National Common Curriculum Base (BNCC). Planning. Challenges. Benefits.

¹ Doutoranda em Ciências da Educação e Mestre em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University.
E-MAIL: Jocelitalves@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/4355934152073375

INTRODUÇÃO

A pesquisa intitulada sobre Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e planejamentos traz à tona pontos positivos e negativos da BNCC e dos planejamentos escolares, para a sociedade em geral, através de vários argumentos e citações pretende-se buscar os pontos reais da atual educação brasileira e as divergências de acordo com a base.

A BNCC e os planejamentos escolares estão presentes no dia a dia das escolas e na vida dos profissionais da educação. Diante da grande dificuldade de docentes e escolas em se adequar a Base Nacional Comum Curricular, buscou-se mostrar os desafios e as mudanças ocorridas diante da BNCC, mostrar os docentes o quão importante é dominar esta regulamentação para o crescimento e desenvolvimento educacional (ALVES; SANTOS; OLIVEIRA, 2020).

A BNCC é ainda um grande desafio para muitos, como inovações no ensino que envolve todos como professores, alunos e escolas.

De acordo com Gil (2011) e Vergara (2005), os procedimentos metodológicos foram de cunho bibliográfico tendo como sustentação a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os principais teóricos que fundamentaram a pesquisa foram: Alves; Santos e Oliveira (2020); Gandin (1995); Vasconcellos (2006); dentre outros, como, por exemplo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Este trabalho se propõe a esclarecer algumas vantagens e desvantagens da BNCC e as dificuldades dos planejamentos escolares.

O estudo tem por objetivo analisar como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os planejamentos podem ser aliados da educação.

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

A educação brasileira passou por diversos processos que modificaram o sistema de ensino como

um todo, entre eles, pode-se destacar o ano de 2006, quando foi aprovada a Lei nº 11.274/06, e com essa aprovação foi ampliado a duração do Ensino Fundamental (EF) para nove anos o que torna caráter de obrigatoriedade do ingresso das crianças nas escolas aos seis anos de idade. Além disso, com a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), houve uma maior intensificação, no que diz respeito a educação, ou seja, direcionando para um maior destaque o aluno, a implementação mais fortalecida da tecnologia e as novas metodologias de avaliação.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2019).

Nos dias atuais, não há como se trabalhar em sala de aula sem saber lidar com a nova Base Nacional e planejamentos, é uma realidade que busca o aperfeiçoamento e treinamentos dos educadores.

Conhecer a BNCC para nortear o ensino e os planejamentos é fundamental, sendo está uma regulamentação que o ensino é igual para todos. O ensino brasileiro ficou padronizado, e isso afeta na vida de muitas pessoas e comunidades. A padronização é uma contrariedade de acordo com a atual vida escolar, sendo também um currículo que pode impedir a autonomia tanto na sala de aula como nos discentes (SCHEWTSCHIK, 2017).

A BNCC não irá mudar a educação se não houver treinamento, valorização do quadro de profissionais da educação, padronização também das escolas de todos os cantos do País, por exemplo, dispor de equipamentos tecnologias e internet nas escolas tanto urbanas como rurais.

A BNCC pode ser rica para a educação, porém há vários aspectos em relação à educação que deve ser revista tanto pela sociedade como pelos órgãos

governamentais para que o crescimento educacional seja atingido.

Entender os processos e caminhos para a riqueza no conhecimento é fundamental, principalmente o conhecimento do Currículo Comum, é importante conhecer a proposta deste documento, como surgiu e como está sendo introduzido e desenvolvido na educação (ALVES; SANTOS; OLIVEIRA, 2020).

Assim, a pesquisa teve o intuito dar ênfase que a falta de estruturas tecnológicas das escolas, a falta de valorização de educadores, a carência de treinamentos e conhecimentos prejudica na compreensão e uso da BNCC.

A necessidade de qualificação e atualização sobre as mudanças das normas educacionais e elaboração de planejamentos é primordial para sua compreensão e execução, para assim acontecer às qualidades educacionais (ALVES; SANTOS; OLIVEIRA, 2020).

Os planejamentos escolares são uma base para os professores, a partir destes são elaborados conteúdos e busca-se obter objetivos e resultados. De acordo com Vasconcelos, (1995) planejar é observar com antecedência, para conseguir uma forma de passar o conteúdo sem improvisação e transmitir de uma forma que seja compreendida e desejada, para não perder tempo na hora de ministrar o conteúdo didático.

“Não planejar pode implicar perder possibilidades de melhores caminhos, perder pontos de entrada significativos” (VASCONCELOS, 2002, p. 148).

O planejamento é fundamental para nortear, de acordo com os planejamentos escolares temos um conteúdo didático elaborado e pensado como será trabalhado com os alunos, as metodologias como serão usadas? Quais os objetivos que pretende alcançar no final do conteúdo? Como conseguir e fazer com que esses objetivos sejam alcançados? Essas são questões que o planejamento será capaz de solucionar. Os planejamentos são aliados dos educadores, além de programar com antecedência ainda é aliado do tempo,

é um documento que envolve toda a equipe que compõe o quadro escolar, como alunos, professores, diretores e todos os funcionários envolvidos.

Tratando-se do planejamento educacional, que também pode ser chamado de Planejamento do Sistema de Educação, “[...] é o de maior abrangência, correspondendo ao planejamento que é feito em nível nacional, estadual ou municipal. Incorpora e reflete as grandes políticas educacionais” (VASCONCELLOS, 2000, p. 95).

Por outro lado, planejamento escolar consiste num momento de reflexão, de tomar decisões, de traçar objetivo, no entanto deve-se levar em consideração a realidade em que a instituição escolar e as necessidades que os alunos encontram diante de determinada situação.

Em concordância, Libâneo (1994, p. 221) diz que o “planejamento é um momento de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto escolar”.

No entanto, na visão de Vasconcellos (2006, p. 41), “o planejamento é político, é hora de tomadas decisões, de resgate de princípios que embasem a prática pedagógica”. Desse modo, o mesmo é fundamental e que não pode faltar no momento em sala de aula, porque ele auxilia o educador no desenvolvimento das atividades propostas. Inclusive é uma prática importantíssima dentro do ambiente escolar. Assim como diz Vasconcellos:

O planejamento da educação escolar pode ser concebido como processo que envolve a prática docente no cotidiano escolar, durante todo o ano letivo, onde o trabalho de formação do aluno, através do currículo escolar, será priorizado. Assim, o planejamento envolve a fase anterior ao início das aulas, durante e o depois, significando o exercício contínuo da ação-reflexão-ação, o que caracteriza o ser educador (VASCONCELLOS, 2006, p. 80).

No que diz respeito ao planejamento curricular, Vasconcellos (1995, p. 56) se posiciona da seguinte maneira:

Trata-se do processo de tomada de decisões sobre a dinâmica da ação escolar. É previsão sistemática e ordenada de toda a vida escolar do aluno. Portanto, essa modalidade de planejar constitui um instrumento que orienta a ação educativa na escola, pois a preocupação é com a proposta geral das experiências de aprendizagem que a escola deve oferecer ao estudante, através dos diversos componentes curriculares.

Diante disso, trata-se da organização da dinâmica escolar, onde consiste em orientar o trabalho do professor na prática pedagógica da sala de aula.

Fazendo o fechamento dos tipos de planejamento, Libâneo (1994), afirma que o planejamento de ensino consiste em explicar princípios, diretrizes e procedimentos de trabalho docente; expressar os vínculos existentes entre o posicionamento filosófico, político pedagógico e profissional; assegurar a organização e coordenação do trabalho docente; prever objetivos, conteúdos e métodos; assegurar a unidade e coerência do trabalho docente; atualizar o conteúdo do plano; e por último facilitar a preparação das aulas. Além disso, ainda pode-se destacar outros tipos de planejamento, que são, o plano de aula, que pode ser feito em forma de plano mensal e plano anual.

Os planejamentos são feitos para buscar traçar metas em que se deseja alcançar durante o período letivo, a BNCC mostra as 10 competências gerais, habilidades a serem aplicadas, objetivos de conhecimento e unidade temática, pontos fundamentais aos planejamentos escolares devido a BNCC ser um documento base e padrão, a elaboração de planejamentos tem a necessidade de alinhamento a base comum, pois estes caminham juntos para a busca da padronização, melhorias e qualidades do ensino. E para melhor elaboração dos planejamentos há a

necessidade de entender o que é, e quais benefícios, então de acordo com Libâneo:

Entre os requisitos para uma boa organização do ensino destacam se:

- Um bom plano de aula, onde estão onde estão determinados os objetivos, os conteúdos, os métodos e procedimentos de condução da aula;
- A estimulação para a aprendizagem que suscite a motivação dos alunos;
- O controle da aprendizagem, incluindo a avaliação do rendimento escolar;
- O conjunto de normas e exigências que vão assegurar o ambiente de trabalho escolar favorável ao ensino e controlar as ações e comportamento dos alunos. (LIBÂNEO, 2013, p. 278).

Diante da citação pode-se perceber que os planejamentos têm todo um envolvimento desde aos conteúdos didáticos como o contexto social em que a sociedade está inserida, pois é fundamental buscar entender o quadro social em que os alunos estão inseridos, para poder definir as etapas dos planos de ensino.

Professores são as peças-chave do processo de identificação dos alunos, como usar metodologias educacionais, como envolve os alunos na busca de objetivos e competências, é fundamental o docente está sempre buscando capacitação e alinhamento com as mudanças que surge na educação.

A BNCC pode ser um poderoso aliado a educação se for usado realmente como deve ser e não somente para montagem de planos de aulas, sabendo-se que não ser colocado em prática. Na elaboração dos planejamentos os educadores depois de ver o contexto social da comunidade sabe em quais pontos necessitam ser trabalhados, um bom plano deve ser estudado não somente os conteúdos didáticos, mas também a quem este plano vai alcançar e será possível trabalhar e alcançar as metas (BNCC, 2019).

E, por fim, devemos ter claro que a BNC não vai melhorar a educação: o que ela oferece é a tentativa de

controle dos professores e estudantes. Ao invés de discutir a BNC, deveríamos estar discutindo as políticas de formação de professores, a valorização dos profissionais da educação (incluindo a adequada remuneração) e a autonomia das escolas em construir o seu próprio currículo escolar, pois estes sim, ao contrário do ideário neoliberal, são pontos fundamentais para a melhoria da qualidade da educação (TONEGUTTI, 2016).

De acordo com a citação acima vemos a necessidade e a realidade do ensino, a verdade é que padronizar um ensino é muito além do que somente colocar no papel e fazer com professores façam, pois, professores e não estão alinhados com as tecnologias não irão conseguir acompanhar. Por isso à necessidade de treinamentos anuais com educadores, motivação de docentes e alunos e ainda a valorização destes profissionais.

A BNCC em alguns pontos vai a contramão com a realidade de escolas e da sociedade brasileira, pois como várias das habilidades da BNCC está incluindo a participação de tecnologias digitais, claro que a BNCC é para nortear, porém se a base é uma padronização significa para todos. A realidade de escolas rurais é extremamente diferente, há carência de escolas boas, equipamentos tecnológicos, falta de internet e até de transporte escolar.

A BNCC comenta sobre os planejamentos e a relação na elaboração destes de acordo com a realidade que o aluno convive no contexto social, a atual BNCC reconhece que há uma divergência na realidade dos alunos, devido a grande desigualdade social onde tem muitos para uns e pouco para outros.

“Diante desse quadro, as decisões curriculares e didático-pedagógicas das Secretarias de Educação, o planejamento do trabalho anual das instituições escolares e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar devem levar em consideração a necessidade de superação dessas desigualdades. Para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se

planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes.” (BRASIL, 2018, p. 15).

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) é importante para o avanço da educação, ainda mais com o aumento das tecnologias. A necessidade de inclusão digital de muitos que não tem acesso aos meios tecnológicos, para isso existe a carência de projetos por partes de governantes para ampliação e acompanhar as estruturas em que a base precisa para poder cobrar de profissionais da educação o uso das normas.

As habilidades, da base são importantes e ricas faz com alunos pratiquem o ser crítico, a coletividade, a busca de conhecimento e o aprendizado nas diversas esferas, é fundamental. Conhecer a BNCC passo a passo para descobrir a importância de adequação de professores e escolas a esta norma, com grande aproveitamento a quem realmente interessa: os alunos, mas será que com a norma padronizada o professor perde a autonomia de aplicar conteúdos? De acordo com a necessidade dos alunos e não como estão nos livros didáticos, pois a realidade de aprendizagem de muitos alunos é precária, tem aluno no 8º ano que não sabe ler e escrever direito.

Como mencionado na BNCC o professor pode ministrar conteúdos de acordo com a necessidade dos alunos, o professor é o responsável por realizar e identificar as carências e necessidades que sua turma necessita, a BNCC é responsável por 60% dos conteúdos, sendo os 40% ficando responsável ao currículo dos estados. De acordo com Cândido e Gentilini (2017, p. 334): “Essa autonomia é de fundamental importância para a construção curricular, pois ela leva em conta, também, as escolhas da escola, escolhas estas que devem ser pautadas no coletivo, evitando-se o máximo possível, interferências excessivamente subjetivas e pessoais”.

Então é perceptível que a autonomia não somente de professores, mas com a escola é importante para a realização dos planejamentos e metas da escola.

Cândido e Gentilini (2017, p. 332), “No entanto, se essa política se fizer de maneira dura e centralizadora, corremos o risco de suprimir a autonomia da escola, sua liberdade de querer e pensar.”. Se o currículo for muito rígido nas leis e cobranças das escolas, corre o risco de a escola perder a autonomia de elaboração dos projetos e metas.

A BNCC é um documento onde consta todo um processo para aprovação das habilidades, competências gerais e específicas áreas de atuação, objetos de conhecimento. Uma das grandes vantagens da base são as habilidades e as competências que podemos definir como metas a serem alcançada. A base é uma inovação grandiosa para a educação, mas, ela sozinha não vai mudar as grandes diferenças e desigualdades sociais, há a necessidade de todo um processo de leis e da sociedade para que isso possa ocorrer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A base comum é um documento muito interessante para instituições de ensino e para o ensino em geral, ela busca um ensino de qualidade para todos, onde possa se trabalhar e diminuir as desigualdades sociais. As habilidades e competências em que trabalha com tecnologias são importantes para os alunos que vivem excluídos destes. Como a competência específica da área de matemática, onde o aluno utilizara de diferentes tecnologias é um grande avanço se todos puderem usufruir deste mesmo mecanismo, e para que isso aconteça necessita de políticas públicas e do poder de órgão governamentais reforçando a implantação da BNCC.

A verdade é que para uma educação de qualidade necessitamos ainda de muitos passos, necessita não somente de leis, onde há uma reviravolta nos conteúdos didáticos, toda uma readaptação no ensino, nas escolas e nas vidas. Para uma educação de qualidade envolvem-se alunos dos mais diversos cantos do País, treinamentos e valorização do quadro

professores e profissionais da rede de educação, sociedades, leis de estruturação escolares; como inovações e adequações de escolas. A educação deve ser uma prioridade, a formação de seres críticos e capacitados para a globalização deve ser o foco, não somente alunos passarem de ano sendo que os conteúdos não foram compreendidos e entendidos.

Por fim, por meio desta pesquisa conseguiu-se perceber a falta de conhecimento, treinamento e valorização dos educandos de uma forma geral, assim como também é visível à falta de atualização de alguns profissionais da educação. Compreender o papel dos planejamentos na agilidade e busca de resultados, entender a BNCC e quais os pontos que necessita de mudanças.

REFERÊNCIAS

ALVES, Manoel Messias Santos. SANTOS, Willian Lima. OLIVEIRA, Eliel Souza de. **Diversidade cultural versus homogeneização: um olhar sobre a Base Nacional Comum Curricular e suas implicações na Educação Básica**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 08, Vol. 03, pp. 181-191. Agosto de 2020.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base, 2019.

CÂNDIDO, Rita de Kássia; Gentilini, João Augusto. **Base Curricular Nacional: reflexões sobre autonomia escolar e o Projeto Político-Pedagógico**. RBPAE - v. 33, n. 2, p. 323 - 336, mai./ago. 2017.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GIL, A. C. **Metodologia do ensino superior**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

SCHEWTSCHIK, Annaly. **O planejamento de aula: Um instrumento de garantia de aprendizagem**. 2017.

TONEGUTTI, Antônio Claudio. **Base Nacional Comum Curricular: Uma Análise Crítica** (2016). Disponível em: http://sismmac.org.br/disco/arquivos/eventos/Artigo_BNC_Tonegutti.pdf> Acesso em: 03 março 2023.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Libertad, 2006.

VASCONCELLOS, C dos S. **Planejamento: projeto de ensino aprendizagem e projeto político pedagógico**. São Paulo, Libertad, 2000.

VASCONCELOS, C. dos S. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança**. São Paulo: Libertad, 1994.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo – elementos metodológicos para a elaboração e realização**. São Paulo: Libertad, 1995.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização**. 16ª ed. São Paulo: Libertad, 2002.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

O CONSUMO DE ENERGIA E O MEIO AMBIENTE

ENERGY CONSUMPTION AND THE ENVIRONMENT

Erivaldo de Jesus Coutinho ¹

RESUMO

INTRODUÇÃO: a produção e o consumo de energia têm a capacidade de impactar de forma direta no meio ambiente. Salienta-se que os padrões atuais de consumo podem ser melhorados, por meio do estímulo consciente e eficiente da utilização dos recursos naturais, dentre eles a energia e transição de fontes de energia fósseis para fontes renováveis. Uma análise sobre efeitos ao consumo de uma sociedade sobre meio ambiente deveria obrigatoriamente tratar de questões relacionadas à desigualdade de renda e acesso aos bens e serviços, sejam eles energéticos ou não.

OBJETIVO: Analisar empiricamente o consumo de energia e seus prováveis impactos sobre o meio ambiente.

METODOLOGIA: Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com enfoque descritivo e abordagem básica com cunho bibliográfico diante da abordagem. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Um dos desenvolvimentos mais triviais a partir desta base de dados seria o de utilizá-la para a obtenção das emissões de CO₂ das classes de renda nas cidades selecionadas, bastando para tal, aplicar coeficientes de emissão a estrutura construída. De fato, os tomadores de decisão, tanto públicos quanto privados, sempre se deparam com problemas mais fáceis de serem resolvidos “aumentando o bolo”, e não dividindo ou redistribuindo as partes existentes.

PALAVRAS-CHAVE: Análise. Sustentabilidade. Setor elétrico. Natureza.

ABSTRACT

INTRODUCTION: the production and consumption of energy has the ability to directly impact the environment. It should be noted that current consumption patterns can be improved by consciously and efficiently encouraging the use of natural resources, including energy and the transition from fossil energy sources to renewable sources. An analysis of the effects of a society's consumption on the environment should necessarily deal with issues related to income inequality and access to goods and services, whether energy or not. **OBJECTIVE:** To empirically analyze energy consumption and its likely impacts on the environment. **METHODOLOGY:** This is a qualitative research, with a descriptive approach and a basic bibliographic approach. **FINAL CONSIDERATIONS:** One of the most trivial developments from this database would be to use it to obtain the CO₂ emissions of the income classes in the selected cities, simply applying emission coefficients to the built structure. In fact, decision makers, both public and private, are always faced with problems that are easier to solve by “enlarging the pie”, and not by dividing or redistributing the existing parts.

KEYWORDS: Analysis. Sustainability. Electric sector. Nature.

¹ Graduação em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Licenciatura em Pedagogia (Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias - FAC) Especialista em Geografia e Meio Ambiente, Educação Ambiental na Área Multidisciplinar, Coordenação Pedagógica e Planejamento Educacional, Gestão, Supervisão e Orientação Educacional, Atendimento Educacional Especializado AEE, com Ênfase em Tecnologia Assistiva e Comunicação Alternativa, Neurociência Aplicada a Psicopedagogia Clínica e Institucional, Mestre em Políticas e Administração de Educadores pela Universidade Aberta do Brasil - UAB. Atualmente efetivo no Município de Riachão das Neves e no Município de Barreiras - BA. Doutorando em Educação pela ACU – Absoulute Christian University. **E-MAIL:** e.erivaldocoutinho@bol.com.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/2185865589643710

INTRODUÇÃO

Quando nos referimos ao consumo de energia, não necessariamente estamos nos concentrados em algum tipo de consumo específico. É claro que a noção abrange todas as áreas de consumo, e, em nosso caso, o conceito está sendo tratado como abrangendo até mesmo, ainda que parcialmente, o consumo do setor industrial e de transportes, embora maior ênfase esteja sendo dada ao setor residencial, sobre o qual o exemplo empírico se debruça. Não obstante, seria ambicioso demais e, conseqüentemente, equivocado, pretender analisar apuradamente todos os tipos de consumo. Portanto, optou-se aqui por analisar mais especificamente o consumo de energia. A escolha se justifica por diversas razões pragmáticas, mas está sobretudo, relacionada ao fato de o consumo de energia ser uma variável central no comportamento das sociedades, podendo ser um terreno bastante fértil para se analisar um desenvolvimento de um país.

Por outro lado, é igualmente importante ressaltar que uma análise sobre efeitos ao consumo de uma sociedade sobre meio ambiente deveria obrigatoriamente tratar de questões relacionadas à desigualdade de renda e acesso aos bens e serviços, sejam eles energéticos ou não. Podemos citar também: “que o consumo de energia elétrica causa impactos ambientais, assim como a maior parte das atividades humanas. E a soma das atitudes individuais de uma população mundial de 8 bilhões de habitantes reflete, e muito, na natureza. Portanto, economizar energia em sua casa é muito importante”!

No Brasil, 83% da energia provém de fontes renováveis, como a solar, a eólica e a hidrelétrica, conforme a EPE (Empresa de Pesquisa Energética). Aparentemente, esse é um cenário positivo, concorda? No entanto, as hidrelétricas representam sozinhas 60% da matriz energética do país. E elas causam impactos por motivos que, muitas vezes, não ficam claros.

OBJETIVO

Analisar empiricamente o consumo de energia e seus prováveis impactos sobre o meio ambiente.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com enfoque descritivo e abordagem básica com cunho bibliográfico diante da abordagem.

INDICADORES DE CONSUMO DE ENERGIA E MEIO AMBIENTE

Um dos indicadores mais utilizados para comparações internacionais no âmbito de energia é a intensidade energética, que relaciona energia e PIB. Há uma vasta literatura sobre o assunto, especialmente em se tratando de impactos macroeconômicos decorrentes de choques nos preços da energia (análises econométricas, paramétricas ou matriz insumo – produto) (SCHPPER,1990; LENZEN,2001, MACHADO,2000).

Com relação a sustentabilidade, PASSET (2001) lembra que o consumo energético é sem dúvida o indicador mais sintético da transformação dos meios através das atividades antrópicas. Por exemplo, o Conselho Mundial de Energia (CME apud PASSET, 2001), previa em 1989 que o consumo mundial de energia aumentaria em 80% entre 1985 e 2020 e triplicaria antes de 2060. Simultaneamente, MARTIN (1990) resalta a existência dos efeitos de aprendizagem dentro dos países, afirmam que o mundo sofre diariamente com as características causadas pela poluição e pela degradação dos organismos naturais. Nos últimos anos, o Brasil tem procurado diminuir a agressão ao meio ambiente através do desenvolvimento de fontes de energia não-poluente.

ENERGIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA NATUREZA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

É necessário fazer um estudo aprofundado de possíveis impactos ambientais que a instalação desde empreendimento pode causar na área. Evidente o consumo de energia é baseado nas fontes fósseis, o que gera emissões de poluentes locais, gases de efeito estufa e põem em risco o suprimento de longo prazo no planeta. No ano de 2003, quando a população mundial era de 6,27 bilhões de habitantes, o consumo médio de energia de 1,69 toneladas equivalentes de petróleo (TEP) per capita. Uma tonelada de petróleo equivalente a dez milhões de quilocalorias (Kcal), e o consumo diário médio de energia é de 46.300 Kcal por pessoa. Como comparação, vale a pena mencionar que 2.000 Kcal por pessoa é a energia que obtemos nos alimentos e que permite que nos mantenhamos vivos e funcionando plenamente. O restante é usado em transporte, gastos residenciais e industriais nos processos de transformação energética.

O consumo de água também aumentou consideravelmente, tanto que se tornar necessário cobrar pelo seu uso pagar os custos para sua purificação e transporte até os usuários. Se, e quando, uma colônia terrestre for instalada na lua (que não tem atmosfera), será preciso pagar_ e muito_ pelo ar consumido pelos seres humanos que terá de ser transportado até lá. Evidentemente a energia, o ar e água são ingredientes essenciais à vida humana. Nas sociedades primitivas seu custo era praticamente zero. A energia era obtida da lenha das florestas, para aquecimento e atividade domésticas, como cozinhar. Aos poucos, porém, consumo de energia foi crescendo tanto que outras fontes se tornaram necessárias. Durante a Idade Média, as energias de cursos d'água e dos ventos foram utilizadas, mas em quantidades insuficientes para suprir as necessidades de populações crescentes, sobretudo nas cidades. Após a Revolução Industrial, foi preciso usar mais carvão, petróleo e gás, que tem um custo elevado para a produção e transporte até os centros consumidores.

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental de 1999 a educação ambiental é conceitualmente entendida como os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade estabelecem valores sociais, habilidades, conhecimentos, atitudes e competências direcionadas para a conservação da natureza, bem a utilização comum do povo, primordial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Então, destaca a necessidade de permanecer presente em todas as fases e modalidades do processo de ensino, seja em caráter formal ou informal. A incumbência do seu processo é concretizada exatamente com atuação do Poder Público, órgãos ambientais, instituições educativas públicas e privadas, entidades de classe, empresas e a sociedade de modo geral (LIMA, 2016).

Em consonância aos princípios básicos da educação ambiental se estabelece a necessidade urgente de transformações que sejam capazes de resgatar o respeito pela vida, com justiça ambiental, sustentabilidade, diversidade e equidade, no intuito de garantir às necessidades básicas de todos os cidadãos. Diante desse tema, a educação ambiental torna-se uma das mais importantes alternativas para a retomada dos princípios de cidadania e ética com a natureza e a sociedade, além de ser crucial na readequação das problemáticas encontradas diariamente, na relação existente entre sociedade e meio ambiente, como por exemplo, no processo educativo da utilização consciente de energia (PAVIANI, 2012).

Assim, a educação ambiental pode ser destacada como uma ferramenta às propostas de conscientização dos usuários quanto ao uso correto dos benefícios proporcionados pela natureza, assim como o controle do desperdício de água, energia, poluição do ar, impactos ambientais, utilização e ocupação do solo, lançamento de efluentes em corpos hídricos, emissão de gases poluentes, sistemas de saneamento básico, desmatamentos, etc. Com isso, estudos evidenciam que

por meio da educação ambiental, nos últimos quarenta anos conseguiu-se que fossem abordados uma série de problemas e possibilitado a busca de solução correta.

Salienta-se, portanto, que, todos devem ser sujeitos às práticas sustentáveis e de preservação do meio ambiente, não permanecendo somente como meros receptores de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a função básica deste trabalho era corroborar algumas hipóteses teóricas aventadas ao longo do texto, não se esgotaram todas as possibilidades de uso da base de dados construídas acerca das relações entre energia e classes de renda.

Um dos desenvolvimentos mais triviais a partir desta base de dados seria o de utilizá-la para a obtenção das emissões de CO₂ das classes de renda nas cidades selecionadas, bastando para tal, aplicar coeficientes de emissão a estrutura construída. Discussões acerca das emissões de CO₂ devem necessariamente estabelecer reflexões acerca da matriz energética empregada no país, analisando detalhadamente as fontes de geração das emissões. As emissões de CO₂ são informações essenciais nas discussões internacionais sobre mudanças climáticas, principalmente no que tocam as possibilidades de transformação de consumo insustentáveis no uso dos transportes, que, como vimos, é uma categoria que contribui fortemente para o aumento de energia entre as classes de renda no Brasil.

De fato, os tomadores de decisão, tanto públicos quanto privados, sempre se deparam com problemas mais fáceis de serem resolvidos “aumento o bolo”, e não dividindo ou redistribuindo as partes existentes. Portanto, abordar a questão do consumo obriga-nos a pensar sobre um problema difícil de ser resolvido, qual, seja, como dividir ou distribuir “o bolo” (por vezes até um bolo que está encolhendo), desafiando as escolhas e a liberdade individuais.

Além disso, pobreza e a degradação ambiental estão estreitamente interligadas. Embora a pobreza resulte em tensão ambiental, a causa principal da deterioração do meio ambiente global é um padrão insustentável de consumo e produção, particularmente nos países industrializados, o que agrava a pobreza e os desequilíbrios. Assim, para alcançar o desenvolvimento sustentável torna-se necessário atingir eficiência na produção, mas também mudar o consumo, otimizando o uso dos recursos e minimizando a criação de rejeitos.

Além disso, a definição do perfil industrial brasileiro tem grande impacto na qualidade e no tipo final que teremos que produzir. Historicamente, o país é um grande produtor de produtos intensivos em energia, como papel e celulose, ferro, aço e alumínio. A mudança desse perfil para produtos menos intensivos pode alterar, no longo prazo, a demanda de energia no país e adicionar valor às nossas exportações.

REFERÊNCIAS

- FURTADO, C., 1998. **O Capitalismo Global**, ed. Paz e Terra. São Paulo, Brasil.
- HERENDEENR. A. 1978, “Total energy Cost of household consumption in Norway: 1973”, *Energy*, **3**, 615-30.
- LIMA, Rafaela Assis. **Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável nas Organizações Modernas**. 2016. 4 f. VII Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, Campina Grande, 2016 apud NILSSON, W. R. Services instead of products: experiences from energy markets - examples from Sweden. In: MEYER KRAHMER, F. (Ed.). *Innovation and sustainable development: lessons for innovation policies*. Heidelberg: Physica-Verlag, 1998.
- PAVIANI, A. **Urbanização: Impactos Ambientais da População**. Brasília – DF, 2012.
- SILVA, Ângela Maria. **Guia para normalização de trabalhos técnicos – científicos**: Uberlândia: UFU, 200. 163p.:il.

LITERATURA DE CORDEL: UMA ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA NOS ANOS INICIAIS NO MUNICÍPIO DE ITAPAJÉ-CEARÁ

CORDEL LITERATURE: A PEDAGOGICAL STRATEGY IN THE EARLY YEARS IN THE MUNICIPALITY OF ITAPAJÉ-CEARÁ

Pedro Oliveira de Sousa ¹
Sidiney Lima Carneiro Almeida ²
Francisco José Lopes Cajado ³

RESUMO

Este trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa qualitativa envolvendo professores e alunos do município de Itapajé-Ceará. A pesquisa objetivou identificar os benefícios pedagógicos da literatura de cordel como ferramenta de ensino/aprendizagem no município. Verificou ainda, a eficácia do cordel na promoção do letramento literário, bem como a capacidade de crianças em identificar o gênero textual do cordel, e aspectos de desenvolvimento de leitura, fala, escrita e elaboração de cordel por parte dos alunos envolvidos. Para o registro das atividades, foram utilizadas anotações e registros fotográficos através de uma câmera Nikon D90 e lente 28-105. O trabalho foi balizado por autores como Borges (2018); Ferraz (2021); Vasconcelos e Cajado (2022); Melo (2022), Alves Sobrinho (2003); Machado (2021); Siqueira (2020); Souza Fabri (2020) dentre outros. Na pesquisa, foi demonstrado pelos alunos entrevistados, a satisfação nas atividades de cordel, bem como um melhor rendimento escolar em diversas matérias. A literatura de cordel, quando aplicada com uma metodologia, foi considerada pelos docentes uma proposta diferenciada e atrativa, podendo alcançar níveis eficientes de aprendizagem e proporcionar um maior interesse dos alunos nas diferentes disciplinas lecionadas. A pesquisa abre, portanto, a possibilidade de ampliar e aprimorar esta temática e levar conhecimento de qualidade sobre o conteúdo didático proposto pelos parâmetros curriculares nacionais ou pelos aspectos culturais locais.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino/Aprendizagem; Cultura de Raiz; Literatura de Cordel.

ABSTRACT

This work was carried out through a qualitative research involving teachers and students from the municipality of Itapajé-Ceará. The research aimed to identify the pedagogical benefits of cordel literature as a teaching/learning tool in the municipality. It also verified the effectiveness of cordel in promoting literary literacy, as well as the ability of children to identify the textual genre of cordel, and aspects of development of reading, speaking, writing and elaboration of cordel by the students involved. To record the activities, notes and photographic records were used using a Nikon D90 camera and 28-105 lens. The work was guided by authors such as Borges (2018); Ferraz (2021); Vasconcelos and Cajado (2022); Melo (2022), Alves Sobrinho (2003); Ax (2021); Siqueira (2020); Souza Fabri (2020) among others. In the research, it was demonstrated by the interviewed students, the satisfaction in the cordel activities, as well as a better academic performance in several subjects. The cordel literature, when applied with a methodology, was considered by the professors to be a differentiated and attractive proposal, being able to reach efficient levels of learning and provide a greater interest of the students in the different disciplines taught. The research therefore opens up the possibility of expanding and improving this theme and bringing quality knowledge about the didactic content proposed by national curriculum parameters or by local cultural aspects.

KEYWORDS: Teaching/Learning. Root Crop. Literature of Twine.

1 Graduado em Ciências Contábeis (UVA). Licenciado em Matemática (UVA). Gradado em Curso tecnólogo em Construção Civil (UVA). Graduado em Engenharia Civil (UNIASSELVIL). Especialista em Finanças, auditoria e Controladoria (INTA) e Mestrando em Ciências da Educação (ACU - Absolute Christian University). **E-MAIL:** pedro_fotografoprofissional@hotmail.com

2 Licenciado em História (UEMA); Especialista em História do Brasil (IESM) e Mestrando em Ciências da Educação (ACU - Absolute Christian University).

3 Doutor em Biotecnologia (UFC). Mestre em Engenharia de Pesca (UFC); Especialista em Análises Clínicas (Faculdade Única - MG); licenciado em Ciências Biológicas (UECE); Bacharel em Ciências Biológicas (UECE); Professor celetista da Faculdade Metropolitana de Horizonte (FMH) e professor colaborador da Absolute Christian University (ACU - Absolute Christian University). **E-MAIL:** lopesbio@yahoo.com.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7366500861439534

INTRODUÇÃO

O cordel teve suas origens em Portugal, com os trovadores, os quais divulgavam histórias para a população que eram em grande parte formada por analfabetos. Os cordéis são folhetos de poemas populares, expostos à venda em cordas ou cordéis, o que deu origem ao nome. Estes poemas são escritos em forma de rima e ilustrados com xilogravuras.

Assim, a literatura de cordel é um gênero literário popular, escrito frequentemente de forma rimada, originada de relatos orais e depois impressos em folhetos. A literatura de cordel se popularizou no Brasil nas regiões Norte e Nordeste, sendo hoje difundida em todo o território nacional.

Esta literatura tem base na oralidade, e lançar o desafio para os alunos em sala de aula pode ajudar a desenvolver a inteligência, o senso crítico, a capacidade de oratória e a organização das ideias

Os primórdios da literatura de cordel encontrada no Brasil estariam, desse modo, relacionados à sua semelhante portuguesa, trazida para o Brasil pelos colonizadores já nos séculos XVI e XVII (FERRAZ, 2021).

Apesar de ter surgido por volta do século XII, ela ainda é pouco utilizada nas escolas, pois, o foco maior está nas disciplinas mais cobradas em provas e concursos. Suas narrativas podem abordar desde contos infantis, contos populares, histórias locais, versões de clássicos da literatura universal e temas do cotidiano.

É salutar que o professor trabalhe em sala de aula com o cordel para aguçar o interesse pelo mesmo, visto que, a grande parte da sociedade não tem o hábito da leitura em seu cotidiano.

O trabalho sugere uma abordagem de cunho qualitativa com a formulação de questionário, entrevista e observações dos sujeitos, que foram alunos do 5º ano, selecionados em uma escola particular do município de Itapajé, Ceará.

Assim, a inquietação do problema dessa pesquisa é: como os professores trabalham o cordel em sala de

aula? Como o conhecimento é construído partir desta literatura? Quais atividades podem ser desenvolvidas com o cordel?

OBJETIVOS

Identificar, como os alunos do 5º ano utilizam o cordel e se esta literatura pode ser utilizada para promover o letramento literário. De maneira específica, o trabalho questionou se os alunos seriam capazes de identificar o gênero textual do cordel; conhecer todo desenvolvimento de leitura, fala e escrita; elaborar se seriam capazes de elaborar um cordel e promover a cultura local.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa trata de um estudo de natureza básica ou pura que, de acordo com Gil e Vergara (2015), buscam a complementação de estudos inacabados, ou que não tenham um posicionamento definitivo no meio científico. Quanto a sua finalidade, é um estudo descritivo e é também um estudo exploratório que, de acordo com a Marconi e Lakatos (2012), os estudos exploratórios buscam respostas para o problema da pesquisa e proporcionam uma maior familiaridade com o ambiente, com o fato ou fenômeno, além de modificar ou revelar os conceitos. O trabalho é de caráter bibliográfico, uma vez que variadas obras foram pesquisadas em livros, revistas, artigos e trabalhos científicos, localizados em bases de dados como, *Google acadêmico*, além de *sites na internet*.

Os sujeitos da pesquisa formam professores e alunos de uma escola particular do município de Itapajé. A escola estudada, no ano letivo de 2019, era formada por 227 alunos, distribuídos em 9 (nove) turmas. Os discentes estão compostos de crianças com idades variando entre 2 até 11 anos. A escola abrange alunos

dos mais diversos bairros da cidade e alunos de outros municípios.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizado, além do diário etnográfico, a entrevista, análise documental e imagens fotográficas a fim de que tenhamos uma análise qualitativa de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

ENTREVISTA COM ALUNOS DO 5º ANO

Os alunos relataram a respeito das aulas de literatura de cordel:

“Foi uma aula muito divertida (A 01). Achei ótimo porque brincamos com o autor dos nossos livros (A 02). Foi muito legal e tinha os bonecos engraçados (A 07). São aulas muito boas, aprendi o cordel do professor (A 12). Gostei demais, o professor sabe cantar com os livros e eu aprendi cordel (A 20)”.

Sobre a satisfação dos alunos com a aula utilizando a literatura de cordel, foram entrevistados vinte alunos. Desta maneira, 10 (dez) estudantes, responderam que gostaram muito, foi muito engraçado; 8 (oito) disseram que gostaram bastante das histórias; 4 (quatro) mencionaram que em alguns momentos ficaram com medo, mas que foi legal; 3 (três) alunos declinaram preferência aos cordéis que falam de amor; 2 (dois) afirmaram que gostaram de tudo que foi passado na aula; 1 (um) discente disse ter achado bonito o violão e gostou também do cordel.

ANÁLISE COMPARATIVA DAS PRODUÇÕES

INICIAIS E FINAIS

O questionário utilizado para a pesquisa foi elaborado com o intuito de investigar as particularidades na utilização do cordel que encanta os alunos e se torna um diferencial na instituição de ensino estudada, visto que, as metodologias empregadas contribuem com o ensino/aprendizagem ao articular a Literatura de cordel com o ensino dos alunos.

TABELA 01 - Desenvolvimento dos alunos de uma instituição de ensino de Itapajé-Ce, durante a utilização da literatura de cordel em sala de aula.

Bimestre	%	Nível
1º	0%	Neste nível o aluno ainda não teve contato com o cordel
2º	0%	O aluno ouviu e conheceu a literatura de cordel, começando a fazer seus cordéis.
3º	5%	O aluno se envolve com a literatura, o aprendizado e desenvolvem os processos de falar, escrever, desenhar o cordel.
4º	6%	Neste nível o aluno conheceu, aprendeu, criou, praticou as tarefas que envolvem o cordel como, escrever seus cordéis, recitar, desenhar e fazer a xilogravura.

FONTE: autores.

Antunes (2008, p. 24) relata que o educador deve sempre levar em conta a certeza de que o saber que se busca produzir nos alunos não é ensinado, não chega de fora para dentro e, portanto, não é transmitido automaticamente de uma pessoa para outra, ou seja, o aluno não assimilará o conteúdo dado pelo professor somente ouvindo-o em silêncio.

ENTREVISTA COM PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE ITAPAJÉ-CE.

Doze professores de ensino fundamental foram questionados sobre sua formação acadêmica com conforme a tabela a seguir:

TABELA 02 - Formação acadêmica do professor

Professor	Titulação	Sexo	Idade
P(1)	Pedagogia/Esp.	F	-
P(2)	Pedagogia	M	-
P(3)	Pedagogia	F	-
P(4)	História/ Esp.	F	46
P(5)	Letras- Inglês/Esp.	M	28
P(6)	Pedagogia/ Esp.	F	28
P(7)	Pedagogia/Esp.	F	35
P(8)	Pedagogia/Esp.	F	50
P(9)	Pedagogia/Esp.	F	-
P(10)	Pedagogia	F	-

P(11)	Pedagogia/Esp.	F	-
P(12)	Pedagogia/Esp.	F	49

FONTE: autores.

Para Cirino e Goergen (2016), a educação para a humanidade, depende do compromisso das instituições de ensino e de seus professores, que devem visar à formação de cidadãos.

TABELA 03 - Percepções do professor sobre a literatura de cordel

Prof.	Percepções sobre a literatura de cordel
P(1)	Folhetos de Literatura popular em versos
P(2)	São folhetos com poemas populares, expostos para venda pendurados em cordas ou cordéis, o que deu origem ao nome.
P(3)	É da cultura popular e contém versos.
P(4)	Gosto muito de literatura de cordel, pois faz parte da nossa cultura e nos transmite conhecimentos de forma agradável.
P(5)	Um gênero literário de cunho regional.
P(6)	Texto literário do Nordeste, rico em conhecimentos e valorização da cultura.
P(7)	É uma denominação de amor e criatividade
P(8)	São folhetos que contém histórias que o povo conta e são escritas com rimas.
P(9)	Folhetos, literatura popular em verso.
P(10)	São versos que fazem parte da cultura popular.
P(11)	Promovem histórias do povo através das rimas e versos.
P(12)	Não respondeu.

FONTE: autor.

Conforme Silva (2021), o cordel pode oferecer subsídios para que as crianças compreendam e produzam os próprios textos.

TABELA 04 – O trabalho com literatura de cordel nas disciplinas escolares.

Prof.	Comentários sobre o questionamento se o professor utilizou a literatura de cordel em sua disciplina
P(1)	Somente em projetos escolares
P(2)	Não
P(3)	Sim. Em projetos na escola.
P(4)	Sim. Em uma turma na faculdade.
P(5)	Não.
P(6)	Não
P(7)	Sim

P(8)	Não.
P(9)	Somente em projetos escolares.
P(10)	Sim.
P(11)	Não.
P(12)	Sim. Até produzi alguns de minha autoria.

FONTE: autores.

Conforme Siqueira (2020), a relevância do uso do cordel como ferramenta metodológica de ensino é apoiada pelo o alto grau de integração dos estudantes com o tema e a metodologia utilizada.

TABELA 05 – A percepção dos professores sobre a literatura de cordel.

Prof.	A percepção do professor sobre a literatura de cordel em Itapajé-Ce
P(1)	É uma produção cultural, porém não valorizada.
P(2)	Vejo com um desenvolvimento de expressão que perpassa pela transmissão de conhecimentos elementares para a formação da nossa sociedade. A Literatura de Cordel recebe o título de Patrimônio Cultural.
P(3)	Esquecida.
P(4)	Muito rica, com pessoas bastante capacitadas, porém, no momento está um pouco parada.
P(5)	Com grandes cordelistas e bem representado por seus conterrâneos.
P(6)	Valorização da cultura local e regional.
P(7)	Uma demonstração de riqueza a sua terra.
P(8)	Geralmente, vemos alguns professores realizar apresentações de cordéis nos eventos da escola. Todavia, considero que essa literatura ainda é pouco difundida em nosso meio.
P(9)	Cultural, porém não valorizada.
P(10)	É uma cultura esquecida em Itapajé.
P(11)	Esta literatura é pouco difundida.
P(12)	Poderia ser melhor valorizada.

FONTE: autores.

Para Lima (2019), é importante destacar que o cordel apresenta formas poéticas, rimas, conteúdos e escritas de características autênticas.

TABELA 06 – A leitura de cordéis.

Prof.	Se o professor costuma ler cordéis
P(1)	Sim. Principalmente nos projetos.
P(2)	As vezes
P(3)	Sim
P(4)	Já li e gosto.

P(5)	Já li alguns.
P(6)	Não.
P(7)	Sim
P(8)	Sim. Durante minha infância li vários.
P(9)	Sim. Algumas vezes nos projetos.
P(10)	Sim.
P(11)	Sim.
P(12)	Sim. Já li muitos.

FONTE: autores.

Para Souto (2022), o professor deve desenvolver a leitura e a inclusão do cordel pode ser capaz de despertar a criatividade do aluno.

TABELA 07 - A importância da literatura de cordel em sala de aula.

Prof.	A importância da literatura de cordel em sala de aula
P(1)	Razões culturais, trabalhar gêneros de textos e ajuda na literatura e na escrita.
P(2)	Contribui para a formação de leitores críticos, capazes de mergulhar no universo literário e relacioná-lo com suas próprias experiências e saberes, de construir ideias e percepções da vida.
P(3)	Demonstrar respeito por toda construção da História antiga.
P(4)	É importante para apresentar aos alunos a cultura contada de outra maneira.
P(5)	Fomentar o interesse pela leitura e abranger o seu repertório cultural.
P(6)	Desenvolver leitura, escrita e valorização da cultura brasileira.
P(7)	É importante para o conhecimento e tradição dessa cultura.
P(8)	Acredito que todos nós educadores, deveríamos valorizar mais o trabalho com o cordel. Pois, além de contagiante e belo, é riquíssima essa literatura.
P(9)	A importância das razões culturais. Trabalhar o gênero de texto e ajuda no desenvolvimento da leitura e escrita.
P(10)	O respeito pela criação de seus versos.
P(11)	O cordel deve ser valorizado pelos educadores pois este facilita a aprendizagem dos alunos.
P(12)	Desperta o prazer da leitura e é emocionante de se ouvir.

FONTE: autor.

Para Silva e Costa (2021), devemos considerar a literatura de cordel, em sua multidisciplinaridade, uma

grande aliada no processo de mediação do conhecimento científico com os nossos educandos.

TABELA 08 - Atividades de cordel trabalhadas nas aulas

Prof.	Atividades de cordel trabalhadas pelo professor
P(1)	A criança de pequenos versos e varais.
P(2)	Ainda não trabalhei esse assunto, mas se preciso fosse, faria visitas a feiras de livros, participação em eventos literários e a presença de escritores na sala de aula, por exemplo, são práticas que aproxima os alunos da literatura como prazer.
P(3)	Xilogravura visuais, desenhos em cordéis em forma de canções.
P(4)	Apresentei alguns exemplos de literatura de cordel e os convidei a criar alguns de acordo com a nossa realidade.
P(5)	Não trabalhou.
P(6)	Não trabalhou.
P(7)	Roda de conversa e construção de cordel
P(8)	Não costuma trabalhar com o cordel.
P(9)	Sim. A criança de pequenos versos e varais.
P(10)	Sim. Xilogravura e cordéis.
P(11)	Não.
P(12)	Jograis, feira literária e recitais.

FONTE: autor.

Para Machado (2022), a literatura de cordel pode ser aplicada na sala de aula, como por exemplo, através de uma peça de teatro e demais atividades lúdicas.

Para isto, os alunos poderiam assistir e posteriormente montar uma roda de conversa, debatendo o gênero predominante na peça, os personagens e o que aprenderam durante a atividade.

TABELA 10 – O contato com a Literatura de Cordel na escola

Prof.	O professor tem contato com a literatura de cordel na escola
P(1)	Sim. Nos projetos trabalhados.
P(2)	Sim
P(3)	Sim, nos projetos.
P(4)	Não.
P(5)	Sim.
P(6)	Não
P(7)	Sim
P(8)	Sim. Na biblioteca tem exemplares.
P(9)	Sim. Nos projetos na escola.
P(10)	Sim. Nos Projetos escolares.

P(11)	Sim. Na escola que trabalho.
P(12)	Sim.

FONTE: autores.

Para Cerrao (2022), cabe à biblioteca estimular e organizar a leitura do cordel para que os alunos aumentem seus conhecimentos, capacidade crítica e reflexiva.

TABELA 11 – A utilização da literatura de cordel nas disciplinas

Prof.	A possibilidade da utilização da literatura de cordel na disciplina do professor
P(1)	Sim.
P(2)	Ao levar os princípios do cordel para sala de aula. Qualquer conteúdo poderá ser assimilado e descrito em versos pelos próprios alunos.
P(3)	Sim. Visual, desenho e música.
P(4)	Sim.
P(5)	Sim.
P(6)	Sim, é possível.
P(7)	Sim.
P(8)	Sim, acredito que é possível se houver esforço e interesse.
P(9)	Sim.
P(10)	Sim. No desenho e música.
P(11)	Sim.
P(12)	Sim.

FONTE: autores.

Souza Fabri e De Souza Poletto (2020), comentam que a literatura de cordel foi considerada uma importante forma de expressão que consegue caminhar por todas as idades. Deste modo, é possível de ser lida, sentida e discutida em diferentes áreas do conhecimento, estimulando alunos e professores.

TABELA 12- As contribuições do cordel na formação discente.

Prof.	A contribuição do cordel na formação dos alunos
P(1)	Sim.
P(2)	Por meio desse gênero é possível discutir acontecimentos históricos, políticos e sociais no contexto das aulas de Matemática. Além disso, o projeto também desenvolve um estudo científico para identificar as contribuições do trabalho com o cordel nas aulas dessa disciplina.

P(3)	Fortalece a cultura lembrar que existe sempre uma história antes das evoluções.
P(4)	O cordel apresenta a cultura local e estimular aos estudantes a produzirem.
P(5)	Os alunos tem uma certa facilidade de produzir cordéis.
P(6)	Sim, leitura e escrita.
P(7)	Sim. Os mesmos gostam e tem interesse de conhecer e confeccionar o cordel.
P(8)	Sim, alguns alunos gostam de ler no momento da contação de histórias e recitam também nos eventos escolares.
P(9)	Sim.
P(10)	No fortalecimento da cultura.
P(11)	Sim. Ele favorece o aprendizado.
P(12)	Sim. O cordel sempre conta uma história, a maioria tirada da realidade.

FONTE: autores.

Medeiros (2022), afirma que a leitura através do cordel o aluno tem possibilidades de descobrir caminhos à aprendizagem, de forma que o mesmo interpreta, sistematiza, confronta, documenta e informa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu considerar que as utilizações do cordel na escola estudada onde foram realizadas atividades de forma dinâmica e inovadora.

O cordel quando aplicado em ambiente adequado pode alcançar o aprendizado dos alunos de forma lúdica e prazerosa. Portanto, a pesquisa pode abrir possibilidades de ampliar e aprimorar esta temática e levar conhecimento de qualidade sobre a cultura de raiz e a literatura de cordel.

Pode ser ressaltado que o professor-cordelista é capaz influenciar crianças positivamente através da cultura e sempre deverá estar atento aos interesses do aluno de modo a realizar experiências criativas, divertidas e participativas, integrando a criança a participação do cordel.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. Piaget, Vygotsky, Paulo Freire e Maria. **Montessori em minha sala de aula.** São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

CIRINO, B.A.; GOERGEN, P. **Universidade, relação entre educação superior e ética.** Série-Estudos, Campo Grande, MS, v. 21, n. 42, p. 93-105, maio/ago. 2016.

FERRAZ, M.E.C. de Sá. **Mulheres em dois tempos: a representação feminina entre o trovadorismo português e a sofrência pop de Duda Beat.** 2021. 120f. **Dissertação** (Mestrado em Comunicação e Sociedade) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, Palmas, 2021.

GIL, A.C.; VERGARA, S.C. **Tipo de pesquisa.** Universidade Federal de Pelotas. Rio Grande do Sul, 2015.

LIMA, R.A.R. **Entre versos e rimas: a história de Sergipe no cordel.** 2019. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

MACHADO. D.S. **Algumas reflexões sobre o trabalho da poesia de cordel na disciplina de literatura no ensino médio.** 21 p. 2022. Trabalho de conclusão de curso. Curso de Letras – Português. Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão, Jaguarão – RS. 2022.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados.** In: Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados. 2012. p. 277-277.

SILVA, J.C.D.G.; COSTA, J.J.C. da. **Cultura popular na vivência escolar: reflexão sobre a importância de trabalhar o cordel na sala de aula.** Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais ISSN 2238-3565 v.10, n.6, p.1-12, dez., 2021.

SILVA, I. P.; GUEDES PINTO, A.L. **Literatura de cordel na escola pública: perspectivas para a prática de leitura oral e o ensino de escrita.** Indagações em Educação, v. 1, n. 1, p. 46-65, 2021.

SIQUEIRA, E.C. de; MATAMOROS, J.A.; DE LA CRUZ, C.B.V. **Uso da literatura de cordel para explicar a metodologia ativa aprendizagem baseada em problemas.** Revista Ciências & Ideias ISSN: 2176-1477, v. 11, n. 2, p. 257-267, 2020.

SOUTO, M.S.C. **A importância da literatura de cordel na leitura oral no ensino fundamental II.** 2022. **Trabalho de Conclusão de Curso.** TCC (Graduação – Licenciatura em Letras a Distância) – Instituto Federal de Educação da

Paraíba /Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras a Distância, 2022.

SOUZA FABRI, M.G. de; DE SOUZA POLETTO, R. **Revisão sistemática: a aplicação da literatura de cordel no ensino das disciplinas da área de educação ambiental.** Redin-Revista Educacional Interdisciplinar, v. 9, n. 1, 2020.

QUAL A PERCEPÇÃO E AÇÃO DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS ACERCA DA LEITURA NA ESCOLA, AS IMPLICAÇÕES DESSA PERCEPÇÃO E AÇÃO NA FORMAÇÃO DO ALUNO LEITOR: UMA REVISÃO

WHAT IS THE PERCEPTION AND ACTION OF TEACHERS IN THE EARLY YEARS ABOUT READING AT SCHOOL, THE IMPLICATIONS OF THIS PERCEPTION AND ACTION IN THE TRAINING OF STUDENT READERS: A REVIEW

Zaira Augusta Lustosa Vieira Virginio ¹

RESUMO

INTRODUÇÃO: A formação de leitores tem sido discutida e apresenta um enorme desafio na prática cotidiana dos profissionais em sala de aula, acerca de como devem se dar as boas práticas de incentivo à leitura. **OBJETIVO:** Analisar as ações pedagógicas dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental na formação de um aluno leitor. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica-descritiva, com uma abordagem qualitativa e pelo método dedutivo, mais condizentes com esse formato de estudo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os resultados da pesquisa mostraram que os professores formadores de leitores devem buscar meios de motivar o aluno ao ato de ler e contribuir para sua formação humana crítica e reflexiva, visto que o ensino a leitura ainda não é tratado como parte do conteúdo de ensino, pois o ensino corresponde a uma exigência didático-pedagógica que almeja uma formação conteudista nem sempre contextualizada com a realidade dos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Aluno leitor; Professor Alfabetizador; Ação docente.

ABSTRACT

INTRODUCTION: The formation of readers has been discussed and presents a huge challenge in the daily practice of professionals in the classroom, about how good practices to encourage reading should take place. **OBJECTIVE:** To analyze the pedagogical actions of teachers in the early years of elementary school in the formation of a reading student. **METHODOLOGY:** This is bibliographic-descriptive research, with a qualitative approach and the deductive method, more consistent with this study format. **FINAL CONSIDERATIONS:** The results of the research showed that teachers who train readers must seek ways to motivate students to read and contribute to their critical and reflective human formation, since teaching reading is not yet treated as part of the content of teaching, because teaching corresponds to a didactic-pedagogical requirement that aims at a content education that is not always contextualized with the students' reality.

KEYWORDS: Student reader; Literacy Teacher; Teaching action.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. Especialista em Docência do Ensino Superior; Especialista em Hematologia e Imuno-Hematologia. Graduada como Bacharel em Farmácia pela Faculdade Anhanguera de Imperatriz (2022), Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Teologia Hokemah (2014); Licenciada em Geografia pela Faculdade de Ciências Humanas de Vitória (2014). **E-MAIL:** zairaaugusta@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/2890563436594523

INTRODUÇÃO

A formação de leitores tem sido discutida e apresenta um enorme desafio na prática cotidiana dos profissionais em sala de aula, acerca de como devem se dar as boas práticas de incentivo à leitura. Ademais, a leitura não se limita a decifrar ou oralizar a escrita, como tem sido observado em algumas escolas sem considerar aspectos sociais e estratégias cognitivas. Com isso, vê-se a necessidade de se compreender atitudes e escolhas que o permitam ter como objetivo a compreensão do conteúdo de determinada leitura. (MERETT; FRANCO, 2019)

Nesta perspectiva, o que se ver são abordagens sem incentivos e indagações, diante disso, é importante que o professor busque conhecer praticar o ensino e o estímulo à leitura desconstruindo os paradigmas das dificuldades de compreensão leitora encontradas pelos alunos em sua trajetória escolar, para tornar-se um leitor competente.

Dessa forma, tendo em vista que a leitura é um conhecimento de base e é preciso entender o porquê de uma criança ter dificuldade de ser alfabetizada nos anos iniciais e muitas vezes chegar aos anos finais ainda sem dominar a leitura e a escrita (MOURA, 2016). Se faz necessário e indispensável aprofundar esta temática, investigar as complexidades e os instrumentos que esses profissionais tem em mãos, e compreender as suas ações e percepções sobre a leitura, podem ajudar a comunidade escolar a concretizar a leitura emancipadora.

OBJETIVO

Analisar as ações pedagógicas dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental na formação de um aluno leitor.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfico-descritiva, com uma abordagem qualitativa e pelo método dedutivo, mais condizentes com esse formato de estudo. Assim, foi feito um levantamento da literatura em fevereiro de 2022, nas bases de dados Periódicos CAPES e Google Acadêmico. Os descritores utilizados foram os seguintes: " Percepção" AND " Ação docente" AND " Ensino Fundamental nos anos iniciais" AND "formação" AND "leitor". "Perception" AND "Teaching action" AND "Elementary education in the early years" AND "Training" AND "Reader" em ambas as bases de dados.

Desse modo, foram selecionados 06 artigos sendo incluídos segundo os critérios de elegibilidade conforme a tabela 1. Os critérios de inclusão foram: artigos nos idiomas inglês, espanhol e português, nos últimos cinco anos, envolvendo a percepção e ação de professores dos anos iniciais, as implicações dessa percepção e ação na formação do aluno leitor.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Artigos encontrados nas bases de dados dos periódicos capes e google acadêmico	1980
Estudos excluídos pelo título	1965
Estudos duplicados removidos	0
Artigos com textos completos para avaliar a elegibilidade	15
Artigos excluídos pelo abstract	6
Artigos excluídos a partir da leitura do texto completo	3
Estudos incluídos na síntese qualitativa	6

TABELA 1 – Demonstrativo dos artigos que integram a Revisão Integrativa.

A leitura e o letramento passam por discussões e chega à sala de aula trazendo para o professor a responsabilidade de formar um leitor autônomo que por diversos motivos, não têm contato de rotina com leitura de qualidade e nem com adultos leitores. Os professores são guiados pelo ensino da língua tradicional que prioriza a gramática e não o contexto, como se eles não fossem interligados. (MOURA, 2018).

Nesse aspecto, Moura (2016) ainda pontua,

que é visível o atual cenário de analfabetismo funcional, característico das pessoas que sabem ler e escrever, mas, não conseguem utilizar essa habilidade na compreensão de textos.

Por sua vez, Merette e Franco (2019), ressaltam a fragilidade da educação no Brasil quando o assunto abordado são leitores e como os professores vem desenvolvendo a fluência da leitura e que práticas desses profissionais abordam. Oliveira (2018), trouxe que na visão de uma professora do primeiro ano do ensino fundamental, o tema leitura envolve várias vertentes como o letramento e alfabetização, e afirma ainda que a linguagem é determinada historicamente, que os níveis de leitura e escrita mudam de acordo com o momento e a história e que a escola deve se preparar para essas mudanças.

Neste sentido, evidencia-se que desde a formação do pedagogo, ele não tem uma percepção do quanto à leitura é importante e o quanto a prática da leitura é relevante no processo do ensino-aprendizagem do aluno, visto que, tais universidades formadoras ainda praticam uma concepção de leitura ultrapassada e inadequada (BANDEIRA; PORTILHO, 2020). Com isso, Bandeira e Portilho (2020) tratam que é uma problemática que caracteriza a desistência de alunos da educação básica, alunos estes que, por vezes, conseguem fazer a decodificação dos símbolos linguísticos escritos, mas não compreendem o que lêem. Além disso, os autores abordam que essa problemática pode estar relacionada com as teorias e metodologias aplicadas ao ensino nos primeiros anos do ensino fundamental, uma prática de ensino ultrapassada que não contribui para a compreensão do que se lê e que contribui para que o educando não se torne pro eficiente na leitura.

Por outro lado, Rocha (2018), defende que o trabalho do professor como mediador deve entender a importância do seu papel, discordando da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define um prazo de alfabetização da criança até o 2º Ano do En-

Fundamental. Para ela, o processo é contínuo e não existe idade correta, a criança precisa de práticas que fomentem sua conscientização.

Contudo, nesta perspectiva, em que o ensino de línguas prioriza a gramática, prejudica a apropriação e compreensão da língua, o processo de alfabetização de apenas codificar e decodificar que fica e não atende à demanda da sociedade que deve garantir uma leitura de expressão e compreensão dos textos (MOURA, 2018). Como por exemplo, reconhecer a vulnerabilidade da deficiência linguística, conhecer a insuficiência social e escolar não traz o entendimento acerca do que deve ser a prática docente para incentivar a leitura. (FRONCKOWIAK; BARBOSA, 2021).

Todavia, o que determina um bom texto para que os professores nos últimos anos do ensino fundamental I? São apenas aqueles que nomeiam números e letras e é assim sugerido para a criança como uma boa prática de formação leitora (FRONCKOWIAK; BARBOSA, 2021). Dito isso, analisando uma pesquisa sobre o processo de formação da leitura, através da leitura literária, observou-se que o processo de leitura literária se dá em condições reais com sujeitos reais e, que no texto literário encontramos a interação em um contexto, como fator mais importante na construção do significado linguístico pretendido pelos sujeitos, recorrendo à construção linguística para moldar seus propósitos de interação, além de só conhecimento das normas e regras da gramática tradicional (DA SILVA OLIVEIRA, 2018).

Entretanto, como qualquer texto, está sujeito a intervenções sociais, à época em que foi escrito e às condições de apreensão de sentido do leitor e necessita ser selecionado de em concordância com objetivo e a didática de leitura adequada ao professor (DA SILVA OLIVEIRA, 2018). Com isso, para ler é necessário que o leitor reconheça as peculiaridades da palavra para que, conseqüentemente, possa memorizar a constituição das sílabas do português. Portanto, entender como o cérebro funciona e quais atividades são

necessárias para o desenvolvimento da leitura, se torna possível vivenciar na prática a melhoria do processo de ensino e aprendizagem e garantir uma leitura que permita uma interpretação coerente do que ficou explícito (ROCHA, 2018).

Dessa forma, a prática pedagógica mais consolidada no que diz respeito aos aspectos biológicos e psicológicos da formação do sujeito para as diversas áreas do conhecimento deve, sem dúvida, permear as contribuições da neurociência (ROCHA, 2018). Neste sentido, o problema segue com a falta de abordagens interativas da leitura em sala de aula, a falta de incentivos para ler e com as dificuldades dos professores que às vezes param de ensinar, isso tudo pode significar um atraso nas habilidades de leitura da criança e no desenvolvimento de seu processo de ensino-aprendizagem, com graves consequências futuras (BANDEIRA; PORTILHO, 2020).

Então, a escola primária é um nível de ensino onde devem ser implementadas abordagens de leitura, com práticas de ensino que desenvolvam estratégias de leitura no aluno, pois neste espaço há interação com outras crianças, com outras culturas e troca de experiências. No entanto, essa prática tornou a leitura uma atividade sem valor interativo, falta de interatividade, criatividade, imaginação, pensamento crítico e autonomia, sem descobrir o verdadeiro significado da leitura de um texto, mas considerando apenas o reconhecimento de palavras escritas e gerando o fracasso escolar (BANDEIRA; PORTILHO, 2020).

Além disso, às muitas dúvidas dos professores responsáveis por esse processo, geram o fracasso na leitura pois eles acreditam que ensinaram uma criança a ler ajudando-a a juntar sílabas e formar palavras, e outros elementos importantes nessa fase são ignorados. Com isso, se evidencia um problema na formação inicial de professores que exige uma reflexão crítica sobre a adoção de métodos cada vez mais expressivos, colaborativos e inclusivos (MOURA, 2018).

Dito isso, a criança pode descobrir o prazer da

leitura mesmo antes de ler, pois o real sentido da leitura antecipa a alfabetização formal, onde a prática da leitura das instituições - escola e família atravessa um questionamento: eles conhecem e compreendem o que é uma boa leitura? (FRONCKOWIAK; BARBOSA, 2021). Neste sentido, o professor é um ser social que evoluiu e evolui ao longo da história, apropriando-se das objetivações de outros sujeitos ao seu redor. Portanto, sua prática pedagógica não está desvinculada do contexto social que permeou sua formação. (MERETT; FRANCO, 2019).

Com isso, suas ações em sala de aula não são neutras, mas permeadas de noções de um mundo particular, cultural e político, o que ao final os leva a refletir sobre suas práticas em sala de aula, e essas ações são consequências que se instalam na sala de aula. Por isso, existem abordagens de leitura que proporcionam aos alunos interação e conhecimento por meio de textos, levando em consideração fatores linguísticos e discursivos, desenvolvendo habilidades de compreensão e autonomia de leitura (MERETT; FRANCO, 2019).

Dessa forma, Bandeira e Portilho (2020) afirmam que os professores precisam de uma formação que os conduza a uma visão metodológica da leitura que vise incutir nos alunos questionamentos, polêmicas, hipóteses, construção de críticas positivas e negativas. Isso permite que o aluno seja um sujeito e interaja com e através do texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa mostraram que os professores formadores de leitores devem buscar meios de motivar o aluno ao ato de ler e contribuir para sua formação humana crítica e reflexiva, visto que o ensino a leitura ainda não é tratado como parte do conteúdo de ensino, pois o ensino corresponde a uma exigência didático-pedagógica que almeja uma formação conteudista nem sempre contextualizada com

a realidade dos alunos. Os profissionais em sala de aula têm um desafio na abordagem e na análise da prática cotidiana e devem compreender as complexidades e os instrumentos que sustentam a formação de um aluno leitor. Além disso, é importante tentar perceber as concepções de mundo e de saberes de cada aluno, para melhorar e desenvolver esses alunos com habilidades de ler, analisar e interagir no seu contexto social. Assim, ficou evidente que a formação inicial e continuada dos professores deve estar em constante evolução para que a leitura seja desenvolvida nos alunos ao longo de seu processo de escolarização, criando planos e metas para estimular e projetar um aluno leitor.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Marconde Ávila; PORTILHO, Rosiane. **Concepções de leitura e formação do leitor nos anos iniciais do ensino fundamental nos documentos oficiais de ensino.** DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, v. 22, n. 1, p. 171-188, 2020.

DA SILVA OLIVEIRA, Francielly; DE FREITAS, Inalda Maria Duarte. **A contribuição do gênero conto para a formação de leitores no processo da escrita.** Diversitas Journal, v. 4, n. 2, p. 556-565, 2019.

FRONCKOWIAK, Ângela Cogo; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Educar para ler desde a infância: o valor poético da vocalidade e da imaginação.** ETD- Educação Temática Digital, v. 23, n. 1, p. 157-176, 2021.

MERETT, Francielle Nascimento; FRANCO, Sandra Aparecida Pires. **Conteúdo e forma na leitura literária: considerações sobre a formação e atuação de professores da educação básica.** Revista on line de Política e Gestão Educacional, p. 132-146, 2019.

MOURA, Eliane Maria Fogliarini. **Formação docente das professoras alfabetizadoras: um olhar sobre a leitura e a escrita.** Editora Atena, Rio Grande do Sul, 2020.

ROCHA, Gabriella Requião. **Neurociência: contribuições para a aprendizagem da leitura nos anos iniciais do Ensino Fundamental I.** Editora Atena, Rio Grande do Sul, 2018.

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: METODOLOGIAS ATIVAS EM AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM DO SÉCULO XXI

INTERNATIONALIZATION OF HIGHER EDUCATION: ACTIVE METHODOLOGIES IN VIRTUAL LEARNING ENVIRONMENTS OF THE 21ST CENTURY

Custódio Cazenga Francisco ¹

RESUMO

INTRODUÇÃO: os limites de educação superior são cada vez menos expressivos no mundo contemporâneo. **OBJETIVO:** Refletir sobre o potencial do uso das metodologias ativas em ambientes virtuais de aprendizagem para internacionalização da educação superior do século XXI. **METODOLOGIA:** O presente texto consiste em uma revisão de literatura do tipo Narrativa, e utilizamos bancos de dados científicos, para abarcar autores propostos. O intuito foi de trazer conteúdos relevantes à temática com enfoque em várias teorias. Foi feita uma pesquisa analítica e bibliográfica de abordagem qualitativa sobre o assunto através de livros, artigos e em vídeos aulas dos bancos de dados como Pepsic, Scielo e Google Acadêmico. Em seguida, foi realizada uma inclusão dos materiais mais relevantes, excluindo conteúdos que não diziam respeito sobre a temática. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que o potencial do uso das metodologias ativas nas ações de internacionalização da educação superior realizadas em ambientes virtuais de aprendizagem contribuem para fomentar o desenvolvimento de competências internacionais e interculturais necessárias para a formação de sujeitos que precisam atuar social e profissionalmente num mundo globalizado. Constitui-se, assim, como um precioso auxiliar para todos aqueles que queiram atualizar os seus conhecimentos e aprofundar a sua formação. Espera-se que a partir desta, pesquisa, os professores das instituições acadêmicas do nível superior e das áreas afins tenham melhor entendimento sobre o tema, uma visão técnica e científica mais abrangente.

PALAVRAS-CHAVE: Internacionalização; educação superior; metodologias ativas; aprendizagem.

ABSTRACT

INTRODUCTION: the limits of higher education are less and less expressive in the contemporary world. **OBJECTIVE:** To reflect on the potential of using active methodologies in virtual learning environments for the internationalization of higher education in the 21st century. **METHODOLOGY:** The present text consists of a literature review of the Narrative type, and we used scientific databases to include proposed authors. The aim was to bring relevant content to the theme with a focus on various theories. An analytical and bibliographical research was carried out with a qualitative approach on the subject through books, articles and video lessons from databases such as Pepsic, Scielo and Google Scholar. Then, the most relevant materials were included, excluding content that did not relate to the theme. **FINAL CONSIDERATIONS:** It is concluded that the potential of using active methodologies in higher education internationalization actions carried out in virtual learning environments contributes to fostering the development of international and intercultural competences necessary for the formation of subjects who need to act socially and professionally in a globalized world. It is thus a valuable aid for all those who want to update their knowledge and deepen their training. It is hoped that from this research, professors from higher education academic institutions and related areas will have a better understanding of the subject, a more comprehensive technical and scientific vision.

KEYWORDS: Internationalization; college education; active methodologies; learning.

¹ Pós-Doutorando em Saúde Coletiva; Doutor em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University; Mestre em Ciências Biomédicas (Segurança do Trabalho) pela UNIXAVIER; Pós-Graduado (*Lato Sensu*) em Administração Hospitalar pela Universidade Nova Lisboa; Graduado em Medicina pela Universidade Jean Piaget de Angola. **E-MAIL:** custodiofrancisco29.8@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9024184123157315

INTRODUÇÃO

Os limites de educação superior são cada vez menos expressivos no mundo contemporâneo.

As abordagens contemporâneas sobre os processos de ensino e aprendizagem concebem o estudante como o centro desta relação (ALMEIDA, MORAN, 2005; ARAÚJO, 2015). A partir de movimentos como Escola Nova, difundido por William James, John Dewey e Édouard Claparède, defende-se uma “metodologia de ensino centrada na aprendizagem pela experiência e no desenvolvimento da autonomia do aprendiz” (ALMEIDA, 2018, p. 17). A educação passa a ser entendida como uma forma de desenvolver a autonomia do estudante na construção de seu conhecimento, e proporciona experiências que promovem a reflexão sobre o ato de aprender por meio da produção de relações, da tomada de consciência e posterior reconstrução da experiência com novos significados (BACICH, MORAN, 2018).

Uma das maneiras de oportunizar ao estudante o protagonismo no seu desenvolvimento educacional é a incorporação de metodologias ativas nas práticas pedagógicas, as quais estão pautadas “em processos interativos de conhecimento, análise, estudos, pesquisas e decisões individuais ou coletivas, com a finalidade de encontrar soluções para um problema” (BASTOS, 2006, p. 10). Essas metodologias propiciam o desenvolvimento de uma aprendizagem colaborativa, resultado da participação do estudante no ato educativo, a qual ocorre a partir de distintas “formas de desenvolver o processo de aprender, utilizando experiências reais ou simuladas, visando às condições de solucionar, com sucesso, desafios advindos das atividades essenciais da prática social, em diferentes contextos” (BERBEL, 2011, p. 29).

O uso das metodologias ativas nos espaços de ensino e aprendizagem é complementado com a introdução das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC’s). A partir dessa combinação, o

ensinar e o aprender acontecem em uma relação híbrida, a qual ocorre não apenas no espaço físico ou digital da sala de aula, mas em múltiplos espaços que devem estar conectados para oferecer uma experiência de aprendizagem significativa e integrada aos estudantes (CHRISTENSEN, HORN, STAKER, 2013; MORAN, 2015). Nos processos de internacionalização da educação superior, a inclusão das TDIC’s representa uma possibilidade de impulsionar a colaboração internacional, a inovação, a melhoria e a relevância deste processo, mediante o desenvolvimento de competências globais e internacionais em um maior número de estudantes (IESALC-UNESCO, 2018, p. 18).

Uma internacionalização inclusiva para todos e no próprio campus é a perspectiva apresentada pela Internacionalização em Casa (Internationalization at Home – IaH) cujo conceito é definido como “a integração intencional de dimensões internacionais e interculturais ao currículo formal e informal para todos os estudantes em ambientes de aprendizagem domésticos” (BEELEN, JONES, 2015, p. 69). Desta forma, argumenta-se que os princípios da aprendizagem significativa e integral, a partir do uso das metodologias ativas, vão ao encontro dos objetivos de uma internacionalização da educação superior inclusiva para todos.

Com o isolamento social causado pela crise da imposta pela pandemia da COVID-19, confirmou-se que a educação não é apenas sobre o lugar e o espaço físico, mas que existe um espaço virtual de educação que é igualmente importante considerar (TESAR, 2021). Seja nos momentos de crise ou não, o uso de metodologias ativas nos ambientes virtuais de aprendizagem contribui para a manutenção e aprimoramento da internacionalização da educação superior.

Considerando que a Internacionalização da educação superior: metodologias ativas em ambientes virtuais de aprendizagem do século XXI como um problema de políticas educacionais, com maior relevância nos países em desenvolvimento, escassez de

dados publicados, foi motivo evidente do autor, para pesquisar, na esperança de contribuir para um melhor conhecimento deste tema.

Este trabalho propõe: Produzir novos conhecimentos, obter informação desconhecida para a solução do problema, melhoria de Saberes e práticas educativas e contribuir para ciência.

A abordagem deste tema é de suma importância por se tratar do processo de ensino e aprendizagem das Instituições de ensino superior. Sendo assim, pretende-se investigar nesta pesquisa: Qual potencial do uso das metodologias ativas em ambientes virtuais de aprendizagem para internacionalização da educação superior do século XXI?

Esta pesquisa tem como objetivo, refletir sobre o potencial do uso das metodologias ativas em ambientes virtuais de aprendizagem para internacionalização da educação superior do século XXI.

REFERENCIAL TEÓRICO:

AS METODOLOGIAS ATIVAS NOS AMBIENTES

VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM

A educação superior está inserida em um complexo contexto sócio-histórico e econômico mundial. Frente a este cenário, novas configurações estão em construção em suas funções acadêmicas e administrativas. A formação acadêmica nas IES está interligada com demandas sociais a nível local, regional, nacional e global, o que exige que os estudantes desempenhem um papel fundamental no processo de ensino e de aprendizagem, devendo ser relegada a posição de simples expectador e consumidor de conteúdos (DIESEL, BALDEZ, MARTINS, 2017).

Nesta perspectiva, a aquisição da aprendizagem é constituída a partir de um sistema equilibrado entre duas dimensões: o individual e o coletivo. Na dimensão individual, cada estudante percorre um roteiro próprio, na coletiva, estão contempladas as diferentes formas de colaboração em grupo (MORAN, 2015). Esse processo é

possível, segundo Moran (2015, p. 5), porque a aprendizagem ocorre em um movimento estruturado “entre a comunicação grupal e a pessoal, entre a colaboração com pessoas motivadas e o diálogo de cada pessoa consigo mesma, com todas as instâncias que a compõem e definem, numa reelaboração permanente”.

Diante dessas premissas, destaca-se que o uso de metodologias de ensino e aprendizagem tem o potencial de promover o engajamento dos estudantes no processo educacional, as quais favorecem o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo (LIMA, 2017), a partir de um processo interativo e colaborativo. As diferentes estratégias utilizadas no âmbito das metodologias ativas, como atividades pedagógicas como sala de aula invertida; aprendizagem baseada em problemas; aprendizagem baseada em projetos; aprendizagem por histórias e jogos (gamificação), colocam o estudante frente a situações que estimulam seu potencial intelectual para sua compreensão ou superação (BERBEL, 2011; MORAN, 2018).

A partir da adoção de metodologias ativas, a flexibilidade cognitiva é aumentada, isto é, a “capacidade de alternar e realizar diferentes tarefas, operações mentais ou objetivos e de adaptarmos a situações inesperadas, superando modelos mentais rígidos e automatismos pouco eficientes” (MORAN, 2015, p. 5). Esta situação de aprendizagem colabora para o desenvolvimento do espírito científico, do pensamento crítico, do pensamento reflexivo, de valores éticos, entre outras conquistas dessa natureza, por meio da educação, nos diferentes níveis, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia na formação do ser humano e de futuros profissionais (BERBEL, 2011, p. 34).

A perspectiva da colaboração presente nas metodologias ativas requer os seguintes elementos: interdependência, interação, pensamento divergente e avaliação. Esses, se interconectam e implicam em um trabalho em conjunto, realizado para alcançar os

objetivos de aprendizagem propostos, no qual as interações favorecem a cooperação, o respeito às diferentes ideias e opiniões e a avaliação é utilizada como instrumento de autoavaliação e da avaliação da aprendizagem em grupo (LEITE, RAMOS, 2017).

As transformações sociais registradas nas últimas décadas requerem a capacidade de adaptação frente às constantes mudanças. O movimento dinâmico imposto pela tecnologia, no qual a disseminação quase que instantânea da informação em todas as partes do globo, é uma delas. Em um contexto que é cada vez mais digital, as oportunidades de aprendizagem formal e informal nas modalidades presencial, à distância, híbridas e on-line, gratuitas ou pagas, aumentaram exponencialmente (MORAN, 2017).

As pessoas não estão mais restritas a um espaço geográfico, pois “são agora globais, vivem conectados e imersos em uma quantidade significativa de informações que se transformam continuamente, onde grande parte delas, relaciona-se à forma de como eles estão no mundo” (DIESEL, BALDEZ, MARTINS, 2017, p. 273). Isso implica em modificações profundas para nas IES, e uma dessas mudanças está no conceito de sala de aula, que não é mais um “espaço físico estático em um tempo definido” (LACERDA, SANTOS, 2018, p. 619). Além disso, com o progressivo uso das tecnologias digitais nas metodologias de aprendizagem, o papel do professor e do estudante são remodelados.

A adoção das metodologias ativas nos ambientes virtuais de aprendizagem permite que os estudantes façam uso dos artefatos digitais para promover o conhecimento através das interações humanas tanto na forma síncrona como na assíncrona (MAZZAFERA, BIANCHINI, 2020). O uso de metodologias ativas nos ambientes virtuais de aprendizagem ultrapassa a metodologia tradicional, onde o professor é mero transmissor do conhecimento. Além disso, oportuniza aos estudantes meios de interação com o professor, com os outros colegas, com o conteúdo e com a tecnologia.

Essa integração possibilita ao estudante buscar soluções para as situações do cotidiano, desenvolvendo a autonomia, interação, cooperação, colaboração e o comprometimento com a construção do próprio aprendizado (LEITE, RAMOS, 2017). Desta forma, a educação cumpre a sua função social desenvolvendo a capacidade do estudante de pensar-agir-pensar, levando-o a atuar na construção de uma sociedade mais justa, reflexiva e equitativa (PAZ, ROCHA, 2021).

Estas interações favorecem a formação de grupos virtuais e a colaboração nas atividades, permitindo a cooperação e a construção de conhecimento por meio de trocas, e estimulam a aprendizagem significativa (LEITE, RAMOS, 2017). As autoras apontam como fatores facilitadores desse processo: 1) interação social e questionamento; 2) diversidade de material instrucional; 3) aprendizagem receptiva; 4) aprendizagem de nova linguagem; 5) consciência semântica; 6) aprendizagem pelo erro; 7) desaprendizagem; 8) incerteza do conhecimento; 9) definições, perguntas e metáforas.

A construção de sistemas educacionais inclusivos, que fomentem a construção compartilhada do conhecimento e das práticas pedagógicas, estabelecendo novos paradigmas para professores e para o ensino superior a partir da lógica da interatividade e da co-construção é uma das premissas do atual relatório da Unesco Futuros da Educação: Aprendendo a tornar-se. A iniciativa integra uma série de relatórios globais encomendados pela instituição com o objetivo de inspirar mudanças nos sistemas educacionais para enfrentar os desafios que o futuro reserva (UNESCO, 2019).

Em uma projeção de futuro que se lança a partir de um mundo em crise, a partir de um “ponto de vista de um humanismo estendido que capta um repensar necessário das relações humanas com o planeta, entre si e com a tecnologia, e apresenta um caso e uma estratégia para construir a educação como um bem público e comum” (FACER, 2021, p. 17). A premissa do

aprendendo a torna-se Aponta para uma filosofia da educação e uma abordagem da pedagogia que vê a aprendizagem como um processo de desenvolvimento contínuo que é contínuo e ao longo da vida. Pensar em termos de “devir” é invocar uma linha de pensamento que enfatiza os potenciais, rejeita o determinismo e expressa uma abertura flexível para o novo (UNESCO, 2019, p. 12).

De acordo com a iniciativa, o conhecimento e aprendizagem estão no centro das transformações humanas e sociais. “Aprendendo a tornar-se nos convida a nos tornarmos algo que ainda não nos tornamos” (UNESCO, 2019, p. 12), possibilitando o enfrentamento das transformações causadas pelo homem no planeta, invocando que a necessidade de olhar para o futuro permite que “antecipar e moldar futuros mais próximos e mais distantes” (UNESCO, 2019, p. 13). Essa convergência acarreta transformações que atingem todas as dimensões das instituições educativas, onde e cada vez mais a aprendizagem colaborativa é um pressuposto.

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, METODOLOGIAS ATIVAS DE APRENDIZAGEM E AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM

A internacionalização da educação superior é um campo teórico e prático interdisciplinar, que envolve o intercâmbio de pessoas e conhecimentos, redes colaborativas, línguas estrangeiras, convênios, dupla titulação, cotutela, cujo objetivo central é o desenvolvimento de processos formativos que desenvolvam o respeito à diversidade cultural, privilegie a interculturalidade e a responsabilidade social (MOROSINI, 2016; DE WIT, 2017; KNIGHT, 2020).

Sua importância é definida e reafirmada por estudiosos do campo em todas as regiões do globo, constitui-se como um dos vetores essenciais para a garantia da educação superior como bem público e direito humano universal, e apresenta perspectivas

definidoras para o futuro da educação superior na atualidade. Para Morosini (2017), a internacionalização da educação superior deve ser consubstanciada a partir de relações com países de todas as regiões do globo, privilegiando as diferenças culturais, alcançando as comunidades locais e permitindo que, através do desenvolvimento sustentável a cidadania global seja alcançada.

Compreendida como o processo de incorporação de uma dimensão internacional e intercultural na missão e visão das instituições, na busca pela qualidade e excelência acadêmicas, a internacionalização da educação superior visa Fomentar nos estudantes uma dimensão global uma perspectiva global das questões humanas e uma consciência global dos valores e atitudes de um responsável, humanista e consciência global para os valores e atitudes de cidadania global responsável, humanista e solidária (GACÉL-ÁVILA, 2006, p. 61).

Essa definição apresenta a Internacionalização como um processo que envolve toda a comunidade universitária. A ideia sobre como oportunizar o desenvolvimento de habilidades e competências interculturais aos estudantes dentro de seu próprio campus chamada Internacionalization at Home ou Internacionalização em Casa suscitou o debate sobre a melhor forma de oportunizar para os estudantes que não fazem mobilidade uma compreensão dos diferentes países e culturas, o respeito pelos outros e pelas diferentes maneiras de viver e ver o mundo (NILSSON, 2000). A IaH preconiza uma internacionalização ampla e de acesso a todos, e esta premissa é favorecida com o uso de ambientes virtuais de aprendizagem.

METODOLOGIA

O presente texto consiste em uma revisão de literatura do tipo Narrativa, e utilizamos bancos de dados científicos, para abarcar autores propostos. O intuito foi de trazer conteúdos relevantes à temática

sobre Internacionalização da educação superior: metodologias ativas em ambientes virtuais de aprendizagem do século XXI com enfoque em várias teorias. Foi feita uma pesquisa analítica e bibliográfica de abordagem qualitativa sobre o assunto através de livros, artigos e em vídeos aulas dos bancos de dados como Pepsic, Scielo e Google Acadêmico.

Em seguida, foi realizada uma inclusão dos materiais mais relevantes, excluindo conteúdos que não diziam respeito sobre a temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Bruhn e Ossietzky (2016) observam que entre as atuais tendências da educação superior estão a digitalização, a oferta flexível de cursos à distância e a internacionalização. Os autores salientam que tanto a educação presencial quanto à distância tem incorporado estratégias de ensino online, e por isso, as formas virtuais de internacionalização ganham importância. Como referências internacionais de universidades que já atuam exclusivamente na modalidade de educação à distância, ultrapassam as fronteiras geográficas e possuem política de internacionalização estão a Open University (Reino Unido), Universidad Nacional de Educación a Distancia (Espanha) e a Universidade Aberta de Portugal (Portugal) (KAMPFF, 2020).

A dimensão internacional da educação à distância a ocupar um espaço cada vez mais representativo, e tanto plataformas de cursos livres ou opções formais – para graduação, especializações, mestrado, doutorado – tornam a formação inicial ou continuada mais acessível. Segundo Mittelmeier et. al. (2020, p. 269), essa tendência contribuiu para minimizar a distinção entre os estudantes considerados domésticos e internacionais, já que aqueles que estudam distante em outro país muitas vezes não são móveis além das fronteiras internacionais nem elegíveis

para um visto de estudante no país da instituição anfitriã.

Um dos conceitos utilizados para definir o processo de integração das TIDC's na internacionalização foi proposto por Bruhn e Ossietzky (2016), e é uma reformulação da definição original de Knight (2003, p. 2) para a internacionalização A internacionalização virtual nos níveis nacional, setorial e institucional é definida como o processo de introdução de uma dimensão internacional, intercultural ou global na entrega, propósito ou funções do ensino superior com a ajuda da tecnologia da informação e comunicação (TIC) (BRUHN, OSSIETZKY, 2016, p. 02).

Ao propor o conceito de internacionalização virtual a partir de uma definição amplamente aceita e difundida pela comunidade acadêmica, Bruhn e Ossietzky (2016) justificam que sua opção por considerar que a dimensão virtual deve contemplar todos os processos de internacionalização da IES, e não apenas algumas de suas facetas, como a mobilidade virtual, COIL e a telecolaboração. Os autores acrescentam ainda que a natureza da internacionalização da educação superior foi modificada ao longo dos últimos anos, e por isso, não pode mais ser considerada apenas como sinônimo de mobilidade física.

Essa tendência oferece oportunidades para que os estudantes obtenham muitas das vantagens da internacionalização, como aprender através das abordagens que fomentem a compreensão e o respeito às diferenças culturais, favoreçam a construção de solução coletiva de problemas locais e globais, ao mesmo tempo em que permanecem “em casa” (Mittelmeier et al., 2020; Kampff, 2020). Kampff (2020, p. 253) destaca que “as tecnologias digitais amplificam as intencionalidades e as vivências, que permite, também aos estudantes distribuídos geograficamente, esse tipo de experiências em seus próprios espaços de estudo”. A autora complementa que na internacionalização virtual casa deixa de ser o campus

físico da IES, sendo casa compreendida como espaço virtual, independente da localização geográfica dos estudantes (KAMPPFF, 2020, p. 257).

A incorporação das TDIC's modifica a ênfase de um modelo de internacionalização de elite para um modelo mais inclusivo (GÓMEZ, 2020; LEASK; GREEN, 2020; TORO, 2020), ao estimular a promoção do desenvolvimento de competências internacionais e interculturais no próprio campus universitário, fortalecendo a IaH.

A realização de atividades educacionais desenvolvidas por estudantes, professores e pessoal técnico-administrativo além das fronteiras geográficas das instituições, com a mediação das TIDC's amplia os benefícios da internacionalização para um público maior (Mittelmeier et al., 2020). Isso porque a incorporação das TDIC's na internacionalização amplia o repertório de estratégias institucionais e acadêmicas que promovem a cidadania global e o crescimento de parcerias internacionais (WOICOLESCO, CASSOL-SILVA, MOROSINI, 2022).

Mobilidade virtual, intercâmbios virtuais e telecolaboração são ações que incorporam as tecnologias digitais nos ambientes de interação para trabalho e estudo, com pessoas de culturas e nacionalidades distintas. Seu objetivo é aumentar a consciência global; compreensão intercultural; fomentar habilidades profissionais, de comunicação e em línguas estrangeiras; o pensamento reflexivo, analítico e crítico; o letramento digital e complementar os programas de mobilidade física das IES (BIJNENS, 2006; O'DOWD, 2018).

Outra possibilidade de utilização dos ambientes virtuais de aprendizagem na internacionalização apoiada por tecnologias são os projetos de COIL. A metodologia consiste em conectar pessoas por meio de uma plataforma online escolhida a partir das necessidades e interesses das instituições envolvidas. Estes projetos são desenvolvidos por professores parceiros de diferentes contextos, com o objetivo

mútuo de enriquecer seus cursos através da aprendizagem colaborativa. Fornecem ainda oportunidades e experiências globais significativas, enriquecem a formação acadêmica, melhoram a qualidade do ensino, e aprimoram a interação intercultural dos estudantes por meio do engajamento online. Além disso trabalha as dimensões da mobilidade presencial, pois é uma atividade colaborativa entre professores e estudantes, faz uso da tecnologia para interação online, articula a dimensão internacional e está integrado no processo de aprendizagem (DE WIT, 2013).

Outra das estratégias de internacionalização com o uso das TDIC's são os cursos online abertos e massivos, conhecidos como MOOC's (DOWNES, 2017). Uma das características deste modelo é que os estudantes aprendem de forma independente, evidenciando a importância da autonomia na aquisição de conhecimento, que ocorre no seu próprio ritmo, sem a necessidade de seguir um cronograma específico. Outra característica é que o número de alunos é ilimitado e eles estão separados tanto pelo espaço quanto pelo tempo (KAPLAN, HAENLEIN, 2016). A modalidade é ofertada, geralmente, de forma gratuita e para qualquer indivíduo que tenha acesso à internet. Os cursos compreendem as diversas áreas do conhecimento e são disponibilizados em plataformas virtuais por instituições de ensino respeitadas (DAL FORNO, KNOLL, 2013).

Além da aprendizagem, os MOOC's favorecem conexões entre indivíduos e grupos de diferentes regiões e países. Desta maneira, os MOOC's favorecem o desenvolvimento competências interculturais, pois "facilitam a disseminação do conhecimento em grande escala e influenciam o processo de internacionalização, uma vez que proporcionam a rápida aproximação de pessoas de diferentes origens e culturas" (BOAL, STALLIVIERI, 2015, p. 2). As plataformas edX, Kan Academy, Coursera, Udemy, entre outros, são exemplos

de MOOC's que promovem a internacionalização da educação.

Kolm et al. (2021) identificam que a inclusão de uma dimensão virtual na internacionalização da educação superior é uma oportunidade para a expansão das colaborações internacionais e o desenvolvimento de competências internacionais de colaboração online, pois possibilitam a interação com a diversidade sociocultural e linguística, as quais são necessárias para a formação de sujeitos que precisam atuar social e profissionalmente em um mundo globalizado.

Ainda, reconhece-se que as competências interculturais são fundamentais para os graduados do século 21 e o intercâmbio virtual tem o potencial de fornecer uma abordagem inclusiva para seu desenvolvimento. No entanto, as IES precisam ir além de simplesmente fornecer apenas experiências internacionais e/ou interculturais à comunidade acadêmica, tanto ambientes virtuais como nos presenciais (JORGENSEN et al., 2020).

Através da participação em situações estruturadas, nas quais estão envolvidas equipes internacionais, os estudantes têm a oportunidade de colaborar e refletir sobre sua experiência de aprendizagem a partir de referenciais e contextos distintos. Dessa forma, há o fomento ao engajamento ativo dos estudantes no processo de “se tornaram capacitados e motivados a contribuir para a mudança social e a valorizar a diversidade cultural através da crítica às questões normativas e éticas da sustentabilidade” (CANIGLIA et al., 2017, p. 374).

Os ambientes virtuais de aprendizagem ampliam a abrangência de atuação das IES, que não ficam mais restritas apenas a sua estrutura física. Contudo, o espaço da sala de aula continua sendo aquele no qual “o estudante questiona, constrói argumentos, expõe ideias, esclarece as dúvidas, porque a aula universitária deve ser um ambiente interativo e formativo” (WIEBUSCH, LIMA, 2018, p. 157). São as práticas pedagógicas inovadoras, como aquelas que utilizam de

metodologias ativas, as promotoras do engajamento acadêmico e da aprendizagem significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao reunir, de forma organizada e sequenciada, um vasto conjunto de informação relativo a temas essenciais sobre a Internacionalização da educação superior: metodologias ativas em ambientes virtuais de aprendizagem do século XXI, permitir-se-á que o tempo consumido pelos pesquisadores de informação – base possa ser, agora, utilizado como vantagem de aprofundamento adicional em atividades reflexivas.

Em temas desta complexidade, torna-se difícil, por vezes, definir onde se situa o nível de informação suficiente para iluminar as situações educativas e fundamentar as práticas. Assim, sem perda da noção de equilíbrio, as equipas de autores optaram por seguir um critério de alguma sistematicidade, de modo a permitir o acesso a diversas abordagens conceptuais e metodológicas através das diversas correntes do pensamento didático e andragógico.

Conclui-se que o potencial do uso das metodologias ativas nas ações de internacionalização da educação superior realizadas em ambientes virtuais de aprendizagem contribuem para fomentar o desenvolvimento de competências internacionais e interculturais necessárias para a formação de sujeitos que precisam atuar social e profissionalmente num mundo globalizado e constitui-se, assim, como um precioso auxiliar para todos aqueles que queiram atualizar os seu conhecimentos e aprofundar a sua formação.

Espera-se que a partir desta, pesquisa, os professores das instituições académicas do nível superior e das áreas afins tenham melhor entendimento sobre o tema, uma visão técnica e científica mais abrangente. Estudos futuros serão necessários para dar continuidade á este estudo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M.E.B.; MORAN, J.E. (orgs.). **Integração das Tecnologias na Educação**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação à Distância, 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000701.pdf>. Acesso em 13 jan. 2022.
- ALMEIDA, M.E.B. Apresentação. In: BACICH, L; MORAN, J.(orgs). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso, 2018. e-PUB.
- ARAUJO, J.C.S. **Fundamentos da metodologia de ensino ativa**. In: 37ª REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 2015, Florianópolis. Anais...Florianópolis: UFSC, 2015. p. 1-18. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt02-4216.pdf>. Acesso em 13 jan. 2022.
- BACICH, L; MORAN, J.(orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso, 2018. e-PUB.
- BASTOS, C. C. **Metodologias ativas**. 2006. Disponível em: <http://educacaoemedicina.blogspot.com.br/>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- BEELEN, J.; JONES, E. Redefining Internationalization at Home. In: CURAJ, A.; MATEI, L.; PRICOPIE, R., et al. (eds.). **The European Higher Education Area. The Impact of Past and Future Policies**. Cham: Springer, 2015.
- BERBEL, N. A. N. **As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes**. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011. <http://dx.doi.org/10.5433/1679-0383.2011v32n1p25>. Disponível: www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/10326. Acesso em: 14 dez. 2021.
- BIJNENS, H.; BOUSSEMAERE, M.; RAJAGOPAL, K.; OP DE BEECK, I.; VAN PETEGEM, W. **European Cooperation in Education through Virtual Mobility: a best practices manual**. Heverlee: EuroPACE ivzw, 2006. Disponível em: <https://www.eurashe.eu/library/wg4-r-virtual-mobility-best-practicemanual-pdf/>. Acesso em: 27 dez. 2021.
- BOAL, H.M.C.; STALLIVIERI, L. **Os MOOCs e o processo de internacionalização das instituições de Ensino Superior**. In: XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU. DESAFIOS DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA NO SÉCULO XXI, 2015. Mar del Plata. Anais...Mar del Plata: UNMdP, 2015. p. 1-16. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136147/102_00012.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 25 jan. 2022.
- BRUHN, E.; OSSIETZKY, C. Towards a Framework for Virtual Internationalization. **European Distance and E-Learning Network Network Research Workshop**, 2016. Oldenburg, 2016, p. 1-9, 2016.
- Forging new pathways of research and innovation in open and distance learning: Reaching from the roots Proceedings of the European Distance and E-Learning**, 2016, Budapest. Conference Proceedings. Budapest: Budapest University of Technology and Economics, 2016. p. 1-10. Disponível em: <https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=846984>. Acesso em: 31 jan. 2022.
- CANIGLIA, G.; JOHN, B.; BELLINA, L.; LANG, D.J.; WIEK, A.; COHMER, S.; LAUBICHLER, M.D. **The glocal curriculum: A model for transnational collaboration in higher education for sustainable development**. Journal of Cleaner Production, v. 171, p. 368-376, 2018. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.09.207>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652617322096>. Acesso em: 08 fev. 2022.
- CHRISTENSEN, C.M.; HORN, M.B.; STAKER, H. **Ensino Híbrido: uma Inovação Disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos**. 2013. Disponível em: http://porvir.org/wp-content/uploads/2014/08/PT_Is-K-12-blended-learning-disruptive-Final.pdf. Acesso em: 07 jan. 2022.
- DAL FORNO, J.P., KNOLL, G. F. **Os MOOCs no mundo: um levantamento de cursos online abertos massivos**. Nuances: estudos sobre Educação, v. 24, n. 3, p. 178-194, set./dez. 2013. <http://dx.doi.org/10.14572/nuances.v24i3.2705>. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2705>. Acesso em 09 jan. 2022.
- DE WIT, H. COIL – Virtual mobility without commercialization. **The Word University News**, 01 junho 2013. Disponível em: <https://www.universityworldnews.com/post.php?story=20130528175741647>. Acesso em 19 jun. 2021.
- DE WIT, H. **Misconceptions about (the end of) internationalization, challenges and opportunities for the future**. Revista Educación Superior y Sociedad, v. 21, n. 21, p. 65-78, 2017. Disponível em: <https://www.iesalc.unesco.org/ess/index.php/ess3/article/view/27>. Acesso em 07 jan. 2022.
- DIESEL, A.; BALDEZ, A. L.S.; MARTINS, S.N. **Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica**. Revista Thema, v. 14, n. 1, p. 268-288, 2017. <https://dor.org/10.15536/thema.14.2017.268-288.404>. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/404>. Acesso em: 1 fev. 2022.
- DOWNES, S. **Toward personal learning: reclaiming a role for humanity in a world of commercialism and automation**. 2017. Disponível em: <https://www.downes.ca/files/books/Toward%20Personal%20Learning%20v09.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2022.
- FACER, K. **Rethinking the ‘human’ at the heart of humanist education**. 2021. Disponível em: <https://en.unesco.org/futuresofeducation/ideas-lab/facer-rethinking-humanist-education>. Acesso em: 28 nov. 2021.
- GÁCCEL-ÁVILA, J. **La dimensión internacional de las universidades – contexto, procesos, estrategias**. Guadalajara, México: Universidad de Guadalajara, 2006.
- IESALC-UNESCO. CONFERÊNCIA REGIONAL DE EDUCACIÓN SUPERIOR PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Declaración de la CRES 2018**. IESALC-UNESCO: Córdoba, 2018. Disponível em: [http://www.cres2018.org/uploads/declaracion_cres2018%20\(2\).pdf](http://www.cres2018.org/uploads/declaracion_cres2018%20(2).pdf). Acesso em: 14 dez. 2021.
- KAPLAN, A.M., HAENLEIN, M. **Higher education and the digital revolution: About MOOCs, SPOCs, social media, and the**

Cookie Monster. Business Horizons, v. 59, n. 4, p. 441-450, July–aug. 2016. <https://doi.org/10.1016/j.bushor.2016.03.008>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S000768131630009X>. Acesso em 10 jan. 2022.

KNIGHT, J. **Internacionalização da educação superior: conceitos, tendências e desafios.** 2ª ed. São Leopoldo: OIKOS, 2020.

KOLM, A.; DE NOOIJER, J.; VANHERLE, K.; WERKMAN, A.; WEWERKA-KREIMEL, D.; RACHMANELBAUM, S.; VAN MERRIËNBOER, J. J. G. **International Online Collaboration Competencies in Higher Education Students: A Systematic Review.** Journal of Studies in International Education, 2021. <https://doi.org/10.1177/10283153211016272>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/10283153211016272>. Acesso em: 09 fev. 2022.

JORGENSEN, M., MASON, A., PEDERSEN, R., HARRISON, R. **The Transformative Learning Potential in the Hybrid Space Between Technology and Intercultural Encounters.** Journal of Studies in International Education, 2020. <https://doi.org/10.1177/1028315320976030>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1028315320976030>. Acesso em 09 fev. 2021. Acesso em 09 fev. 2022.

LACERDA, F.C.B.; SANTOS, L.M. **Integralidade na formação do ensino superior: metodologias ativas de aprendizagem.** Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 23, n. 3, p. 611-627, 2018. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000300003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/JRjdzXYGrSdQSZmDxFQQwM/?lang=pt&format=html#>. Acesso em: 02 fev. 2022.

LEASK, B.; GREEN, W. **Is the pandemic a watershed for internationalization?** London: University World News, 2020. Disponível em: <https://www.universityworldnews.com/post.php?story=20200501141641136>. Acesso em: 01 fev. 2022.

LEITE, L.S.; RAMOS, M.B. **A metodologia ativa no ambiente virtual de aprendizagem.** In: SILVA, A.R.L.; BIEGING, P.; BUSARELLO, R.I. (orgs.) Metodologia ativa na educação. São Paulo: Pimenta Cultural, 2017.

LIMA, V.V. **Espiral construtivista: uma metodologia ativa de ensino-aprendizagem.** Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 21, n. 61, p. 421-434, 2017. <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0316>. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/736VVYw4p3MvtCHNvbnvHrL/?fo_rmat=html&lang=pt#. Acesso em 02 fev. 2022.

MAZZAFERA, B.L., BIANCHINI, L.G.B. **Metodologias Ativas em Ambientes Virtuais: Relações com Estratégias de Aprendizagem Andragógicas.** Revista Ensino, Educação e Ciências Humanas, v. 21, n. 4, 2020, p. 454-457. Disponível em: <https://revistaensinoeducacao.pgskroton.com.br/article/view/8833> Acesso em: 01 fev. 2022.

MITTELMEIER, J.; RIENTIES, B.; GUNTER, A.; RAGHURAM, P. **Conceptualizing internationalization at a distance: A “third category” of university internationalization.** Journal of Studies in International Education, v. 25, n. 3, p. 266–282, 2021. <https://doi.org/10.1177/1028315320906176>. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1028315320906176>. Acesso em 10 jan. 2022.

MORAN, J. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda.** In: BACICH, L., MORAN, J. (orgs.) Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso, 2018.

MOROSINI, M. C. **Apresentação [Dossiê – Internacionalização da educação superior].** Educação, v. 40, n. 3, p. 288-292, 2017. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2017.3.30004>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/30004>. Acesso em 30 jan. 2022.

O'DOWD, R., BEAVEN, A. **Examining the impact of Virtual Exchange.** Forum Magazine. Amsterdam: European Association for International Education, winter 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/41333601/Examining_the_impact_of_Virtual_Exchange. Acesso em 01 fev. 2022.

O'DOWD, R. **From telecollaboration to virtual exchange: state-of-the-art and the role of UNICollaboration in moving forward.** Journal of Virtual Exchange, v. 1, p. 1-23, 2018. <https://doi.org/10.14705/rpnet.2018.jve.1>. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED592404.pdf>. Acesso em 08 jan. 2022. Acesso em 08 jan. 2022.

PAZ, J.F.; ROCHA, R.S. **Metodologias ativas, pensamento crítico e criativo e outras tendências para o ensino na atualidade.** Revista Humanidades e Inovação, v. 8, n. 41, p. 121-131, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4886>. Acesso em: 08 fev. 2022.

TESAR, M. **Future Studies: Reimagining our Educational Futures in the Post-Covid-19 world.** Policy Futures in Education, vol. 19, n. 1, p. 1–6, 2021. <https://doi.org/10.1177/1478210320986950>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1478210320986950>. Acesso em: 10 dez. 2021.

WEISBACH, A.; LIMA, V.M.R. **Inovação nas práticas pedagógicas no Ensino Superior: possibilidades para promover o engajamento acadêmico.** Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 154- 169, jul-dez. 2018. <http://dx.doi.org/10.15448/2179-8435.2018.2.31607>. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito>. Acesso em 01 fev. 2022.

WOICOLESCO, V.G.; MOROSINI, M.C.; MARCELINO, J.M. **COVID-19 and the Crisis in the Internationalization of Higher Education in Emerging Contexts.** Policy Futures in Education, September, 2021. <https://doi.org/10.1177/14782103211040913>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/14782103211040913#>. Acesso em 01 fev. 2022.

WOICOLESCO, V. G.; CASSOL-SILVA, C.; MOROSINI, M. **Internationalization at Home and Virtual: a sustainable model for Brazilian Higher Education.** Journal of Studies in International Education, January 2022, in press.

**PARADA DE MANUTENÇÃO DO SETOR DE EXTRAÇÃO
DE CALDO POR DIFUSOR: ESTUDO DE CASO**
**MAINTENANCE DOWNTIME OF THE JUICE EXTRACTION
SECTOR BY DIFFUSER: CASE STUDY**

Bruno Ferreira Alcantara ¹
Enos de Meira Silva ²

RESUMO

Tomando como parâmetro a análise de causa raiz gerada por uma empresa de extração de cana-de-açúcar localizada no Triângulo Mineiro, o presente objetivou apresentar as etapas de manutenção preditiva e preventiva realizadas no difusor de extração de caldo da cana de açúcar. Após a realização do estudo, foi possível concluir que a inclusão das manutenções preventivas e preditivas no difusor de extração do caldo de cana de açúcar reduz consideravelmente o lucro cessante, aumentando a lucratividade da empresa.

PALAVRAS-CHAVE: Difusor. RCA. Manutenção.

ABSTRACT

Taking as a parameter the root cause analysis generated by a sugarcane extraction company located in the Triangulo Mineiro, the present objective was to present the predictive and preventive maintenance steps performed in the sugar and alcohol extraction diffuser. After conducting the study, it was concluded that the inclusion of preventive and predictive maintenance in the sugarcane juice extraction diffuser considerably reduces the lost profit, increasing the company's profitability.

KEYWORDS: Diffuser. RCA. Maintenance.

¹ Pós-graduando em Gestão da Manutenção Industrial, Faculdade Ítalo Bologna SENAI. Graduação em Engenharia de Controle Automação pelo Centro Universitário de Lins, UNILINS. **E-MAIL:** brunofalcantara@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/8781275838868540

² Pós-graduando em Gestão da Manutenção Industrial, Faculdade Ítalo Bologna SENAI. Graduação em Engenharia de Produção pela Faculdades Integradas Pitágoras, FIP/MOC. **E-MAIL:** enosmeira@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/1537338203808748

INTRODUÇÃO

Determina-se por confiabilidade, a probabilidade que um dado equipamento tem em executar sua respectiva função adequadamente, durante um intervalo de tempo pré-estabelecido, sem cometer falhas (LAFRAIA, 2001). Neste contexto, o conceito de falhas pode ser definido como a incapacidade de um equipamento em desempenhar a função que lhe é requerida (SALGADO, 2008), sendo essa passível de redução frente ao adequado planejamento de manutenção de todos os sistemas que envolvem um processo de produção (KARDEC; NASCIF, 2012).

Frente do contextuado, a manutenção de um equipamento se faz necessária para restaurar e/ou prevenir a ocorrência e a reincidência de falhas nos sistemas e nos componentes envolvidos em um dado equipamento de produção (SALGADO, 2008). Essa manutenção, por sua vez, inserida no planejamento organizacional, tende a aumentar a confiabilidade da planta industrial, reduzindo as falhas e ascendendo na confiabilidade (KARDEC; NASCIF, 2012).

Mas, se a manutenção se faz tão importante para a confiabilidade de uma determinada indústria/equipamento, compreender os seus tipos e métodos é tão essencial quanto sua contextualização. Neste sentido, Germano (2018) destaca três tipos de manutenções: as corretivas; as preventivas; e as preditivas. Ainda de acordo com o autor loc. cit., a manutenção preventiva deve ocorrer de maneira planejada e em intervalos de tempo pré-definidos conforme equipamento em questão; já a manutenção preditiva tem por objetivo realizar uma inspeção dos parâmetros físicos deste equipamento.

Frente ao exposto, o presente trabalho traçou como objetivo geral apresentar as etapas de manutenção preditiva e preventiva realizadas para o difusor utilizado na extração de caldo da cana-de-açúcar de uma indústria localizada no Triângulo Mineiro. Com base neste objetivo foram traçados dois objetivos específicos: [i] apresentar

os processos atualmente utilizados para as manutenções, preventiva e preditiva da indústria em questão; e [ii] propor melhorias no plano de manutenção da empresa, referente às manutenções preventivas e preditivas.

Com base na contextualização geral, o presente trabalho se justifica pela importância das manutenções para o aumento da confiabilidade. Conforme relatado por Cordeiro (2015), as indústrias de Fabricação de açúcar e álcool, que antes detinham processos exclusivamente manuais, têm cada vez mais adotado equipamentos oriundos do progresso tecnológico, visando aumentar a lucratividade. Ainda em conformidade com literatura, no portal da Embrapa (2019) é informado que a extração destes insumos por meio do difusor expõe a necessidade de manutenção do equipamento, de modo que a produção não encalhe e a indústria obtenha maior agilidade no processo.

Frente ao exposto, o presente trabalho seguiu como os preceitos metodológicos uma abordagem qualitativa descritiva, de natureza aplicada, fazendo-se uso de um estudo de caso acerca das etapas de manutenção do difusor utilizado na extração do caldo.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ante o exposto na introdução, o presente trabalho reuniu uma revisão bibliográfica focada em três pontos: [i] a confiabilidade pautada na manutenção; [ii] descrição das manutenções preventivas e preditivas; e [iii] o processo de extração do caldo da cana pelo difusor.

CONFIABILIDADE PAUTADA NA MANUTENÇÃO

Os primeiros estudos a respeito do conceito de confiabilidade surgiram logo após a Primeira Guerra Mundial, associados à indústria aeronáutica, visando correlacionar o número de acidentes em aviões bimotores e quadrimotores com as horas de voo realizadas por eles (FOGLIATTO; RIBEIRO, 2011). Os autores loc. cit. ressaltam que o tempo que um

equipamento tem até que seja registrada uma falha é aleatório, porém pode ser quantificado via distribuição de probabilidades, sendo tipicamente modelado pela função de densidade acumulada em que a probabilidade de não falhar $R(t)$, tida como função da confiabilidade, somada à probabilidade de falhar $F(t)$ deve ser igual a um. Assim, Kardec e Nascif (2012) destacam que quanto maior a probabilidade de ocorrência de falha $F(t)$ menor será a confiabilidade $R(t)$ deste equipamento.

Ainda na direção conceitual de falhas, a normativa NBR-5462 (1994) adverte que um defeito só está associado a uma falha quando esse afeta diretamente o desempenho da função do equipamento; em contrapartida uma falha sempre está relacionada a algum tipo de defeito. Adicionando-se à NBR citada, Salgado (2008) avulta tal definição diferenciando os modos de falha, sendo o modo funcional referente à forma em que o sistema deixa de cumprir sua função; o modo físico referente a uma característica passível de ser observada a olho nu ou por equipamentos de visualização e estando esse associado ao processo de deterioração e/ou degradação do equipamento; e o modo mecânico referente ao processo que envolve um ou mais modos de falha.

Frente ao exposto, Kardec e Nascif (2012) destacam a importância da manutenção para a promoção tecnológica que envolve um processo produtivo. Malpaga (2013) aponta a cultura do conserto como o principal empecilho ao crescimento deste processo produtivo e ressaltam a importância do departamento de manutenção em qualquer que seja o ramo da empresa, visando evitar falhas e quebras tanto em máquinas como em instalações:

Implantar e praticar a engenharia da manutenção significa uma mudança cultural para a maioria das empresas. Significa deixar de ficar consertando continuamente, para procurar as causas fundamentais e gerenciá-las (MALPAGA, 2013, p. 7).

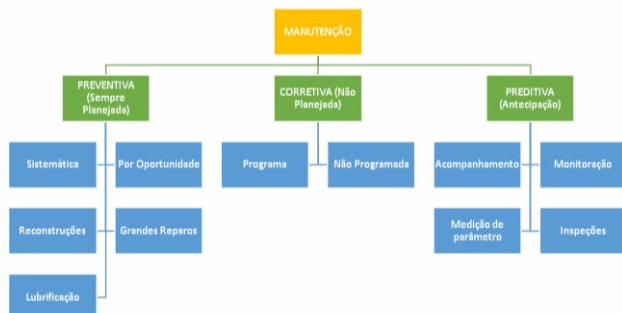
Deste modo entende-se que aumentar a confiabilidade de um determinado equipamento requer, obrigatoriamente, uma gestão adequada da previsão de falhas, de modo a possibilitar a adoção de medidas que reduzam os riscos para a organização (HELMAN; ANDRERY, 1995). Se deduz, então, que a manutenção de um equipamento está diretamente relacionada à rentabilidade de uma empresa, na medida que quanto mais bem estruturado for o planejamento de manutenções, maior a capacidade produtiva e menor serão os custos operacionais referentes a equipamentos (SOUZA, 2008).

Em conformidade com o que já foi exposto, Souza e Lima (2003) enaltecem a manutenção centrada na confiabilidade (RCM) como usualmente referenciada para determinação de requisitos básicos da manutenção. Moubray (2000) apud Souza e Lima (2003) elencam sete perguntas para a RCM, visando preservar os sistemas produtivos: [i] quais funções desempenhadas pelo ativo?; [ii] como o ativo falha?; [iii] o que causa a falha?; [iv] o que acontece quando falha?; [v] de que modo cada falha importa?; [vi] o que pode ser feito para prever ou prevenir cada falha?; [vii] o que deve ser feito caso não seja encontrada uma tarefa pró-ativa apropriada?.

Assim, diante deste exposto, Germano (2018), destaca dois tipos de manutenção para a confiabilidade do equipamento: a preventiva e a preditiva. Ainda segundo o autor loc. cit., a manutenção preventiva segue três bases: a manutenção no uso, cuja ação deve ser de inspeção; a manutenção no tempo, cuja ação deve ser de reparação; e a manutenção no projeto, cuja ação deve ser de substituição.

De forma mais abrangente e buscando atender as premissas da confiabilidade, a Associação brasileira de manutenção (Abraman, 2005) apresenta uma classificação dos três principais ramos da manutenção conforme figura 2.1.

FIGURA 2-1: classificação das principais manutenções



FONTE: Abraman (2005) apud Trojan, Marçal e Baran (2013).

MANUTENÇÃO PREVENTIVA

Consoante às definições estabelecidas pela NBR 5462 (1994), Xenos (2014) ressalta que uma vez estabelecidas as manutenções preventivas, essas recebem caráter obrigatório no cotidiano industrial, de modo a evitar a ocorrência de uma determinada falha. Contador (2010) ressalta que quando inclusas no plano de ações da organização, as manutenções preventivas não implicam em interrupções inesperadas na produção. Monchy (1989) elenca alguns pontos positivos desta manutenção, dentre eles o aumento da confiabilidade.

De acordo com Kardec e Nascif (2012, p. 44) “a manutenção preventiva será tanto mais conveniente quanto maior for a simplicidade na reposição”. Isso porque, de acordo com os autores loc. cit., se por um lado essa manutenção permite um gerenciamento adequado de um equipamento, por outro ela perde em eficiência temporal visto a necessidade de remoção do equipamento ou do sistema para que ela seja executada. Estes mesmos autores ainda destacam que ante seu método de execução, a manutenção preventiva está sujeita a falhas humanas; contaminações; danos na parada; e até falhas em seu próprio procedimento.

Já no que tange as manutenções preditivas, Otani e Machado (2008) destacam a importância do acompanhamento do desempenho do equipamento visando definir o momento exato da intervenção. Para

Germano (2018), a manutenção preditiva compreende, a manutenção baseada na detecção; e a manutenção baseada na condição, cuja ação para ambas deve ser de inspeção.

Em seu livro, Lafraia (2001) destaca que no que se refere à manutenção preventiva, essa pode afetar diretamente a confiabilidade de um equipamento, visto seu objetivo em reduzir a taxa de falhas ocorrida num dado tempo de operação. Para Viana (2014), estas manutenções buscam prever a ocorrência de uma falha mediante acompanhamento do maquinário através do monitoramento e das medições estatísticas. O autor loc. cit. ainda ressalta que por intermédio das manutenções preditivas é possível prever o tempo correto da intervenção mantenedora, possibilitando que o componente seja utilizado em seu máximo de vida útil.

MANUTENÇÃO PREDITIVA

Reunindo conceitos, Nascif e Dorigo (2013) destacam a importância das etapas de manutenções serem incluídas no projeto de gestão da organização. Kardec e Nascif (2012) elencam como condições básicas para a manutenção preditiva: [i] o equipamento deve permitir tal monitoramento; [ii] economicamente deve ser viável, logo se o equipamento não é de tão relevância ao processo pode se manter fora deste padrão de manutenção; [iii] as falhas devem estar intimamente ligadas à progressão e ao monitoramento; e [iv] a indústria tenha um programa de acompanhamento bem estruturado e sistematizado. Apesar destes pontos, os autores loc. cit. destacam que “a manutenção preditiva é a que oferece melhores resultados, pois intervém o mínimo possível na planta” (KARDEC; NASCIF, 2012, p. 46).

Comparando as duas manutenções, preventiva e preditiva, Kardec e Nascif (2012) frisa a diferença versa o momento em que elas ocorrem. Para os autores lo. cit. enquanto a primeira objetiva garantir o bom

funcionamento de um equipamento; a segunda consiste em um monitoramento periódico do equipamento.

EXTRAÇÃO DO CALDO DA CANA POR DIFUSOR

As indústrias de açúcar e de álcool podem fazer uso de duas técnicas para a extração do caldo: a moenda e o difusor (NAZATO et al., 2011). Conforme explicado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas, entende-se por difusão o processo pelo qual duas soluções com diferentes concentrações separam-se uma da outra por uma membrana semipermeável, que permite a passagem do soluto em um intervalo de tempo já conhecido, e que, ao final do processo, obtêm-se soluções isotônicas (CAMARGO; USHIMA, 1990). De acordo com Anselmi (2003), a utilização do difusor na extração do caldo de cana traz vantagens como a automatização, que favorece a extração completa do caldo.

Biagi (2005) aponta como vantagem da extração do caldo pelo difusor o balanço energético que se sobressai à moenda, o que confere o Pol% do bagaço de até 1% enquanto na moenda chega a 2,3%. Neste sentido, Attuch (2007) destaca que os difusores podem gerar até 60 MW, o que é superior em até 4% com relação às técnicas mais tradicionais. Sermatec (2019) apontam que se considerada uma espécie de cana com 12,5% de fibra, a extração do caldo pelo difusor pode gerar uma economia de cerca de 10 MW por cada mil toneladas de cana processadas, totalizando uma redução de aproximadamente 70% dos custos com linhas de vapor vivo, além de demandar 40% menos capacidade instalada para aquecimento.

Frente a este exposto, entende-se que a extração do caldo pelo difusor além de reduzir custos de investimento no processo, o processo é parcialmente limpo Attuch (2007). O bagaço oriundo da extração da cana pelo difusor pode ser aproveitado para geração de energia.

PROCEDIMENTO EXPERIMENTAL

O estudo foi realizado na área da manutenção centrada na confiabilidade, utilizando como fonte o estudo de caso realizado em uma empresa de extração do caldo de cana, localizada em Minas Gerais, na região do Triângulo Mineiro. A usina estudada foi construída no ano de 2008 e utiliza o difusor (Figura 3-1) para a extração do caldo da cana-de-açúcar.

FIGURA 3-1: esquema do difusor de cana desfibrada



FONTE: Foto do equipamento.

Em janeiro de 2016, na entressafra de 2015/1016 (S-15/16) foi realizada uma manutenção no difusor que detectou uma falha no rolamento do mancal do lado do acionamento do difusor. A manutenção desta falha gerou uma análise de causa raiz (RCA) (Figura 3-2) que apontou como causa da falha uma corrosão de contato no equipamento, decorrente de um ajuste incorreto do eixo. A partir da emissão desta RCA e demais análises de causa raiz que detectaram defeitos no equipamento foram determinadas novas medidas preventivas e preditivas para o difusor que vieram a ser implementadas na usina a partir da safra S-18/19.

FIGURA 3-2: cabeçalho da RCA do difusor, gerada na safra S-15/16.

ANÁLISE DE FALHA									
#001/2016									
Unidade:	ITT - Ituiutaba	Data:	20 / Jan / 2016	Horário:	10 e 00				
Custo total:	R\$ 180.000	Equipamento:	Difusor	TAG:	DIF07001				
Havia Manutenção Preventiva?	Sim	Última inspeção PM	10 / Dez / 2015	Existe FMEA p/ esse equipamento?	Não				
Havia Manutenção Preditiva?	Sim	Última inspeção PdM	14 / Dez / 2015	Qual % das ações do FMEA são seguidas?	0%				
Condição da Preditiva?	Verde	Se vermelho, descreva o que foi encontrado?	-						
Foi feita manutenção na entressafra?	Sim	O que foi feito na entressafra?	Na entressafra de 2014 o rolamento foi inspecionado pela empresa DM Montagens, não encontrando nenhum tipo de falha no componente, o alinhamento do conjunto também foi verificado.						

FONTE: planta do equipamento.

Assim, como base no plano de manutenção, adotou-se para o estudo de caso a evolução das ocorrências de paradas em três safras: 2017/2018 (S-17/18); 2018/2019 (S-18/19); 2019/2020 (S-19/20). A safra S-17/18 não apresentava ainda as novas manutenções preventivas e preditivas, tendo sido utilizada neste estudo apenas para nível de comparação.

ESTUDO DE CASO

Durante a safra S-17/18 foram registradas dezessete paradas no difusor, decorrente a quatro falhas: desengrenamento das correntes; quebra do rolamento; quebra do pino da corrente; e travamento da barra chata. A soma de todas estas paradas totalizou 164 horas sem extração o que, considerado um valor de R\$37.500,00 de lucro cessante por hora do equipamento parado, totalizou-se R\$6.150.000,00 de prejuízo nesta safra (Tabela 3.1-1).

TABELA 3.1-1: frequências absolutas das paradas do difusor, por falha registrada para S-17/18. Lucro cessante por hora = R\$37.500,00

PARADAS NO DIFUSOR	Ocorrências	Tempo de parada	Lucro Cessante
DESENGRENAMENTO CORRENTES	11	70h	RS 2.625.000,00
QUEBRA DE ROLAMENTO	1	68h	RS 2.550.000,00
QUEBRA DO PINO DA CORRENTE	2	11h	RS 412.500,00
TRAVAMENTO DA BARRA CHATA	3	14h	RS 562.500,00
	17	163h	RS 6.150.000,00

FONTE: produção própria.

Após o registro destas paradas, a usina adotou novas manutenções preventivas e preditivas que visaram a redução do lucro cessante e a melhoria da taxa de extração da sacarose pelo difusor (Tabela 3.1-2). Às manutenções acrescidas a partir da safra seguinte à apresentada, inclui-se uma manutenção preditiva à quebra do redutor, mesmo esta falha não tendo sido registrada para S-17/18. A inclusão desta manutenção,

mesmo sem ocorrência da falha anteriormente, deu-se pela importância do redutor ao bom funcionamento do difusor, sendo que, em caso de quebra, estima-se que sejam consumidas 72h para sua manutenção.

TABELA 3.1-2: descrição das manutenções preventivas e preditivas incluídas a partir da safra S-18/19 por falha registrada.

PARADAS NO DIFUSOR	Manutenções
DESENGRENAMENTO CORRENTES	Reajustamento das engrenagens Preventiva
QUEBRA DE ROLAMENTO	Raio-X do rolamento Preditiva
QUEBRA DO PINO DA CORRENTE	Ultrassom Preditiva
QUEBRA DO REDUTOR	Boroscopia e análise de vibração Preditiva
TRAVAMENTO DA BARRA CHATA	Inspeção por líquido penetrante Preventiva

FONTE: produção própria.

O Reajustamento das engrenagens se faz a partir da inclusão de um gabarito na engrenagem para observar os locais de desgaste e, então, posteriormente, realizar o enchimento destes desgastes com solda dura. Esta manutenção é realizada pela própria usina, sem custos extras referentes ao pagamento de uma empresa especializada.

As manutenções preditivas na indústria são realizadas por uma empresa especializada, visto a necessidade de utilização de equipamentos de alto custo e treinamento especializado para utilização dos mesmos. Todas as manutenções são realizadas no período de entressafras, sendo que cada safra se inicia em abril e finaliza em março do ano seguinte, porém o difusor funciona 24 horas por dia, todos os dias, entre o período de abril a dezembro. A parada de Entressafra ocorre normalmente em dezembro e finaliza no final de março, ou seja, somando quatro meses de manutenção.

A prioridade de atenção às falhas, ou seja, quais destacam um alerta mais crítico ao funcionamento da usina, caso ocorram, segue uma ordem decrescente das que apresentam maior tempo estimado à solução, para aquelas que apresentam menos tempo estimado para a solução. Neste sentido, a quebra do rolamento e a quebra do redutor são mencionadas como as falhas mais

importantes e a quebra do pino da corrente é aquela cujo alerta de preocupação é menos acionado (Tabela 3.1-3).

TABELA 3.1-3: tempo estimado para manutenção, por falha registrada, indicando grau de prioridade em ordem decrescente do tempo

<i>PARADAS NO DIFUSOR</i>	<i>Tempo estimado de manutenção</i>
<i>DESENGRENAMENTO CORRENTES</i>	6h
<i>QUEBRA DE ROLAMENTO</i>	72h
<i>QUEBRA DO PINO DA CORRENTE</i>	5h
<i>QUEBRA DO REDUTOR</i>	72h
<i>TRAVAMENTO DA BARRA CHATA</i>	5h

FONTE: produção própria.

Frente a isso, o presente estudo considerou as safras seguintes a S-17/18 visando compreender as progressões no funcionamento do difusor e na redução do lucro cessante a partir da inclusão de novas manutenções preventivas e preditivas.

ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção serão apresentados os dados referentes às alterações realizadas no plano de manutenção para se evitar as paradas mencionadas. Para tanto, a seção se subdividirá pelas safras de 2018/2019 (S-18/19) e 2019/2020 (S-19/20).

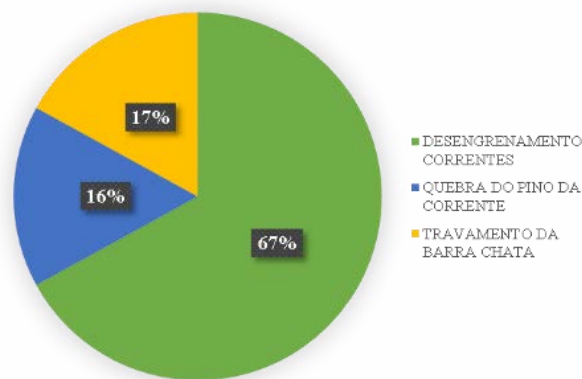
O estudo pautado em uma RCA se deu pela importância deste documento para o bom funcionamento de um equipamento industrial. A partir da RCA gerada na safra S-15/16 foram estabelecidas novas medidas de manutenção para o difusor. Corroborando com esta metodologia de elaboração da RCA para a determinação de novas manutenções em um equipamento, Percaprio e Watts (2013) afirmam que este é um método auxiliar para a identificação de um determinado evento, bem como de sua causa. Segundo os autores loc. cit. esta análise é dada por meio de questionamentos detalhados do que ocorreu, como ocorreu e porque ocorreu. Feldman (2008) destaca que além de não ser uma metodologia simples, a RCA faz uso de uma série de técnicas como a análise de barreiras; a

análise de mudanças; o diagrama de Ishikawa; a análise de Pareto; as árvores das causas e efeitos entre outros métodos, fazendo com que ela não se resume a encontrar um problema, mas sim propor soluções para ele.

SAFRA 2018/2019 (S-18/19)

A safra S-18/19 foi a primeira ocorrida após a implementação de novas manutenções preventivas e preditivas para se evitar e/ou reduzir as paradas no difusor registradas para os anos anteriores. No que se refere às paradas, foram observadas apenas seis ocorrências nesta safra, sendo àqueles referentes ao desengrenamento das correntes a de maior expressividade, totalizando 67% do total (Figura 4.1-1)

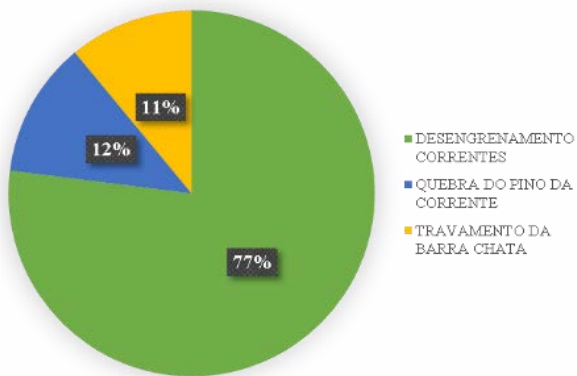
FIGURA 4.1-1: frequência relativa do número de ocorrência nas paradas do difusor, por falha registrada



FONTE: produção própria.

No que tange ao total de horas em que o difusor ficou parado, considerando apenas as falhas ocorridas, observa-se que o desengrenamento, como esperado, somou o maior número de horas (Figura 4.1-2).

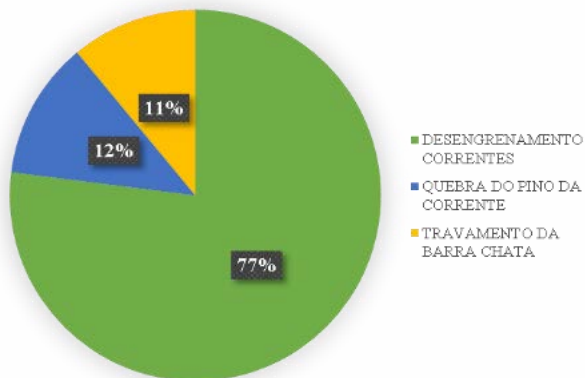
FIGURA 4.1-2: frequência relativa do tempo (em horas) de parada do difusor, por falha registrada, em um total de 46h17



FONTE: produção própria.

Considerado o lucro cessante de R\$37.500,00 por hora de parada, a S-18/19 somou uma perda de R\$1.713.750,00 sendo que o desengrenamento das correntes foi responsável por R\$1.312.500,00 de lucro cessante, o que corresponde a quase 80% do valor total deste prejuízo (Figura 4.1-3).

FIGURA 4.1-3: frequência relativa lucro cessante referente às paradas do difusor, por falha registrada



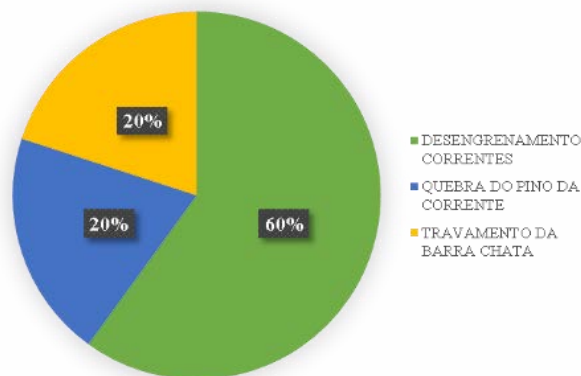
FONTE: produção própria.

SAFRA 2019/2020 (S-19/20)

A safra em questão foi a segunda após a inclusão de novas manutenções preventivas e preditivas para se evitar e/ou reduzir as paradas no difusor registradas para os anos anteriores. No que se refere às paradas, foram observadas apenas cinco ocorrências nesta safra, sendo àquelas referentes ao desengrenamento das correntes a

de maior expressividade, totalizando 60% do total (Figura 4.2-1)

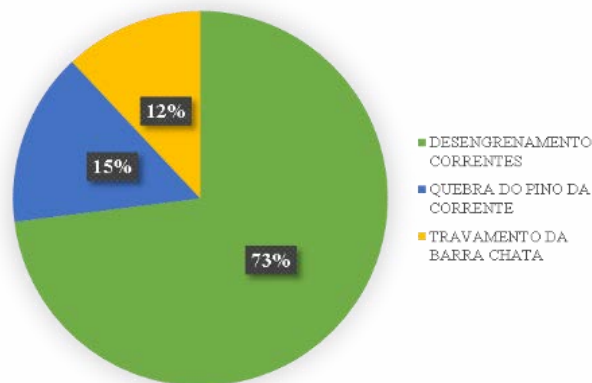
FIGURA 4.2-1: frequência relativa do número de ocorrência nas paradas do difusor, por falha registrada



FONTE: produção própria.

No que tange ao total de horas em que o difusor ficou parado, considerando apenas as falhas ocorridas, observa-se que o desengrenamento, como esperado, somou o maior número de horas (Figura 4.2-2)

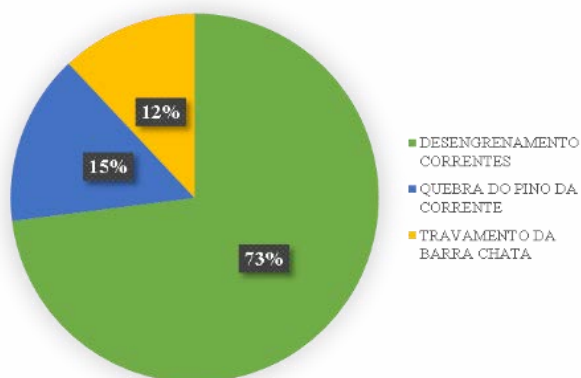
FIGURA 4.2-2: frequência relativa do tempo (em horas) de parada do difusor, por falha registrada, em um total de 46h17



FONTE: produção própria.

Considerado o lucro cessante de R\$37.500,00 por hora de parada, a S-19/20 somou uma perda de R\$1.447.500,00 sendo que o desengrenamento das correntes foi responsável por R\$1.050.000,00 de lucro cessante, o que corresponde cerca de 73% do valor total deste prejuízo (Figura 4.2-3).

FIGURA 4.2-3: frequência relativa lucro cessante referente às paradas do difusor, por falha registrada



FONTE: produção própria.

Ainda que não tão expressivo nesta última safra, o lucro cessante mostra-se em tendência a redução. A sua baixa redução na última safra possivelmente deve-se ao fato de o equipamento estar aproximando-se do final de sua vida útil. Frente a todo exposto e pautando-se em conhecimento já amplamente discutido na literatura, observa-se os benefícios das manutenções preventivas e preditivas.

Conforme descrito por Zaians (2003), a manutenção preventiva apresenta vantagens no que tange o bom funcionamento de um equipamento, que tem a parada apenas para consertos em horas programadas. O autor loc. cit. menciona ainda como vantagem a continuidade da produção já que a partir destas manutenções os equipamentos estabelecem um grau de confiabilidade elevado.

Ainda que suas vantagens sejam evidentes, Guimarães (2005) destaca que muitas vezes as manutenções preventivas, pela própria concepção conceitual, tendem a incluir no mercado equipamentos cujo tempo de vida útil já foi extrapolado e, pelo histórico de falhas, já deveria ter sido substituído.

Já no que tange as manutenções preditivas, Pinto e Xavier (2001, p. 41) ressaltam que elas indicam reais condições de um equipamento “com base em dados que informam o seu desgaste ou tendência de degradação”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reiterando-se do objetivo geral deste trabalho: “apresentar as etapas de manutenção preditiva e preventiva realizadas para o difusor utilizado na extração de caldo de uma indústria de açúcar e álcool localizada no Triângulo Mineiro” é possível concluir que, após a inclusão das manutenções preventivas e preditivas, o difusor utilizado para a extração do caldo da cana apresenta maior produtividade e, com isso a diminui-se o lucro cessante.

Conforme esperado cita-se entre os pontos favoráveis

à implementação destas manutenções, o fato de a manutenção preditiva reduzir consideravelmente as paradas por quebras inesperadas, além de, conseqüentemente, culminar em uma redução de custos decorrentes da troca de equipamentos. Já no que diz respeito a um ponto negativo pode-se citar custos decorrentes destas manutenções.

Por fim, propõe-se a continuidade deste estudo, em monitoramento por pelo menos mais cinco anos, incluindo detalhamento das paradas e, se possível, custos de manutenção, que visem maior robustez nos dados de previsibilidade até mesmo a serem aplicados a uma nova rotina de manutenção para os novos equipamentos que deverão chegar após o final da vida útil dos que estão em ação. Também se propõe medição de variáveis que possibilite associação da frequência destas manutenções com o tempo de vida útil do equipamento.

REFERÊNCIAS

- ALCARDE, André Ricardo. Portal Embrapa. Disponível em: <encurtador.com.br/cfG00>. Acesso em: 8 set 2019.
- ANSELMINI, Renato. Portal Jornal Cana. Disponível em: <encurtador.com.br/flL89>. Acesso em: 30 set 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5462: **Confiabilidade e Manutenibilidade**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1994.

ATTUCH, Leonardo. Portal Dinheiro Rural. **As usinas do futuro**, p. s/p, 2007. Disponível em: <encurtador.com.br/stPS1>.

CAMARGO, Carlos Augusto De; USHIMA, Ademar Hakuo. **Conservação de Energia na Indústria do Açúcar e Alcool: manual de recomendações**. 1. ed. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, 1990.

CONTADOR, José Celso. **Gestão de Operações: a engenharia da produção a serviço da modernização da empresa**. 3. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2010.

CORDEIRO, Heyder Alves. **Planejamento e Controle de Manutenção para moendas de extração de caldo de cana**. 2015. 53 f. Universidade de Rio Verde, 2015.

FOGLIATTO, Flávio Sanson; RIBEIRO, José Luis Duarte. **Confiabilidade de manutenção industrial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GERMANO, Arthur Oliveira. **Efeitos da implantação de manutenções preventivas na produtividade: indústrias Becker**. 2018. 62 f. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

HELMAN, Horacio; ANDRERY, Paulo Roberto Pereira. **Análise de falhas: aplicação dos métodos de FMEA e FTA**. 1. ed. Belo Horizonte: Fundação Christino Ottani, 1995.

KARDEC, Alan; NASCIF, Julio. **Manutenção: função estratégica**. 4. ed. [S.l.]: Qualitymark, 2012.

LAFRAIA, João Ricardo Barusso. **Manual de Confiabilidade, Manutenibilidade e Disponibilidade**. 3. ed. [S.l.]: Qualitymark, 2001.

MALPAGA, Isaac. **O departamento de manutenção**. 1. ed. Joinville: Clube dos Autores, 2013.

MONCHY, François. **Função Manutenção**. 2. ed. São Paulo: Durban, 1989.

NASCIF, Júlio; DORIGO, Luiz Carlos. **Manutenção orientada para resultados**. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2013.

NAZATO, Carina e colab. Moenda x Difusor: diferentes pontos de vista sobre o assunto. **Bioenergia em revistas: diálogos**, v. 1, n. 1, p. 129–139, 2011.

OTANI, Mario; MACHADO, Waltair Vieira. **A proposta de desenvolvimento de gestão da manutenção industrial na busca da excelência ou classe mundial**. Revista Gestão Industrial, v. 4, n. 2, p. 1–16, 2008.

SALGADO, Marcia de Fatima Platilha. **Aplicação de técnicas de otimização à Engenharia de Confiabilidade**. 2008. 122 f. Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

SERMATEC, Zanini. Portal Sermasa. Disponível em: <<https://www.sermasa.com.br/pt/solucoes/difusor-de-cana>>. Acesso em: 28 set 2019.

SOUZA, Strauss Sydio De; LIMA, Carlos Roberto Camello Lima. **Manutenção centrada em confiabilidade como ferramenta estratégica**. 2003, Ouro Preto: ABEPRO, 2003. p. 1–8.

SOUZA, Rafael Doro. **Análise da gestão da manutenção focando a manutenção centrada na confiabilidade: estudo de caso MRS Logística**. 2008. 54 f. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

VIANA, Herbert Ricardo Garcia. PCM: **Planejamento e Controle da Manutenção**. 1. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2014.

XENOS, Harilaus. **Gerenciamento a Manutenção Produtiva**. 2. ed. Nova Lima: Falconi, 2014.

A INCLUSÃO DIGITAL THE DIGITAL INCLUSION

Erivaldo de Jesus Coutinho ¹

RESUMO

INTRODUÇÃO: A Inclusão Digital (ID) é uma temática contemporânea, pois por meio desta é que há o fornecimento de uma base socializadora para que todos sejam incluídos como sujeitos na sociedade da tecnologia. Assim, nessa contemporânea sociedade da informação, a utilização plena das tecnologias de informação e comunicação são fatores extremamente importantes para o desenvolvimento dos cidadãos. **OBJETIVO:** Evidenciar a importância da educação digital no processo de inclusão e ensino-aprendizagem contemporâneo. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com enfoque descritivo e abordagem básica com cunho bibliográfico diante da abordagem. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Contudo, compreende-se este estudo possibilitou um melhor conhecimento acerca da importância e contribuições do uso das tecnologias digitais na área educacional, suas conexões, interconexões e multi-conexões. A inclusão digital tende a desenvolver mecanismos de inteligência de forma coletiva que possibilitam a aproximação das comunidades e soluções coerentes para o crescimento social, econômico e cultural. Desse modo, são criados programas sociais em prol de tornar a sociedade cada vez mais integrada.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias; Inclusão Digital; Políticas Públicas.

ABSTRACT

INTRODUCTION: Digital Inclusion (DI) is a contemporary theme, as it is through this that a socializing base is provided for everyone to be included as subjects in the technology society. Thus, in this contemporary information society, the full use of information and communication technologies are extremely important factors for the development of citizens. **OBJECTIVE:** To highlight the importance of digital education in the contemporary inclusion and teaching-learning process. **METHODOLOGY:** This is a qualitative research, with a descriptive approach and a basic approach with a bibliographic nature in view of the approach. **FINAL CONSIDERATIONS:** However, it is understood that this study enabled a better knowledge about the importance and contributions of the use of digital technologies in the educational area, its connections, interconnections and multi-connections. Digital inclusion tends to develop intelligence mechanisms collectively that make it possible to bring communities together and provide coherent solutions for social, economic and cultural growth. In this way, social programs are created in order to make society increasingly integrated.

KEYWORDS: Technologies; Digital inclusion; Public policy.

¹ Graduação em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Licenciatura em Pedagogia (Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias - FAC) Especialista em Geografia e Meio Ambiente, Educação Ambiental na Área Multidisciplinar, Coordenação Pedagógica e Planejamento Educacional, Gestão, Supervisão e Orientação Educacional, Atendimento Educacional Especializado AEE, com Ênfase em Tecnologia Assistiva e Comunicação Alternativa, Neurociência Aplicada a Psicopedagogia Clínica e Institucional, Mestre em Políticas e Administração de Educadores pela Universidade Aberta do Brasil - UAB. Atualmente efetivo no Município de Riachão das Neves e no Município de Barreiras - BA. Doutorando em Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-MAIL:** e.erivaldocoutinho@bol.com.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/2185865589643710

INTRODUÇÃO

A Inclusão Digital (ID) é uma temática contemporânea, pois por meio desta é que há o fornecimento de uma base socializadora para que todos sejam incluídos como sujeitos na sociedade da tecnologia. De acordo com Borges Neto e Capelo Borges (2007), a inclusão digital refere-se ao processo de adquirir conhecimento digital e executar transposições imprescindíveis para o uso do computador de maneira a superar obstáculos de interações e tarefas.

A inclusão digital não pode ser apartada da inclusão autônoma dos grupos sociais pauperizados, ou seja, da defesa de processos que assegurem a construção de suas identidades no ciber-espaço, da ampliação do multiculturalismo e da diversidade a partir da criação de conteúdos próprios na internet, e, pelo ato de cada vez mais assumir as novas tecnologias da informação e comunicação para ampliar sua cidadania. A mensagem central para a inclusão digital é de caráter universalista e foi dita por Michael Dertouzas: “temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”. (DERTOUZOS, 1997, p.75).

Nesse contexto, nessa contemporânea sociedade da informação, a utilização plena das tecnologias de informação e comunicação são fatores extremamente importantes para o desenvolvimento dos cidadãos, pois não basta apenas basta somente que o indivíduo tenha um computador conectado à internet para que este seja considerado digitalmente incluído, é crucial que este seja ativo e saiba de fato utilizar tais tecnologias em prol do seu desenvolvimento pessoal e profissional dentro do contexto social ao qual encontra-se inserido.

CONTEXTUALIZANDO INCLUSÃO DIGITAL

Ao mencionar-se o conceito exclusão digital é necessário a compreensão de que o cidadão digital e

tecnologicamente excluído ou infoexcluído será sempre o foco principal, sendo fundamental a sua inclusão digital na sociedade da informação, considerando que existem políticas públicas que objetivam esse propósito. Cabral Filho (2006) define inclusão digital como sendo uma ideia de alfabetização digital, que acarreta um processo de inclusão social, direcionando o foco para as pessoas que são excluídas socialmente, adicionando a temática da tecnologia digital com o propósito crucial de agregar esforços para atenuar essa diferença.

Silva (2011) expressa ser inegável que a exclusão digital tem uma grande correlação com as diversas formas de desigualdade social e destaca ainda que, os maiores índices de exclusão estão em setores de baixa renda, isso acontece em decorrência do aumento das desigualdades sociais e o não acesso a tecnologias de “elevado custo”, impossibilitando a inclusão digital desses indivíduos. Então, concordando com tal entendimento, Borges Neto e Capelo Borges (2007), relata que a inclusão digital acontece quando o indivíduo se torna capaz de usar um aparato tecnológico por meio de seu raciocínio, desenvolvendo a transposição didática de um saber já dominado em alguma situação para que este seja utilizado em situações diferentes, propiciando a sustentabilidade e em decorrência disso, a multiplicação desse conceito.

OBJETIVO

Evidenciar a importância da educação digital no processo de inclusão e ensino-aprendizem contemporâneo.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com enfoque descritivo e abordagem básica com cunho bibliográfico diante da abordagem.

POLÍTICAS PÚBLICAS

No Brasil, o processo de implementação de políticas públicas relacionadas à inclusão digital deu-se início no final do século XX, com a exigência de um movimento mundial com pauta para a sociedade da informação. Tal movimento recebeu o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e dos quatro setores da sociedade brasileira (governamental, acadêmico, privado e terceiro setor) foram estabelecidos conteúdos e construção de diretrizes em prol de incluir a sociedade brasileira à sociedade da informação (SILVA et al, 2011).

Com isso, nessa época o grande objetivo era que as desigualdades sociais fossem amenizadas com foco também pra os benefícios que a utilização das Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC's) poderiam proporcionar para o País, neste intuito, surge então o Programa Sociedade da Informação (SocInfo). Este programa visava que fosse garantida distribuição e utilização das TIC's de uma forma menos excludente, de modo que toda a população conseguisse acesso a essas tecnologias. Assim, no ano de 1999, o Programa foi instituído pelo Governo Federal, concebido por meio de um estudo desenvolvido pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) (MENEZES; SANTOS, 2001).

As políticas públicas podem aproveitar as novas tecnologias para melhorar as condições de vida da população e dos mais pobres, mas a luta contra a exclusão digital visa sobretudo encontrar caminhos que diminuam seu impacto negativo sobre a distribuição de riqueza e oportunidades. (SORJ; GUEDES, 2005, p. 2).

O projeto envolveu propostas relacionadas à “educação na sociedade da informação”, apoiando a aprendizagem pela internet e pela web, programas de educação continuada e educação a distância nas escolas, formação de professoras, certificação em tecnologias da informação e comunicação em geral. Além de

implantar reformas curriculares objetivando a utilização das tecnologias da informação e também em atividades pedagógicas e educacionais, nos diferentes níveis da educação formal (COSTA, 2013). No Brasil, foram então promovidos inúmeros projetos de Inclusão Digital (ID) com o objetivo de promover, facilitar o acesso às tecnologias digitais e estabelecer experiências educacionais de vários segmentos da população, expandindo oportunidades de êxito profissional, dentre eles é importante destacar: os Pontos e Inclusão Digital (PID's). (BEZERRA, 2015).

A ideia de transformar a inclusão digital em política pública consolida no mínimo quatro pressupostos. Primeiro, é o reconhecimento que a exclusão digital amplia a miséria e dificulta o desenvolvimento humano local e nacional. A exclusão digital não se trata de uma mera consequência da pobreza crônica, mas torna-se fator de congelamento da condição de miséria e de grande distanciamento das sociedades ricas.

Segundo, é a constatação que o mercado não irá incluir na era da informação os extratos pobres e desprovidos de dinheiro. A própria alfabetização e escolaridade da população são seria massiva se não fosse pela transformação da educação em política pública e gratuita. A alfabetização digital é a formação básica para viver na cibercultura também dependerão da ação do estado para serem amplas ou universalistas. Terceiro, a velocidade da inclusão é decisiva para que a sociedade tivesse sujeito e quadros em números suficientes para aproveitar as brechas de desenvolvimentos no contexto da mundialização de trocas desiguais e, também, para adquirir capacidade de gerar inovações. Quarto é a aceitação de que a liberdade de expressão e o direito de se comunicar seria uma falência se ele fosse apenas para minoria que tem acesso a comunicação em rede. Hoje, o direito a comunicação mediada por computador. Portanto, trata-se de uma questão de cidadania (COSTA, 2013).

Entretanto, o uso do dinheiro público deve incentivar a proliferação de linguagens software essenciais

ais de domínio público. Caso a linguagem básica da internet, o protocolo TCP/IP fosse propriedade de uma empresa, provavelmente a rede mundial de computadores não tivesse a penetração e o potencial democrático que tem hoje. As políticas de inclusão digital devem romper com a política de aprisionamento dos megamonopólios privados (silva, 2011).

Os recursos economizados com as licenças de propriedades podem ser empregados em formação, treinamento e educação digital. Assim, se aposta no fortalecimento da inteligência coletiva local. Formar monitores e instruções nas localidades em GNU/ LINUX e demais programas contribui também para ampliar a capacidade das comunidades agregarem valor não perecível à sua força de trabalho.

TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

Compreende-se que ao passar dos anos com o advento das tecnologias, os espaços escolares vêm sofrendo modificações sem precedentes, causando uma necessidade de modernização das aulas e também dos professores para que consigam acompanhar a cultura digital, que é uma realidade social. Dessa forma, nos dias atuais, não cabe mais, modelos de aulas ultrapassados e obsoletos, que não se liguem as ferramentas tecnológicas tão presentes no dia a dia (CARNEIRO, 2020).

Além do mais, considera-se ainda que a familiaridade com a utilização de programas de computador e com a navegação na *web* são essenciais para exercitar a cidadania. Com isso os professores devem estimular o uso das tecnologias aos seus alunos.

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer

protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BNCC, 2017).

Então, a partir de tais informações é possível compreender a importância da escola ser um espaço potencializador dessa inclusão, de modo que possibilite aos alunos uma utilização de forma consciente e saudável das tecnologias digitais, estimulando o aprendizado através da mesma e, dessa maneira, induzir os alunos a conscientizarem sobre as infinitas possibilidades de acesso ao conhecimento que este recurso pode proporcionar (BEZERRA, 2015).

Diante disso, fica para nós evidente que alunos e professores têm o direito de utilizar as tecnologias digitais em sala de aula, além de caracterizar-se como uma importante competência estabelecida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) devendo esta, ser cumprida nas instituições de ensino para que seja promovido um processo de ensino-aprendizagem de melhor qualidade e significativo, tanto para os docentes quanto para estudantes (MOURA, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em geral, a maioria dos programas de inclusão digital estão voltados ao acesso à conexão, esquecendo que se trata de um de passo inicial. Não é à toa que durante o início do século XXI visualizamos a proliferação de inúmeros, projetos de tontes – computadores embutidos em caixas quase sempre para o uso em pé e sem nenhuma possibilidade de utilização de aplicativos, além do browser – como a grande saída para a inclusão digital. Estes projetos portavam uma concepção bem reduzida do que deveria ser o acesso à informática e a internet.

Percebe-se que nesse sentido, a política pública de inclusão digital pode ser analisada como uma política pública de acesso a alguns elementos ou instrumentos fundamentais da era informacional. Entretanto, a cida-

dania na era da informação impõe o direito a se comunicar, armazenar e a processar informações velozmente, independentes de condição social, capacidade física, visual, auditiva, gênero, idade, raça, ideologia e religião.

Contudo, compreende-se este estudo possibilitou um melhor conhecimento acerca da importância e contribuições do uso das tecnologias digitais na área educacional, suas conexões, interconexões e multi-conexões.

Ademais, a inclusão digital tende a desenvolver mecanismos de inteligência de forma coletiva que possibilitam a aproximação das comunidades e soluções coerentes para o crescimento social, econômico e cultural. Desse modo, são criados programas sociais em prol de tornar a sociedade cada vez mais integrada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. *Versão Final*. 2017.

BEZERRA, Angela Maria de Souza. **Inclusão Digital: uma sistematização sobre a proposta metodológica do Laboratório de Pesquisa Multimeios (IDM²) da FAGED/UFC**. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará, Dissertação. Fortaleza, Ceará, 2015.

BORGES NETO, H. RODRIGUES, E.S.J. **O que é inclusão digital?** L.C. UNB, v. 15, p. 345- 362, 2009.

_____. BORGES, Suzana Capelo. **O que é inclusão digital? Material de Leitura da Disciplina de EaD/UFC**, Fortaleza, 2007. Disponível em: AVE-TelEduc.

CARNEIRO, Auner Pereira. **A importância das tecnologias digitais na Educação e seus desafios**. Revista Educação Pública, v. 20, nº 35, 15 de setembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/35/joseph-a-importancia-das-tecnologias-digitais-na-educacao-e-seus-desafios-a-educacao-na-era-da-informacao-e-da-cibercultura>.

COSTA, Z.B. **O processo de avaliação da disciplina de Educação à Distância do Curso de Pedagogia da UFC**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2013.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbete SocInfo (Programa Sociedade da Informação)**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - **Educabrasil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: . Acesso em: 09 de fev. 2023.

MOURA, Dante Henrique. **A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica**. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, p. 23-38, 2008.

SILVA, H. et al. **Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania**. Ciência da Informação, Brasília, v. 34, n.1, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n1/a04v34n1>> Acesso em: 10 de jan. de 2023.

SORJ, Bernardo; GUEDES, Luís Eduardo. **Exclusão digital: Problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas**. CEBRAP, São Paulo, n. 72, 2005. Disponível em: . Acesso em: 12 mar. 2023.

O FENÔMENO DO NARCOTRÁFICO E A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

THE PHENOMENON OF DRUGS AND CRIMINAL INVESTIGATION

Inácio Mulenga Wimbo Katulumba¹

RESUMO

Em termos conceituais, a droga é toda a substância que, atua sobre o Sistema Nervoso Central (SNC), altera o comportamento provocando dependência e tolerância. É tudo aquilo que é: Fumado; Inalado; Engolido; Injetado; e provoca alterações psíquicas, sentidas como agradáveis, mas que criam com a pessoa uma relação de dependência tal que faz com que esta se sinta cada vez mais ligada a esta substância e cada vez menos capaz de se interessar – e sentir prazer – pelas coisas normais da vida (Paulo Pinto, 2021, p. 8). A droga é para além de ser uma das fontes de problemas sociais, económicos, emocionais, criminais de muitos Estados incluindo Angola é um problema de saúde pública. Foi por esta razão que em 1977, a Organização Mundial de Saúde, OMS, considerou o consumo de drogas não como um problema social, mas também como sendo uma doença, definindo-a como síndrome. Apesar disso, nem toda droga é proibida em Angola. O álcool, os medicamentos livres ou condicionados (controlados) são de tráfico livre e permitido nos limites estabelecidos em leis ordinárias.

PALAVRAS-CHAVES: Droga. Investigação. Transporte. Mulas. Aeroporto 4 de Fevereiro.

ABSTRACT

In conceptual terms, a drug is any substance that, acting on the Central Nervous System (CNS), alters behavior, causing dependence and tolerance. It is everything that is: Smoked; Inhaled; Swallowed; Injected; and causes psychic alterations, felt as pleasant, but which create with the person a relationship of dependence such that makes him feel more and more connected to this substance and less and less able to be interested – and to feel pleasure – in normal things. of life (Paulo Pinto, 2021, p. 8). Drugs are, in addition to being one of the sources of social, economic, emotional, and criminal problems in many States, including Angola, it is a public health problem. It was for this reason that in 1977, the World Health Organization, WHO, considered drug consumption not as a social problem but also as a disease, defining it as a syndrome. Despite this, not all drugs are banned in Angola. Alcohol and free or conditioned (controlled) drugs are freely trafficked and allowed within the limits established by ordinary laws.

KEYWORDS: Drugs. Investigation. Transport. Mules. 4 international Airport.

¹ Frequenta o III Bloco de Doutorado em Ciências Jurídicas pela ACU - Absolute Christian University, com a Linha de Pesquisa em Criminologia, na perspectiva do crime organizado; Mestre em Ciência Jurídico-Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto. Possui mais de cinco Pós-graduações, entre elas: Segurança Interna pela COGNOS, Portugal. **E-MAIL:** Katulumba79@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/3973810228894231

INTRODUÇÃO

Não tem sido fácil conceituar o narcotráfico, mas é caracterizado pela produção, distribuição e venda de substâncias ilícitas gerando lucros em bilhões e bilhões de dólares norte americano. Para muitos países do mundo é atividade ilegal. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), estima-se que o rendimento anual de drogas corresponde a 8% do comércio internacional superando a indústria automóvel e atividade turística (OLIVEIRA, 2021, p. 3 e 4).

Na verdade, não é um fenómeno recente ele recorta épocas distintas no contexto histórico. Mas nos nossos dias, reconhece-se a transcendência do tema das drogas. Em especial, nos países da América Latina e da periferia mundial, já que são os mais afetados pelo narcotráfico. A universalidade da questão das drogas que vivenciamos hoje no cenário internacional, apresenta-se-nos como um fenómeno de magnitude quase "comparável ao que tiveram as ideologias em luta antes da queda do Muro de Berlim". Significa que o narcotráfico provoca conflitos nas relações políticas internacionais, mas também no tecido social e quotidiano das pessoas (na vizinhança, na família e no indivíduo). Noutros níveis, o fenómeno figura em diversos âmbitos e incide de maneira direta em vários segmentos da sociedade. Invade a diplomacia, a política interna e exterior, a economia de subsistência, o debate académico e a actividade policial. Ocupa capas dos jornais de maneira quotidiana e abre perguntas fundamentais no campo da cultura, da psicologia social e da criminologia. Põe em questão os alcances da soberania nacional e os limites dos direitos e liberdades individuais. Cada uma das fases do processo – que vai desde a produção de drogas ilícitas até o seu consumo e a lavagem de dinheiro – abre uma multiplicidade de problemas de controlo e regulação, todos sujeitos a divergências de opinião (FIGUEIREDO, 2021, s. n. de página).

OBJETIVO

Compreender a dimensão económica global do narcotráfico, as fases de produção, transformação, distribuição, consumo e, a lavagem de dinheiro resultante do narcotráfico.

NARCOTRÁFICO NA ESCALA GLOBAL



(FONTE: Manual de Apoio do Curso de Pós-graduação em segurança interna, 2021, p. 10)

Como acima se referiu, devido à complexidade do fenómeno do narcotráfico na era da globalização, as suas dimensões são enormes. É difícil quantificar todo o seu impacto, já que as estimativas arrogam cifras dramáticas relativas ao crescimento desta indústria das drogas que tende a aumentar e diversificar-se. No início da década de oitenta, o narcotráfico figurava como o empreendimento transnacional mais destacado nos países da América Latina.

No final do milénio, a (ONU) chegou a estimar que a indústria das drogas gerava um movimento de capital em torno de 400 bilhões de dólares anuais, cifra equivalente "a cerca do dobro da rendibilidade da indústria farmacêutica mundial, ou a dez vezes o total de toda a assistência oficial para o desenvolvimento. SALAZAR apud OLIVEIRA, 2021, p.9, afirma que neste contexto, pode-se considerar que as noções de droga e narcotráfico estão associadas. Em geral, pouco se

conceitualiza sobre o sentido do termo narcotráfico, já que o tema é bastante complexo. Os critérios são diversos, polêmicos e pouco esclarecedores, sobretudo quando se encontram impregnados de uma série de cargas ideológicas. Contudo, convém apontar algumas das ideias em torno do conceito.

DEL VILLAR (2021, apud OLIVEIRA, 2021, p.12) assinala por um lado, que o narcotráfico (drug traffic) é "um mercado que integra a demanda à oferta de narcóticos. Por outro lado, diz que o narcotráfico não é apenas uma atividade de "máfias"; é uma actividade "agroindustrial-comercial e financeira que, por integração vertical e alcance planetário, assemelha-se mais a uma empresa transnacional do que a uma malfeitoria de família do crime organizado."

Nenhum país está fora de tráfico de drogas apesar de níveis diferenciados, isto é, em alguns, o fenómeno é mais alargado que em outros.

A INDÚSTRIA DO NARCOTRÁFICO

Como realçado nos paragrafos anteriores, nos últimos anos do século XX, a América Latina e outras regiões periféricas figuraram de maneira destacada na divisão internacional de cultivos e produtos ligados ao tráfico de drogas ilegais. Neste sentido, a América Latina, principalmente, oferece este tipo de produtos ao mercado dos Estados Unidos, em primeiro lugar, mas também abastece os mercados europeus. Mais ainda, a América Latina e a Ásia são importantes epicentros da produção mundial de drogas. Nestas zonas, os cultivos ilícitos, assim como a produção, a fabricação e o tráfico de drogas ilícitas, alcançaram destacadas dimensões e brindaram com poder as organizações nacionais e internacionais que operam a partir destas áreas para abastecer o mercado mundial de narcóticos e estupefacientes. Numa região afastada da América Latina, porém com semelhante situação de crescimento do narcotráfico, como o Afeganistão, nos últimos anos, incrementou-se o cultivo em grande

escala da papoula. Algumas fontes assinalam que boa parte da produção de heroína, que anteriormente se desenvolvia no Paquistão entre 1997-1998, mudou-se nos nossos dias para o Afeganistão, sendo este país e o Paquistão dois dos principais produtores de cannabis e opiáceos. Da mesma forma que a Colômbia e o México são também destacados produtores desses produtos, mas para o mercado norte-americano. De igual forma, há estimativas que apontam que, na Ásia Central e por novas rotas através dos Estados membros da Comunidade de Estados Independentes, passam até 65% de todo o tráfico de ópio, morfina e heroína procedente do Afeganistão rumo à Europa (OLIVEIRA, 2021, p. 20).

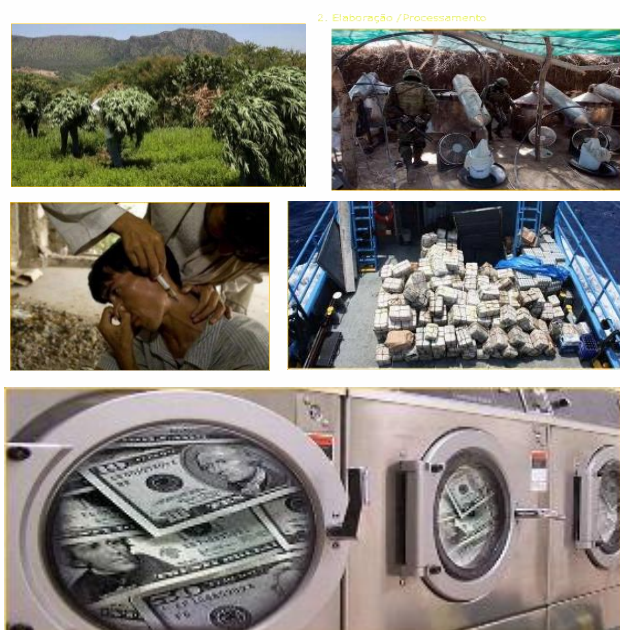
A capacidade de exportação de cocaína da Colômbia é estimada em 450 toneladas anuais, que traduzem no seguinte movimento comercial:

- Rumo ao mercado dos Estados Unidos, 300 toneladas, a um preço médio de 20.000 dólares/quilo no atacado, representando um lucro de 6 bilhões de dólares.
- Rumo ao mercado europeu, 100 toneladas a um preço médio de 50.000 dólares/quilo no atacado, com um lucro de 5 bilhões de dólares.
- Rumo a outros mercados (África, Ásia), 50 toneladas a um preço médio de 35.000 dólares/quilo no atacado, com um lucro de 1,75 bilhões de dólares.

Os Países não se diluem nas suas fronteiras políticas, mas sim nas culturais, as quais parecem evaporar-se frente ao modelo de uma nova sociedade de consumo, onde tudo se encontra à venda. Os países periféricos, e particularmente os latino-americanos, parecem caminhar e tomar um perfil rumo a uma sociedade mundial, a uma sociedade global. Desta forma, surgem símbolos e rituais que adquirem novas, porém não inéditas, expressões. Isto é, emergem linguagens globais, os hábitos de consumo se globalizam. Ou, se se preferir, os estereótipos reproduzem-se à imagem e semelhança das práticas da cultura hegemónica, incluindo-se aqui os consumidores de drogas.

Para além da venda de substâncias ilícitas, os narcotraficantes estão envolvidos em roubos de carros, bancos, caixas de multibanco, tráfico de armas, crianças, órgãos humanos, prostituição, pornografia infantil, sequestros, lavagem de dinheiro, financiamento de campanhas políticas, etc.

CIRCULO DO NARCOTRÁFICO



O círculo começa com a produção, transformação, distribuição, consumo e introdução dos lucros no mercado (lavagem de dinheiro).

Atualmente são várias e, verdadeiramente engenhosas as formas de transporte e distribuição de estupefacientes, sendo as mais usadas segundo (OLIVEIRA, 2021. P. 27): Aérea; Marítima; Terrestre e “Mula de droga”

PRINCIPAIS FORMAS DE TRANSPORTE

Como acima ficou escrito, o transporte pode ser feito por qualquer uma das vias, mas o transporte aéreo

é o mais rápido e comum sem dispor dos outros meios também bastante usados na escala mais organizada e de maior investimento. Por isso, o quadro ilustrativo que vamos apresentar, versa sobre o transporte aéreo. Este é feito em voos regulares usando os porões dos aviões, ou através das “mulas de droga” (seres humanos que transportam a droga no interior do organismo) ou mesmo animais. Este tipo de transporte apresenta uma elevada probabilidade de interceção da droga, mas pouco risco de desmantelamento do grupo traficante. Este método é tipicamente utilizado por grupos com poder económico inferior, mas que podem possuir contatos dentro das instalações dos aeroportos de origem e de destino, aumentando assim a probabilidade de êxito. Nos parágrafos abaixo, apresentamos as formas de transporte nos voos comerciais em Luanda.

No dia 04 de fevereiro de 2019 por as 6h10 minutos aterrou no Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro – Luanda, a aeronave DT- 650 da Companhia TAAG- Linhas Aéreas de Angola, proveniente do Estado de São Paulo – Brasil com 365 passageiros a bordo excluindo a equipa da tripulação. Depois de todo o procedimento de desembarque e passagem pela fronteira e pelos Serviços de Migração e Emigração (SME) por apresentarem um comportamento de insegurança, foram interpeladas pelos agentes dos Serviços de Investigação Criminal do Departamento Anti-droga (SIC-DAD), três senhoras abaixo descritas²:

CASO N.º 1

A sr. “A” proveniente do Estado de São Paulo – Brasil, trajava calças pretas, casaco e blusa de cor verde respetivamente, na posse de duas pastas de cor preta e

² Omitiu-se as identificações das mulas por serem casos reais cujas imagens não foram autorizadas pelas mesmas.

vermelha nos ombros superiores lateral direito e esquerdo.



Submetida a uma entrevista sumária, a suspeita disse que trazia algo que não sabia de que se tratava no seu abdômen. E, depois de excretadas pela via anal eram 65 (Sessenta e Cinco) cápsulas de cor creme de formato oval.

CASO N.º 2

Proveniente do Estado de São Paulo – Brasil, a mesma trajava blusa de cor preta e branca, calças de

ganga azul, calçava sandálias cor verde, na posse de uma mala de viagem de cor marron, de marca REDTEC.



CASO N.º 3

Proveniente do Estado de São Paulo, trajava blusa branca, duas calças uma exterior multicolor e uma calça ganga no interior de cor azul, calçado de cor azul-escuro, em posse de uma mala de mão de preta pela lateral do lado direito e cinza ao esquerdo.



A quantidade de cocaína apreendida no dia 4 de Fevereiro de 2019 no Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro – Luanda transportada por três mulas, é de 6.086 (Seis Quilogramas e Oitenta e Seis Gramas). TAAG – Linhas Aéreas de Angola, tinha uma escala de dois voos diários para a República Federativa do Brasil, isto é, um para São Paulo e outro, Rio de Janeiro. O preço de 1Kg de cocaína no mercado negro de Luanda ronda em USD 100.000,00 (Cem Mil Dólares americano). Estamos perante uma apreensão de aproximadamente USD 600,000.00 (Seiscentos mil Dólares Americanos).

CONSIDERAÇÃO FINAIS

O tráfico de drogas é uma realidade cada vez mais dinâmica. E, em Angola não é uma exceção. As debilidades do controlo das vastas fronteiras terrestres e marítimas (só a título de exemplo, Portugal entra 14 vezes em Angola), suscitam maiores desafios para as autoridades sejam elas Policiais e outras envolvidas na tarefa. Por outro lado, o sistema financeiro angolano facilita o branqueamento de capitais devido ao número elevadíssimo de mercados informais onde circula dinheiro vivo, as igrejas proliferadas em cada canto com dízimos e ofertas de dinheiro vivo também que ao final de contas é introduzido no sistema financeiro angolano como de receitas lícitas etc. A moeda estrangeira (Dólar Americano e Euro cambiado a céu aberto pelos “kinguilas”).

REFERÊNCIAS

PINTO, Paulo. **O interrogatório Forense**: in: aula de especialização avançada em investigação criminal, administrada no Instituto CRIAP – Lisboa no dia 16 de Maio de 2020, das 18 - 22 horas.

Chaunu, Pierre. **Conquista y explotación de los nuevos mundos**: Editorial labor, Barcelona, 1973.

Jorge Godinho. **Branqueamento de capitais e crime principal: concurso efectivo ou aparente?**: in Formação Jurídica e Judiciária. Colectânea. Macau, 2009.

OLIVEIRA, Alexandre. **Manual de Apoio ao Aluno no Módulo II - Narcotráfico**. Curso de Segurança Interna. 2021

AA. VV. **Relatórios periciais do dia 4 de fevereiro de 2019. Aeroporto internacional 4 de fevereiro** – Luanda.

O DEVER DO ESTADO DO ESTADO NOS CASOS DE VIOLÊNCIA ESCOLAR CONTRA PROFESSORES

THE DUTY OF THE STATE IN CASES OF SCHOOL VIOLENCE AGAINST TEACHERS

Márcia de Oliveira Vilela ¹

RESUMO

INTRODUÇÃO: O presente trabalho aborda a Responsabilidade Civil do Estado nos casos de violência escolar contra professores partindo de um assunto que faz parte da realidade de muitas escolas do Brasil, incluindo ativamente o Estado do Maranhão, onde muitos registros de casos de violência contra professores. Contudo, muitas vezes esses casos ficam somente como o registro de mais um, em meio a tantos, e por falta de conhecimento, acesso a informações corretas, acabam impunes. **OBJETIVO:** discutir a responsabilidade civil do Estado diante da violência escolar contra professores. **METODOLOGIA:** A investigação da literatura foi realizada por meio do cruzamento das palavras-chave: Violência Escolar. Responsabilidade Civil do Estado Professores. Desenvolveu-se uma abordagem qualitativa, através de pesquisa bibliográfica e documental, a coleta de dados foi realizada com uma investigação em plataformas científicas, que fizeram através de buscas eletrônicas, usando as bases de dados. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** verificou-se que os impactos da violência praticada contra o professor necessitam gerar outros impactos no que concerne ao desenvolvimento de políticas públicas educacionais e nas decisões dos tribunais superiores. Neste sentido, é visto que com o passar dos anos, houve um desgaste excessivo nas condições de trabalho do professor, ao mesmo tempo que foi constatado uma troca de papéis entre aluno e professor, o que proporcionou alterações em sua atuação e função social. Além disso, tem sido entendimento majoritário a responsabilidade civil objetiva do Estado. Portanto, é obrigação do Estado executar e indenizar a violência praticada contra professores de educação básica, especialmente em escolas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: violência escolar; responsabilidade civil; professores.

ABSTRACT

INTRODUCTION: The present work deals with the Civil Liability of the State in cases of school violence against teachers, starting from a subject that is part of the reality of many schools in Brazil, actively including the State of Maranhão, where many cases of violence against teachers are registered. However, many times these cases are just one more record, among so many, and due to lack of knowledge, access to correct information, they end up unpunished. **OBJECTIVE:** to discuss the civil liability of the State in the face of school violence against teachers. **METHOD:** The investigation of the literature was carried out by crossing the keywords: School Violence. Liability of the State Teachers. A qualitative approach was developed, through bibliographical and documentary research, data collection was carried out with an investigation on scientific platforms, which were carried out through electronic searches, using the databases. **FINAL CONSIDERATIONS:** it was found that the impacts of violence practiced against teachers need to generate other impacts with regard to the development of educational public policies and decisions by higher courts. In this sense, it is seen that over the years, there was an excessive wear and tear in the teacher's working conditions, at the same time that an exchange of roles between student and teacher was observed, which led to changes in their performance and social function. In addition, the objective civil liability of the State has been the majority understanding. Therefore, it is the State's obligation to execute and indemnify the violence committed against basic education teachers, especially in public schools.

KEYWORDS: school violence; civil responsibility; teachers.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. Especialização em Ensino da Genética pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA. Graduação em Química pela Universidade Federal do Maranhão, UFMA. **E-MAIL:** marcia_18vilela@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/5614593136645532

INTRODUÇÃO

A educação, inicialmente era restrita ao seio familiar, com o passar dos anos, novas percepções foram surgindo no contexto social, destacando que instituições de ensino organizadas poderiam educar a sociedade, compartilhando conhecimentos diversos com embasamento objetivos, fazendo uso de métodos didáticos.

O surgimento do sistema educacional trouxe novas percepções de mundo para os membros da sociedade, pois o ensino interfere positivamente na conduta da humanidade, direciona para o crescimento pessoal e intelectual entre outras inúmeras vantagens. Paralelamente, o professor como agente do processo ensino aprendizagem com os alunos, desempenha papel fundamental através de métodos e estratégias que auxiliam o aluno a aprender.

Por sua vez, é primordial que exista uma relação harmoniosa na sala de aula, baseada na ética e respeito entre as partes. Porém, continuamente surgem ocorrências de violência dentro da escola, onde muitas vezes, o professor é a vítima (MACHADO, 2019).

A prática educacional se tornou uma profissão de risco no Brasil, pois de acordo com uma pesquisa realizada pela Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE em 2019, na cidade de São Paulo – SP, 54% dos professores já sofreram algum tipo de violência nas escolas, sendo os alunos os principais agressores, embora casos que até os pais dos alunos participaram da violência. Entre as agressões mais comuns estão a verbal (44%), seguida por discriminação (9%), “bullying” (8%), furto/roubo (6%), e agressão física (5%) e outros (OCDE, 2019).

Segundo pesquisas realizadas no Maranhão, constatou-se que muitos educadores do Estado foram vítimas das agressões nas escolas: 70% já foram vítimas de agressão verbal ou física; 40,7% dos docentes presenciaram agressão verbal ou física de alunos a professores ou funcionários, sendo um total de 6,4%

dos professores foram ameaçados por alunos e 2,1% sofreram tentativas de homicídios. Em 02 de fevereiro de 2019, foi aprovado a Lei 11180/2019 em prol da prevenção à violência contra os profissionais da Educação da Rede de Ensino do Estado do Maranhão. O documento apresenta diretrizes de prevenção e intervenção quanto da violência contra o professor (ESTADO DO MARANHÃO, 2019).

A problemática a ser investigada nesse estudo, teve como base o seguinte problema: Quais são as atribuições da Responsabilidade Civil do Estado nos casos de violência escolar contra professores?

OBJETIVO

Analisar a responsabilidade civil do Estado diante da violência escolar contra professores.

METODOLOGIA

A investigação da literatura foi realizada por meio do cruzamento das palavras-chave: Violência Escolar. Responsabilidade Civil do Estado Professores. Desenvolveu-se uma abordagem qualitativa, através de pesquisa bibliográfica e documental, a coleta de dados foi realizada com uma investigação em plataformas científicas, que fizeram através de buscas eletrônicas, usando as bases de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender melhor está relação entre aluno e professor ao decorrer da história, através do presente capítulo vamos pontuar certas evoluções desta relação, que ao decorrer dos tempos ganhou novas formas e características marcantes.

No processo inicial da construção da sociedade a educação acontecia de modo informal, quando os familiares eram os responsáveis de transmitir conhecimentos, contemplava a cultura, crenças, costumes,

comportamentos, e outros mais, no exemplo de Plassa (2021), cada sociedade refletia em seus membros as culturas dos antepassados, os ensinamentos eram conduzidos de pais para filhos. Em outras palavras não existia educação escolar, os povos ainda não tinham conhecimentos sobre a leitura e escrita, por exemplo.

A educação nesse período tinha como objetivo principal adequar o indivíduo ao seu ambiente de modo que não poderiam desobedecer às normas exposta pela sociedade. Na fase inicial, os membros aprendiam através da imitação dos gestos e rituais (QUEIROZ, 2010).

Ainda segundo, o autor mencionado, com os avanços “civilizadores” os gregos desencadearam a percepção que a educação poderia alcançar outros horizontes e transportar consciência. Passaram acreditar que os indivíduos educados poderiam reconhecer o que é certo e errado.

De fato, os filósofos gregos voltavam-se para uma formação que desenvolvesse o processo de construção consciente, permitindo ao indivíduo ser constituído de modo correto e sem falha, nas mãos, nos pés e no espírito. A educação grega está centrada na formação integral – corpo e espírito (PLASSA, 2021, p.61).

Percebe-se na citação acima que os gregos tinham o interesse além de formar o indivíduo com habilidade intelectual, buscavam formar militares com capacidade física para realizar esportes. Da Grécia eclodiram grandes representantes filosóficos: Sócrates, Aristóteles e Platão. Inclusive, a educação nesse período tinha dentre seus princípios o desenvolvimento individual do ser humano de pensar e refletir e preparação para o desenvolvimento intelectual da personalidade e a cidadania (PLASSA, 2021).

Segundo Queiroz (2010), com o aumento da população novos conceitos foram surgindo sobre os efeitos da educação e sobre o comportamento do indivíduo em meio aos acontecimentos, nisso, os gregos desenvolveram 600 pictogramas o que resultou a compreensão dos códigos, logo após veio o surgimento das consoantes e vogais.

É neste ponto da história que a educação assume em Atenas um papel complexo na sociedade por ocasionar discussões diversas na tentativa de modificar as exigências da sociedade: No primeiro momento, a educação era restrita aos rapazes, que frequentavam a escola e palestra onde eram instruídos através da leitura, escrita, música e educação física obter um corpo perfeito. O ensino possuía três instrutores: o grammatistes (mestre), o kitharistes (professor de música), o paidotribes (professor de gramática). Todavia, ao decorrer dos anos o processo de formação do homem passou exigir da educação outra postura na construção do caráter do indivíduo, despertando interesse conter membros críticos e pensante (QUEIROZ, 2010, p. 18).

A temática educacional após avançar por diversos países adentrou no Brasil com a chegada dos portugueses no período colonial. Os primeiros professores foram os jesuítas, da qual, tinham como objetivo primordial evangelizar os índios e escravos. E somente após tinham o intuito de ensinar a leitura e escrita. Porém, não foi possível seguir o primeiro objetivo, nisso a leitura e escrita foi o passo inicial (SALAMENE; MATSUDA; SANTOS, 2020).

Os jesuítas logo compreenderam que não seria possível converter os índios à fé católica sem, ao mesmo tempo, ensinar-lhes a leitura e a escrita. Por isso, ao da catequese, organizavam nas aldeias escolas de ler e escrever, nas quais também se transmitiam o idioma e os costumes de Portugal. No ensino das primeiras letras, os jesuítas mostraram grande capacidade de adaptação (ARAÚJO; NEPOMUCENO, 2015, p. 33).

Os jesuítas foram expulsos do Brasil após “administrarem” a educação por 210 anos, consequentemente as escolas régias receberam a direção e quando seguiram mudanças. A valorização da educação veio por intermédio do reconhecimento de seus efeitos positivos, ou seja, a educação passou ser considerada inerente ao processo de humanização que ocorre na sociedade em geral, sendo o professor um dos principais agentes na regência do processo de ensino e aprendizagem.

Todavia, o mesmo deveria ser respeitado pelos os alunos, porém, muitas vezes essa não é a realidade, a violência contra os professores tem feito parte de muitas salas de aula (ARAÚJO; NEPOMUCENO, 2015).

Segundo o dicionário Aurélio, a definição de violência “é a coação, ou seja, o uso da força para constranger, física ou psicologicamente, uma pessoa ou um grupo de pessoas”. A violência, implica a dimensão do poder, entendido como correlação de forças, e a privação, momentânea ou perene, do exercício da liberdade por parte da pessoa violentada (NASCIMENTO; ALKIMIN, 2010).

Ao conceituar a palavra violência, importante observar que existem várias determinações complexas e que é um termo que comporta contradições. Definir o caráter violento de um ato depende dos valores culturais de cada grupo social, das circunstâncias em que foi praticado e até de disposições subjetivas. Assim, em qualquer campo do conhecimento, seja na filosofia, seja na sociologia ou na Educação, a precisão em torno da apreensão do conceito de violência é problemática (XAVIER, 2014).

Ainda pode-se ressaltar que a palavra é utilizada para denominar os mais diversos atos e a noção que se tem da mesma, haja visto, que se pode considerar que não existe uma violência propriamente dita, mas uma multiplicidade de manifestações de atos violentos, cujas significações devem ser analisadas dentro do contexto social e histórico em que ocorrem (GITAHY; ALVES, SOUZA, 2019).

Gitahy; Alves, Souza (2019), relatam que antes a violência trazia apenas o sentido de homicídios, roubos, uso de armas, associados muito mais ao bandido do que ao aluno, e os conflitos vivenciados no meio escolar eram encarados, tão somente, como atos de indisciplina. Na época, não se falava em violência na escola, mas sim em indisciplina escolar.

Para Xavier (2014, p. 296), a etimologia da palavra violência é:

Vem do latim violentia, que significa violência, caráter violento ou bravo, força. O verbo violare significa trotar com violência, profanar, transgredir. Tais termos devem ser referidos a vis, que quer dizer, força, vigor, potência. Mais profundamente, a palavra vis significa a força em ação, o recurso de um corpo para exercer a sua força e, portanto, a potência, o valor, a força vital.

Não se pode negar que o termo violência passou por uma reconceitualização e isso se deve principalmente ao reconhecimento dos direitos sociais e ao aumento do exercício da cidadania vivenciada pela população, pois muito do que antes não era considerado como sendo violência, atualmente é assim considerado. Como exemplo disso, citam-se os conflitos de trânsito, as ofensas e discussões verbais, as desavenças, as agressões, o assédio sexual, o racismo, conflitos e agressões entre pais e filhos, e doméstica. O que antes era tratado no meio privado ganha a visibilidade no ambiente público (XAVIER, 2014).

Considerando os inúmeros fatores que assolam a sociedade brasileira em relação à violência, nas escolas quanto aos resultados mais significativos na aprendizagem, a agressividade tem se manifestado como uma temática que tem influenciado na aprendizagem das crianças e dificultado o trabalho dos professores (OLIVEIRA, 2014).

No campo educacional, a incivilidade no universo da violência se trata de uma subcategoria, no entanto, é errado afirmar que toda violência é a prova incivilidade, porque na incivilidade, o emprego da força não está necessariamente presente. (D'AGOSTINI, 2019).

A violência contra professores no seu ambiente de trabalho pelos seus próprios alunos, há cada dia que passa está se tornando algo mais comum, triste realidade que coloca o Brasil no topo do “ranking” de casos deste tipo de violência de acordo com a pesquisa global (D'AGOSTINI, 2019).

Conforme aponta Sampaio (2019) a violência é naturalizada, chegando a se tornar algo normal por diferentes grupos sociais. Com os professores não é diferente, o que gera uma sensação de impotência nos professores e sensação de que estão desprotegidos, levando a muitos deles de calarem e não relatarem para seus gestores as ereções sofridas e muitos menos a registrar o boletim de ocorrência. No entanto, muitos casos são resolvidos pela administração escolar juntamente com o conselho tutela e os responsáveis pelos alunos, pois na maioria dos casos se trata de memores de idade.

Assim, além das agressões praticadas pelos alunos e pais não aceitam a submissão às regras da escola e à autoridade docente, o professor sofre as consequências de uma violência moral, velada aos olhos da sociedade, mas praticada diariamente contra este profissional. A esta violência estão atreladas a sala de aula superlotada, acústica inadequada, recurso pedagógico insuficiente e, o que é pior, a negligência das equipes gestoras, quase sempre comissionadas aos órgãos públicos, que subestimam a autoridade docente, menosprezando ou minimizando as agressões sofridas, banalizando-as (D'AGOSTINI, 2019).

As consequências das violências contra os professores refletem na desistência da profissão, adoecimento psicológico entre outros efeitos. Diante dessa realidade está a responsabilidade do Estado de buscar meios enfrentem o descaso comum nas escolas públicas.

A responsabilidade civil consiste na obrigação de indenizar, os professores que sofreram algum tipo de violência no âmbito escolar, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia, verificada a exata fixação de sua responsabilidade, e havendo prejuízo a reparar.

O dano moral é um prejuízo que não afeta o patrimônio econômico, mas a personalidade da vítima. Trata-se de lesão que atinge valores físicos e espirituais da pessoa e que trazem amargura, privação do bem-

estar, padecimento, inquietação mental e perturbação da paz (MACHADO, 2019).

A responsabilidade civil ocupa uma parte importante no direito brasileiro, e é a partir disso que, para melhor compreensão sobre o objetivo desde o estudo, é interessante analisar as noções gerais o que de mais relevante o instituto abrange.

Quem causa danos a alguém deve repará-lo. É, sem dúvida, ilícito causar lesão a outrem. Esse entendimento está presente no nosso Código Civil e no da maioria das nações civilizadas. Não é coerente ao Estado democrático de direito que se permita que um dano que possa ser imputado a alguém fique sem reparação (MACHADO, 2019).

Também é desastroso para a sociedade, porque a torna insegura e enseja a “justiça pelas próprias mãos”, uma vez que sem reparação, ninguém para defendê-lo de uma agressão a vítima. Por fim, é extremamente negativo para o Estado, que não consegue a paz e o equilíbrio sociais tão necessários ao seu desenvolvimento. Por tudo isso, é tão importante reparar um dano (MARQUES; GUIMARÃES, 2018).

No âmbito civil “reparar” diz respeito à restituição ao “status quo” original, ou seja, ao estado em que se encontrava antes da lesão. O ideal, portanto, é que, com essa reparação tudo seja restaurado, de modo a voltar a ser como era antes do fato danoso.

“A grande problemática da responsabilidade civil, justamente, abriga-se no fato de ser um instituto que repercute em todas as ações da vida humana, o que gera inúmeras discussões e divergências tanto na doutrina, como na jurisprudência” (MARQUES; GUIMARÃES, 2018, p. 1).

Percebe-se, contudo, que existem inúmeras situações em que a lesão foi tão grave que jamais poderia ocorrer uma reparação para retornar ao estado de coisas anteriores. Assim, quando o sujeito lesionado é indenizado, o objetivo é compensá-lo pelo dano sofrido. Essa compensação tende a ser em pecúnia.

A responsabilidade traz intrínseca não só o peso de uma palavra, mas também, contém a intenção de um termo. Como palavra propriamente dita no vernáculo português é um substantivo feminino, abstrato que está diretamente relacionado à concepção de qualidade, ou seja, um ser (pessoa física ou ente) que é responsável. O termo conforme o contexto empregado também é correlato à obrigação que o indivíduo tem de responder pelos seus próprios atos ou de outrem, atos estes, que se manifestam por ações e resultados (REIS; JUNIOR, 2016).

Etimologicamente o termo “responsabilidade” é originário do vocábulo “respondere”, que significa “responder, prometer em troca” e possui ligação direta com o – conceito de obrigação. A obrigação que um indivíduo tem de assumir, arcar e suportar com as consequências jurídicas que possa acarretar. É importante ventilar que a obrigação se torna jurídica, quando um ato ou as consequências de um determinado ato estão descritas no ordenamento jurídico de uma sociedade tornando-se fatos jurídicos e este ordenamento considere relevantes os acontecimentos (REIS; JUNIOR, 2016).

Na linha civilista do estudo das obrigações advindas das ações do homem, contratuais ou espontâneas, interações e consequências das ações está instalada a responsabilidade civil.

Já dizia José de Aguiar Dias que, toda manifestação da atividade humana traz em si o problema da responsabilidade. Mas quando o homem se relaciona cotidianamente com outras pessoas, afastando-se das normas prescritas pelo ordenamento jurídico, conclui-se que ele está diante da responsabilidade jurídica (BRANDÃO, 2011, p. 19).

Assim, vindo de um modo compacto e também com análise das acepções de Maria Helena Diniz (2018), as aplicações de medidas responsabilizatórias tem o condão de compelir coerentemente a reparação de um dano do qual foi suportado por terceiro.

Nesse ponto, não se pode deixar de destacar que a responsabilidade civil contratual, como o próprio já direciona, ocorre pelo motivo do contrato entre as partes envolvidas, ou seja, vítima e agente. Nesse caso, sempre que acontecer uma reunião dos fatores culpa ou dolo, ação ou omissão e nexos e o consequente dano, em razão do vínculo jurídico, existe a incidência da responsabilidade civil contratual (GAGLIANO, 2019).

Por outro lado, na extracontratual, comumente denominada de aquiliana, a vítima e o agente não têm qualquer vínculo contratual. Todavia, existe um vínculo legal que tem por base as obrigações derivadas da lei ou do ordenamento jurídico. Em caso de descumprimento de um dever legal, fica caracterizado o dano à vítima (GAGLIANO, 2019).

Em outras palavras pode-se dizer que a responsabilidade civil passa a ser dividida entre contratual ou extracontratual, conforme a natureza do dever jurídico violado. Todavia, as partes se apresentam na mesma consequência, ou seja, a obrigação de reparar o dano.

Como regra geral, sim, mas é possível, por exceção, serem localizadas situações em que se deve invocar a ideia de responsabilidade civil extracontratual.

É a observação da culta Professora Maria Helena Diniz (2018, p. 327):

Não se pode olvidar que há, sem dúvida, certas profissões dotadas de função social, daí serem obrigações legais, de modo que o profissional responderá por elas tanto quanto pelas obrigações assumidas contratualmente. São hipóteses em que coincidem as duas responsabilidades — a contratual e a extracontratual —, e o profissional deverá observar as normas reguladoras de seu ofício, umas vezes por força de contrato e outras, em virtude de lei. Mas, como a responsabilidade extracontratual só surge na ausência de um vínculo negocial, decorre daí que, se há vínculo contratual, o inadimplemento da obrigação contratual e legal cairá, conforme o caso, na órbita da responsabilidade contratual e não da delitual, ante a preponderância do elemento contratual. Todavia, em algumas hipóteses poder-se-á ter duas

zonas independentes: a da responsabilidade contratual e a da responsabilidade delitual. P. ex.: se, em relação ao serviço do médico, se cogitar da extensão do tratamento e de sua remuneração, do descumprimento desses deveres resultará uma responsabilidade contratual. Se um médico fez uma operação altamente perigosa e não consentida, sem observar as normas regulamentares de sua profissão, o caso será de responsabilidade extracontratual, visto que não houve inadimplemento contratual, mas violação a um dever legal, sancionado pela lei.

Portanto, todas essas considerações surgem do pressuposto da responsabilização civil subjetiva de tais profissionais por danos causados no exercício de sua atividade (GAGLIANO, 2019).

“O dano moral vem a ser a lesão de interesses não patrimoniais de pessoa física ou jurídica (CC, art. 52; Súmula 227 do STJ), provocada pelo fato lesivo” (DINIZ, 2018, p. 88).

Deve ser trazido à baila um pensamento macro, resgatando a percepção mais abrangente do ser humano, a de que é um ser que tem um caráter naturalmente social. Na perturbação e dano a esse a situação social nasce para o agente o dever de reestabelecer o equilíbrio. Entenda isso com um bem comum. (MOREIRA, 2014).

Neste ponto do estudo já foi entendido que existe por óbvio uma conduta e um resultado, deste, pois só podendo não ser benéfico, uma vez que nasce um dano. Mas o que liga uma conduta a pessoa (ou ente) que irá arcar com o ônus desta são os - nexos causais. Este é tido como o vínculo que atribui legitimidade a nova relação jurídica de responsabilidade. Entende-se como a relação “causa e efeito” entre a ação e o resultado (MOREIRA, 2014).

É na observância deste que é desenhada a culpabilidade no direito civil. É um dos elementos indispensáveis na persecução de obter a legitimidade e de-

signar os agentes (responsáveis diretos ou legitimados a assumirem o ônus), e os fatores incidentes na lesão suportada.

Para Venosa (2017), a cautela do juiz precisa ter como observância de proporcionar uma vantagem ao credor, atribuindo-lhe algo além do dano, nem minimizar a indenização a ponto de lhe tornar inócua. Não pode a indenização ser instrumento de enriquecimento injustificado para a vítima, nem ser insignificante a ponto de ser irrelevante ao ofensor. Nesse sentido, a indenização apresenta-se como de caráter punitivo e educativo.

A reparação das perdas e danos abrangerá a restauração do que o credor efetivamente perdeu e a composição do que, razoavelmente, deixou de ganhar, apurado conforme os princípios da razoabilidade e da probabilidade, atendo-se o juiz ao fixar o quantum das perdas e danos, ao tempo, ao lugar e à pessoa do lesado, principalmente à sua situação patrimonial, para poder estabelecer a repercussão que teve a inexecução da obrigação (DINIZ, 2007, p. 108).

Diante disso, para a autora, a liquidação do dano, por sua vez, procura realizar a efetiva reparação do dano sofrido pelo lesado, fixando o montante da indenização das perdas e danos, pago com atualização monetária, segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, abrangendo juros, custas e honorários de advogado, sem prejuízo da pena convencional (art. 404, do CC). Esta liquidação se fará por determinação legal, por convenção das partes ou por sentença judicial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A responsabilidade civil objetiva do Estado, no que diz respeito a sua obrigação de indenizar, e sua relação ao cenário de violência praticada contra professores de educação básica, seja de escolas públicas ou particulares, representaram a temática deste estudo acadêmico. Sendo de maneira comum veiculada pelos

meios de comunicação, a violência contra o professor atua como temática recorrente no universo científico e os dispositivos legais que regulamentam a responsabilização civil desta agressão ainda não estão em comum acordo, e pouco coesos na seara jurídica brasileira, prejudicando esses profissionais que representam tamanha importância para a sociedade de uma maneira geral. Por meio desse estudo bibliográfico e documental, pode-se evidenciar que, mesmo que sejam pontuadas jurisprudências que tragam narrativas sobre a obrigação de indenizar professores vitimizados pela violência, no exercício de sua função ou em razão dela, precisa estar alicerçada nos princípios constitucionais da isonomia, razoabilidade e proporcionalidade. Diante disso, pode-se expor um quadro caótico e cruel que estão inseridos os professores de educação básica, somente submetidos, mas expostos e fragilizados à violência diária, moral, física e psicológica praticada pelos alunos ou por seus responsáveis.

Além disso, ainda existe a questão do prejuízo quanto a saúde mental dos professores, com destaque ao progressivo declínio de seu bem-estar se encontra diretamente relacionado às inúmeras ocorrências e casos de violência praticada contra os mesmos. Verificou-se que os impactos da violência praticada contra o professor necessitam gerar outros impactos no que concerne ao desenvolvimento de políticas públicas educacionais e nas decisões dos tribunais superiores. Neste sentido, é visto que com o passar dos anos, houve um desgaste excessivo nas condições de trabalho do professor, ao mesmo tempo que foi constatado uma troca de papéis entre aluno e professor, o que proporcionou alterações em sua atuação e função social. Além disso, tem sido entendimento majoritário a responsabilidade civil objetiva do Estado. Portanto, é obrigação do Estado executar e indenizar a violência praticada contra professores de educação básica, especialmente em escolas públicas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Karlane Holanda; NEPOMUCENO, Kelvyn Robson. **A responsabilidade civil das instituições de ensino privadas nos casos de bullying entre alunos.** R. Fac. Dir., Fortaleza, v. 36, n. 2, p. 53-69, jul./dez. 2015.

BRANDÃO, Fernanda Holanda de Vasconcelos. **Definindo a responsabilidade civil no cenário atual.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 84, jan 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/www.inverbis.com.br?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8874&revista_caderno=7>. Acesso em: 28/01/2023.

D'AGOSTINI, Ana Carolina. **Brasil lidera índice de violência contra professores. O que podemos fazer?** 2019. disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/17609/brasil-lidera-indice-de-violencia-contra-professores-o-que-podemos-fazer>. Acesso em: 3.jan.2023.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro — Responsabilidade Civil.** 32. Ed., São Paulo: Saraiva, 2018, v. 7, p. 327.

ESTADO DO MARANHÃO, Norma Estadual – Maranhão. Publicado no DOE em 02 dez 2019. Lei nº11180 de 02.12.2019. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-11180-2019-ma_386907.html. Acesso em: 2.fev.2023.

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de Direito Civil**, v. 3: Responsabilidade Civil / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho. – 17. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

GITAHY, Raquel Rosan Christino; ALVES, Luis Henrique Ramos; SOUZA, Fernanda Gabriela Sampaio. **Responsabilidade civil das escolas quanto a violência física e moral: a construção do saber na era conectada.** Dialogia, São Paulo, n. 32, p. 38-51, maio/ago. 2019.

MACHADO, Fernanda. **Brasil lidera ranking de violência contra professores.** 2019. Disponível em: <https://sinprogoias.org.br/brasil-lidera-ranking-de-violencia-contra-professores/>. Acesso em: 1.dez.2020.

MARQUES, Vinicius Pinheiro; GUIMARÃES, Mateus Macedo. **A função punitiva da responsabilidade civil e seu aspecto democratizador na jurisprudência brasileira.** Disponível em <https://jus.com.br/artigos/68168/a-funcao-punitiva-da-responsabilidade-civil-e-seu-aspecto-democratizador-na-jurisprudencia-brasileira>. Acesso em: 15/01/2023.

MOREIRA, Maressa Duchini. **Responsabilidade Civil: a indenização por danos morais.** Disponível em <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-civil/responsabilidade-civil-a-indenizacao-por-danos-morais/amp/>. Acesso em: 15/01/2023.

NASCIMENTO, Grasielle Augusta Ferreira; ALKIMIN, Maria Aparecida. **Violência na escola: o bullying na relação aluno-professor e a responsabilidade jurídica.** Trabalho publicado nos Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI realizado em Fortaleza - CE nos dias 09, 10, 11 e 12 de Junho de 2010.

OCDE, Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Segundo pesquisa, Brasil lidera ranking de agressões contra docentes.** 2019. Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/nacional-jovem/2019/10/segundo-pesquisa-brasil-lidera-o-ranking-de-agressoes-contra-docentes>. Acesso em: 14.jan.2023.

OLIVEIRA, Adalberto Henrique da Cunha. **Agressões e violências contra professores nas escolas públicas.** Monografia. João Pessoa, 2014.

PLASSA, WANDER. **Violência contra professores nas escolas brasileiras: determinantes e consequências.** Nova Economia. v.31 n.1 p.247-271 2021.

QUEIROZ, Marta Maria Azevedo. **História da Educação.** Teresina: EDUFPI/UAPI, 2010.

REIS, Clayton; JUNIOR, Otavio Luiz Rodrigues. **Direito civil contemporâneo I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UNICURITIBA;** Coordenadores: Clayton Reis, Otavio Luiz Rodrigues Junior – Florianópolis: CONPEDI, 2016.

SAMPAIO, Kleber. **Violência contra professores e alunos cresce na rede pública paulista.** 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-12/violencia-contra-professores-e-alunos-cresce-na-rede-publica>. Acesso em: 20.jan.2023.

SALAMENE, Jamile; MATSUDA, Marcelino Sato; SANTOS, Henrique Cardoso dos. **A Violência Contra o Professor à Luz do Direito das Obrigações: Uma Análise Jurisprudencial.** Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-civil/a-violencia-contra-o-professor-a-luz-do-direito-das-obrigacoes-uma-analise-jurisprudencial/>. Acesso em: 20/01/2023.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: obrigações e responsabilidade civil.** 17.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

XAVIER, Priscylla de Souza. **Bullying escolar: responsabilidade civil dos estabelecimentos de ensino.** Monografia. Brasília, 2014.

A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DEVIDO A PANDEMIA

THE EVOLUTION OF DISTANCE EDUCATION DUE TO THE PANDEMIC

Márcio Moésio Guedes de Mendonça ¹

RESUMO

INTRODUÇÃO: Computador, houve um "bom" significativo no uso da Internet nos últimos doze anos, que aumentou a capacidade de pesquisa e interação desse aluno. mídia agora aparece na Internet como uma ferramenta significativa para a interação social que muitos desses alunos têm _já incorporadas ao seu cotidiano. **OBJETIVO** verificar a evolução da educação à distância no cenário pós-pandêmico. **METODOLOGIA:** A pesquisa utilizada baseou-se em revisão de literatura tradicional, não sistemática, possui método de abordagem de pesquisa descritiva e bibliográfica, já que a análise se realizou em diversas fontes de pesquisas como livros, artigos científicos, sites, revistas eletrônicas, monografias, dissertações e teses. A pesquisa revelou que não é necessário apenas integrar as novas tecnologias digitais na metodologia de ensino e aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Professores. Mídias. Tecnologias.

ABSTRACT

INTRODUCTION: Computer, there has been a significant "good" in the use of the Internet in the last twelve years , which has increased the research and interaction capacity of this student . media now appears on the Internet as a significant tool for social interaction that many of these students have _already incorporated into their daily lives. **OBJECTIVE** to verify the evolution of distance education in the post-pandemic scenario. **METHODOLOGY:** The research used was based on a traditional, non-systematic literature review, with a descriptive and bibliographic research approach, since the analysis was carried out in several research sources such as books, scientific articles, websites, electronic journals, monographs, dissertations and theses. The research revealed that it is not only necessary to integrate new digital technologies into the teaching and learning methodology.

KEYWORDS: Teachers. Media. Technologies.

¹ Mestrando em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Graduação em Matemática - Licenciatura. Pela Universidade Estadual do Tocantins, UNITINS. **E-MAIL:** prof-mmg@live.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7739164276769741

INTRODUÇÃO

Computador, houve um "bom" significativo no uso da Internet nos últimos doze anos, que aumentou a capacidade de pesquisa e interação desse aluno. Mídia agora aparece na Internet como uma ferramenta significativa para a interação social que muitos desses alunos têm já incorporadas ao seu cotidiano.

Realidade exige que as instituições de ensino iniciem um processo de adaptação e inclusão das mídias sociais como parte integrante e ativa do processo de aprendizagem, utilizando-as como metodologia de apoio em conjunto com o AVA (Virtual ambiente de aprendizagem), envolvendo os alunos e promovendo um ambiente mais autêntico e integrado com os alunos contemporâneos nesse sentido, é possível afirmar que as dificuldades causadas pela introdução da tecnologia em sala de aula.

A relevância do presente estudo se baseia na melhor compreensão que a inserção das mídias sociais na comunidade e na cultura convida e estimula o desenvolvimento de técnicas que visem sua utilização no processo de aprendizagem colaborando com seu crescimento educacional e ao mesmo tempo realizando um processo de inclusão de digital e adaptação desse discente nas tendências e atualidades trabalhadas no mercado de trabalho.

O objetivo geral do estudo foi evolução da educação à distância no cenário pós-pandêmico. O uso da tecnologia em ambientes escolares é controverso porque traz à tona muitos dos problemas enfrentados pela educação no Brasil. As escolas precisam estar preparadas para acolhê-lo de forma efetiva do ponto de vista educacional, buscando atender às necessidades dos alunos.

Em relação à metodologia, a pesquisa utilizada baseou-se em revisão de literatura tradicional, não sistemática, possui método de abordagem de pesquisa descritiva e bibliográfica, já que a análise se realizou em diversas fontes de pesquisas como livros, artigos

científicos, sites, revistas eletrônicas, monografias, dissertações e teses.

REFERENCIAL TEÓRICO:

TECNOLOGIA E MÍDIAS DIGITAIS

Para esclarecimento do que são mídias sociais, é essencial compreender o significado da palavra "mídia". Segundo Almeida (2007), essa palavra é originária do latim "*media*", com plural *medium*, que significa meio ou centro. Ao longo do tempo, ocorreram algumas mudanças nas nomenclaturas. Durante as décadas do século XX, a expressão "mídias" foi sendo modificada e tornou-se abrangente e flexível.

Almeida (2007, p.138), "O termo mídias no plural visa pôr em relevo traços diferenciais de cada mídia, para caracterizar a cultura que nasce nos trânsitos, intercâmbios e misturas entre os diferentes meios de comunicação". Baseados nessa afirmação, Bévort e Belloni (2009) afirmam que:

[...] não pode haver cidadania sem apropriação crítica e criativa, por todos os cidadãos, das mídias que o progresso técnico coloca à disposição da sociedade; e a prática de integrar estas mídias nos processos educacionais em todos os níveis e modalidades, sem o que a educação que oferecemos às novas gerações continuará sendo incompleta e anacrônica, em total dissonância nas demandas sociais e culturais. (BÉVORT; BELLONI, 2009, p.1082).

Os meios de comunicação digitais podem ser descritos como a Internet, os programas educativos, os jogos de computador e, mais recentemente, a televisão digital, que privilegia a interatividade. Nesta categoria, o utilizador pode filtrar a informação para ver apenas os itens que lhe interessam.

Recorrendo às pesquisas, o Wikcionário (o dicionário livre), na definição da palavra mídia, menciona as seguintes acepções: mídias capturadas, mídias sintetizadas, mídia de armazenamento, mídia

impressa e mídia eletrônica. Nesse sentido, Viana (2013, p. 01) confirma que “a mídia impressa se caracteriza por ser um dispositivo voltado, em grande parte, a materiais jornalísticos e/ou publicitários, impressos em gráficas, por meio de uma tecnologia específica”.

Com relação a mídias capturadas, Neto (2011, p. 13) considera que “as mídias capturadas são obtidas através de dispositivos que captam e digitalizam informações do mundo real, como, por exemplo, um vídeo feito a partir de uma câmera filmadora” Já sobre as mídias sintetizadas, Neto (2011, p. 13) afirma que “as mídias sintetizadas são criadas a partir de um computador, como textos, gráficos e animações”.

No momento em que se deseja guardar algo, têm-se ferramentas que permitem isso, a partir das mídias de armazenamento na nuvem (Cloud Computing), que é, segundo Vandresen e Magalhães (2013):

A possibilidade de armazenamento e processamento de dados em um servidor na web, através dos serviços oferecidos pela Computação em Nuvem, permite que uma grande diversidade de dispositivos (tablets, celulares, notebooks e desktops), possa acessar e executar esses recursos, sendo necessário somente o acesso à internet e um mecanismo padronizado, que, por sua vez, pode ser um navegador que necessita poucos recursos computacionais. (VANDRESEN; MAGALHÃES, 2013, p. 16).

A utilização de meios digitais, jornais, anúncios na televisão e outras formas tradicionais de notícias têm o potencial de afetar o maior número possível de pessoas, demonstrando como a utilização das tecnologias digitais altera comportamentos e obriga a compreender a tecnologia nos seus aspectos de produção de identidade e subjetividade. Sabemos que as redes sociais não são apenas um banco de dados, mas também um espaço de conversação ao vivo e em tempo real entre as pessoas sobre diversos assuntos.

A capacidade de acessar, processar e interpretar os dados é tão importante quanto ter uma rede. Por isso, a formação contínua e permanente é muitas vezes confundida com uma série de reuniões mensais onde se discutem questões de grande complexidade relativas ao processo educativo, quando na realidade deveria ser o ambiente mais propício à avaliação crítica do contexto educativo, à aplicação e discussão de propostas metodológicas curriculares, à procura incessante de conhecimentos teóricos e científicos que contribuam para o processo de aprendizagem e à compreensão global do processo de aprendizagem.

Agenciadas pelas mídias, as TIC, que Antonio (2009) denomina intensas, modificam aspectos fundamentais da informação e da comunicação, quando interferem na qualificação do tempo e do espaço no processo de emissão dos estoques e da recepção da informação, alterando a percepção do espectro do domínio do conhecimento da Ciência da Informação, mas, o referido autor adverte:

Quando se fala em novas tecnologias de informação pensa-se de imediato no computador, na telecomunicação e na convergência da base tecnológica, que permitiram que todos os insumos de informação fossem convertidos para uma base digital, possibilitando, assim, seguir o mesmo canal de comunicação. Contudo, essas são pobres conquistas de apetrechos ilusórios e efêmeros: conjuntos fantasmagóricos de fios, fibras, circuitos e tubos de raio catodo. As reais modificações advindas das tecnologias intensas de informação trouxeram ao ambiente um novo elaborar do conhecimento e foram as modificações relacionadas ao tempo e ao espaço de sua passagem. (ANTONIO, 2009, p. 8).

O contexto do sujeito compreensivo, que tem dificuldade em compreender o significado do conjunto de símbolos ligados de forma sistemática e convergentemente codificados, é o foco dos atuais

suportes de difusão da informação, que se situam em ambientes criados por sistemas de informação digital.

2.2 Tecnologias digitais e seus impactos na atuação dos professores

As tecnologias digitais apareceram no século XX e revolucionaram a indústria, a economia e a sociedade de forma geral. Formas de armazenamento e de difusão de informação foram alteradas, gerando debates em torno da relação da humanidade com seu passado, seu presente e seu futuro. Se em todas as profissões a atualização e a busca constante por novos conhecimentos se fazem necessárias, para o professor isso se torna urgente. O ponto de partida, segundo é a mudança na concepção do uso de tecnologia em sala de aula: Uma vez que o professor estude e compreenda a profundidade dessa transformação, ele saberá escolher as melhores tecnologias que o apoiarão em sua prática.

Assim, a utilização de recursos didáticos com base nas Tecnologias de Informação e Comunicação passa a fazer parte importante do trabalho de formação do aluno, sendo um aliado do professor na realização de suas atividades. O educar para a vida envolve preparar o aluno para lidar com os problemas pessoais e sociais, a saber, os seus deveres e direitos, para ter um bom relacionamento com outros em diversos ambientes e, principalmente, para ter autonomia que, por sinal, é o maior desafio que a escola possui hoje.

De acordo com Alba (2006), as novas tecnologias baseadas nas telecomunicações abrem possibilidades de utilização para gerar novas formas de comunicação, interação e socialização em contextos educativos. As exigências e oportunidades relacionadas às tecnologias hoje são enormes para todos os países. Para lidar com isso, é essencial pensar em meios de desenvolver nas escolas as habilidades que as crianças precisarão para enfrentar o século XXI, como pensamento crítico, capacidade para resolver problemas e tomar decisões, boa comunicação e disposição para o trabalho colaborativo.

No entanto, continua a debater-se a eficácia da integração de ferramentas tecnológicas de aprendizagem na sala de aula e o compromisso entre os seus benefícios e o potencial de perturbação dos alunos. Para tal, não basta utilizar um recurso tecnológico, é necessário refletir e analisar a forma como esse recurso será utilizado para apoiar a aprendizagem.

Tendo em conta as ferramentas atualmente disponíveis, tais como recursos de dados, recursos de voz, recursos de imagem, recursos de texto, recursos de animação, ligações, etc., a incorporação das tecnologias digitais no campo educativo pode acabar por promover processos de aprendizagem/aquisição de uma forma alinhada com a realidade.

2.3 Inserções de tecnologia digital e mídias sociais no processo de ensino e aprendizagem em sala de aula

Tecnologia digital são equipamentos eletrônicos que baseiam seu funcionamento em uma lógica binária. Todas as informações (dados) são processadas e guardadas a partir de dois valores lógicos (0 e 1). Digital deriva de dígito, do latim “digitus”, que significa dedo.

Caminha-se hoje por mais uma das transições que transformam a sociedade ao longo dos tempos, diante do crescente e rápido desenvolvimento tecnológico. A escola contribui para a formação de cidadãos, palco de acontecimentos sociais, políticos, econômicos e culturais, é levada a refletir sobre o uso da tecnologia, pois vivemos numa sociedade globalizada, na qual existe uma gigantesca quantidade de informações, fato esse que contribui significativamente em nossa vida. O professor se depara hoje com um universo tecnológico e precisa buscar formas de lidar com essa nova realidade em sala de aula.

Para tanto, é preciso estudar a mídia-educacional, buscar entender que esta pode contribuir nos processos de ensino e aprendizagem. Nesta perspectiva, fica evidente a importância da inserção e

discussão das tecnologias no currículo escolar. Mas também surge um novo aluno que, assim como o docente, também se vê diante de uma aventura feita de estudo, pesquisa e produção de conhecimento num ambiente inovador. O uso da mídia está presente na sala de aula, através de aparelhos eletrônicos, tais como: o celular, o tablet, o notebook, entre outros.

A sala de aula, que antes se resumia a alunos, professores, quadro, giz, mesas e cadeiras, pode agora contar com novos elementos de multimídia. Na perspectiva de ensino, é pertinente ressaltar a troca de experiências com os alunos, ajudando a refletir, produzir e ampliar ideias. Obviamente, o trabalho ortodoxo de ensino, à base de quadro e giz, continua a ter um grande valor. Mas, a linguagem audiovisual, proporcionada pelas mídias, além de entreter, divertir e informar, também contribui para tornar o estudante mais consciente do tempo no qual vivem, a sociedade atual, vivencia uma realidade na qual as crianças nascem e crescem em contato com as tecnologias que estão ao seu alcance. Estas novas tecnologias dão acesso a conhecimentos transmitidos não somente por palavras, como também por sons, imagens, vídeos etc.

É necessário que o professor as conheça e consiga aplicá-las na sala de aula, dominando as técnicas de uso. Os incrementos das aulas podem cativar e incentivar o retorno dos alunos às salas de aula ou através da participação não presencial que pode ser por meio de e-mail e whatsapp ou ligação pelo telefone; Plataformas de videoconferência, podendo os colegas de sala viabilizam as atividades para aqueles que não possuem acesso; Oferecimento da alternativa de enviar o material impresso; Indicações de leituras ocorreram, na maior parte dos casos, ainda antes da paralisação, facilitando o acesso dos alunos (as) aos textos e atividades; dentre outros.

O docente pode fazer uso de jogos, quiz, aula gamificada, inserir o ensino híbrido, utilização do método da aula invertida que garante maior reflexão dos assuntos abordados em aula e participação dos

alunos de modo a incitar maior interação entre a turma. Pode haver também a adesão da metodologia de ensino Web Quest, visando dimensionar usos educacionais da Web, com fundamento em aprendizagem cooperativa e processos investigativos na construção do saber, segundo uma estrutura lógica que contém os seguintes elementos estruturantes: Introdução. Tarefa. Processo.

Há que se elucidar que a utilização de recursos deve ser restrita devido a limitação da situação fática, mas o uso de tecnologia vem ganhando espaço e ficando cada vez mais acessível, possibilitando a um pequeno custo sua utilização e assim o aluno poderá mais facilmente acompanhar as atividades lançadas pelo professor para melhor aproveitamento dos estudos.

O uso das metodologias ativas propõe-se a participação ativa dos alunos no contexto de sua aprendizagem, assim o aluno se coloca em uma posição de mais protagonismo, sendo ele mesmo o condutor de seu próprio conhecimento, utilizando assim mais ludicidade, envolvimento do aluno para chamar a sua atenção, utilização de leituras e debates, estudos de casos, dentre outros, melhorando o engajamento e motivação, podendo diminuir a evasão e aumentar o rendimento, desenvolvendo habilidades importantes que muitas vezes nos métodos tradicionais não são descobertos.

As instituições de ensino podem promover cursos e atualizações práticas que visam ensinar os educadores a usarem as ferramentas digitais. Sabendo que a dificuldade do uso desses softwares e aplicativos estão entre os motivos que levam ao estresse, esses cursos poderão ajudar os professores a quebrarem as barreiras tecnológicas.

Existem muitos cursos on-line de atualização que podem ser direcionados aos professores. Basta pesquisar e então começar a colocar todo o ensinamento em prática.

Nessa perspectiva, é bom asseverar que:

Com relação as TICs. A transição do ensino presencial para o ensino remoto desafiou alunos, professores, escolas e redes de ensino. E, assim como qualquer desafio olímpico, exigiu o esforço de diversas pessoas para que uma meta pudesse ser alcançada. No entanto, para atingir a meta, a amizade e o respeito se fizeram presentes quando se propôs uma produção colaborativa. Buscou-se a excelência para transformar um conteúdo que é atraente por si só, em algo que tocasse os alunos em sua complexidade. E, assim, fica explícito que, em qualquer atividade, seja o 'ser professor' ou o 'ser atleta' ou o 'ser aluno', os valores, adjetivados como olímpicos, são frutos das mais variadas mobilizações humanas (SANTOS; QUINTILIO; PEREZ, 2020, p.205).

Implica-se, portanto, entender que as adaptações ao mundo digital ocorreram através da utilização de aplicativos de videoconferência, redes sociais e até mesmo a adaptação para a modalidade de Educação a Distância (EAD) através da criação de ambientes virtuais de aprendizagem (AVA). Reaprender a ensinar e reaprender a aprender são os desafios em meio ao isolamento social na educação de nosso país.

O EAD é um curso criado para ser totalmente a distância. A metodologia e didática é toda pensada para o ambiente virtual, a carga horária é identificada por módulos, com divisões claras sobre as mídias envolvidas no aprendizado. No EAD, o foco é o conteúdo e não o professor, sem a necessidade de ficar à disposição do aluno. Os trabalhos e avaliações são organizados e padronizados, não contam com a atenção individual dada pelo professor ao aluno presencial.

Importante salientar que o conceito de educação deve ser interpretado de forma ampla, ou seja, busca-se efetivar não somente o acesso às escolas, mas que se faça desse meio, a educação, um difusor para a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade, para que deste modo, haja uma integração entre educação e cidadania, conceitos intimamente ligados pelos ideais de justiça e pacificação.

Mesmo com os recentes avanços, ainda existe um longo caminho a ser percorrido para que se obtenha uma efetiva gestão democrática nas escolas públicas. Pois isso implica no envolvimento de todas as áreas que compõe a escola, para que isso ocorra, é necessário conhecer com propriedade em que se baseiam as ações democráticas na educação.

Os desafios que circundam a gestão escolar afetam todas as estruturas da escola, eles aumentam ao mesmo tempo em que as transformações sociais invadem o mundo todo. Os avanços da tecnologia junto da maximização da internet têm causado grande impacto na maneira de se relacionar da humanidade, essas novas demandas, além de antigas mazelas que a escola enfrenta, vem exigindo que o gestor democrático se reinvente em sua prática.

Tudo isso exige cada vez mais demandas das escolas para que estimulem os estudantes a desenvolver novas competências e habilidades necessárias no cenário atual. Lück (2009, p.16) afirma que "por melhores que sejam os processos de gestão escolar, pouco valor terá, caso não produzam resultados efetivos de melhoria da aprendizagem dos alunos". Dito isso, fica claro que por mais organizada e democrática seja a gestão, sem o caráter transformador que buscam os avanços no processo educacional e participativo dos indivíduos, sua efetividade perde o valor diante do declínio no processo de ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou que não é necessário apenas integrar as novas tecnologias digitais na metodologia de ensino e aprendizagem. De maneira geral, o trabalho analisa as expectativas e discursos em relação ao uso das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem, que estão muito longe da realidade do que realmente acontece nas escolas. O que se tem, na verdade, é a prevalência de um discurso centrado nas políticas de desenvolvimento tecnológico, econômico,

social e cultural, do que na prática. Não há ênfase no potencial das tecnologias digitais em promover e incorporar um processo de inovação a favor do ensino e aprendizagem.

Diante do que fora exposto percebe-se que o uso das tecnologias digitais no ambiente escolar está precário, por diversos fatores como, por exemplo, a falta de investimentos públicos para que as tecnologias façam parte efetivamente no processo de ensinar e aprender.

Evidencia-se a necessidade de um enfrentamento dos problemas em termos de infraestrutura. Assim, a importância de investimentos públicos, acesso à internet com capacidade compatível ao uso em sala de aula, adequação de laboratórios de informática e aquisição de aparatos tecnológicos.

Percebe-se que é preciso uma conscientização do professor para se aperfeiçoar, interagir com os equipamentos no sentido de conhecimento do manuseio dos mesmos, e entender como ele pode utilizar as tecnologias para obter um resultado satisfatório em seus planejamentos.

O desconhecimento das capacidades desses recursos também ajuda o professor a não o considerar um grande aliado, haja vista que a tecnologia avança em um tempo muito rápido e a todo o momento vão surgindo mais novidades, o que faz com que os professores tenham a sensação de que sempre terão que se atualizar para que este processo professor vs. aluno vs. TICs tenha o êxito esperado. Como a pesquisa trata de um tema em mudança constante, que são as tecnologias digitais, este trabalho é apenas um começo para uma reflexão sobre o uso desse recurso na educação.

REFERÊNCIAS

ALBA, Maria; HERNANDEZ, Fernando e colaboradores e colaboradores et al. **Tecnologias para transformar a educação**. Porto Alegre: Artmed. 2006.

ALMEIDA, Raquel Silvano. **Ousadas mídias no ensino de língua estrangeira: concepções e métodos utilizados por professores dos cursos de graduação em letras e secretaria do executivo**. Dissertação de Mestrado em Educação-Universidade Estadual de Maringá PR. 2007. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2007_raquel_silva_no.pdf. Acesso em 18dejun de2022.

ANTONIO, José Carlos. **Projetos de Aprendizagem e Tecnologias Digitais, Professor Digital, SBO**. 2009. Disponível em <https://professordigital.wordpress.com/2009/05/04/projetos-educacionais-e-tecnologias-digitais/>. Acesso em 18dejun de2022.

BÉVORT,E;BELLONI,ML. **Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas**. Educ. Soc. [online]. 2009, vol.30, n.109, pp.1081-1102. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/5pBFdJL4mWHnSM5jXySt9VF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 18dejun de2022.

LIBÂNIO, José Carlos. **A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: a Teoria Histórico-cultural da Atividade e a contribuição de Vasili Davydov**. Revista Brasileira de Educação. Set /Out /Nov /Dez 2004 No 27.

MORAN, José Manuele taletal. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 6. ed. Campinas: Papirus. 2010.

NETO, M. C. M. **Contribuições para a modelagem de aplicações multimídia em TV digital interativa**. 2011. 148p. Tesede Doutorado em Ciência da Computação-Universidade Federal da Bahia – BA. 2011. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8144/1/TESE%20%20Manoel%20Neto.PDF>>. Acesso em 18dejun de2022.

PIMENTA, Selma Garrido. **Mitos e possibilidades XII ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino**, realizado em Curitiba em setembro de 2004, Contrapontos - volume 5 - n. 1 - p. 09-22 - Itajaí, jan./abr. 2005.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio. **Municipalismo, controle social e controle estatal: trabalho coeso para garantir a efetivação do direito à educação**. In: Lilia Maia de Moraes Sales. (Org.). Educação em Direitos Humanos. 01 ed. Fortaleza, v. 01, p. 99-122. 2007.

SANTOS, Sergio Oliveira; QUINTILIO, Natalia Kohatsu; PEREZ, Carlos Rey. **A Educação Olímpica em tempos de pandemia e ensino remoto**. *Olimpianos-Journal of Olympic Studies*, [S. l.], v. 4, p. 193-206, 2020

TARDIF, Maurice. **Saberes Docente se Formação Profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VANDRESEN, Rogério Schueroff; MAGALHÃES, Willian

Barbosa. **Conceito se aplicações da computação em nuvem.**2013 Disponível em: <https://blog.ecoit.com.br/computacao-em-nuvem/#:~:text=A%20computa%C3%A7%C3%A3o%20em%20nuvem%20%C3%A9,faz%20alus%C3%A3o%20%C3%A0%20E2%80%9Cnuvem%E2%80%9D>. Acesso em 18dejun de2022.

VEIGA, Ima Passos Alencastro. (Org) – **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível.** – Campinas, SP – Papirus – 1995 – 29ª Edição 2011.

VIANA, B. C. B. **Mídia Impressa: o dispositivo. Encontro Nacional de História da Mídia UFOP.** Ouro Preto, Minas Gerais.2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-impressa/midia-impressa-o-dispositivo>Acesso em 18dejun de2022.

YANNOULAS, S. C. Apresentação. In: YANNOULAS, S. C. (Coord.). **Política educacional e pobreza: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada.** Brasília: Liber Livro, 2013a.p. 11-25. Disponível em: <http://www.tedis.unb.br/images/pdf/Obeduc_RelatorioFinalAtividades2013_Anexo12_Livro.pdf>. Acesso em: 09 de jun 2022.

HEPATITE B: PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS USUÁRIAS DE MANICURE E PEDICURE NO DISTRITO DA ZONA VERDE, VIANA.

HEPATITIS B: SOCIODEMOGRAPHIC PROFILE OF MANICURE AND PEDICURE USERS IN THE ZONA VERDE DISTRICT, VIANA.

Mario Adelino Miranda Guedes ¹

RESUMO

Introdução: - A hepatite B é uma doença infecciosa que atinge, aproximadamente 2 bilhões de pessoas. Apresenta fase aguda que pode evoluir para a cura ou cronicar, quadro este que pode ser avaliado por meio das enzimas hepáticas e marcadores sorológicos, que detetam anticorpos e antígenos produzidos pelo vírus. **Objetivos:** - Avaliar o perfil sociodemográfico da infecção pelo vírus da hepatite B, aos usuários de manicure e pedicure na Zona Verde através de testes rápidos. **Metodologia:** - Pesquisa descritiva, observacional, com a abordagem quantitativa. **Resultados:** - Do total dos sujeitos 70% são femininos, sendo que 45% estão na faixa etária entre 18-27 anos, idade média de 22,5 anos, desvio padrão de 4,7(±0,41), com coeficiente de variação de 20,8% e um intervalo de confiança de 98,42; no que concerne a vacinação, 58% nunca vacinou sendo que, 84,3% fazem o uso de manicure e pedicure, 18,9% dos sujeitos fazem – se acompanhar de seus instrumentos quando frequentam os salões de beleza, pelo que, 25% da amostra obtiveram resultado positivo para a hepatite B. **Conclusão:** - Se conclui que o uso de manicure e pedicure nos pacientes pesquisados tem implicações diretas na infecção pelo HBsAg. **Sugestões:** - Que se realizem outros estudos nesta perspectiva com vista a se confrontar resultados e avaliação de tendências.

PALAVRAS-CHAVE: - Manicure; Pedicure; Hepatite B; Perfil epidemiológico.

ABSTRACT

Introduction: - Hepatitis B is an infectious disease that affects approximately 2 billion people. It presents an acute phase that can progress to cure or become chronic, a condition that can be evaluated using liver enzymes and serological markers, which detect antibodies and antigens produced by the virus. **Objectives:** - Evaluate the sociodemographic profile of hepatitis B virus infection in manicure and pedicure users in the Green Zone through rapid tests. **Methodology:** - Descriptive, observational research, with a quantitative approach. **Results:** - Of the total number of subjects, 70% are female, with 45% aged between 18-27 years, mean age 22.5 years, standard deviation of 4.7(±0.41), with a coefficient of variation of 20.8% and a confidence interval of 98.42; with regard to vaccination, 58% have never vaccinated, and 84.3% use manicures and pedicures, 18.9% of the subjects carry their instruments with them when they attend beauty salons, so 25% of the sample had a positive result for hepatitis B. **Conclusion:** - It is concluded that the use of manicure and pedicure in the patients surveyed has direct implications for HBsAg infection. **Suggestions:** - That other studies be carried out in this perspective with a view to comparing results and evaluating trends.

KEYWORDS: - Manicure; Pedicure; Hepatitis B; Epidemiological profile.

¹ Doutorado em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University; Mestre em Ciências da Educação pela Unixavier-Tiradentes; Licenciado em Medicina pela Universidade Jean Piaget de Angola. **E-MAIL:** marioguedes1973@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** cnpq.br/1330937429134229.

INTRODUÇÃO

A hepatite B é uma doença de carácter relevante sendo um problema de saúde pública do mundo e o tipo mais grave de hepatite viral. As hepatites virais são responsáveis por elevadas taxas de morbidade e mortalidade em todo o mundo e demandam de altos investimentos em seus tratamentos, (MARCELO 2019).

Elas representam, ainda hoje, um relevante problema de Saúde Pública em todo o mundo e podem evoluir em suas formas aguda ou crónica, e apresentar-se de forma assintomática ou sintomática. Estes vírus podem, portanto, ser transmitidos por meio de transfusões sanguíneas e hemoderivados contaminados com o vírus; relações sexuais desprotegidas, compartilhamento de agulhas, seringas e outros materiais perfurocortantes, procedimentos que utilizam materiais perfurocortantes, procedimentos utilizados em manicure e pedicure, transmissão vertical e contactos domiciliares. As actividades realizadas por manicures e pedicures requerem a utilização de materiais perfurocortantes, o que consequentemente as torna um grupo vulnerável à contaminação por doenças transmissíveis, (KUMAR et al 2020).

Segundo Júlia et al (2018), são quatro as doenças que podem ser transmitidas no salão de beleza, ou seja: as hepatites B e C, HIV e sífilis. A epidemiologia da hepatite B não é homogénea no cenário nacional. Essa infecção apresenta uma concentração dos casos na região amazônica, e em alguns pontos da região Sul. No planeta são aproximadamente 350 milhões de pessoas com infecção crónica e cerca de 1 a 2 milhões de mortes por ano atribuídas a infecção por VHB. São três, as vias de transmissão dessa doença, a via sexual (secreções e sêmen), via parenteral por meio de objectos perfurocortantes contaminados e a via vertical (mãe para filho).

Outro agravante que aumenta ainda mais a preocupação com essa transmissão é o hábito das manicures e pedicures tratarem suas próprias unhas,

aumentando o risco de infecção cruzada por meio de três prováveis vias: Cliente – profissional – profissional, e cliente – cliente. Além disso, alguns grupos são considerados vulneráveis à infecção pelo aumento de sua exposição ao vírus, a saber: o sexo, pessoas que usam drogas, pessoas privadas de liberdade e pessoas em situação de rua. A presença do HBsAg na amostra de sangue do paciente estabelece o diagnóstico de hepatite B. A infecção crónica é definida pela presença do HBsAg reagente por pelo menos seis meses. A vacinação é a principal medida de prevenção contra a hepatite B, sendo extremamente eficaz e segura, (RENATO et al 2021).

Segundo Rita et al (2017), a gestação e a lactação não representam contraindicações para a imunização. Além da vacina, outros cuidados ajudam na prevenção da infecção pelo VHB, como usar preservativos em todas as relações sexuais e não compartilhar objectos de uso pessoal como lâminas de barbear e depilar, escovas de dente, materiais de manicure e pedicure, equipamentos para o uso de drogas, confecção de tatuagem e colocação de piercings. O vírus da hepatite B pode estar presente em vários objectos, como alicates, lixas, tesouras e inclusive no esmalte de unha, onde pode ficar encubado dentro do frasco por até sete dias. No entanto, níveis anormalmente elevados de enzimas hepáticas podem piorar a hepatite B. Para evitar a contaminação do vírus da hepatite B em usuários de manicure e pedicure, se devem seguir as seguintes regras tanto para os clientes assim para os profissionais de salão:

Usar e exigir materiais descartáveis tais como luvas, lixas, alicate, espátula, protetores de plástico para cubas e bacias; - Leve sua própria toalhinha e, de preferência, seu próprio material; Certifique-se de que o local onde você faz as unhas segue as normas de higiene e possui licença sanitária; - Lave as mãos por, no mínimo 40 segundos antes de atender cada cliente; Trocar as luvas descartáveis após cada procedimento; - Esterilizar os materiais em autoclaves, pois, só assim o vírus é

eliminado; - exigir a vacina contra a hepatite B, (LUNA et al 2014).

É nesta perspectiva, que esta pesquisa objectiva verificar o perfil sorológico e socio-demográfico da hepatite B, dos usuários de manicure e pedicure que actuam na área da Zona Verde município de Viana em Luanda.

METODOLOGIA

Pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, de campo, cujo campo de investigação foi os salões de beleza que possuem serviços de manicure e pedicure que actuam na área de abrangência da Zona Verde, município de Viana em Luanda.

Foram incluídos 25 pacientes usuários de manicure e pedicure e que aceitaram responder de forma voluntária os questionários de colecta de dados. Foram excluídos aqueles pacientes que não fazem o uso de práticas de manicure e pedicure. Os dados foram obtidos a partir de questionários preenchidos pelos próprios pacientes, resultados dos testes do antigénio HBsAg. As características sociodemográficas, resultados dos testes, estado vacinal, o uso de manicure e pedicure foram avaliados e comparados por sexo. Aplicou-se questionário padronizado com perguntas abertas e fechadas.

A aplicação dos questionários de colecta de dados foi antecedida pela entrega de uma solicitação formal de realização do estudo à Direcção Clínica do Centro Médico, explicando os objectivos da pesquisa. Foi garantida a confidencialidade e o anonimato das informações prestadas pelos pesquisados, ou seja, nenhum paciente foi identificado nas várias etapas de consecussão deste estudo. Os resultados do estudo foram analisados qualitativa e quantitativamente. No tratamento quantitativo, foi utilizado o método da estatística descritiva, o que permitiu estabelecer a relação existente entre a variável independente (uso de manicure e pedicure) e a dependente (hepatite B).

Foram utilizadas medidas de tendência central com na aplicação da média aritmética da média de idade, o desvio padrão da média, o coeficiente de variação, o erro padrão médio, por serem as mais simples de interpretação. O desenvolvimento do estudo atendeu as normas nacionais e internacionais de ética em pesquisas envolvendo seres humanos.

RESULTADOS

Foram incluídas 25 pacientes (83,3%) do universo populacional, sendo 70% constituída pelo género feminino, ao passo que 45% dos mesmos se encontravam na faixa etária compreendida entre os 18 aos 27 anos de idade; A idade média foi de 22,5 anos com um desvio padrão de 4,7($\pm 0,41$) anos, com o coeficiente de variação de 20,8% e um intervalo de confiança de 98,42% refletindo estarmos diante de uma população predominantemente jovem. Relativamente à proveniência, importa referir que; 65% dos participantes do estudo residem na Zona Verde, o que pode ser devido à localização geográfica do Centro Médico que se constituiu campo de pesquisa.

No que concerne à escolaridade, 55% dos participantes frequentam o IIº ciclo, ao passo que, 80% dos mesmos são solteiros e 58% nunca vacinou. O predomínio do uso de manicure e pedicure ocorreram em 84,3% dos pacientes participantes da pesquisa. Somente 18,9% dos usuários desses salões de beleza, se fizeram acompanhar de seus materiais pessoais de manicure e pedicure. Relativamente aos testes sorológicos HBsAg, 25% dos pacientes testados obtiveram resultados positivos.

DISCUSSÃO

Os limites dos resultados deste estudo referem-se a um desenho prospectivo que não permite o estabelecimento de relações de causa e efeito. Os resultados indicaram que os usuários de manicure e

pedicure fazem parte de um grupo de risco, devido a utilização de instrumentos contaminados. Além disso, deve ser aqui considerado o risco de infecção cruzada, devido ao facto de a utilização desses instrumentos não passarem por um processo de supervisão por parte das entidades sanitárias e de fiscalização local. Porém, os serviços ligados aos salões de beleza assim como outros que oferecem este tipo de serviços ao público, devem seguir legislação sanitária vigente de forma a garantir a segurança dos clientes e a qualidade dos serviços prestados.

Nota-se que boa parte dos entrevistados desconhecia o risco da utilização de materiais contaminados na transmissão da hepatite B, assim como da importância da vacinação contra o antígeno HBsAg no comportamento clínico desta enfermidade, o que permite aferir sobre a imperiosa necessidade de se incentivar a capacitação dos funcionários de salões de beleza assim como de clientes sobre a prevenção das hepatites no âmbito da proteção colectiva e individual. No entanto, o facto de o estudo apresentar maior representatividade para o sexo feminino, isto por si só, pode ser refletido pelo facto de as mulheres serem as que mais procuram os salões de beleza, não obstante a inexistência de causas plausíveis que concorrem para tal realidade.

Luna (2014) referia que para os usuários de salões de beleza, para a prática de manicure e pedicure devem acautelar tais práticas através de uso de materiais pessoais sempre que desconhecem a idoneidade sanitária dos locais de realização, com vista a evitar quer a transmissão interpessoal assim como a contaminação cruzada. No que diz respeito a história vacinal dos participantes, chama-se atenção ao facto de uma grande parcela dos mesmos nunca terem sido vacinados, o que pode refletir baixa imunidade em relação a infecção do Vírus da hepatite B. Ainda assim, a vacinação contra o vírus de hepatite B não cura a doença, porém, confere em certa medida determinada imunidade contra a enfermidade de acordo com Cláudia (2020).

Todavia, para a vacina contra o vírus da hepatite B confira tal resposta imunológica e diminua a actividade viral junto dos hepatócitos, é necessário que o indivíduo apanhe as três doses de vacinação, ou seja, a 1ª dose no primeiro mês, a segunda no 2ª mês ao passo que a terceira dose no 6ª mês. A realização do teste rápido de HBsAg permitiu constatar que 25% dos pesquisados serem portadores deste vírus, pelo que não pode ser considerado representativo do universo de pessoas residentes naquela localidade, sendo que se necessita de outras pesquisas com amostras que apresentem outras características.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de realização das práticas de manicure e pedicure realizado nos salões de beleza estudados têm deficiências importantes relacionadas à limpeza e higiene dos materiais. Neste estudo foi possível constatar que os factores socio ambientais da amostra tiveram enorme influência no comportamento epidemiológico do fenómeno analisado. Neste quesito, é possível referir que os factores socioambientais influenciaram igualmente na diferenciação desta distribuição amostral, devido a localização geográfica dos salões de beleza que se constituíram campo de pesquisa, bem como do Centro Médico que serviu de suporte para a realização do teste rápido para o antígeno HBsAg. Ficou também demonstrado neste estudo que o comportamento dos pesquisados em relação à vacinação é baixa o que se pode concluir que, se observa baixa imunidade.

Todavia, foi também notória a proporção de 25% de pessoas testadas que se apresentaram com o resultado positivo. O resultado desta pesquisa nos remete a convicção de realização de outros estudos neste domínio com vista a melhor percepção do fenómeno em análise no âmbito das acções de vigilância epidemiológica. Em função dos resultados constatados neste estudo, conjugados com os indicadores

epidemiológicos que o problema apresenta no contexto da Saúde Pública, se sugere a realização de outras pesquisas utilizando outras amostragens e cenários epidemiológicos, com vista a se estabelecer futuras comparações assim como a análise da projecção da tendência do problema em estudo.

REFERÊNCIAS

- ANA, J. P et al. **Perfil epidemiológico e genotípico da infecção pelo vírus da hepatite B no Norte de Portugal.** Universidade do Porto – Portugal, 2019.
- AYALA, M. P. et al. **Hepatite B: Cuidados quanto à prevenção por manicures.** Revista Prevenção de infecção e saúde. UFRJ, 2015.
- BRASIL. **Condições crônicas e infecções sexualmente transmissíveis: Formas de transmissão, diagnóstico e tratamento.** Ministério da Saúde. Boletim epidemiológico de hepatites virais. Brasília, 2019.
- CAROLINA, B. C. **Contaminação por hepatite B: Uma ameaça de trabalho em manicure, pedicure e usuários de tatuagens.** UFRJ, Brasil, 2012.
- CLÁUDIA, B. D. **Proteção contra a infecção da hepatite B nos usuários de manicure.** Revista Brasileira de Medicina Tropical. Rio de Janeiro – Brasil. 2020.
- CRISTINA, M. **Hepatite B: Avaliação da resposta sorológica à vacina em funcionários de limpeza de hospital – escola.** Faculdade de Medicina de Batacau, USP, Brasil. 2008.
- JÚLIA, M C. **Evolução clínica de indivíduos com antígeno de superfície do vírus da hepatite B reagente, atendidos em um laboratório clínico de Caixas do Sul RS.** Centro Universitário do Rio Grande do Sul. Brasil, 2018.
- KUMAR, A. F. **Hepatite B aguda: Transmissão e referências gerais para o diagnóstico e tratamento.** Revista Brasileira de Medicina Tropical. Rio de Janeiro – Brasil, 2020.
- LUNA, S. et al. **Prevenção da transmissão de hepatites virais entre manicures e pedicures – Artigo revisão.** Universidade Federal do Maranhão – Brasil, 2014.
- MARCELO, B. **Diagnóstico e tratamento da hepatite B.** Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical. 2019
- RENATO, P. **Hepatite B: Um estudo de revisão de literatura.** Universidade Estadual do Maranhão. Brasil, 2021.
- PATRICIA, F. L et al. **Processo de esterilização de instrumentais em estabelecimentos comerciais com serviços de manicures e pedicures.** Acta Paulista de Enfermagem. Artigo Original. São Paulo- Brasil. 2014.
- RICARDO. **Hepatite: O inimigo invisível dos salões de beleza.** Universidade Federal de Santa Catarina. Brasil, 2015.
- RITA, M, F et al. **Prevalência da infecção pelo vírus da hepatite B em um município do interior do estado do Acre, Amazônia Ocidental.** Revista Pan-Amazônica de Saúde. Artigo original. Brasil, 2017.
- SEVERINO. **Metodologia do trabalho científico.** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil. 2017.

PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO DOCENTE EM ANGOLA NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA

PERSPECTIVE OF TEACHER TRAINING IN ANGOLA IN THE POST-INDEPENDENCE PERIOD

Mário Adelino Miranda Guedes ¹

RESUMO

INTRODUÇÃO: A formação do professor é um trabalho fundamental da Pedagogia e deve abranger todas as dimensões, tanto profissionais como pessoais de maneira que o resultado final seja um profissional capaz de ensinar, educar e pesquisar. **OBJECTIVOS:** caracterizar a formação docente em Angola no período pós-independência. **METODOLOGIA:** Pesquisa descritiva, bibliográfica, documental, com a abordagem qualitativa. **RESULTADOS:** Foram selecionados 5 estudos consignados em Estudos científicos 1,2,3,4 e 5 (EC1,2,3,4 e 5). Após de se ter efetuado uma incursão nas temáticas selecionadas, foi possível constatar que, a formação docente deve atender os novos desafios e deve estar vinculado a determinado modelo que aglutinem desde a teoria a prática com vista a termos um docente que resgate a sua identidade profissional. No caso particular de Angola, a formação docente no período pós-independência obedeceu ao modelo de organização curricular que à luz do decreto-lei 13/01 que vincule a reforma educativa que acabou por tornar-se ambígua uma vez que, não foram acautelados os pressupostos para a sua implementação em Angola. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que, a formação docente em Angola necessita urgentemente de ser atualizada na preparação desses profissionais para enfrentar o desafio de uma formação mais adequada, reduzindo o autoritarismo no professor e a dificuldade dele trabalhar com métodos participativos em sala de aulas. **SUGESTÕES:** Que se acautelem a realização de outros estudos com intuito de se perceber com exatidão a situação da formação de professores no país.

PALAVRAS-CHAVE: - Formação, docente, Angola.

ABSTRACT

INTRODUCTION: Teacher training is a fundamental task of Pedagogy and must cover all dimensions, both professional and personal, so that the end result is a professional capable of teaching, educating and researching. **OBJECTIVES:** to characterize teacher education in Angola in the post-independence period. **METHODOLOGY:** Descriptive, bibliographic, documentary research, with a qualitative approach. **RESULTS:** We selected 5 studies consigned in Scientific Studies 1,2,3,4 and 5 (EC1,2,3,4 and 5). After having made an incursion into the selected themes, it was possible to verify that the teacher training must meet the new challenges and must be linked to a certain model that brings together from theory to practice in order to have a teacher who rescues his professional identity. In the particular case of Angola, teacher training in the post-independence period followed the model of curricular organization which, in the light of Decree-Law 13/01, which links the educational reform, which ended up becoming ambiguous since, the assumptions for its implementation in Angola. **CONCLUSION:** It is concluded that, the teacher training in Angola urgently needs to be updated in the preparation of these professionals to face the challenge of a more adequate training, reducing the authoritarianism in the teacher and the difficulty of him to work with participatory methods in the classroom. **SUGGESTIONS:** Take care to carry out other studies in order to understand exactly the situation of teacher training in the country.

KEYWORDS: Training, teacher, Angola.

¹ Doutorado em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University; Mestre em Ciências da Educação pela Unixavier-Tiradentes; Licenciado em Medicina pela Universidade Jean Piaget de Angola. **E-MAIL:** marioguedes1973@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** cnpq.br/1330937429134229

INTRODUÇÃO

A teoria educativa estuda a educação como instrumento de equalização social e superação da marginalidade. Esta teoria é essencial para compreender a realidade que está inserida, mas essa compreensão se dará mediante a prática em sala de aulas, quando o profissional irá confirmar de facto como acontecem às relações de ensino e aprendizagem na escola.

Ela abrange as concepções dos espaços formativos que permeiam o cotidiano de nossas escolas. A educação tem sido centrada na figura do professor(educação tradicionalista), houve então a necessidade de uma pedagogia nova, capaz de tornar a prática da educação mais dinâmica e eficaz, trazendo a exigência de maior sistematização de conhecimentos, esboçando uma nova maneira de interpretar a educação.

As teorias de educação assumem um papel relevante na formação de docentes do século

XXI. Assim é que, para atender os novos desafios a formação de docentes tem a ver com um modelo que vincule aspectos que aglutinem desde a teoria a prática, pelo que os cursos acadêmicos, as práticas de ensino, a tutoria e a supervisão, a inovação educativa nas escolas e a pesquisa pedagógica devem ser configurados nos novos planos de ensino como áreas independentes, sem integração nem comunicação entre ela, com a escassa congruência conceitual e institucional em seus programas.

No entanto, a formação de professores e o desenvolvimento de seu exercício docente, com o fim de encontrar argumentos para elaborar programas de formação eficazes, assinalam que os enfoques nos quais se idealiza a figura do professor são totalmente negativos, pois indicam o que o bom professor deve fazer, deve pensar e deve conseguir. Assim é que, as atividades ligadas a formação docente devem centrar-se em primeiro lugar, em ensinar o futuro professor a

analisar, com o maior detalhe possível, os múltiplos fatores que estão influenciando nas situações de ensino nas quais desenvolve sua atividade docente quotidiana.

É neste pensar que sendo a profissão docente uma arte controversa do ponto de vista epistemológico, a formação do professor do século XXI deve centrar-se em quatro eixos fundamentais, que são: Refletir sobre a sua própria identidade profissional, entender a aula como um sistema de interação e comunicação, organizar a aula para que trabalhe com uma ordem aceitável e adaptar os conteúdos de ensino ao nível de conhecimento dos alunos, uma vez que a educação precisa de agentes que lhe conferem forma, que personifiquem este processo, pelo que a meta de qualquer professor no exercício de sua nobre tarefa é sempre primar pela qualidade.

CONTEXTO DA PESQUISA

Angola é um país situado na África Austral, com uma superfície territorial de 1.246.700km² e uma população estimada em 26 milhões de habitantes, 52% dos quais são mulheres. Conta com 45 anos de independência nacional e 18 anos de paz efetiva. A educação em Angola diz respeito ao conjunto de elementos formais que se somam para formar do sistema de ensino do país, e que agregam estabelecimentos de ensino público, privado e comunitário ou confessional. Dada às características do país, de colonização e independência tardia, o sistema educacional angolano demorou sobremaneira para desenvolver-se, pautando-se em ciclos de franca expansão, com períodos de praticamente dormência. A independência da nação e sua subsequente vinculação ao bloco socialista, confinada no marxismo leninismo, bem como as guerras colonial e civil, influenciou negativamente no sistema de ensino da jovem nação.

A formação de professores centrou-se no momento de interseção entre o regime colonial e o pós-colonial em Angola. No período pós-independência e

com a nova forma de observar em forma das novas concepções ligadas a política-ideológica, houve mudanças na formação de professores, que não teve muito ligada a concepção científica, e nesta fase esta tarefa sofreu influências das novas autoridades pós-coloniais.

No período compreendido entre 2001 a 2015, não obstante já a vigorar a reforma educativa, à luz do decreto-lei 13/01, observava-se certa desatualização na preparação desses profissionais para enfrentar o desafio de uma formação mais adequada, reduzindo o autoritarismo no professor e a dificuldade dele trabalhar com métodos participativos em sala de aulas, o que demonstra por si só que a implementação da reforma educativa não foi acompanhada com a formação de docentes.

No caso particular de Angola, sobretudo a formação levada a cabo pelas instituições de ensino superior ligado as Ciências de educação constitui por si só um grande desafio que visa a melhoria da qualidade de ensino no nosso país. Ao professor lhe é exigido geralmente a funcionar como agente de promoção de desenvolvimento comunitário que levam a um crescente bem estar social das populações. A problemática da formação de docentes em Angola esteve sempre ligada à situação política, económica e social que o país enfrenta desde a proclamação da independência nacional.

Um dos graves problemas com que o país se debate na formação de professores reside no ato da preparação deste profissional com vista a sua atuação em diversos subsistemas de ensino, e que tem como génese as limitações verificadas e inadequações das competências não só de quem o ensina a ser professor, como também de quem traça as políticas públicas para a formação docente. Assim sendo, a formação de professores em Angola, não tem sido abordada de forma adequada em relação ao conhecimento que tem sido encarado como um produto ou algo que se transmite e não é não como um processo de construção.

A pedagogia dos cursos de formação docente tem sido marcada por uma forte tendência para a exposição, transmissão de informações nos quais se centra a figura do professor numa simples cadeia de repetições e reproduções. A postura investigativa não é uma realidade no ensino angolano desde a iniciação até a licenciatura. No nível superior ou de licenciatura, em Angola, a formação de professores está sob-responsabilidade do Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED).

A formação de professores no ISCED tem uma duração de 4 anos e confere o grau de licenciatura, nos quais os professores ali formados apresentam o seguinte perfil de saída: Professores do ensino básico e médio, exercícios de cargos de gestão nas escolas, para quem já é professor, técnicos superiores de educação na administração pública, técnicos de organização da formação e funções de produção e avaliação de materiais de formação. Os modelos de formação de professores são privilegiados pelos institutos superiores de Ciências de educação, é o modelo de organização curricular e ele permite o desenvolvimento de conhecimentos e de competências necessárias ao exercício da docência no contexto atual, tendo em conta a reforma educativa.

Na atualidade, a responsabilidade da formação de professores em Angola está sob-responsabilidade dos Institutos Superiores de Ciências de Educação assim como as escolas de formação de professores em todas as capitais de províncias relegando os institutos médios de educação que vigorava desde a independência nacional à luz do decreto-lei 09/75, de 09 de Dezembro, sob a nacionalização do ensino angolano.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, bibliográfica, documental com a abordagem qualitativa, na qual se efetuará uma incursão sobre a formação de professores em Angola no período compreendido entre

1975 a 2014. Para constituir os fundamentos técnico-científico desta pesquisa, foram consultados trabalhos científicos que fazem reflexão sobre a formação de professores em Angola, diário da república e outros decretos-lei que conferem o suporte legal de tais atividades no nosso país assim como livros e trabalhos de acadêmicos e investigadores brasileiros que se referem sobre as teorias de educação nas mais variadas perspectivas de abordagem.

Após de terem sido lidos na íntegra, os trabalhos foram devidamente selecionados dando, portanto prioridade aos critérios da relevância do assunto abordado, da representatividade assim como da atualidade que o mesmo se apresenta, o que por um lado constituíram os critérios de inclusão deste estudo. Foram excluídos, todos aqueles trabalhos que não reuniram os requisitos constantes nos critérios de inclusão. Os resultados desta pesquisa

serão elencados e resumidos em uma tabela onde constarão o título do trabalho, o autor, o ano de publicação, o periódico/artigo e o tipo de estudo que se utilizou.

RESULTADOS

QUADRO 1- Estudos científicos selecionados:

TÍTULO	AUTOR	PERIÓDICO E ANO	LOCAL	TIPO DE PESQUISA
Teorias da aprendizagem e bases metodológicas na formação.	Estrela	Manual de Apoio: 2016.	Funiber, Espanha	Bibliográfica documental
A formação inicial de professores em Angola.	Pacheco	Artigo original: 2017.	Univers. Katiavala Buila, Benguela	Documental
A formação docente em Angola 2001-2015.	Aquino	Artigo Original: 2014.	PUC-SP, Brasil	Qualitativa

As teorias educacionais e suas contribuições para a prática pedagógica na atualidade brasileira.	Aparecida	Artigo original: 2010.	Web: artigos, Brasil	Qualitativa
Lei de bases do sistema educativo.	Angola	Decreto: Lei17/16.	Assembleia nacional, Luanda.	Documental.

FONTE: Estudos científicos selecionados.

No estudo científico 1 (EC1) de Estrela (2016), consignado na temática relacionada ao tema sobre as Teorias da aprendizagem e bases metodológicas da formação, a autora manifesta a preocupação da mesma assentar-se no conhecimento dos modelos da formação docente, desenvolvimento das competências e a formação do pensamento prático. Ficou claro durante a sua reflexão a este respeito que, a formação dos docentes requer uma mudança substancial nos programas, métodos e ensino, e instituições em todas as etapas de sua longa vida profissional. É necessário que os docentes durante a sua formação devem receber conhecimentos e inputs que garantem que os mesmos vivam, trabalhem, analisem e avaliem as possibilidades educativas de diferentes projetos, experiências, contextos e situações escolares ao mesmo tempo em que têm de responder as exigências e tensões resultantes de mudanças de paradigmas.

Quanto ao estudo científico 2 (EC2) de Pacheco (2017), o autor faz uma reflexão na problemática da formação inicial de professores em Angola contextualizando com a reforma educativa vigente no país ao abrigo da lei 13/01. É demonstrativo que a reforma educativa trouxe grandes mudanças na formação de professores em Angola, sobretudo no ensino de base e médio, e que são demonstrativos das grandes debilidades que não se compadecem com os princípios universalmente instituídos para a reforma educativa.

Do ponto de vista filosófico a intenção é salutar, mas a prática demonstra o contrário, uma vez que o país

adoptou a reforma sem que estivessem devidamente preparadas os requisitos para a sua implementação e operacionalização. Assiste-se hoje no país o descrédito da reforma educativa que tem implicação direta na qualidade de ensino uma vez que a formação de docentes não se adequa com os fundamentos científicos para a reforma.

Relativamente ao estudo científico 3 (EC3), Aquino (2014), faz uma incursão sobre a formação docente em Angola partindo do pressuposto de que toda a pessoa humana tem direito a educação de qualidade, conforme assegurado nas normas nacional e internacionais. Durante a sua abordagem Aquino concluiu que devido as várias condicionantes esse direito não foi devidamente assegurado numa primeira fase da construção do estado-nação devido a guerra civil do período pós-independência, e que com o fim do conflito armado o estado deve primar por uma educação de qualidade que deve passar necessariamente por uma formação docente adequada, com modelos atualizados, visando a ter um docente que afaste o autoritarismo, e a dificuldade de trabalhar em sala de aulas.

O pensamento de Aquino encontra acolhimento em Camilo et al (2018, p 12), as teorias de educação estudam a educação como um instrumento de equalização e superação da marginalidade e que o saber docente não formado apenas na prática, sendo também nutrido pelas teorias de educação. Na sua reflexão a respeito da teoria educativa, o autor fez uma incursão em torno das características da educação contemporânea e a identidade social da pedagogia com ênfase para o século XIX marcado como sendo o século da pedagogia.

Entretanto termina por referir que ensinar e aprender são processos de natureza diferente que, para estarem em consonância e serem profícuos, necessitam de reunir certas condições e que as competências ou qualidades fundamentais do docente devem sempre estar voltadas para a construção das aprendizagens e

desenvolvimento dos estudantes, construindo um cenário aberto, democrático e flexível em um conjunto de atividades autênticas que pretendem provocar o envolvimento docente, respeitando, no entanto as suas diferenças.

O estudo científico 4 (EC4), relativo as teorias educativas e sua contribuição para a prática pedagógica de Aparecida a autora centra sua reflexão versada na participação do aluno na construção de seu próprio saber sendo uma ação indispensável no processo de ensino- aprendizagem para o momento histórico actual que deve ser assegurado nas contribuições de grandes pensadores tal como Vygotsky (função de mediação social nas relações entre o aluno e o meio), nas teorias de inteligência múltiplas (Gardner).

Aparecida acaba por concluir que, para que o sistema educacional atinja as suas metas, é imperioso que as diversas teorias e modelos educativos se integrem na base de práticas inovadoras versadas numa formação docente que permite ao professor ser possuidor de conhecimentos sólidos baseados em programas, objetivos, métodos com vista a construção da sua própria identidade profissional na arte de ensinar e educar. O pensamento de Aparecida é corroborado por Franco (2016) que destaca que as práticas docentes são respostas às configurações provenientes das práticas pedagógicas na qual cada uma delas confere determinado sentido a outra, terminando por referir que, uma aula ou um encontro educativo torna-se uma prática pedagógica quando se organizar em torno de intencionalidades bem como na construção de práticas que garantem a construção de conhecimentos.

Relativamente ao estudo científico 5(EC5) sobre a lei de base do sistema educativo angolano conhecida como lei 17/16, a mesma emana as diretrizes do sistema de educação em Angola e estabelece os princípios e bases gerais do sistema educativo, revogando assim a lei 13/01. Neste domínio, o sistema educativo do país assistiu uma gritante regressão na formação de docentes, uma vez que foram extintos os institutos

médios normal de educação (IMNE) que desde a independência nacional formou milhares de professores para o ensino de base, e foram substituídos pelas escolas de formação de professores.

Como consequência, passou a registrar-se um decréscimo na formação de professores instituiu-se a monodocência da 1ª a 6ª classe, houve a necessidade de reduzir-se o número de alunos por cada sala de aulas e consequentemente instituiu-se a transição obrigatória. O Ministério da Educação regozija-se com a quantidade de alunos que transitam mesmo sem estarem capazes de responderem as exigências do mundo actual e do mercado, relegando a qualidade de ensino para o último plano. Por fim importa referir que, o estado angola necessita com urgência a rever a sua política de formação docente, que se considera aboletado e não capaz de responder as exigências do mundo actual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos vários trabalhos selecionados para constituir o fundamento técnico- científico desta pesquisa permitiu concluir que a formação de docentes que de uma forma global abre a caminhos para a erradicação da ignorância, e a consolidação de uma certa igualdade de oportunidades, mostra-se na atualidade ainda incapaz de confrontar os novos desafios da sociedade contemporânea. Como é óbvio, se deve observar para o dispositivo escolar vigente, o currículo escolar organizado em disciplinas, a forma de organizar o espaço e o tempo, os modos de agrupar os estudantes, os métodos de ensino, os sistemas de avaliação e qualificação dos alunos, assim como os programas e instituições de formação docente são essencialmente os mesmos do século XIX e não se compadecem com os paradigmas da reforma educacional. No que diz respeito Angola, a formação docente vive inúmeras dificuldades, uma vez que, não foram devidamente acautelados os pressupostos científicos, não obedeceram aos modelos

internacionalmente padronizados para programar a sua reforma educativa e a formação de professores, bem como o propalado modelo de organização curricular vigente no sistema educativo não tem aplicação prática no país.

REFERÊNCIAS

ANGOLA (2016). **Decreto-lei 17/16. Lei de base do sistema educativo.** Ministério da educação, Luanda.

ANGOLA (2020). **Lei de bases do sistema educativo.** Assembleia Nacional, Luanda.

APARECIDA et al (2010). **As teorias educacionais e suas contribuições para a prática pedagógica na atualidade brasileira.** WEB artigos, São Paulo, Brasil.

AQUINO Neide et al (2014). **A formação docente em Angola no período 2001-2015.** PUC-SP, Brasil.

CAMILO Medeiros et al (2018). **As teorias da Educação.** Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.

ESTRELA África (2016). **Teorias da Aprendizagem e bases metodológicas na formação.** Fundação Universitária Ibero-americana. Barcelona, Espanha.

PACHECO José et al (2017). **A formação inicial de professores em Angola.** Universidade Katiavala Buila, Benguela, Angola.

FRANCO et al (2016). **Prática pedagógica e docência: Um olhar a partir da epistemologia do conceito.** Universidade Católica de Santos, São Paulo.

SANTOS, Pinheiro et al (2012). **Metodologia da pesquisa científica.** 1ª edição. American World University, Rio de Janeiro Brasil.

IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA DE SÃO JOÃO DO SÓTER, MARANHÃO, BRASIL

IMPACTS OF PUBLIC POLICIES ON BASIC EDUCATION IN THE PUBLIC SCHOOL SYSTEM OF SÃO JOÃO DO SÓTER, MARANHÃO - BRAZIL

Sidiney Lima Carneiro Almeida ¹

Francisco Costa Sousa ²

Francisco José Lopes Cajado ³

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar os impactos das políticas públicas na educação básica do 6º ao 9º ano da Rede Pública Municipal de São João do Sóter. Além disso, procurou entender a origem dos investimentos feitos em políticas públicas em prol da educação básica na rede pública municipal e identificar as deficiências nos investimentos em educação no município. Para isso, a pesquisa abordou os professores da rede municipal de ensino através de questionários para identificar os problemas relacionados às políticas públicas na educação básica do 6º ao 9º ano da rede pública municipal. A pesquisa foi tanto quantitativa quanto qualitativa, na qual foram aplicados questionários a alunos e professores da rede municipal de ensino de São João do Sóter, no estado do Maranhão. O trabalho foi baseado em teóricos como Silva (2021), Baglioli (2022), Saviani (2010) e Ramos (2018), além de uma ampla pesquisa bibliográfica contendo 101 trabalhos atualizados e demais documentos da legislação brasileira. Foram apresentados os fatores preponderantes para as mudanças ocorridas no Estado do Maranhão nas últimas décadas. As políticas públicas educacionais compreendem um sistema de ações sociais que tem como finalidade traçar metas para melhorar o processo de ensino-aprendizagem dos educandos, em especial da educação básica, e traçar metodologias que visam garantir a permanência dos educandos nas instituições de ensino, uma vez que a educação é um direito garantido a todos.

PALAVRAS-CHAVES: Políticas Públicas. Educação. Impactos.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the impacts of public policies on the basic education of 6th to 9th grade students in the Municipal Public Network of São João do Sóter. Additionally, it sought to understand the origin of investments made in public policies for basic education in the municipal public network and identify deficiencies in education investments in the municipality. To do so, the research approached teachers in the municipal education network through questionnaires to identify problems related to public policies in basic education for 6th to 9th graders in the municipal public network. The research was both quantitative and qualitative, in which questionnaires were applied to students and teachers in the municipal education network of São João do Sóter, in the state of Maranhão. The work was based on theorists such as Silva (2021), Baglioli (2022), Saviani (2010), and Ramos (2018), in addition to an extensive bibliographic research containing 101 updated papers and other Brazilian legislation documents. Preponderant factors for changes that have occurred in the state of Maranhão in recent decades were presented. Educational public policies comprise a system of social actions aimed at setting goals to improve the teaching-learning process of students, especially in basic education, and drawing methodologies that aim to ensure the permanence of students in educational institutions, as education is a right guaranteed to all.

KEYWORDS: Public Policies. Education. Impacts.

1. Licenciado em História (UEMA); Especialista em História do Brasil (IESM) e Mestrando em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University.

2. Licenciado em Ciências com Habilitação em Matemática (UEMA); Especialista em Matemática para Ensino Médio (UESPI); Mestrando em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University.

3. Doutor em Biotecnologia (UFC). Mestre em Engenharia de Pesca (UFC); Especialista em Análises Clínicas (Faculdade Única - MG); licenciado em Ciências Biológicas (UECE); Bacharel em Ciências Biológicas (UECE); Professor celetista da Faculdade Metropolitana de Horizonte (FMH) e professor colaborador da Absolute Christian University (ACU - Absolute Christian University). **E-MAIL:** lopesbio@yahoo.com.br. **CURRÍCULO**

LATTES: lattes.cnpq.br/7366500861439534

INTRODUÇÃO

As escolas são instituições importantes na sociedade brasileira e mundial, pois têm como objetivo educar e preparar os indivíduos para se tornarem cidadãos qualificados para o mercado de trabalho.

É dever da União, Estados e Municípios garantir, por meio de políticas públicas, uma educação de qualidade a todas as crianças em idade escolar. As políticas públicas educacionais buscam melhorar o processo ensino-aprendizagem dos alunos, em especial da educação básica, e desenvolver metodologias que garantam a permanência deles nas instituições de ensino. A Constituição Federal de 1988 determinou que o ensino fundamental fosse obrigatório aos Estados e Municípios, de forma gratuita, durante todo o ensino básico.

Neste trabalho, são abordados os principais conceitos de políticas públicas no âmbito educacional, as mudanças ocorridas na legislação brasileira ao longo da história e as grandes conquistas para a educação básica nos anos iniciais.

Além disso, são apresentados projetos na área de Políticas Públicas bem-sucedidos ou em funcionamento em prol da Educação Básica visando à preparação dos educandos para a sociedade.

As políticas públicas educacionais compreendem, portanto, um sistema de ações sociais que tem como finalidade traçar metas para melhorar o processo ensino aprendizagem dos educandos, em especial da educação básica.

Assim sendo, quais são os efeitos das políticas públicas educacionais na rede pública de São João do Sóter, no Maranhão? Com o intuito de investigar essa questão, este trabalho objetivou analisar os impactos das políticas públicas na educação básica do 1º ao 9º ano na Rede Pública de São João do Sóter-MA. Além disso, buscou verificar os investimentos realizados em

políticas públicas voltadas para a educação básica nas instituições de ensino da rede pública municipal, bem como identificar as principais necessidades para a aplicação dessas políticas na educação na cidade. Adicionalmente, o trabalho procurou descrever fatos que favoreçam o crescimento e desenvolvimento educacional na rede pública de ensino do município.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada por meio de abordagem bibliográfica quali-quantitativa, utilizando as bases *SciELO* e *Google Acadêmico*, para coletar dados sobre os impactos das políticas públicas na educação básica de 6º ao 9º ano na rede pública do município de São João do Sóter, Maranhão. Foram selecionados 102 artigos atuais e 20 documentos, que atendiam aos critérios de publicação estabelecidos. A metodologia seguiu regras formais dos procedimentos para alcançar os objetivos propostos e adquirir informações suficientes para discutir a temática e alcançar resultados satisfatórios. O embasamento teórico obtido a partir desta pesquisa bibliográfica subsidiou a discussão dos resultados obtidos na pesquisa de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

ENTREVISTA COM OS ESTUDANTES

Os estudantes foram questionados sobre sua idade, e a maioria respondeu ter entre 10 e 12 anos, enquanto quatro tinham entre 12 e 14 anos, e três têm entre 14 e 16 anos.

Sobre qual ano da educação básica eles estavam cursando, três alunos afirmaram estar no 6º ano, enquanto outros três informaram estar no 7º ano e quatro alunos disseram estar no 8º ano. O conceito de educação na idade certa tem como objetivo garantir que todas as crianças tenham acesso à educação infantil a partir dos 4 anos e ao ensino

fundamental a partir dos 6 anos, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996).

Quando questionados sobre suas percepções a respeito de políticas públicas, cinco alunos afirmaram que elas buscam melhorias para a educação e a sociedade. Outros três entenderam que políticas públicas envolvem a população de maneira ampla, enquanto dois não souberam responder. No Brasil, uma das políticas educacionais mais importantes é o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece diretrizes, metas e estratégias para a educação no país. O PNE é fruto de um amplo debate entre representantes da sociedade civil e do poder público e foi sancionado em 2014 (BRASIL, 2014).

Ao serem questionados sobre o tipo de gestão em que há espaço para opiniões livres, oito alunos afirmaram que é a gestão democrática. Dois alunos responderam não saber a resposta.

Quando questionados sobre as maiores dificuldades encontradas pelos alunos da educação básica, seis alunos responderam que a falta de profissionais capacitados e comprometidos com a educação é um problema, enquanto outros quatro afirmaram que a estrutura física de algumas escolas ainda é um desafio.

Ao serem indagados sobre as melhorias alcançadas na educação do município nos últimos três anos, cinco alunos afirmaram que houve melhorias significativas na estrutura física das escolas. Já três docentes mencionaram que os profissionais da educação estão mais capacitados. Por outro lado, dois entrevistados relataram que não houve nenhuma mudança notável.

Quando indagados se o aluno se encontra na idade certa, segundo a correção de fluxo, cinco alunos afirmaram que sim. Que estão exatamente na idade correta, enquanto outros três afirmam que talvez estejam na idade certa, mas sem nenhuma certeza. Outros dois alunos afirmaram que de fato

não estão na idade certa e estavam, portanto, com a idade avançada para o ano/série onde estão matriculados.

Sobre a sua opinião se seus colegas estão em conformidade com a correção de fluxo na idade certa. Como respostas, cinco alunos afirmaram que sim. Enquanto outros cinco afirmaram que talvez estivessem na idade certa sem nenhuma certeza. Embora seja fundamental que as crianças ingressem na educação básica na idade certa, é preciso considerar que a aprendizagem não ocorre de forma uniforme e que cada aluno tem seu próprio ritmo. Por isso, é importante que a escola ofereça uma educação inclusiva, que respeite as diferenças e que se adapte às necessidades de cada estudante (OLIVEIRA, 2021, p. 37).

Sobre os maiores desafios encontrados na escola, sete entrevistados relataram que são muitas coisas, incluindo as dificuldades enfrentadas durante as aulas remotas. Outros três afirmaram que a falta de recursos é um obstáculo significativo na escola.

Ao serem questionados sobre os maiores obstáculos enfrentados pelos professores, oito entrevistados apontaram a condução de atividades e o ensino remoto como desafios significativos. Muitos professores têm tido dificuldades com ferramentas tecnológicas, como o WhatsApp e aplicativos como Google Meet e Google Forms, dentre outras. Os professores enfrentam muitos desafios em relação à tecnologia na educação, incluindo a necessidade de se manterem atualizados em relação às ferramentas disponíveis, além de entender como incorporá-las de forma efetiva em suas aulas (DA SILVA; FERREIRA, 2020).

Questionados se conhecem seus direitos e deveres são assegurados por lei, cinco entrevistados afirmaram que sim, enquanto três responderam que talvez conheçam e dois afirmaram que não conhecem.

Ao serem solicitados a descrever um de seus direitos e deveres assegurados por lei, quatro entrevistados mencionaram que têm direito a estudar em uma escola pública de qualidade e como dever principal, respeitar seus professores. Outros três mencionaram que têm direito à merenda escolar durante as aulas e como dever, participar das aulas todos os dias. Outros três afirmaram que têm direito a serem respeitados, independentemente da classe social, raça e religião, e como dever, também respeitar seus colegas e professores.

Os alunos foram indagados se escolas podem compartilhar dados pessoais de estudantes com empresas parceiras, como por exemplo, fornecedores de material escolar e cursos de idiomas. Seis alunos responderam que não, que não devem fornecer nenhum dado para ninguém em hipótese alguma, enquanto quatro alunos responderam que talvez não. Pois algumas informações segundo eles não devem ser repassadas.

Sobre se a qualidade da escola pública seria tão boa quanto a escola privada, cinco alunos responderam que não, que a escola privada é muito melhor que a pública. Quatro alunos responderam que talvez e um respondeu que sim que a escola pública e privada ambas são boas.

Os alunos foram indagados se as escolas deveriam repassar históricos escolares após 10 a 15 anos. Oito dos entrevistados responderam que sim e dois responderam que não sabem dizer. A escola pública no Brasil ainda enfrenta grandes desafios para oferecer uma educação de qualidade, como a falta de infraestrutura adequada, a defasagem no ensino devido a problemas históricos de gestão, a falta de capacitação dos profissionais e a desigualdade social, que reflete diretamente no desempenho dos alunos (MARTINS, 2022, p. 10).

Os estudantes foram levados a opinar, se existe diferença de políticas públicas para política partidárias. Seis dos entrevistados responderam que

a diferença é que as políticas públicas são direcionadas a população de forma democrática e as políticas partidárias se referem as políticas de partidos políticos, onde se buscam os interesses próprios partidos e não da população. Outros quatro alunos afirmaram não saber nada sobre o assunto.

Quando indagados se o estudante acredita que no seu município as políticas públicas educacionais estão sendo bem aplicada pela gestão municipal, seis alunos responderam que não, outros três responderam que talvez e um outro aluno respondeu que sim.

Indagados se acreditam que a educação acontece apenas no ambiente escolar com seus professores, seis dos entrevistados responderam não e quatro responderam que talvez.

Por fim, os alunos foram questionados sobre em quais ambientes a educação pode ocorrer. Dos dez alunos entrevistados, oito responderam que a educação acontece em casa e na escola. Outros dois estudantes afirmaram que ocorre apenas na escola. Como foi observado, existem divergências de pensamentos sobre este tema por parte dos alunos.

ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

Os professores entrevistados foram indagados sobre suas faixas etárias. Três deles tinham idades entre 25 e 35 anos, enquanto quatro estão na faixa etária de 35 a 45 anos e três possuem mais de 45 anos.

Quando questionados sobre o que entendem por políticas públicas educacionais, oito dos entrevistados disseram que são políticas que visam o bem comum, com foco na educação. Dois professores responderam que está ligada a situações específicas voltadas para as políticas.

Ao serem perguntados sobre o tipo de gestão que preferiam caso pudessem opinar, nove dos entrevistados afirmaram que preferiam uma gestão

democrática, enquanto um deles escolheu a opção "nenhuma das alternativas". A gestão democrática da educação é fundamental para garantir o acesso à educação de qualidade a todos os estudantes, bem como para promover a participação da comunidade na tomada de decisões e na construção de uma escola mais inclusiva e democrática (BORGES, 2021, p. 67).

Quando questionados sobre as principais necessidades dos alunos da educação básica em seu município, quatro professores responderam que falta recursos adequados para trabalhar com a faixa etária dos alunos. Outros dois afirmaram que é necessário que o município disponibilize mais bibliotecas, enquanto mais dois destacaram a falta de bibliotecas no geral.

Já em relação às melhorias alcançadas no município nos últimos três anos, seis professores destacaram que houve uma melhoria significativa na estrutura física das escolas públicas municipais, dois professores apontaram que a pontuação do IDEB do município tem crescido, um professor mencionou a qualificação dos docentes, enquanto outro destacou que a educação tem crescido, especialmente durante a pandemia, e que o município tem se destacado nesse contexto, com aulas remotas. O IDEB é uma importante medida da qualidade da educação nas escolas brasileiras, mas não deve ser visto como a única. É preciso que haja uma avaliação mais ampla e diversificada, que leve em conta outros fatores que afetam a qualidade da educação, como a formação dos professores, a infraestrutura escolar e o currículo. Só assim será possível promover uma verdadeira melhoria nas escolas do Brasil (PEREIRA, 2018).

Os docentes foram questionados se na rede de ensino que trabalhavam existem muitos ou poucos alunos com idade avançada. Seis professores afirmaram que não, três professores responderam que talvez exista e um afirmou que sim. Foi perguntado aos professores qual a porcentagem de

alunos com idade defasada na sua escola. Seis professores responderam que aproximadamente 5% de alunos com defasagem de idade na escola. Outros três professores afirmaram que na escola possuem 10%, enquanto um professor afirmou que acredita que na escola não possui alunos com defasagem.

Quando questionados se haviam muitos ou poucos alunos com idade avançada na rede de ensino, a maioria (seis) respondeu que não, enquanto três afirmaram que talvez exista. Um professor afirmou que sim, que há muitos alunos com defasagem de idade. Em relação à porcentagem de alunos com idade defasada em suas escolas, seis professores estimaram em cerca de 5%, enquanto três afirmaram que são cerca de 10%. Consequentemente, segundo os entrevistados, a maioria dos alunos está na idade escolar adequada, e não estatisticamente acima da idade para sua série/ano.

Quando questionados sobre os maiores desafios enfrentados em suas escolas, a falta de acompanhamento familiar na vida escolar dos alunos foi apontada por seis professores, seguida pela falta de recursos tecnológicos durante a pandemia (três professores) e o desinteresse de alguns alunos (um professor). Outros professores também apontaram a falta de recursos tecnológicos e o desinteresse de alguns alunos como grandes problemáticas.

O professor precisa lidar com diversos desafios em sua rotina, desde a falta de recursos materiais e tecnológicos até a falta de valorização da profissão e a indisciplina dos alunos. Além disso, a pandemia de COVID-19 trouxe novos desafios, como a adaptação ao ensino remoto e o acompanhamento das dificuldades de aprendizagem dos estudantes (CRUZ, 2023).

Em relação ao suporte legal para o desenvolvimento das atividades escolares, a opinião dos professores é dividida, com cinco professores afirmando que sim, três professores afirmando que

sempre há suporte da gestão escolar e dois professores afirmando que às vezes sim, às vezes não, enquanto um professor respondeu que não há suporte da gestão.

Quando perguntados sobre o conhecimento de seus direitos assegurados por lei, cinco professores responderam que sim e sempre buscam por eles, três professores afirmaram que conhecem, mas sabem que esses direitos são burlados, e dois professores responderam que sim, mas não lutam muito por eles.

Dois professores afirmaram que o direito mais desejado é a redução da carga horária, enquanto outros dois responderam que seus salários estão de acordo com o piso nacional do magistério e outros dois destacaram o direito à licença-maternidade. No entanto, a maioria dos professores, quatro ao todo, apontou o plano de cargos e carreira como o melhor direito conquistado pelos profissionais da educação.

Alguns dos entrevistados ressaltaram que antes da redução da carga horária, os professores trabalhavam com uma carga excessiva, chegando a trabalhar mais de 50 horas semanais. A respeito de formações e capacitações, a maioria dos professores afirmou que a gestão municipal tem investido nesse quesito, enquanto dois entrevistados não concordaram totalmente com essa afirmação.

Quanto às formações durante a pandemia de Covid-19, a maioria dos professores disse que ocorreram por meio de plataformas *online*, como o *Google Meet*, enquanto um dos entrevistados mencionou que também houve encontros presenciais com número reduzido de pessoas.

Quando questionados se o município possui um plano de cargos e carreira para os profissionais da educação, todos os entrevistados responderam afirmativamente. Porém, quando perguntados se esse plano é cumprido integralmente, apenas dois professores responderam que sim, enquanto outros seis afirmaram que não é respeitado em sua totalidade e outros dois responderam que há pontos

em que é cumprido e outros em que não. O Plano de Cargos e Carreiras do Magistério é um instrumento importante para a valorização dos profissionais da educação, pois possibilita a construção de carreiras com progressões salariais e incentivos para qualificação e formação continuada (MARCELINO, 2022, p. 60).

Com relação às políticas públicas educacionais do município, dois professores avaliaram como boas, mas que precisam ser melhoradas, enquanto seis disseram que são ruins e que há muitas mudanças necessárias. Outros dois professores consideraram as políticas razoáveis dentro das medidas esperadas, já que a excelência não é encontrada em nenhuma esfera das políticas públicas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa abordou os impactos das políticas públicas na educação básica no Município de São João do Sóter-MA, incluindo mudanças ocorridas na educação brasileira, conceitos relacionados às políticas públicas educacionais e casos exitosos no ensino fundamental. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a obrigatoriedade do ensino fundamental para os Estados e Municípios e garantiu educação gratuita para crianças de zero a seis anos na educação infantil.

A pesquisa também mostrou que a infraestrutura escolar no município melhorou, mas ainda há demandas não atendidas, como o transporte para professores. As políticas públicas educacionais devem visar à garantia de permanência dos estudantes nas escolas e serem adequadas tanto na área da educação como na saúde.

O trabalho realizado foi de cunho quali/quantitativo com questionários destinados a alunos e professores. As políticas públicas requerem uma análise avaliativa nas etapas de planejamento

para orientar possíveis reorientações de ações para atingir as metas.

No entanto, um dos maiores problemas encontrados no município está na formulação das políticas públicas, pois muitas vezes são feitas para atender aos objetivos eleitorais dos governantes.

Portanto, as políticas públicas são um campo amplo e podem ser consideradas objetos de análise de outras áreas do saber, além das ciências políticas, como a econometria e a avaliação.

REFERÊNCIAS

BORGES, M. A. **Gestão democrática da educação: desafios e perspectivas.** Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, v. 6, n. 1, p. 67-79, 2021.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. (2019). **Educação na idade certa: acesso e qualidade para todos.** Recuperado em 12 de abril de 2023, de <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/51778-educacao-na-idade-certa>.

CRUZ, Carla. **Os desafios da profissão de professor.** Canal do Ensino, 10 de março de 2021.

DA SILVA, Maria Inês; FERREIRA, Rosane Maria. **Desafios tecnológicos para a prática pedagógica: o uso da tecnologia pelos professores.** Revista de Educação Pública, v. 29, n. 72, p. 1-20, 2020.

MARCELINO, G. R. **A valorização do magistério por meio do Plano de Cargos e Carreiras: um estudo de caso em uma escola pública de Minas Gerais.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

MARTINS, J. C. M. **A qualidade da escola pública no Brasil: desafios e perspectivas.** In: Anais do IX Congresso Nacional de Educação - EDUCERE. Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2022.

OLIVEIRA, A. C. A. **Reflexões sobre a inclusão escolar na educação básica.** Revista de Educação, v. 26, n. 1, p. 35-44, 2021.

PEREIRA, M. C. **A importância do IDEB na avaliação da qualidade da educação nas escolas brasileiras.** Educação em Foco, v. 21, n. 1, p. 69-85, 2018.

GESTÃO DEMOCRÁTICA EM ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL: RESSIGNIFICANDO O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR

DEMOCRATIC MANAGEMENT IN A MUNICIPAL PUBLIC SCHOOL: RESIGNIFYING THE ROLE OF THE SCHOOL MANAGER

José Armando Soares dos Santos ¹

RESUMO

INTRODUÇÃO: Esta pesquisa tem como objetivo estudar a gestão democrática em escola pública municipal, com ênfase na ressignificação do papel do gestor escolar. O estudo se concentrará na análise dos impactos da implementação de processos democráticos na gestão escolar e na avaliação da contribuição do gestor para o desenvolvimento de práticas democráticas. **OBJETIVO:** O objetivo geral da pesquisa é compreender a importância da Gestão Democrática em Escolas Públicas e o papel do Gestor Escolar na sua implementação. Serão abordadas as ações e práticas que o gestor precisa realizar para que a gestão democrática em sua escola seja bem-sucedida, como forma de ampliar as oportunidades de aprendizagem, desenvolvimento e crescimento dos alunos. **METODOLOGIA:** A metodologia prevê a aplicação de questionários a gestores, professores e estudantes, além de entrevistas com especialistas e análise documental. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A pesquisa sobre a Gestão Democrática em Escola Pública Municipal: Resignificando o papel do Gestor Escolar é de extrema importância, pois pode contribuir para a melhoria das escolas públicas municipais e para a ampliação dos direitos dos alunos, professores e demais funcionários. Além disso, a pesquisa pode contribuir para a formação de gestores escolares mais qualificados e comprometidos com a melhoria da qualidade do ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão democrática; Escola pública; Gestor Escolar.

ABSTRACT

INTRODUCTION: This research aims to study the democratic management in a municipal public school, with emphasis on the resignification of the school manager's role. The study will focus on the analysis of the impacts of the implementation of democratic processes on school management and on the assessment of the manager's contribution to the development of democratic practices. **OBJECTIVE:** The general objective of the research is to understand the importance of Democratic Management in Public Schools and the role of the School Manager in its implementation. The actions and practices that the manager needs to carry out for the democratic management in his school to be successful will be addressed, as a way to expand the opportunities for learning, development and growth of the students. **METHODOLOGY:** The methodology foresees the application of questionnaires to managers, teachers and students, in addition to interviews with specialists and document analysis. **FINAL CONSIDERATIONS:** The research on Democratic Management in Municipal Public Schools: Re-signifying the role of the School Manager is extremely important, as it can contribute to the improvement of municipal public schools and to the expansion of the rights of students, teachers and other employees. In addition, the research can contribute to the formation of more qualified school managers committed to improving the quality of teaching.

KEYWORDS: Democratic management; Public school; School Manager.

¹ Doutorando em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University; Mestre em Políticas e Administração de Educadores - UAB; Especialização em Gestão Escolar - UFMA; Especialização em História do Brasil, - IESF; Graduação: Licenciatura em História, - UEMA e Bacharel em Administração, - ANHANGUERA e Professor de Ensino Fundamental na Rede de Ensino do Município de Aldeias Altas MA. **E-MAIL:** jarmandosantos@hotmail.com – CURRÍCULO LATTES: lattes.cnpq.br/1248401731906749

INTRODUÇÃO

A Gestão Democrática em Escolas Públicas Municipais é um tema cada vez mais relevante para o desenvolvimento e melhoria das instituições de ensino. No contexto atual, em que as escolas estão enfrentando diversos desafios, como a baixa qualidade do ensino, a falta de recursos e a falta de participação dos pais e comunidade escolar, a Gestão Democrática assume um papel fundamental. A Gestão Democrática propõe que todos os membros da comunidade escolar sejam envolvidos no processo de tomada de decisão, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e do ambiente escolar.

A gestão democrática e a participação comunitária são fundamentais para o bom funcionamento das escolas públicas. Esta abordagem garante que os interesses dos alunos, pais, professores e outros membros da comunidade sejam representados e ouvidos de forma equitativa. Nesta perspectiva, o papel do gestor escolar é essencial para garantir que os direitos e interesses das partes envolvidas sejam respeitados. O presente estudo tem como objetivo investigar como a gestão democrática e a participação comunitária são implementadas nas escolas públicas brasileiras, e como o gestor escolar contribui para o processo. (FAGUNDES, G. C, 2016).

A educação é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988. Esta garantia é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária. No entanto, a educação pública no Brasil ainda enfrenta diversos desafios que comprometem o acesso e a qualidade do ensino oferecido em várias regiões do país. Dentre estes desafios, destaca-se a forma como as escolas são administradas. Atualmente, as escolas públicas brasileiras são gerenciadas de forma autoritária, com o Gestor Escolar tendo poder de decisão sobre todas as questões envolvendo a instituição. Esta forma de gestão tem sido questionada por muitos educadores, que

defendem a importância de uma gestão democrática, na qual todos os envolvidos na escola (gestores, professores, alunos, pais e comunidade) teriam a oportunidade de participar da tomada de decisões. (FREITAS, M. M.; ARAÚJO, M. L. R.; SOUSA, E. M. C, 2017).

Serão abordados os principais desafios e perspectivas para a implementação da gestão democrática nas escolas e, especificamente, o papel do gestor escolar para garantir que as reivindicações da comunidade escolar sejam atendidas. Para isso, serão realizados estudos de caso e analisadas as principais práticas adotadas pelos gestores escolares para implementar a gestão democrática.

No entanto, o papel do Gestor Escolar nessa nova abordagem de gestão ainda não está completamente definido. O objetivo desta pesquisa será examinar como o papel do Gestor Escolar está sendo reinterpretado e redefinido como parte da Gestão Democrática em Escolas Públicas Municipais. Serão utilizados métodos qualitativos, como entrevistas com gestores escolares e membros da comunidade escolar, análise de dados de documentos oficiais, bem como a realização de uma revisão da literatura. (CARNEIRO, V. C, 2012).

A pesquisa contribuirá para a compreensão do papel e das responsabilidades do Gestor Escolar nessa nova abordagem de gestão das escolas, bem como o impacto que ela tem na melhoria da qualidade do ensino e do ambiente escolar.

REVISÃO BIBLIOGRAFICA:

OTIMIZANDO A GESTÃO DEMOCRÁTICA EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

A gestão democrática em escolas públicas municipais é um dos principais desafios para a melhoria da educação. O desenvolvimento de práticas democráticas que promovam a participação efetiva de todos os envolvidos na escola é fundamental para a qualidade da

educação. O objetivo é garantir que as decisões sejam tomadas de forma transparente e responsável, além de promover o diálogo entre os membros da comunidade escolar.

A Gestão Democrática em Escolas é um modelo de gestão escolar que promove a participação dos membros da comunidade escolar na tomada de decisões. É um modelo que busca criar uma cultura de diálogo e entendimento entre os diversos segmentos da comunidade escolar. Esta abordagem é baseada em princípios democráticos, como a igualdade, a participação, o respeito mútuo e a responsabilização. Com esta abordagem, a escola procura alcançar um ambiente de trabalho saudável, que permita que os alunos, professores, pais e outros membros da comunidade trabalhem em conjunto para o benefício da escola. A Gestão Democrática em Escolas também envolve a criação de um sistema de governança que promova a igualdade de voz e de acesso a todos os membros da comunidade escolar, de modo a assegurar que todos os interesses sejam considerados na tomada de decisões. (CARVALHO, Gláucia Maria de Almeida, 2016)

Para otimizar a gestão democrática em escolas públicas municipais, é necessário desenvolver práticas que promovam a responsabilidade compartilhada entre todos os membros da comunidade escolar. Isso inclui desenvolver políticas e práticas que promovam uma participação ativa de todos os envolvidos no processo de tomada de decisões. Além disso, é importante promover a transparência e a responsabilização dos responsáveis pelas decisões tomadas, para que os membros da comunidade escolar possam monitorar e avaliar a qualidade das decisões tomadas. (BARRETO, L.P. & BARBOSA, S, 2016).

É importante, ainda, desenvolver práticas e fomentar o respeito dos direitos dos estudantes e das suas famílias, de forma a garantir que eles sejam parte ativa da gestão democrática. Por fim, é importante investir na capacitação dos profissionais da educação, para que eles possam desenvolver habilidades e compe-

tências que permitam o melhor desenvolvimento de práticas democráticas na escola. (DIAS, C. & BRAGA, D, 2017).

RESSIGNIFICANDO O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NA ESCOLA PÚBLICA

O gestor escolar desempenha um papel fundamental na educação, pois é responsável por estabelecer as diretrizes para uma educação de qualidade. O gestor escolar deve criar e implementar políticas educacionais eficazes para o desenvolvimento de um ambiente de aprendizagem seguro e saudável. Além disso, ele também tem a responsabilidade de gerenciar o orçamento escolar e promover o desenvolvimento de habilidades em liderança e trabalho em equipe entre os professores e alunos. Outra responsabilidade crucial do gestor escolar é garantir que todos os alunos recebam uma educação equitativa, bem como acesso a recursos educacionais de qualidade. Ele também deve trabalhar para aprimorar a qualidade da educação ao incentivar a colaboração entre professores, pais e outros membros da comunidade. (ALMEIDA, S. A, 2017).

O Gestor Escolar é um dos principais elementos da Educação brasileira. Ele é responsável por gerenciar e supervisionar todas as atividades e processos relacionados à instrução dos alunos, tais como o planejamento, programação, execução e avaliação de ações educacionais. Além disso, é responsável por organizar e supervisionar o trabalho dos professores e demais profissionais da educação, atuando como um líder e mediador entre as diferentes partes envolvidas no processo educacional. (BARROS, P. B, 2015).

O Gestor Escolar tem um papel fundamental na educação brasileira, pois é responsável por garantir que as diretrizes educacionais sejam seguidas e que os alunos recebam um ensino de qualidade. Ele atua como um mediador entre os profissionais da educação, os alunos, os pais e a comunidade, promovendo a colaboração e o diálogo entre as partes para que sejam encon-

tradas as melhores soluções para as questões educacionais. (CARNEIRO, M. C, 2018).

O Gestor Escolar também é responsável por promover a inovação e a modernização na educação, através do desenvolvimento de novos métodos de ensino e de ferramentas de aprendizagem. Além disso, ele deve supervisionar as atividades acadêmicas e administrativas da escola, garantindo o cumprimento das normas e regulamentos estabelecidos pelo governo.

Dessa forma, podemos dizer que o Gestor Escolar é uma peça fundamental no sistema educacional brasileiro. Ele tem o papel de assegurar o cumprimento das diretrizes educacionais, promover a inovação e modernidade na educação, e ainda garantir o bom funcionamento administrativo e acadêmico da escola.

METODOLOGIA

Serão realizadas um método, com base na revisão de literatura nacional e internacional, utilizando os bancos de dados MEDLINE e SCIELO, abordando os descritores relacionados ao tema sobre Gestão Democrática em Escola Pública Municipal: Ressignificando o papel do Gestor Escolar. Além disso, serão analisadas documentações sobre o assunto, como as leis de acesso à informação e relatórios de fiscalização. Do qual através das informações obtidas, foi possível compreender as informações como orientações.

A pesquisa bibliográfica é o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico o que necessita uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico. Para Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Segundo (KOCHE, 2003, p.121) “toda pesquisa de certa magnitude tem que passar por uma fase preparatória de planejamento”. De fato, planejar uma pesqui-

sa bem-sucedida é essencial para garantir que os resultados sejam relevantes, precisos e de qualidade. O planejamento cuidadoso ajuda os pesquisadores a identificar e definir seus objetivos, selecionar o melhor método de coleta de dados, e a estabelecer um cronograma para a execução da pesquisa. É necessário gastar tempo na preparação para garantir que a pesquisa seja bem sucedida.

Segundo Reis (2010) o método de pesquisa consiste em uma série de etapas e processos sistemáticos, aplicados na coleta, análise e interpretação de dados para responder uma questão específica ou solucionar um problema. O método de pesquisa é usado para produzir novos conhecimentos, aumentar o nível de compreensão sobre um assunto específico, descobrir relações entre variáveis e testar hipóteses.

Segundo Fonseca (2002) a pesquisa é realizada por meio de uma busca sistemática e organizada de informações a fim de responder a determinada questão ou problema. É um método de investigação que utiliza métodos científicos para chegar a conclusões precisas e confiáveis. A pesquisa é uma ferramenta importante que permite a coleta de dados para a tomada de decisão e à construção de novos conhecimentos.

Para Lakatos e Marconi (2007), a indução representa um processo psicológico, por meio do compartilhamento de dados privados, intuições e conhecimentos, para a construção de hipóteses e aplicação de princípios teóricos. Este processo pode ser aplicado aos estudos em qualquer área do conhecimento, mas é particularmente útil no campo da ciência, onde os dados são muitas vezes subjetivos ou incompletos. Como a indução é um processo intuitivo, é importante que os pesquisadores usem seus conhecimentos e habilidades para examinar as evidências antes de chegar a uma conclusão.

Segundo Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa bibliográfica consiste em uma análise de material já publicado sobre o assunto em questão. O objetivo desta é buscar dados, informações e conhecimento que pos-

sam contribuir para a solução dos problemas abordados na pesquisa. Pode ser realizada em livros, revistas, dissertações, teses, artigos científicos, jornais, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a Gestão Democrática em Escola Pública Municipal: Resignificando o papel do Gestor Escolar tem como objetivo investigar as práticas de gestão democrática adotadas pelas escolas públicas municipais e os efeitos delas sobre a gestão escolar. Esta pesquisa é importante, pois a gestão democrática tem se mostrado uma importante ferramenta para a melhoria da qualidade do ensino. Com a sua adoção, o papel do gestor escolar passa a ser mais ativo, tendo em vista o diálogo e a participação dos diversos agentes envolvidos na escola.

A partir do levantamento de dados e da análise das práticas de gestão democrática nas escolas públicas municipais, essa pesquisa pretende contribuir para a reflexão acerca do papel do gestor escolar na atualidade. Busca-se assim compreender como a gestão democrática pode contribuir para que o gestor escolar possa se tornar um agente ativo na melhoria da qualidade do ensino, atuando em conjunto com os demais agentes da escola.

A pesquisa sobre a Gestão Democrática em Escola Pública Municipal: Resignificando o papel do Gestor Escolar é de extrema importância, pois pode contribuir para a melhoria das escolas públicas municipais e para a ampliação dos direitos dos alunos, professores e demais funcionários. Além disso, a pesquisa pode contribuir para a formação de gestores escolares mais qualificados e comprometidos com a melhoria da qualidade do ensino.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. A. (2017). **O papel do gestor escolar na educação: desafios e desenvolvimento da profissão**. Cadernos de Pesquisa, 47(158), 745-764.

BARRETO, L.P. & BARBOSA, S. (2016). **Otimizando a Gestão Democrática em Escolas Públicas Municipais: O papel do Gestor Escolar. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, 14(3), 1061-1076.

BARROS, P. B. (2015). **O papel do gestor escolar na educação: desafios e desenvolvimento da profissão**. **Educação & Sociedade**, 36(132), 441-464.

CARNEIRO, M. C. (2018). O papel do gestor escolar no contexto da educação brasileira: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, 23(77), 674-698.

CARVALHO, Gláucia Maria de Almeida. **Otimizando a gestão democrática em escolas públicas municipais**. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 65-77, jan./jun. 2016.

DIAS, C. & BRAGA, D. (2017). **Gestão Democrática nas Escolas Públicas Municipais: Uma análise da percepção dos gestores**. *Revista de Gestão Escolar*, 6(1), 9-27.

FAGUNDES, G. C. (2016). **Gestão Democrática em Escola Pública Municipal: Resignificando o papel do Gestor Escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR.

FONSECA, J. J. S. da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREITAS, M. M.; ARAÚJO, M. L. R.; SOUSA, E. M. C. **Gestão Democrática em Escola Pública Municipal: Resignificando o papel do Gestor Escolar**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 65, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v22n65/1981-6335-rbedu-22-65-00163.pdf>>. Acesso em: 17 janeiro. 2023.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 121.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

Lemos, R. (2015). **O acesso à informação na internet: a tutela constitucional do direito à informação**. *Revista Jurídica da Unisinos*, 13(2), 169-182.

REIS, F. L. dos. **Como elaborar uma dissertação de mestrado**. Lisboa: Pactor, 2010.

A CULTURA DA BROTAGEM ORGANIZACIONAL HE ORGANIZATIONAL BROTAGE CULTURE

Sylvana Lima Teixeira ¹

RESUMO

As organizações se constituem além de estruturas físicas. A visão tradicional da frieza existencial corporativa não faz mais tanto sentido, tendo em vista qualquer ecossistema social ou profissional é impulsionado por pessoas. O resgate da percepção humana dentro das organizações oportuniza uma migração de gestão técnica para a comportamental. Um ideal teórico bem-vindo se não fosse a realidade prática: subjetivismos, discriminações violadoras de mandamentos constitucionais, lealdades invisíveis. A pesquisa gira em torno da inquietação de se averiguar a existência da brotagem. Apesar de ser um termo de natureza coloquial, percebeu-se o seu emprego dentro das organizações, cujos traços identificadores foram mapeados. Como respaldo argumentativo, a metodologia empregada foi a da pesquisa descritiva, exploratória e com uma abordagem qualitativa e quantitativa. A revisão bibliográfica usada foi fundamental para a estruturação dos dois eixos temáticos estudados: o respaldo constitucional e a brotagem das lealdades invisíveis organizacionais. Conclui-se que ainda a muito a ser explorado, haja vista que o terreno arenoso do corporativismo e suas justificativas de ações afirmativas de um perdão histórico não consegue mais maquiar a presente realidade da cultura da brotagem organizacional e seus marcos objetivos de identidade como o paralelo entre a educação formal entre os sexos, a questão salarial, o etiquetamento cultural, os estereótipos profissionais, a segregação profissional e a competência comportamental.

PALAVRAS-CHAVE: Brotagem; Corporativismo; Cultura; Lealdade.

ABSTRACT:

Organizations are constituted beyond physical structures. The traditional view of coldness corporate existential hasn't made much sense anymore, given that any social or professional ecosystem is driven by people. The rescue of human perception within the organizations provides opportunities for a migration from technical to behavioral management. A welcome theoretical goal if it wan't for the practical reality: subjectivism, discrimination that violates constitutional commandments, invisible loyalties. The research revolves around the concern of finding out the existence of brotherhood. Despite being a colloquial term, its use within organizations was noticed, whose identifying traits were mapped. As an argumentative support, the methodology used was the descriptive, exploratory research with a qualitative and quantitative approach. The bibliographic review used was fundamental for the structuring of the two thematic axes studied: the constitutional support and the brotherhood of the invisible organizational loyalties. It is concluded that there is somuch to be explored, given that the sandy terrain of corporatism and its justifications of affirmative actions of a historical forgiveness can no longer mask the present reality of the brotherhood culture organizational and its objective marks of identity as the parallel between formal education between the sexes, the salary issue, cultural labeling, professional stereotypes, professional segregation and behavioral competence.

KEYWORDS: Brotherhood; Corporatism; Culture; Loyalty

¹Advogada. Mediadora de conflitos. Professora, escritora e palestrante. Doutoranda em Administração pela ACU - Absoulute Christian University. Mestre em Administração. Mestre em Resolução de Conflitos e Mediação. **E-MAIL:** sylvana@centrodemediadores.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/6712937965405086

INTRODUÇÃO

A premissa de que as organizações são estruturas físicas e identificadas por números de um CNPJ tem sido desconstruída. Ideias associativas a performance, a produtividade e a resultados a qualquer custo não são mais analisadas de forma isolada. A frieza existencial corporativa não faz mais tanto sentido diante do resgate de uma verdade outrora esquecida, mas atualmente vivificada: ciclos, negócios, estruturas sociais enfim qualquer ecossistema é impulsionado por pessoas.

Esse retorno ao olhar humano e sua valorização dentro do corpo profissional impulsiona as empresas a reformular sua percepção de gestão puramente técnica para alcançar o viés da competência. Um salto de qualidade digno de aplausos se, na prática, essa realidade fosse fundamentada em critérios objetivos e não em subjetivismos, o que viola caros e claros preceitos constitucionais como a promoção do bem comum, a igualdade e a própria dignidade da pessoa humana.

Considerações essas que fomentam a curiosidade na busca por respostas, o que desagua no seguinte problema de pesquisa: a brodagem, um termo de viés coloquial e de índole masculina, existe nas organizações? Ao se partir dessa inquietação, objetiva-se mapear os traços identificadores de uma eventual brodagem organizacional através de uma pesquisa descritiva, exploratória e de abordagem qualitativa e quantitativa. A revisão bibliográfica é fundamental para o devido embasamento teórico.

Em termos de estrutura de conteúdo, o eixo temático recai em dois assuntos. O primeiro traz o respaldo constitucional, onde a base argumentativa é a vigente Carta Magna de 1988 e alguns princípios que refutam qualquer visão eminentemente subjetiva como critério dentro de um processo decisório. O segundo ponto enfrenta a questão da brodagem propriamente dita por meio das lealdades invisíveis organizacionais e seus traços de identificação.

Pretende-se, por fim, concluir que em que pese as organizações serem organismos vivos, constituídas e movimentadas por pessoas, isso não significa que a escolha dos integrantes na cadeia organizacional será por meio de critérios desprovidos de objetividade. A existência de setores compostos tão somente por laços fraternos pode prejudicar, de forma sistêmica, o propósito da própria organização. O resultado será percebido na cultura organizacional e nos comportamentos dela decorrentes.

RESPALDO CONSTITUCIONAL

As diretrizes constitucionais são evidentes ao versar sobre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, cujo destaque se mostra relevante:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – Construir uma sociedade livre, justa e solidária (...)

IV – Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 2023, p. 1)

Liberdade, justiça, solidariedade e bem comum protegidos de qualquer amarra discriminatória como norteadores da sociedade e, em uma ousadia acadêmica, do próprio reino organizacional. A convergência argumentativa é percebida quando se acrescenta o princípio da igualdade entre os sexos em seus direitos e em suas obrigações, independentemente de quais papéis possam desempenhar em seus respectivos sistemas sem a utilização dos clássicos etiquetamentos do que seria de atribuição masculina ou feminina (SANDBERG, 2013).

Paulo & Alexandrino (2008) defendem que a essência da igualdade é a proteção da adoção de critérios diferenciadores com base na arbitrariedade, no subjetivismo e sem qualquer motivo razoável justificador para a discriminação. As diferenças de tratamento seriam então toleradas “quando verificada a existência

de uma finalidade razoavelmente proporcional ao fim visado” (MORAES, 2022, p.36). A legislação então viabiliza uma discriminação em um contexto afirmativo como um braço da igualdade material.

Góes & Melo (2018, p. 509) esclarecem que “o princípio da igualdade não é absoluto, visto que poderá e deverá haver discriminações em lei para que a justiça social seja alcançada”. Coloca-se em xeque, portanto, é se tais desequiparações permitidas seriam, de fato, positivas ou uma representação de um pedido de perdão face a uma marginalização histórica como uma moeda de compensação social e existencial (BULOS, 2009). Uma dúvida sutil que confere análise para a realidade da cultura da brodagem através das lealdades invisíveis.

A BRODAGEM DAS LEALDADES INVISÍVEIS ORGANIZACIONAIS

Afirma Bulos (2009, p. 241) que “o raciocínio para aferir o que seja *igual* ou *desigual*, *idêntico* ou *diferente*, **equiparado** ou **desequiparado**, é subjetivo”. Em face dessa imprecisão, haveria uma distorcida margem para o surgimento de relações de confiança entre semelhantes e de lealdades características de tipagem de sexo. Uma percepção unilateral com foco em privilegiar um lado em detrimento do outro.

Doutrina Cenci *et al* (2014) que a lealdade, de forma primitiva, pode ser determinada em termos morais, filosóficos, políticos e psicológicos. Seria a personificação da relação entre o elemento confiança e o indivíduo detentor da lealdade. Nagy & Spark (1983) avançam na profundidade conceitual para trazer à existência as lealdades invisíveis. Um preceito, em origem, direcionado ao contexto familiar, mas de aplicação viável na seara organizacional. Sua estrutura filosófica recai na honra e na conexão comportamental em espelhamento a condutas praticadas pelos antepassados ou referências de liderança.

As instituições são organizadas por setores como meio de departamentalizar atribuições e responsabilidades. Não raro, cada ambiente acaba tendo o seu marco de identidade característico com os seus procedimentos, com padrões típicos de comportamentos interpessoais e com as crenças decorrentes do estilo de liderança adotado. As delegações de funções de prestígio e de visibilidade organizacional tendem para um lado da balança, cujos critérios de escolha são eivados de parcialidade e de proteção aos *brothers*.

Grupos impenetráveis do “Clube do Bolinha”, chefes machistas, homens que parecem ser incapazes de ouvir mulheres ou que reivindicam crédito pelas ideias delas em reuniões, planos de carreira que presumem que famílias não existem, critérios nas avaliações de desempenho sutilmente criados para favorecer os homens, preconceitos inconscientes no processo de contratação e promoção são obstáculos reais e, infelizmente, continuam a desempenhar um papel negativo no progresso das mulheres (HELGESEN & GOLDSMITH, 2019, p.14).

A ideia da brodagem perpassa na literalidade da camaradagem e no prestígio de grupos fechados do sexo masculino com o foco na manutenção da hegemonia organizacional em postos de liderança. Escolhas essas parciais e subjetivas nem sempre baseadas no melhor para o propósito organizacional. Uma discriminação sutil e constatada por meio de breve mapeamento de cargos, de competências e da relação entre eles com os representantes do sexo masculino e feminino.

Prescreve Sandberg (2013, p. 17) que “os homens ainda comandam o mundo. Isso significa que, quando se trata de tomar as decisões mais importantes para todos nós, a voz das mulheres não é ouvida da mesma forma”. O raciocínio se fecha quando Sandberg (2013) faz um paralelo entre as realidades. Aos homens há um maior incentivo quanto à evolução profissional,

enquanto que às mulheres são conferidos mais testes de comprovação de capacidade técnica justificantes de uma pretensão inclusão afirmativa.

Nesse sentir, a brodagem organizacional é percebida ao se verificar alguns parêmtros. Em termos de educação formal, segundo a Organização Internacional do Trabalho (2019), as mulheres seguem na liderança. Todavia quando analisada essa variável dentro de uma mesma categoria profissional, percebe-se uma diferença salarial, a menor para as representantes do sexo feminino, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019).

Ademais há o etiquetamento cultural e os esteriótipos profissionais seccionados por determinação de sexo. Materializa-se na verificação qualitativa dos ocupantes dos cargos de liderança em uma perspectiva hierárquica: no desempenho de funções na mesma escala horizontal ou na escalada vertical com a viabilidade de acessão profissional, as promoções.

Os estereótipos de sexo incutidos na infância são reforçados ao longo de toda a nossa vida e são como profecias que, de tanto serem repetidas, acabam se realizando. Os cargos de liderança são na maioria ocupados por homens, e assim as mulheres não *esperam* alcançá-los, e esta passa a ser uma das razões pelas quais elas não os alcançam. O mesmo se aplica ao pagamento. Os homens, geralmente, ganham mais que as mulheres, e assim as pessoas *esperam* que as mulheres ganhem menos. E então elas ganham (SANDBERG, 2013, p. 37).

No mesmo raciocínio, há a segregação profissional com fulcro na ausência de vontade feminina na construção da sua carreira de sucesso. Uma crença construída por meio de discursos afirmativos camuflados pelo perdão histórico: ter um trabalho por si só já seria uma vantagem, vez que representa uma conquista. Silveira e Siqueira (2021) ainda reforçam tal perspectiva com base em crenças culturais, em que a sociedade está

acostumada a enxergar determinadas profissões como de propriedade de determinado sexo.

No entanto, é comum a combinação da segregação e da discriminação no mercado de trabalho, à medida que a discriminação impõe aos grupos menos favorecidos, como mulheres, concentração em grupos ocupacionais com menores rendimentos. Deste modo, o processo de discriminação é capaz de induzir ou aumentar a situação da segregação ocupacional (RIBEIRO E ARAÚJO, 2016, p. 151).

Por fim, o que não está escrito é que isso representa uma discriminação sem fundamento em especial quando se analisa a competência comportamental. Uma pesquisa publicada na Harvard Business Review é clara nesse sentido: mulheres mais capacitadas em relação aos homens.

FIGURA I: de acordo com uma análise de milhares de avaliações de 360 graus, as mulheres superaram os homens em 17 das 19 capacidades que diferenciam líderes excelentes dos médios ou pobres.

Capacidade	Percentil feminino	Percentil masculino
Toma iniciativa	55,6	48,2
Resiliência	54,7	49,3
Práticas de autodesenvolvimento	54,8	49,6
Drives para resultados	53,9	48,8
Exibe alta integridade e honestidade	54	49,1
Desenvolve outros	54,1	49,8
Inspira e motiva outras pessoas	53,9	49,7
Liderança ousada	53,2	49,8
Constrói relacionamentos	53,2	49,9
Mudança de campeões	53,1	49,8
Estabelece metas de alongamento	52,6	49,7
Colaboração e trabalho em equipe	52,6	50,2
Conecta-se ao mundo exterior	51,6	50,3
Comunica poderosa e prolificamente	51,8	50,7
Resolve problemas e analisa problemas	51,5	50,4
Velocidade de liderança	51,5	50,5
Inova	51,4	51
Conhecimento técnico ou profissional	50,1	51,1
Desenvolve perspectiva estratégica	50,1	51,4

NOTA: Os valores de todos os dados são estatisticamente significativos

FONTE: Zenger, J., Folkman, J. Pesquisa: mulheres pontuam mais alto que os homens na maioria das habilidades de liderança. In: Harvard Business Review, 2019.

Desta feita, a materialização da cultura da brodagem organizacional é mapeada através dos seguintes indicadores:

- Educação formal
- Questão salarial
- Etiquetamento cultural
- Estereótipos profissionais
- Segregação profissional
- Competência comportamental

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inquietação percebida nas organizações em relação aos comportamentos adotados em cada setor, onde há a preferência a um determinado sexo levou à construção da presente pesquisa. O problema gravitou em torno de uma expressão tida como coloquial, a brodagem, existiria no meio corporativo. Em um segundo enfrentamento, caso existisse como se materializaria e quais seriam os seus indicadores.

Percebeu-se que eventuais discriminações são aceitáveis desde que alinhadas a critérios objetivos para tal e, portanto, desconectada de qualquer viés de subjetividade ou de tendências parciais a um determinado sexo. Uma segurança inclusive respaldada constitucionalmente através das diretrizes principiológicas da promoção do bem comum, da igualdade, da liberdade, da sociedade justa.

Verificou-se ademais que o desequilíbrio existente entre os sexos seria atenuado a partir de uma premissa equivocada: utilizar os comportamentos afirmativos como meio de mascarar privilégios de score sexual. Ofertar oportunidades de trabalho sem qualquer perspectiva evolutiva já seria suficiente para a inserção da camada feminina no mercado laborativo. Ledo

engano. Um argumento de viés segregador, de um perdão histórico, disfarçado de boas ações afirmativas.

Nesse contexto, evidenciou-se a organização de segmentos baseados na honra e na confiança em seu representante, geralmente do sexo masculino, com a finalidade de manutenção dessa hegemonia quantitativa e qualitativa. São as chamadas lealdades invisíveis sustentadas pela confiança entre os seus semelhantes. O termo brodagem descreve essa realidade pouco falada e muito sentida dentro das organizações.

A discussão não se encerra com a presente pesquisa, pelo contrário, é a porta de entrada para mais análises. A partir do mapeamento dos principais indicadores da brodagem organizacional, percebeu-se que os seus marcos de identidade são materializados através da análise das seguintes variáveis: educação formal, salário, etiquetamento cultural, estereótipos profissionais, segregação profissional e competência comportamental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988>. Acessado em 29 de abril de 2023.

BULOS, Uadi Lammego. **Direito constitucional ao alcance de todos**. São Paulo: Saraiva, 2009.

CENCI, Cláudia. Mara Boseto; TEIXEIRA Juliana Fisch.; OLIVEIRA, Luiz Ronaldo Freitas. Lealdades invisíveis: coparticipação da família no ato infracional. **Pensando famílias**, Porto Alegre, v. 18, n.1, p. 35-44, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679:text=A%20literatura%20aponta%20que%20a%20transgress%C3%A3o%20de%20menores,de%20at%20infracional%20s%C3%A3o%20resultados%20das%20lealdades%20invis%C3%ADveis. Acessado em 17 de maio de 2022.

GOES, Guilherme Sandoval; MELLO, Cleyson de Moraes. **Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2018.

HELGESEN, Sally & GOLDSMITH, Marshall. **Como as mulheres chegam ao topo: elimine os 12 hábitos que impedem você de alcançar seu próximo aumento, promoção ou emprego**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do cadastro central de empresas 2019**, p. 1-124, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101833.pdf>. Acessado em 18 de maio de 2022.

MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2022.

NAGY, Ivan Boszormenyi & SPARK, Geraldine. **Lealdades invisíveis**. Buenos Aires: Amorrortueditors, 1983.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Relatório global sobre os salários 2018/2019: o que está por trás da diferença salarial entre homens e mulheres**, p. 1-183. 2019. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/-lisbon/documents/publication/wcms_734393.pdf. Acessado em 17 de maio de 2022.

PAULO, Vicente. & ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional Descomplicado**. Rio de Janeiro: Impetus, 2008

RIBEIRO, Rosana; ARAÚJO, Guilherme Silva. **Segregação ocupacional no mercado de trabalho segundo cor e nível de escolaridade no Brasil contemporâneo**. Nova Economia, v. 26, n. 1, p. 147–177, jan. 2016.

SANDBERG, Sheryl. **Faça acontecer: mulheres, trabalho e a vontade de liderar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SILVEIRA, Leonardo Souza; SIQUEIRA, Natália Leão. **Segregação ocupacional e diferenciais de renda por gênero e raça no Brasil: uma análise de grupos etários**. In: Revista brasileira de estudos de população, 38, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/9ZbQKBWxQ3BwHbg6KNYCb3y/>. Acessado em 19 de maio de 2022.

ZENGER, Jack.; FOLKMAN, Joseph. **Pesquisa: mulheres pontuam mais alto que os homens na maioria das habilidades de liderança**. In: Harvard Business Review, 2019. Disponível em: <https://hbr.org/2019/06/research-women-score-higher-than-men-in-most-leadership-skills?language=pt>. Acessado em 17 de maio de 2022.

"QUALIDADE DO ATENDIMENTO EMERGENCIAL NAS UNIDADES DE PRONTOATENDIMENTO (UPAS) UTILIZANDO A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO: UMA ANÁLISE INTEGRATIVA DA LITERATURA BRASILEIRA RECENTE"

THE QUALITY OF EMERGENCY CARE AT URGENT CARE UNITS USING RISK CLASSIFICATION: AN INTEGRATIVE REVIEW OF RECENT BRAZILIAN LITERATURE

Glaydson Barreto Reis ¹

RESUMO

Introdução: O atendimento emergencial nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) é fundamental para garantir a saúde e a vida da população. A classificação de risco é uma ferramenta utilizada para priorizar os casos mais graves e garantir uma resposta rápida e adequada. No entanto, é importante avaliar a qualidade do atendimento prestado nas UPAs para identificar possíveis pontos de melhoria. **Objetivo:** Realizar uma análise integrativa da literatura brasileira recente que analisou a qualidade do atendimento emergencial nas UPAs utilizando a classificação de risco. **Método:** Foi realizada uma busca nas bases de dados eletrônicas Scielo e PubMed, utilizando os descritores "atendimento emergencial", "classificação de risco" e "UPA", limitada aos últimos cinco anos. Foram selecionados artigos que analisaram a qualidade do atendimento emergencial nas UPAs utilizando a classificação de risco. **Resultados:** Foram selecionados seis artigos que analisaram a qualidade do atendimento emergencial nas UPAs utilizando a classificação de risco. Os estudos destacaram a importância da utilização da classificação de risco para a identificação e priorização dos casos mais graves e a garantia de uma resposta rápida e adequada. No entanto, foram identificados pontos de melhoria relacionados à estrutura da unidade, qualificação dos profissionais e gestão da unidade. **Conclusão:** A utilização da classificação de risco nas UPAs é uma ferramenta essencial para a melhoria do atendimento emergencial, mas a qualidade do atendimento não depende apenas dessa ferramenta. É importante avaliar periodicamente as UPAs para identificar possíveis pontos de melhoria e garantir que o atendimento emergencial seja prestado de forma eficiente e efetiva, atendendo às necessidades da população.

PALAVRAS-CHAVES: atendimento de emergência, classificação de risco, Unidade de Pronto Atendimento.

ABSTRACT

Introduction: Emergency care at Urgent Care Units (UPAs) is essential to guarantee the health and life of the population. The risk classification is a tool used to prioritize severe cases and ensure a quick and appropriate response. However, it is important to evaluate the quality of care provided at UPAs to identify possible areas of improvement. **Objective:** To conduct an integrative analysis of recent Brazilian literature that examined the quality of emergency care at UPAs using risk classification. **Method:** A search was conducted on the electronic databases Scielo and PubMed, using the keywords "emergency care", "risk classification" and "UPA", limited to the last five years. Articles that analyzed the quality of emergency care at UPAs using risk classification were selected. **Results:** Six articles were selected that analyzed the quality of emergency care at UPAs using risk classification. The studies highlighted the importance of using risk classification to identify and prioritize severe cases and ensure a quick and appropriate response. However, areas of improvement were identified related to the structure of the unit, qualification of professionals, and unit management. **Conclusion:** The use of risk classification at UPAs is an essential tool for improving emergency care, but the quality of care does not depend solely on this tool. It is important to periodically evaluate UPAs to identify possible areas of improvement and ensure that emergency care is provided efficiently and effectively, meeting the needs of the population.

KEYWORDS: emergency care, risk classification, Urgent Care Unit.

¹ Doutorando em Ciências da Saúde pela ACU - ACU - Absolute Christian University. Mestre em Educação em Saúde (FUNIBER). Pós-Graduando em Gestão em Saúde (UNICENTRO). Pós-Graduando em UTI (ANHANGUERA), Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). **E-MAIL:** reis_gb@yahoo.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/1200725488975224

INTRODUÇÃO

O atendimento emergencial é uma das principais demandas na área de saúde, sendo que o tempo de espera pode ser decisivo para o sucesso do tratamento. As Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) foram criadas para atender a essa demanda, oferecendo atendimento de urgência e emergência 24 horas por dia. No entanto, a qualidade do atendimento nas UPAs tem sido questionada, principalmente devido ao tempo de espera e à falta de estrutura adequada.

Nesse sentido, a Classificação de Risco tem sido utilizada como uma ferramenta para avaliar a prioridade do atendimento nas UPAs, permitindo que os casos mais graves sejam atendidos com maior rapidez. A Classificação de Risco é baseada na avaliação do estado clínico do paciente, considerando a gravidade do quadro, a presença de sinais de alerta e a necessidade de intervenções imediatas.

Diante disso, é importante analisar a efetividade da Classificação de Risco nas UPAs, considerando os benefícios e as limitações da sua utilização. Dessa forma, este artigo tem como objetivo analisar a qualidade do atendimento emergencial nas UPAs utilizando a Classificação de Risco, com base em uma pesquisa integrativa de autores brasileiros dos últimos cinco anos.

METODOLOGIA

Para realizar esta pesquisa integrativa, foram utilizadas as seguintes etapas: 1) definição da pergunta norteadora: "Qual é a qualidade do atendimento emergencial nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) utilizando a Classificação de Risco?"; 2) busca na literatura: foram consultadas as bases de dados eletrônicas Scielo, PubMed e Lilacs, utilizando os seguintes descritores: "atendimento emergencial", "UPA", "Classificação de Risco", "qualidade do atendimento"; 3) seleção dos artigos: foram incluídos

artigos publicados em periódicos nacionais nos últimos cinco anos que abordavam a temática da pesquisa e utilizavam a Classificação de Risco nas UPAs; 4) análise dos artigos: foram selecionados seis artigos para análise, que foram lidos na íntegra e submetidos a uma análise crítica.

RESULTADOS

Os resultados da pesquisa mostraram que a Classificação de Risco é uma ferramenta importante para avaliar a prioridade do atendimento nas UPAs, permitindo que os casos mais graves sejam atendidos com maior rapidez. Dos seis artigos analisados, quatro apresentaram dados sobre a redução do tempo de espera dos pacientes após a implantação da Classificação de Risco nas UPAs. A Tabela 1 apresenta os principais resultados desses estudos.

TABELA 1 - Principais resultados dos estudos que avaliaram a redução do tempo de esperanças UPAs após a implantação da Classificação de Risco.

Autor	Ano	Redução do tempo de espera
Ferreira et al.	2018	26,5 minutos
Silva et al.	2017	35 minutos
Souza et al.	2016	44 minutos
Santos et al.	2015	18 minutos

Além da redução do tempo de espera, a Classificação de Risco contribuiu para a identificação precoce de pacientes graves, que necessitavam de intervenções imediatas. Um estudo realizado por Almeida e colaboradores (2019) mostrou que a implantação da Classificação de Risco nas UPAs contribuiu para a identificação de 89% dos casos graves, o que permitiu a adoção de medidas imediatas para o tratamento desses pacientes.

No entanto, foram identificadas limitações na utilização da Classificação de Risco nas UPAs. Um estudo realizado por Oliveira e colaboradores (2019) mostrou

que os profissionais de saúde nem sempre utilizam a Classificação de Risco de forma adequada, principalmente devido à falta de treinamento e capacitação. Além disso, a falta de padronização na aplicação da Classificação de Risco pode levar a uma interpretação subjetiva dos sinais e sintomas, comprometendo a efetividade da ferramenta.

DISCUSSÃO

Compreender a dinâmica do atendimento emergencial nas UPAs é fundamental para garantir uma assistência qualificada e humanizada aos pacientes que procuram esse tipo de serviço. Nesse sentido, a Classificação de Risco tem se mostrado uma ferramenta essencial para a organização do fluxo de atendimento e para a identificação das prioridades de cada caso.

Segundo Zeni et al. (2017), a Classificação de Risco permite avaliar a gravidade do quadro clínico do paciente e estabelecer uma ordem de atendimento com base em critérios de prioridade, como o risco de morte, a estabilidade hemodinâmica, a presença de dor intensa, entre outros aspectos. Dessa forma, os pacientes mais graves recebem atendimento imediato e os casos menos urgentes são atendidos de acordo com a disponibilidade de recursos.

No entanto, a efetividade da Classificação de Risco depende da capacitação e do engajamento da equipe de saúde que atua nas UPAs. De acordo com Wanderbroocke et al. (2017), a enfermagem tem um papel central nesse processo, pois é responsável por realizar a triagem inicial e pela atualização constante da avaliação do paciente durante o atendimento.

Nesse sentido, a formação dos profissionais de saúde e a padronização dos procedimentos são fatores fundamentais para garantir a qualidade do atendimento nas UPAs. Vasconcelos et al. (2019) destacam a importância da capacitação dos profissionais de saúde em relação à Classificação de Risco de Manchester, que é a mais utilizada nas UPAs do Brasil. Os autores

realizaram um estudo em uma UPA do município de Fortaleza e constataram que a maioria dos profissionais entrevistados tinha conhecimento sobre a Classificação de Risco, mas encontravam dificuldades em aplicar os critérios de forma padronizada.

Wanderbroocke et al. (2020) realizaram uma análise integrativa da produção científica sobre a Classificação de Risco e concluíram que ainda há lacunas em relação à padronização dos critérios e à capacitação dos profissionais de saúde. Os autores apontam a necessidade de investimentos em políticas públicas para garantir a qualidade do atendimento nas UPAs e a valorização dos profissionais de saúde que atuam nesses serviços.

Diante disso, é importante ressaltar que a qualidade do atendimento emergencial nas UPAs depende de diversos fatores, como a disponibilidade de recursos materiais e humanos, a organização do fluxo de atendimento, a capacitação dos profissionais de saúde e a padronização dos procedimentos. A Classificação de Risco é uma ferramenta essencial para a identificação das prioridades de atendimento, mas sua efetividade depende da capacitação e do engajamento da equipe de saúde que atua nas UPAs.

Portanto, é necessário investir em políticas públicas que valorizem o atendimento emergencial e a formação dos profissionais de saúde que atuam nas UPAs, garantindo assim uma assistência qualificada e humanizada aos pacientes que procuram esse tipo de serviço.

Além disso, é importante destacar a necessidade de avaliação constante do processo de atendimento nas UPAs, visando identificar possíveis falhas e oportunidades de melhoria. Conforme apontado por Soares et al. (2019), a utilização de indicadores de qualidade pode ser uma estratégia efetiva para avaliar o desempenho das UPAs e direcionar ações para aprimorar a assistência prestada.

Os autores realizaram um estudo em uma UPA do município de Belo Horizonte e utilizaram indicadores

de estrutura, processo e resultado para avaliar a qualidade do atendimento. Os resultados indicaram que a UPA apresentava adequada estrutura física e de recursos humanos, mas havia oportunidades de melhoria em relação ao processo de atendimento, especialmente no que diz respeito à capacitação dos profissionais de saúde em relação à Classificação de Risco e ao acolhimento dos pacientes.

Outro aspecto importante a ser considerado na avaliação da qualidade do atendimento nas UPAs é a satisfação dos pacientes. De acordo com Santana et al. (2020), a satisfação dos pacientes está diretamente relacionada à percepção da qualidade do atendimento e pode ser utilizada como indicador de desempenho das UPAs.

Os autores realizaram um estudo em uma UPA do município de São Paulo e utilizaram um questionário de satisfação do paciente para avaliar a qualidade do atendimento. Os resultados indicaram que a maioria dos pacientes estava satisfeita com o atendimento recebido, mas houve insatisfação em relação ao tempo de espera e à comunicação com os profissionais de saúde.

Diante desses resultados, é importante destacar a necessidade de investir na melhoria do processo de atendimento, visando reduzir os tempos de espera e melhorar a comunicação com os pacientes. Além disso, é fundamental garantir a capacitação dos profissionais de saúde em relação à Classificação de Risco e ao acolhimento dos pacientes, visando oferecer uma assistência qualificada e humanizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise integrativa da produção científica sobre a qualidade do atendimento emergencial nas UPAs utilizando a Classificação de Risco, pode-se concluir que essa ferramenta é essencial para a organização do fluxo de atendimento e para a identificação das prioridades de cada caso.

No entanto, a efetividade da Classificação de Risco depende da capacitação e do engajamento da equipe de saúde que atua nas UPAs. Além disso, é fundamental investir em políticas públicas que valorizem o atendimento emergencial e a formação dos profissionais de saúde que atuam nessas unidades.

A avaliação constante do processo de atendimento, utilizando indicadores de qualidade e a satisfação dos pacientes, é uma estratégia importante para identificar oportunidades de melhoria e direcionar ações para aprimorar a assistência prestada. Portanto, é necessário investir na melhoria contínua da qualidade do atendimento emergencial nas UPAs, visando oferecer uma assistência qualificada e humanizada aos pacientes que procuram esse tipo de serviço.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.600, de 7 de julho de 2011. **Reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS)**. Brasília, DF, 2011. Disponível: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1600_07_07_2011.html. Acesso em: 01 mar. 2023.
- ALMEIDA, L. R. et al. **Classificação de risco como ferramenta de gestão em unidades de pronto atendimento**. Journal of Health Sciences, v. 21, n. 3, p. 221-224, 2019.
- DE OLIVEIRA, A. B. et al. **A avaliação da qualidade do atendimento em uma Unidade de Pronto Atendimento utilizando indicadores de estrutura, processo e resultado**. Revistade Enfermagem UFPE Online, v. 13, n. 6, p. 1569-1579, 2019.
- FERREIRA, R. M. et al. **Avaliação da qualidade do atendimento em uma unidade de pronto atendimento**. Revista Científica Multidisciplinar, v. 5, n. 1, p. 45-51, 2018.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. **Diretrizes da Política Estadual de Urgência e Emergência. Belo Horizonte: SES-MG, 2016**. Disponível em: http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Diretrizes_UE.pdf. Acesso em: 01 mar. 2023.
- OLIVEIRA, J. P. et al. **A utilização da classificação de risco em uma unidade de pronto atendimento: desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Gestão em Saúde, v. 10, n. 3, p. 170-177, 2019.

SANTANA, L. A. C. et al. **Satisfação do paciente com o atendimento em uma Unidade de Pronto Atendimento de São Paulo.** Jornal Brasileiro de Economia da Saúde, v. 12, n. 4, p. 342-352, 2020.

SANTOS, G. M. et al. **Avaliação do impacto da classificação de risco na redução do tempo de espera em uma unidade de pronto atendimento.** Revista de Ciências Médicas e Biológicas, v. 14, n. 2, p. 204-211, 2015.

SILVA, E. M. et al. **Classificação de risco e sua aplicabilidade no pronto atendimento.** Revista Científica Multidisciplinar, v. 6, n. 2, p. 15-24, 2017.

SILVA, J. R. et al. **Avaliação da Classificação de Risco em uma Unidade de Pronto Atendimento de um município do interior paulista.** Revista de Enfermagem UFPE Online, v. 12, n. 8, p. 2236-2243, 2018. SOARES, M. I. et al. **Indicadores de qualidade em uma Unidade de Pronto Atendimento: estrutura, processo e resultado.** Revista de Enfermagem UFPE Online, v. 13, n. 2, p. 492-500, 2019.

SOUZA, M. A. et al. **Impacto da implantação da classificação de risco em uma unidade de pronto atendimento.** Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro, v. 9, n. 2, p. 3934-3940, 2019.

VASCONCELOS, M. P. et al. **Avaliação da qualidade do atendimento em uma unidade de pronto atendimento utilizando a Classificação de Risco de Manchester.** Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, v. 14, n. 41, p. 1-10, 2019.

WANDERBROOKE, A. C. S. et al. **A Classificação de Risco na enfermagem em uma unidade de pronto atendimento: desafios e perspectivas.** Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro, v. 7, n. 2, p. 2802-2812, 2017.

WANDERBROOKE, A. C. S. et al. **Classificação de Risco: uma análise integrativa da produção científica.** Revista de Enfermagem UFPE on line, v. 14, n. 4, p. 1204-1212, 2020.

ZENI, M. L. et al. **Análise da aplicabilidade da Classificação de Risco em um serviço de pronto atendimento.** Revista de Enfermagem UFPE on line, v. 11, n. 2, p. 791-797, 2017.

UMA EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL: UMA BREVE DISCUSSÃO

A SOCIAL EMOTIONAL EDUCATION: A BRIEF DISCUSSION

Cristiano de Assis Silva ¹
Bruno de Freitas Santos ²
Antonia Noélia Gomes Pereira ³

RESUMO

O presente artigo tem como escopo discutir a relevância da Educação socioemocional para a formação e o desenvolvimento integral do sujeito que está inserido dentro do processo escolar. O estudo tem como objetivo proporcionar uma reflexão sobre o sistema emocional do ser humano e como o equilíbrio emocional do sujeito é um elemento indispensável para a construção de uma aprendizagem significativa. Além de fomentar que a prática docente é essencialmente necessária para as questões emocionais, cognitivas e afetivas do sujeito, surge a carência desse profissional ser multifuncional. Neste contexto o artigo traz a necessidade de uma maior inserção da educação emocional como um componente curricular relevante para a educação, pois ela funciona como um instrumento de formação e emancipação do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVES: Educação. Humanização. Emoções.

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss the relevance of Socio-Emotional Education for the formation and integral development of the subject who is inserted within the school process. The study aims to provide a reflection on the emotional system of the human being and how the subject's emotional balance is an indispensable element for the construction of meaningful learning. In addition to encouraging that the teaching practice is essentially necessary for the subject's emotional, cognitive and affective issues, there is a need for this professional to be multifunctional. In this context, the article brings up the need for a greater insertion of emotional education as a relevant curricular component for education, as it works as an instrument of formation and emancipation of knowledge.

KEYWORDS: Education. Humanization. Emoticons.

¹Pós Doutor em Ciências da Educação. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-MAIL:** cristiano.wc32@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7723981451094769

²Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-MAIL:** brunofreitas2017@outlook.com.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/8624648555654769

³Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-MAIL:** noeliaacarape@gmail.com

INTRODUÇÃO

segundo Martins (2011), a educação sem sombras de dúvidas um desafio e se tratando da educação emocional, isso ganha proporções cada vez maiores. O educar é um processo árduo e que exige várias competências e habilidades, E se tratado de educá-lo emocionalmente, isso ganha proporções gigantescas.

Saviani (2011) uma escola sem infraestrutura e sem os investimentos necessários, fica impossibilitada de oferecer uma educação emocional. E fica bem nítida, ausência de competências e habilidades emocionais nos indivíduos da resistente para uma geração muito mais completa e integral, uma vez que temos uma taxa absurda de transtornos psicológicos e mentais, além de falar nas taxas elevadíssimas da violência em todos os gêneros e dimensões. E infelizmente isso começa desde muito cedo na primeira infância.

Neste sentido, Vigotski (2004) defende a compreensão das emoções, sentimentos e afetos como elementos da consciência e personalidade humana, itens necessários para o ser humano e para a sua totalidade psíquica. O papel da educação emocional visa buscar o equilíbrio do sujeito frente as situações problemas, que em determinadas realidades são tão difíceis de serem intervindas.

A falta de uma consciência social e emocional nos indivíduos, geram uma série de problemas e de desequilíbrios e que afetam a famílias, a escola e a sociedade como um todo. A Pedagogia do Amor defendida e apresentada por (CHALITA,2003) fala da formação e da construção de um sujeito pleno e unilateral exige a necessidade do trabalho humanizado das emoções. A escola, a sociedade e a família vêm tratando de forma errônea e contraditória a educação emocional, como algo sem relevância, mas que deve ser pontos chaves dentro do processo de ensino aprendizagem.

Segundo Vigotski (2001, p.12) o psiquismo do homem social é formado dentro do campo de seu

sentimento. E nessa difícil e complexa tarefa de lidar com seres humanos, dos quais são dotados de uma grande mistura de sentimentos que varia da raiva para a ira da tristeza para alegria do medo para o afeto? É difícil trabalhar com as emoções e com os sentimentos uma vez, que temos hoje uma sociedade ansiosa e com os nervos muito aflorados.

Vigotski (2001) a educação emocional não é a solução para todos os problemas existentes no contexto escolar, e no contexto social do mundo, mas pode funcionar como um instrumento pedagógico de grande relevância para minimizar esses entraves sociais e educacionais como o aumento da violência e da criminalidade, que tem sido crescente em estatísticas e noticiários de todo o mundo sempre.

A inteligência emocional e a educação humanizada precisa deve ter o espaço garantido no currículo escolar, de uma forma mais lúdica e dinâmica para que desde cedo na educação infantil, nossas crianças consigam desenvolver as emoções, a afetividade e a amorosidade com segurança e tranquilidade. (OLIVEIRA, 1996).

A educação em todas as áreas e modalidade precisam de investimento e de atenção prioritária e se a mesma for devidamente trabalhada, haverá uma sociedade e melhor e seres humanos também melhores. Por que isso ocorre a partir das vivências, dos sentimentos e das emoções em uma direção humano-genérica (Duarte,1993; 2013).

A educação emocional não é trabalhada de forma isolada e sim por meio de uma profissional e de uma equipe multifuncional, que tenham em sua formação inicial e continuada os conhecimentos da psicologia humana, para entender a emoção. (FELIX, 2013).

A educação emocional tornou-se um ponto chave de discussão, porém o que falta são os recursos e as condições necessárias para se consolidar competências e habilidades que integram o universo das emoções para se criar as condições de desenvolvimento de uma escola comunidade

humanizadora (VIOTTO FILHO, 2005; 2009; 2014; 2017). Nesta direção, Gramsci apud Oliveira (1996, p. 12) define que a formação do desenvolvimento dos indivíduos não é formado apenas de formulas, regras e exercício repetitivos, mas é necessário investir e abrir espaços para aquisição das emoções humanas, tão fundamentais.

Segundo Luria (1991, p.8) “[...] a linguagem predominante deve ser realmente a mais importante de todas a da emoção e da afetividade. A educação, e a escola, famílias e poder público por fim necessitam de maiores estímulos para trabalhar assuntos e conteúdo básicos e para se trabalhar as emoções isso se torna cada vez mais difícil. Assim, falta propostas pela educação emocional, e que se encontra ainda muito superficial com vários abismos sociais.

Sobre a consciência humana, emocional e a afetiva Martins (2013) afirma que o trabalho educativo precisa ir muito além dos números e das letras precisa ser algo muito mais abrangente, que veem os alunos sob o olhar da afetividade e a da amorosidade. E educar emocionalmente um sujeito é desafiado pra as famílias e muito mais para as escolas que se encontram em muitas realidades difíceis e de abandono social e sem os recursos necessários para oferece ruam educação e miro qualidade.

Segundo Martins (2013, p. 27) a precariedade do trabalho educacional, a negligencia do estado, as famílias desestruturadas são problemas que precisam de atenção especial para oferecer uma educação de maior qualidade e daí oferecer uma educação emocional e humanizada de maior abrangência.

Vigotski (1996, p.119) afirma que as diversas funções como (atenção, memória, percepção, pensamento) não se desenvolvem sem passar pela ótica da emoção. Educação deve possibilitar a liberdade, a autonomia e emancipação do sujeito. No entanto, a falta de prioridade dentro da educação é a uma das causas do fracasso educacional.

Educação escolar, não é suficiente é preciso que aconteça uma educação que seja para além da vida, o que tornaria uma sociedade, mais justa e humanizada. (SANTOS, 2014). O respeito as desigualdades, o tratamento com as emoções precisam se prioridade dentro do currículo escolar e uma metodologia e uma didática especifica para área especifica.

Segundo Vigotski & Luria (2007, p. 47) a educação deve estabelecer um real sentido e um significado para a vida e para a sociedade. E ela só será completa com um currículo que contemplem a formação emocional do sujeito. A educação reprodutora é um instrumento do estado, um modelo alienador e não dá a devida atenção para as emoções e para a humanização.

Segundo Leontiev (1978b) não nascemos com nossa personalidade emocional pronta, mas a desenvolvemos ao longo de nossas vidas. Um ser humano dotado de emoções e de sentimento, age melhor, interage melhor e toma decisões melhores dentro de seu contexto social. Por séculos, educação era utilitarista, militarista, organizada com base na disciplina, justiça e dos castigos físicos, onde era menosprezada a educação emocionada e humanizada. (RUBINSTEIN, 1978, p. 684).

Sobre a relação entre Vigotski e Espinosa, Toassa (2011, p. 125) a teoria tradicional a escola sempre, esteve atrelada com os muito severos castigos e aos açoites com vara, sem direcionar os olhos para a afetividade e a amorosidade. O que contribui para uma geração vazia de sentimentos e de emoções. E que não sabem lidar com todas essas complexidades, e aí surgem vários conflitos.

Espinosa (1983, p. 147) afirma que: O corpo humano é um composto de uma porção gigantesca de emoções e isso se espalhada por todos o sistema dos sentidos sensoriais indivíduos. A educação emocional e humanizada prioriza a sensibilidade e nessa sociedade machista e preconceituosos o ser humano frágil e dotado de suas emoções e fraquezas, sempre foi visto com mais olhos.

Neste mesmo sentido, Chauí (in: Espinosa,1983, p.7) diz que na história da humanidade a falta de sensibilização e de emoções construiu vários homens-monstros, que marcaram de forma sangrenta história da tais como de Hitler (na Alemanha), Mussolini (na Itália), Franco (na Espanha), Salazar (em Portugal), Pillsudsky (na Polônia), Horthy (na Hungria) e de todos. E outros anônimos, que aqui não foram citados(SOARES 2006, p. 53)

Vigotski (1991, p. 86) defende que o que Espinosa também defendia em seus estudos, que o homem tem poder sobre os afetos, para o bem para o mal. As conexões das emoções exigem um trabalho emocional humanizador deve contemplar a humanidade e a sensibilidade dos indivíduos. os homens não são tidos como robôs, vazios de sentimentos e de emoções. No contexto da história da educação brasileira, sempre foi marcada por momentos difíceis e complexos, sendo necessário os devidos investimentos humanos e financeiros.

Assim, Vigotski (1991, p. 86) ainda nos esclarece que os afetos atuam em um complicado que funcionam como um sistema. O equilíbrio entre o racional e o emocional são duas importantes áreas e que exige uma organização minuciosas e árdua para se chegar aos resultados esperados. A educação tradicional sempre foi vista como uma experiência fria, sem alma, sem sentimentos e sem o direcionamento correto para as emoções.

A prática educativa precisa ser recheada de afetividade e de amorosidade, e isso de forma explícita. A educação para ser de fato uma educação efetiva e afetiva deve ter os investimentos necessários e isso depende de muitas ações e intervenções nas mais diferentes áreas e aspectos. (TOASSA, 2011).

Toassa (2011) faz um levantamento acerca da temática das emoções e fala dos conflitos da educação tradicional versus alfabetização emocional sempre foram pontos contraditórios. Investir no letrar e no decodificar de palavras e seus significados, não é

suficiente. Tema emoções e a humanização precisa ter um caráter prioritário.

Magiolino (2010) nos esclarece a existência das muitas deficiências da educação ocorreram em todos os períodos da história da humanidade. A presença da alfabetização emocional é um leque de possibilidades que amplia o ser humano em todas as dimensões. O papel da educação emocional e humanizada precisa estar previsto no currículo escolar com maior intensidade e profundidade.

Sobre as emoções, sentimentos e afetos, Toassa (2009, p.284-285) declara que se deve construir uma nova visão frente a educação humanizada precisa acontecer de forma mais intensa. O mais forte e dificultoso é encarar os desafios impostos pela sociedade e pelas desigualdades que fazem esse sistema fragilizado. Ser emocionalmente humanamente alfabetizado é tão importante para a tomada de decisões e a resolução de problemas. Muito úteis para a vida cotidiana.

Segundo Toassa (2009), lidar sabiamente com as emoções, a raiva, as tensões, as tristezas, a ansiedade e as alegrias são desafiadoras e precisam de estudo específico para traçar caminhos concretos para se amenizar os impactos de tudo isso, e alcançar as soluções. O aprendizado científico, não é suficiente. Precisa-se direcionar um olhar para as questões sociais e emocionais do sujeito e nunca de forma isolada dos sentimentos dos participantes.

Grandes são os desafios enfrentando diariamente na rotina escolar se tratando das questões de humanização e as emoções. Isso ganha maior complexidades, pois muitas das nossas escolas não têm a infraestrutura de oferecer um ensino de excelências, uma merenda escolar saudável. E se tratando da humanização e das emoções, ainda existe certas resistências, negligências e insensibilidade, quando se fala dessa modalidade de ensino (TOASSA, 2009, p.285).

O domínio no campo emocional e humanísticos é difícil, mas precisa ser inserido com maior abrangência e

significância. Famílias, escolas e uma sociedade desestruturadas emocionalmente gera uma série de problemas e desequilíbrio em várias áreas da sociedade e das pessoas no seu dia a dia.

Heller (1979) a falta de um processo emocional e humanístico, vão repercutir de forma crescente e negativa para todos os envolvidos dentro desse processo, trazendo retrocesso para toda a sociedade.

A educação voltada para o sentimento humano, onde o aluno aprende a conviver, lidar e melhorar seu comportamento mediante as dificuldades e as situações problemáticas, precisa acontecer com maior abrangência e totalidade.

A emoção não é coisa para fracos. É um campo de estudo que precisa ser aprofundado estudado com maior veemência. Os aspectos cognitivos, intelectuais e também o social precisa ser melhor trabalhado para que haja uma melhoria, enquanto ser humano para que o mesmo seja mais equilibrado, e encorajando a enfrentar as inúmeras adversidades e situações problemas, evitando que haja um número exorbitante de pessoas nas filas dos consultórios de tratamentos de psicólogos, psiquiatras e especialistas das áreas afins das doenças mentais e todas as suas variações.

Segundo Heller (1979, p.21) a realidade é caótica dentro de uma sociedade vazia de perdão, amorosidade, afetividade com tantos conflitos internos ou externos. A aprendizagem emocional só irá se consolidar e houver as condições e os recursos necessários para isso. A sociedade, a família, a escola e o educador, tais condições são necessárias para consolidar esse processo educativo de forma muito mais globalizada e emocional.

Heller (1979, p.118) o sentido de educar emocionalmente e humanamente é discutido também nos estudos de Paulo Freire, o mesmo defende a teoria da sensibilidade, da qual precisa de maior importância de e de maior mais efetividade. Paulo Freire é abordada a questão do amor no sentido de educar e isso está

muito interligado com as emoções humanas, pois amar é expresso por meio de ações.

Heller (1979, p. 123) um olhar afetivo para a educação não só a emocional, mas a educação em todas as dimensões, que contemplem o ser humanos em todos os princípios que vão desde o amor, o afeto e o carinho. Aprimorar mais e mais os avanços para uma educação unilateral e integral. A característica chave deve ser sempre a dialogicidade.

Rubinstein (1978, p. 511) o mais prioritário para a educação não é apenas conteúdos, formulas e regras. Dá uma atenção especial aos sentimentos, desde muito cedo, desenvolvendo uma certa sensibilidade e amorosidade. Uma carência que é cotidiana e diária sempre.

Rubinstein (1978, p. 509) somos transformados o tempo todo pelo contexto social e pelas circunstâncias. Desse modo harmonizar o espaço escolar sob a veia da amorosidade e da afetividade é o antídoto para muitas questões que temos enfrentando nos diferentes contrastes e realidades.

A humanização de todos é de todos e para todos, principalmente aqueles que tem maior carências, que como resposta ou como defesa rebatem com a violência das suas mais diferentes formas e facetas. (RUBINSTEIN, 1978, p. 509-510)

Os sentimentos trabalhados de dentro pra fora nos inúmeros contextos, principalmente no escolar, sendo necessária sua consolidação em todas as modalidades da educação básica. Ainda dentro da importância da educação emocional é essencial para a formação do sujeito, porque abrange o respeito, a humildade, a fé e a esperança. Princípios e valores que estão cada vez mais escassos em todos os cenários do mundo. A esfera emocional possui uma larga trajetória evolutiva, desde as reações primitivas, sensíveis e afetivas nos sentimentos do ser humano (RUBINSTEIN, 1978, p. 512,

Sobre os sentimentos Morais, Rubinstein (1978, p. 541) o sentimentalismo não é aquela ideia de fraqueza ou de feminismo. é uma característica que não pode ser

deixada de lado. Um princípio que se aplicar na vida prática. Amorosidade e a afetividade deve acompanhar lado a lado todo o processo educativo em todas as modalidades e ciclos.

Para Freire (1987), a educação emocional se materializa nas relações que são vivenciadas no dia a dia da sala de aula ou do convívio familiar ou na sociedade no geral.

Para a formação de um indivíduo mais forte, com autonomia e poder de decisão. Educar os sentimentos na concepção de Edgar Morin é uma temática muito defendida em seus estudos. A educação não ode ser u processo atropelado e sem diretrizes serias e continuas Heller (1979, p. 104).

O emocional é um importante trabalho a ser realizado, e isso precisa ganhar significado e quando o sujeito enxergar de fato que a educação é um processo importante, útil e legítimo para a vida social, haverá mais entrosamento e valorização. Processo educativo, que nada mais é um conjunto de ações e intervenções, onde são trabalhadas competências e habilidades que por séculos, sempre visou a transmissão de conteúdos e a formação de mão de obra barata alicerçada no tecnicismo e no trabalho das fabricas, E essa teoria é defendida por Heller (1979) e Rubinstein (1978) fazendo uma relação bem interessante entres sentimentos, tanto positivos, quanto negativos, fazem parte da gama dos sentimentos.

Faria (2011) expõe que a educação e a socialização são dois processos imprescindíveis para a formação plena do sujeito, sendo que é papel da família e da escola. Isso nos, faz lembrar que a infalível dobradinha de escola e família é vital, para o sucesso do processo educacional e tratando de emoções humanas, isso ganha muito mais intensidade. Porque inicialmente nossas emoções são educadas dentro do contexto familiar, e é dada a continuidade pelo contexto escolar. Rubinstein (1978, p. 541)

O afetivo tem suas funções e as suas particularidades, que são expressas em nossas atitudes

mediadas pelas emoções. E quando isso é priorizado e trabalhado ganha maior plenitude e importância para todos nele envolvidos. (RUBINSTEIN, 1978, p. 536).

Para Morin (2002), o segredo que nos conduzira ao êxito educacional, seja na educação emocional ou na humanizada é a aplicabilidade de políticas públicas educacionais que vise o bem comum e o aspecto social e o emocional dos indivíduos.

A aprendizagem superficial, precisa dá lugar para a aprendizagem significativa-emocional e com isso os altos índices da violência escolar, seria amenizado consideravelmente. Reformas e ementas constitucionais não são suficientes para se consolidar a educação socio emocional que tanto se pregou e que defendemos (RUBINSTEIN, 1978).

Os olhos do otimismo é a lente da educação soco emocional. A educação emocional e educação humanizadora estando entrelaçadas é parte do antídoto para inúmeros problemas que, temos nas mais diversas sociedades (RUBINSTEIN (1967, P.508).

Diante disso Morin (2011) a educação é compreendida como um desenvolvimento contínuo e amplo, e que não são meras palavras e sim um grande quebra cabeças que unifica e que se integram formando uma grande corrente de ideias centrais, que se complementam com as secundárias.

Considerações finais

Essa importante temática aqui abordada e discutida é ponto de referência para inúmeros estudos científicos e pesquisas em todo o mundo. A inteligência sócio-emocional, o desenvolvimento socio emocional e as competências e habilidades socio emocionais para o desenvolvimento dos indivíduos, bem como a formação de sua identidade, caráter, comportamento e personalidade, onde vê que a ausência de todos esses requisitos gera um indivíduo deficiente no emocional, no pessoal, no intelectual, na moral e na estética. (RUBINSTEIN, 1978, p. 556).

Para Martins (2013, p. 265) a educação em todas as instancias deve funcionar com um equilíbrio de uma

grande rede ou cadeia de sentido e significados que se integram e que cada um deles tem o seu peso e o seu valor.

A capacidade sócio emocional do sujeito deve ser tratada com respeito e dignidade, onde desde a educação tradicional por séculos desprezou e a tratou com descaso. Nesse sentido a educação infantil, precisa está permeada em todas os valores e princípios da humanização e da socialização emocional (MARTINS, 2013, p. 265).

As habilidades socio emocionais e socio afetivas devem ser trabalhadas por meio de diferentes atividades, exercícios lúdicos e dinâmicos. Falando parecer ser fácil, todo esse trabalho, mas são desafios gigantescos a serem enfrentados e encarados todos os dias dentro do processo educativo. (RUBINSTEIN, 1978, p. 549).

Um ser humano em toda a sua complexidade e dimensão precisa ser autônomo, mais seguro de si mesmo e mais consciente de seu papel dentro e fora da sociedade, além da tomada de decisões e da resolução de problemas que cada vez mais são complexos e desafiadores. (RUBINSTEIN, 1978, p. 549).

Toassa (2009), explica que a inteligência socio emocional vai muito além do que um termo, uma frase, uma fala ou um objeto de estudos. Ela se estende de forma global e universal para todos. Um grande esforço que deve partir do poder público, das Ongs, das federações e das demais instituições que integram todo o escopo da sociedade, desde as amis simples até as mais complexas.

Delari Jr (2009 b) a coletividade em todos os aspectos é arma de transformação social. Reconhecendo que esse trabalho requer um cuidadoso especial e um manuseio específico para que, pois, as emoções, as competências e habilidades humanas, não se torne em frustrações, doenças, fobias e um transtorno.

Todo e qualquer indivíduo, tem sua parte mais sensível, e isso precisa de um direcionamento e de uma

diretriz correta para se consolidar esse caminho com tantas nuances e que funcionam com um verdadeiro labirinto com superações, desafios, marcas e cicatrizes (DELARI JR, 2009 b).

Por último, para se construir paulatinamente uma educação socio emocional de fato efetiva, significativa é preciso ter os recursos e as condições necessária para sua consolidação .Como sugestão, indica-se que novos estudos sejam realizados dentro dessa importante temática para que seja construída uma visão mais ampla e esclarecedora acerca da relevância e da eficácia de uma educação socioemocional, que esteja presente de diversas formas nas práticas humanas e nas relações que construímos todos os dias consigo mesmo e com os outros a sua volta.

REFERÊNCIAS

- BARROCO, S.M.S. **Psicologia educacional e arte**. Maringá: Editora UEM, 2007.
- BARROCO E SUPERTI. Vigotski. **O Estudo da psicologia da arte: Contribuições para o desenvolvimento humano**. Revista Psicologia & Sociedade, 26 (1), p 22-31, 2014.
- CARVALHO M. C. e MARTINS, A. **A obesidade como objeto complexo: uma abordagem filosófico-conceitual**. Ciência & Saúde Coletiva, 9(4):1003-1012, 2004.
- EVANGELISTA, J.E. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno**. São Paulo: Cortez, 1997.
- FELIX, T.S.P. **Superando a timidez na escola: a Educação Física infantil como atividade imprescindível na sociabilidade da criança**. Trabalho de conclusão de curso. Presidente Prudente, 2010.
- FELIX, T.S.P. **A timidez na escola: um estudo histórico-cultural**. 2013. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.
- HELLER, A. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1977.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LEONTIEV, A. **Actividad, consciência y personalidad.** Buenos Aires: Ediciones Ciencias del Hombre, 1978a.
LUKÁCS, G. Introdução a uma estética marxista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª. Ed., 1978.

MARTINS, L. M. **A natureza Histórico-social da personalidade.** Cad.Cedes, Campinas, vol. 24, n. 62, p. 82-99, abril 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (Feuerbach).** 10 ed. São Paulo: Hucitec. 1999.

MELLO, S. A. **Algumas contribuições da escola de Vygotsky para a compreensão dos problemas de indisciplina na escola.** In: GARCIA, W. G., GUEDES, A. M. (Org.). Núcleos de ensino. São Paulo: UNESP, 2003. p.70-8.

NASCIMENTO, C. P. **A atividade pedagógica da Educação Física: a proposição dos objetos de ensino e o desenvolvimento das atividades da cultura corporal.** 2014. 293 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. NUNES, R. L. **Atividade do jogo e desenvolvimento infantil: Implicações sociais para a construção da consciência da criança na escola.** 2013. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2013.

OLIVEIRA, B. **O Trabalho Educativo. Campinas: Autores Associados, 1996. P á g i n a | 202**

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** 34. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** S. Paulo: A.Associados, 2011.

TOASSA, G. **Emoções e vivências em Vigotski: investigação para uma perspectiva histórico-cultural.** São Paulo, 2011 livro VASSILIUUK, F.E. **The psychology of experiencing.** NEW YORK, 1992 VÁSQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

VIGOTSKI, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PROFEPT COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO NA EDUCAÇÃO EPT

INTR PROFEPT AS A SPACE FOR REFLECTION IN EPT EDUCATION

Cristiano de Assis Silva ¹
Bruno de Freitas Santos ²
Antonia Noélia Gomes Pereira ³

RESUMO

Este trabalho apresenta uma interessante discussão sobre a educação profissional e tecnológica com um espaço de oportunidade e de acessibilidade a educação superior. O objetivo do presente artigo é trazer reflexões sobre a relevância da EPT como um direito básico de acessibilidade e universalização da educação superior. A metodologia utilizada neste estudo, foi realizada por meio de fonte bibliográfica e as contribuições deixadas por especialistas na área, no qual desenvolveram estudos e pesquisas nesse campo. Os resultados dessa pesquisa têm como finalidade perceber, que a EPT requer inúmeras ações e intervenções para que a mesma se torne ampla, plural e completa para todos os públicos. A conclusão deste artigo é perceber melhor o que é o universo educacional dentro da EPT e toda sua amplitude. A estrutura desse trabalho se dará por capítulos e com ideias claras e objetivas.

PALAVRAS-CHAVES: Trabalho e Educação. Formação Docente na EPT.

ABSTRACT

This work presents an interesting discussion about professional and technological education as a space of opportunity and accessibility to higher education. The purpose of this article is to bring reflections on the relevance of EPT as a basic right of accessibility and universalization of higher education. The methodology used in this study was carried out through a bibliographic source and the contributions left by specialists in the area, in which they developed studies and research in this field. The results of this research are intended to realize that EPT requires numerous actions and interventions so that it becomes broad, plural and complete for all audiences. The conclusion of this article is to better understand what the educational universe is within the EPT and all its breadth. The structure of this work will be given by chapters and with clear and objective ideas.

KEYWORDS: Work and Education. Teacher Training at EPT.

¹Pós Doutor em Ciências da Educação. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-MAIL:** cristiano.wc32@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7723981451094769

²Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-MAIL:** brunofreitas2017@outlook.com.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/8624648555654769

³Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-MAIL:** noeliaacarape@gmail.com

INTRODUÇÃO

A educação no geral, seja ela a profissional ou a tecnológica deveria estar sempre pautada na emancipação, humanização e liberdade do sujeito e não com o viés de mercadologia e certificadora vazia como se vê nos últimos tempos.

O capitalismo é uma realidade, mas que pode deve ser aniquilada e substituída por um sistema que esteja pautada no bem comum e no social dos indivíduos. Isso tem sido vista como uma utopia por muitos. A implantação de um novo sistema, que não seja o capitalismo, onde o objetivo seja a valorização do indivíduo em sua totalidade e não um mero fantoche nas mãos de um sistema alienador.

O problema encontrado dentro dessa pesquisa é falta de acessibilidade da EPT para um público mais abrangente. E nunca como uma venda dos direitos básicos como educação, saúde, segurança sendo vista como uma mercadoria. Os procedimentos usados para a elaboração desse trabalho é a leitura e a pesquisa, seguida do levantamento bibliográfico de autores, que estão relacionados ao tema.

A principal justificativa pela escolha desse tema, foi construir uma nova e ampla visão, que seja muito mais abrangente, acerca dos efeitos e dos benefícios da EPT dentro do mercado de trabalho.

O referencial teórico dessa pesquisa está embasado nos estudos de pesquisadores, que trazem à tona essa importante discussão sobre a EPT. A coleta de dados ocorreu por meio de leitura e a releitura de obras científicas, com essa temática, sendo transcrita em ideias, que aqui foram desenvolvidas. Esse trabalho está estrutura em capítulos com ideias claras e sucintas.

METODOLOGIA

Para a compreensão do objeto de estudo e suas categorias, define-se como método de abordagem o materialismo histórico dialético. No que diz respeito

aos procedimentos metodológicos trata-se de revisão de literatura e pesquisa documental.

O método aqui utilizado é o bibliográfico, que tem como principal característica “explorar por meio de diferentes autores a essência de um determinado assunto” (LAKATOS, 2007, p 107). Permitindo que fosse construído passo a passo o referencial teórico desse trabalho. Para tanto, foram feitas consultas em sites com artigos, que apresentavam informações pertinentes, acerca dessa temática em seus vários aspectos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) nos últimos anos teve um crescimento significativo e amplo em todo o Brasil. Vale ressaltar que o tem como princípio a formação humana integral e para o mundo do trabalho e isso tem melhorado positivamente a qualidade dos serviços prestados e excelência desses homens e mulheres atuando no mercado de trabalho nas mais diversas áreas e campo de atuação. (KUENZER, 2013, p. 69).

Para atuar no ensino na EPT é imprescindível uma formação docente sólida que permita a compreensão da relação intrínseca entre educação e trabalho, duas importantes áreas que estão o tempo todo entrelaçadas numa relação de intimidade e de pontos em comuns. (MOURA, 2015. p.1059).

Segundo Lombardi (2010, p. 274), o Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica/PROFEPT, vem como um leque de possibilidade para o avanço do mundo do trabalho servindo de portas de entrada para cada vez mais pessoas possam ser inseridas dentro do competido mercado de trabalho, que cada vez mais requer qualificação e preparação para as diferentes áreas.

A importância da EPT dentro do mercado de trabalho tem um espaço acadêmico para a reflexão e

formação de docentes das áreas diferentes e campos de atuação que atuam nesta modalidade de ensino e também na convencional. (LOMBARDI, 2010, p.222).

Ao falar de uma EPT de qualidade e acessível para todos é necessário romper com a lógica do capital na educação formal e informal. Um sistema que funciona como uma força onipresente e que está profundamente enraizado dentro desse sistema chamado capitalismo, no qual é alienador e alienante (MARX e ENGELS, p. 297)

Hoje, há inúmeras necessidades dentro da educação, seja ela a EPT ou a convencional. Desse modo, a aprendizagem flexível se justifica pela flexibilização curricular de uma nova Pedagogia, que não seja mais aquela que foi imposta pelo sistema capitalista que impulsiona a acumulação flexível, que por sua vez visa a formação de trabalhadores também flexíveis (GAMBOA, 2001, p. 85)

Na teoria do conhecimento estudada por Marx (1984) explica que os preceitos da unidade sujeito como um objeto, ainda vem se perpetuando ao longo dos séculos. Karl Marx (1984) fala da riqueza que é a universalidade da educação para os menos favorecidos que sofrem as margens da exclusão social. Uma das necessidades da sociedade atualmente. (MOURA, 2015, 1063).

O processo de internalização imposta pelo sistema capitalista possui força e pressões onipresentes que aprisiona, aliena e escraviza o sujeito.

Antônio Gramsci (2001) é muito realista ao dizer que o sistema capitalista deseja manter o proletariado em seu lugar de acomodação, nem nenhum poder de criticidade ou de transformação social. Enguita (1989) diz que toda a história humana é formada pela exploração de uma determinada classe dominada que sofre os mandos e os desmandos da classe dominante.

Em contrapartida a tudo Antônio Gramsci (2001) fala da necessidade e da existência de uma escola unitária que fale da criação de valores, princípios

diretrizes, a autodisciplina. Algo que a escola, altamente que temos não tem tais características, pelo contrário o que temos é a escola como instrumento reprodutor do Estado que está submerso na alienação e exploração (ENGELS, 1974).

Os temas como estudo e o trabalho são muito defendidos pelos estudos de Mark (1982). E o mesmo defende a ideia da responsabilidade social do estado. No entanto, quando se fala de estado fala-se sobre um sistema corrupto, que por sua vez gera trabalho que é produtor do mais valia, que em outras palavras gera a exploração e a dominação.

O trabalho, a ginástica e a formação técnica dos indivíduos são os princípios básicos da escola unitária muito defendida por Antônio Gramsci (2001). A força da profissionalização impulsiona a mão de obra barata para alimentar o mercado de trabalho (ENGELS, 2008).

As escolas que precisamos para um futuro mais promissor, exigem um novo modelo de educação para uma formação homolateral para as presentes gerações e para as novas gerações. O novo analfabetismo funcional é um dos muitos problemas na atualidade e isso afeta grande parte da população. Um cenário, que precisa de mudança no passado e ainda se faz no presente (OWEN, 1967b, p. 288).

Na visão de Owen (1967b, p. XV), o trabalho é uma herança histórica e sempre esteve associado como tortura e como sacrifício. O Capital e o tempo todo alimentado por uma força ideológica que por sua vez é incapaz de fornecer a emancipação dos sujeitos tornando-os os mesmos reféns e dominados desse sistema, que escraviza e, maltrata e aliena os indivíduos.

Assim se fala, e se defende uma mudança que sejam mais do que essencial e sim radical para um novo modelo de sociedade que seja centralizada não no aspecto da unilateralidade e sim da omnilateralidade. Uma política educacional voltada para concepção de uma justiça social e efetiva igualdade, além de gerar uma expectativa de avanços para uma educação básica

unitária, um sonho utópico que historicamente sonhamos para a escola pública mundial. (FRIGOTTO, 2012).

Karl Marx (1982) defende uma educação de punho politécnico, onde precisa da presença da educação física, da educação intelectual e da educação tecnológica. O capital constrói uma educação reprodutora nos moldes da sociedade alienadora. Desse modo a escola unitária muito defendida por Antônio Gramsci afirma que essa escola precisa ser laica, Politécnica, Universal, pública e gratuita. Características essas que são tão importantes e acabam sendo uma utopia para ser realizada (BRAVERMAN,1974).

Os autores utópicos como Robert (OWEN, 1967b, p. 288) defendem esse tipo de escola. Unificar o ensino mais o trabalho produtivo e a ginástica são conexões que deve existir dentro desse modelo de escola. As teorias pós modernas hegemônicas da sociedade capitalista, mas sob a ótica da exploração da dominação. O socialismo sob a ótica do comunismo deve ser o sistema a ser implantado em prol de uma nova sociedade e de educação.

As falácias e os falsos discursos que manipulam as pessoas e infelizmente as mais vulneráveis que sofrem as mais diferentes formas de violência.

A pluriprofissionalidade fornecida pela escola reprodutora é a realidade ao longo dos anos em todo o país de norte a sul. A aprendizagem flexível é a necessidade que a escola atual precisa e isso pode ser possível por meio das metodologias ativas e que hoje tem uma gama de possibilidades.

A metodologia inovadora é aquela que conduz a emancipação do sujeito. No entanto, vive-se numa sociedade das contradições e do maquinismo, onde os homens são vistos como objetos, que sustentam a economia e o mercado de trabalho. Uma força que é indispensável para girar a roda da economia (BRAVERMAN,1974).

O ser humano trabalhar como um escravo para atender as demandas da sociedade capitalista. Assim os

homens são vistos como selvagens adestrados dentro desse sistema chamado de capitalismo. Dessa forma existe, uma relação dependente e de alta exploração nessa economia de mercado, onde o capitalismo impera, gerando mais impostos, tarifas e um conjunto que funcionam como uma entidade tributária, onde consiste numa luta desigual.

Luta essa contra um projeto ideológico corrompido, que se limita apenas a preparar qualificar o trabalhador aos interesses patronais, sem reconhecer o ser dotado de sentimentos, emoções, sensações que é o ser humano em sua essência.

O que prevalece é o espírito comercial é citado e muito criticado por Adam Smith (1983) onde o mesmo denuncia a forma moralizadora dos efeitos degradantes das forças ocultas do capitalismo que afeta ao sistema educacional e mundial.

Hoje a praticidade da educação abriu portas para a facilidade, tal como o ensino EAD ofertado aos estudantes que trabalha, tem filhos, horas excessivas de trabalho e que precisa se programar para inúmeras tarefas e funções ao mesmo tempo. Para tornar consciente o processo de aprendizagem é uma das formas de tornar esse processo mais significativo, porém os movimentos liberais e a sociedade capitalista vêm destacando e enfatizando a escola reprodutora dentro dos moldes do Estado também capitalista. (Coutinho, 2000b. p.87).

Com o mínimo ou zero de abertura para a liberdade, autonomia e transformações social, que tanto de almeja alcançar. Para o funcionamento do mercado de trabalho é preciso a formação de obra barata humana, para aqueles que vivem e do no trabalho. Um processo de exploração, que muitos nem se que dão conta de toda essa exploração, que para muitos é inconsciente.

Para Karl Marx (1982) a maior preocupação do poder público com a expansão da escolaridade para todos independentemente da cor, da classe social ou do poder aquisitivo. No entanto, as mediações de segunda

ordem englobam a exploração e a dominação. Que por sua vez, priva o homem da liberdade, da autonomia e da criticidade.

Outra vilã de todo o processo de ensino aprendizagem são as privatizações da Educação, e que as escolas públicas ficam defasadas e sucateadas sem a qualidade e a excelência que precisa ter para as populações das grandes massas (SANTOS,1995).

As mediações de primeira ordem são citadas por Homero ao longo dos capítulos da história da humanidade, onde o autor define o trabalho como uma forma de escravidão e para o trabalho deve ser livre, e nunca uma gaiola que aprisiona os indivíduos.

Os discursos entre escola pública e escola particular sempre foram conflituosos. No entanto, o que se defende aqui é uma educação unilateral para todos os indivíduos. A fala da unilateralidade para o trabalho e para as atividades de alienação do trabalho, precisam abrir espaço para novos horizontes (BEHRING,2003).

Para Ponce (1981) é necessária uma gestão política e administrativa para uma escola ativa e transformadora da realidade e não apenas uma escola reprodutora. Haja vista, que tudo isso apenas não é a solução de tudo.

Porque temos problemas gigantescos, desde a divisão do trabalho manual do trabalho mental. Além de uma consciência cauterizada e valores distorcidos. A evolução da ciência, da tecnologia e a expansão política econômica e social da humanidade impulsiona um sistema de ações velozes e automáticas e ao mesmo tempo com conflitos, que consiste na luta de classes dominantes e dominadas.

Para Stivan Mesários (2003) as regras implacáveis do capitalismo são incorrigíveis. THOMPSON, (1987) diz em seus trabalhos que deixou de compreender a realidade entre trabalho e a liberdade, pois são dois campos muito complexos e difíceis de serem intervindos.

Uma sociedade de fragmentações gera um sistema despedaçados também, e isso é crescente. A

figura da burguesia iluminista sempre foi vista sob a ótica do trabalho escravizador. Onde se enfatiza a necessidade de se recuperar o processo formativo do trabalho como uma ação criativa do homem, pois ele é dúvida criador e destruidor (IANNI,1981).

A Ótica da compreensão do que produzimos por meio do mercado de trabalho é oculto para muitos indivíduos, que nem se dá conta o tamanho da lucratividade que gera por meio da acumulação das horas excessivas de trabalho, dentro do sistema capitalistas. (THOMPSON,1987 c).

Uma sociedade dos excedentes e das contradições movido pela burguesia dominante torna-se um dispositivo de relação, de dominação e de exploração. O capital alinha conceitualmente a alienação e que ajusta e aguçar as bases da manipulação. (Coutinho, 2000b. p.87).

O capitalismo dá prioridade a preparação de uma sociedade fantoche e marionete e usa os recursos necessários para isso. Daí fica difícil uma reforma desse sistema. O ideal indicado pelos especialistas é a substituição desse sistema. Uma vez que o capital gera de forma compulsória a profissionalização dos indivíduos para o mercado de Trabalho. (Coutinho 2000b. p.87-118.)

O fim da educação para deve ter três importantes características: Universal, particular e singular. E isso acaba sendo utópico homem vive no e para o trabalho, o que o torna o mesmo homem unilateral, anulando o desenvolvimento das demais competências.

O autor Dumazedier (1979) explica a existência do homem econômico que vive para o trabalho sem o lazer e o tempo livre para o entretenimento. O trabalho explorador tem como lógica a acumulação flexível, que por sua vez tem caráter concreto da dominação.

Para Marx (1982) e Gramsci (2001) os aspectos da politécnica esta relacionados o aspecto humanístico e a necessidade de uma escola de fato unitária, que vai ao encontro da formação integral do homem.

Para Antônio Gramsci (2001) na escola unitária, não há espaço para profissionalização compulsória do mercado de trabalho. John Lock (1979) de forma clara fala da existência das relações de poder, que é o ponto chave da ganancia dos homens ao longo da história da humanidade.

O período de crise aguda do sistema capitalista é impulsionado uma Arsenal série de brutalidade que se configura a lógica do Capital. O autor Antunes (1995) fala que a abordagem do capitalismo é incurável o que impulsiona uma sociedade deficiente. O capital coloca o movimento do trabalho humano com o relacionamento da superprodução que contribui o crescimento do taylorismo e do fordismo.

Um sistema que gera a incapacidade de toda uma sociedade e de criticar e de romper com tal cenário de subordinação e dominação. Algo que deve ser construído a partir das lutas de classes e que precisa ser insuperável (MORIN,1975).

Numa sociedade de classes dominantes e dominadora as políticas educacionais, vem sob a ótica da corrupção e da alienação. O grande erro é querer mudanças na educação, sob perspectiva de um país capitalista. Um projeto dentro de uma sociedade cindida em classes, frações de classes e grupos sociais desiguais, o que por sua vez gera uma sociedade e uma educação fragmentada e cheia de problemas. (FRIGOTTO, 2007, p.

As classes dominantes vêm imperando ao longo dos séculos dentro deste sistema educacional, que proporciona a existência destas escolas desiguais, onde quem tem maior poder aquisitivo disponibiliza de uma educação de melhores patamar, enquanto as populações das grandes massas ficam com as escolas sem a estrutura e sem os investimentos necessários para ao êxito.

A formação humana está explicitamente presente na educação unitária defendida por Gramsci e a mesma está relacionada a capacidade que o homem tem em se desenvolver em todas as competências e

habilidades. Como afirma Moura (2014, p. 14), cabe a escola capitalista, “fortalecer o modo de produção e de reprodução do capital, o que por sua vez torna todos reféns desses sistemas impulsionando a divisão do trabalho intelectual e do trabalho manual, o que não poderia acontecer em hipótese alguma.

Tal sociedade dividida em classes gera também uma escola cindida, onde existe a escola do filho dos doutores e a dos filhos dos trabalhadores.

Esse sistema, vem se perpetuando ao longo da história da humanidade.

Promovendo uma formação do indivíduo somente sob o aspecto da unilateralidade. Negligenciando e ignorando as dimensões intelectual, cultural e humanística do indivíduo. (SAVIANI, 2007, p. 161).

A lógica do capital imprimir o tempo todo a dominação e a exploração e impedem que mudanças significativas, cheguem de fato. A auto transformação social deve acontecer, e isso deve estar associável aos esforços de muitos dentro de uma coletividade que visa o social e o bem comum de todos e para todos.

Para a transformação social, acontecer deve existir a formação do trabalhador, que se encontra no chão do mercado de trabalho e por sua vez pode provocar uma contestação e uma conflito em básica do mundo a social. A relação intrínseca entre trabalho e educação, pode ser o ponto de partida para a defesa da formação unilateral, do trabalho como princípio educativo e da qualificação para o mundo do trabalho. São estas bases, que devem alicerçar o rompimento da exploração e da dominação de tal sistema que aliena e que aprisiona. (SAVIANI, 2007).

Segundo Machado (2008, p. 15), a educação profissional enfrenta novos e velhos desafios que estão relacionados às mudanças organizacionais e a falta da justiça social, que por sua vez gera a falta de éticas, que funcionam como um efeito dominó de corrupção e de alienação.

E de sustentabilidade ambiental. São novas demandas à construção e reestruturação dos saberes e conhecimentos fundamentais à análise, reflexão e intervenções críticas e criativas na atividade de trabalho. Oliveira (2000, p. 42),

A educação, o trabalho, a educação politécnica, a formação unilateral são princípios educativos desse sistema de escola chamada de escola unitária. Segundo Machado (2008, p. 21) a educação brasileira, sempre foi marcada pelo contexto econômico-social, o que por sua vez gera as desigualdades sociais, uma vez que as populações das grandes massas vivem em contextos de pobreza e de fragilidade econômica. (LIBANEO; PIMENTA,1999).

Valorização dos sujeitos deve acontecer em sua totalidade para isso as mudanças no mundo do trabalho e suas implicações para a educação deve acontecer por meio de políticas públicas educacionais através de legislação dentro da educação com objetivos e especificidades dentro de cada raridade.

A luta por uma formação humana vá de encontro dos anseios dos indivíduos utópicos, que apostam todas as fichas num novo sistema que visa o assecla e o bem comum (CARVALHO; SOUZA,2014).

A educação escolar deve pro propiciará às condições de excelência para a classe trabalhadora, que vem ao longo dos anos sofrem com tal sistema manifestação desses interesses de reprodução do capital só beneficia aos que ocupam os patamares mais alto da pirâmide econômica. (SHIROMA,2012, P. 31).

Estado é também constituído por interesse patronais. Defendem o interesse na manutenção de um tipo de ensino aligeirado e produtor de mão de obra barata e siso vem se perpetuado ao longo dos séculos e isso não é bom para a classe dos trabalhadores que sofrem ao ocupar postos de trabalhos inferiores de baixa remuneração e com péssimas condições de trabalho, sem fala na exploração e no processo de mais valia (COSTA,2016).

O sentimento de pertencimento da classe trabalhadora, deve se sempre o de liberdade e de autonomia. Moura (2014, p. 33) a classe trabalhadora, não pode ser vista apenas como um instrumento de manipulação para preencher sem mercado de trabalho uma nova consciência da classe trabalhadora precisa ser construída, sendo essa ponte para a formação humana emancipada, integral, unilateral. Tal formação, requer o conhecimento, apropriação das tecnologias digitais que são instrumentos precisos nessa luta de classes e por uma implantação de um novo sistema (COSTA, 2016)

As condições materiais e humanas, que temos não são necessárias para garantir a formação integral só indivíduos, pelo contrário o que temos são situações complexas e contraditórias. (BRASIL, 2018).

Um novo desenvolvimento do conceito socialista e comunismo precisa ser trabalhado dento da educação, eixo só era possível com a ruptura da ideia de capitalismo como temos hoje. Desse modo, a escola única é aquela que vai além do trabalho, desenvolvida não no contexto individualista ou egoísta mais em nome de uma coletividade majoritária (DORE, 2006, p. 342)

A base da educação socialista e comunista aqui defendida pelos outros e pelos marxismos que segundo Machado (2020, p. 25), a defesa desses princípios pedagógicos esteve marcado por uma “profunda preocupação ética com relação ao significado do trabalho na sociedade socialista, ao respeito pelo trabalhador, ao desenvolvimento de atitudes morais para com o trabalho e ao caráter humanista e coletivista do trabalho socialista”

Para Gramsci (2001), o processo de trabalho como princípio educativo é imprescindível na formação unilateral dos indivíduos. No entanto, esse projeto deve ser concretizado como um ideal de uma sociedade emancipadora, uma realidade que deve obter uma visão coerente e unitária. (MACHADO, 2008, p. 289) Defender estes princípios e são fundamentos para uma defesa de um tipo de formação que almejamos para a “classe-

que-vive-do-trabalho”, mesmo sob o domínio da dominação e da exploração (ANTUNES, 2007).

Como afirma Dore (2006, p. 338), numa perspectiva gramsciana “o surgimento dessa sociedade civil não vem do dia pra noite, mas é um processo de construção paulatinamente com um intenso trabalho, em que haveria a aniquilação da classe dominante que oprime que escraviza área um governo, que equalizasse todas as classes, onde não haveria mais as classes subalternas que sofrem por meio da manipulação e dominação para a conquista do social e do bem comum. A classe trabalhadora, que defenderiam a transformação da sociedade capitalista através da revolução da classe trabalhadora. (NASCIMENTO, et al, 2008, p. 280).

CONSIDERAÇÕES S FINAIS

Considerando a alienação atribuída pelo Estado se tem uma sociedade deficiente e por sua vez uma Educação comprometida e defasada. O processo de reestruturação reprodutiva do sistema capitalista, deve dá lugar para a reflexão de algumas questões pertinentes, tais como a aniquilação desse sistema, e a iniciação de um novo sistema, que vise o bem com e o social dos indivíduos.

As reflexões realizadas visam a reflexão sobre o tipo de educação está sendo ofertada nas escolas, principalmente dentro desse sistema de reprodução? Qual tipo de formação a nova sociedade precisa ter frente a esse novo sistema.

Os verdadeiros princípios e fundamentos da nova sociedade, da nova educação e do novo sistema em substituição do capitalismo, deve ser pautada no social e no bem comum de um povo. Estas são questões importantes e recorrentes no debate acerca da nova substituição do sistema em eminencia. As transformações societais, não podem ser superficiais e sim essenciais. Um espaço que seja na educação formal ou na informal precisa, conduzir a emancipação e a

liberdade de sistema que aprisiona e aliena os indivíduos.

A visão de emancipação de um povo e d eu sociedade vai contra o sistema de alienação. Ressalta-se que a educação sozinha, não é capaz de mudar a sociedade, mas que ela seja implementada a outros pontos. Essa ideia é uma excelente proposta gramsciana em prol das mudanças sociais que visa o todo e não o individual. Uma teoria que nos conduz a escola unitária defendida por Gramsci em extinção do modelo de escola atual, que se resume num sistema alienador e certificador vazio (NASCIMENTO, et al, 2008, p. 289).

A proposta educacional defendida pelos estudiosos utópicos está baseada na proposta marxiana e gramsciana, onde o ideal é o que sustenta as transformações sociais do mundo do trabalho e do universo educacional.

Defende a formação humana seja, integral e politécnica, e nunca unilateral. Espera-se com este artigo contribua para o debate sobre a importância de adotar uma política de formação que conduza a acessibilidade e a universalidade da EPT, mesmo em meio aos desafios enfrentados, na atual conjuntura econômica, política, social e educacional.

Acreditamos num novo modelo de ensino, numa nova sociedade e num sistema que visa o bem comum e social fundamentado nas dimensões trabalho, ciência, tecnologia e cultura, seja capaz de propiciar aos filhos da classe trabalhadora um caminho

para o acesso a uma educação pública e digna. Por fim, a educação não pode sozinha concretizar a implementação de um ensino transformador e de um novo projeto de sociedade crítica e criativa. No entanto, é necessário pensar ousadamente e agir em prol de fazer uma educação no Brasil muito mais universal e humanizada parta todos.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do Estado. Notas sobre os aparelhos ideológicos do Estado (AIE)**. 2. ed. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1985.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boi tempo, 2000.
- ANTUNES; Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo, Cortez, 1995.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-Reforma**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRASIL. **Regulamento do PROFEPT**. Espírito Santo: IFES, 2018. Disponível em: https://profept.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma_2018/Regulamento/Res_CS_22_2018_-_Regulamento.pdf. Acesso em: 20/05/2022.
- CARVALHO, Olgamir Francisco de; SOUZA, Francisco Heitor de Magalhães. **Formação do docente da educação profissional e tecnológica no Brasil: um diálogo com as faculdades de educação e o curso de Pedagogia**. Revista Educação e Sociedade. Campinas, v. 35, n. 128, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-733020140003000883&lng=en&nrm=iso. Acesso em 16/06/2022.
- COUTINHO, C. N. **A 'imagem do Brasil' na obra de Caio Prado Júnior; Marxismo e 'imagem do Brasil' em Florestan Fernandes**. In: COUTINHO, C. N. **Cultura e Sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000a. p.219-241 e 243-265.
- COUTINHO, C. N. **Democracia e socialismo no Brasil de hoje**. In: COUTINHO, C. N. **Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000b. p.87-118.
- CIAVATTA, M.; LOBO, R. **Pedagogia socialista**. In: CALDART, R. S. et al (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 563-571.
- DAL RI, N. M. **Educação democrática e trabalho associado no contexto político-econômico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2004. 315 f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. Disponível em: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/livre-docencia/2004/dalri_nm_id_mar.pdf. Acesso em: 23 jan. 2012.
- FRIGOTO, Gaudêncio; CIAVATA, Maria; RAMOS, Marise. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores**, 1985.
- GAMBOA, Sílvio Sánchez. **A globalização e os desafios da Educação no limiar do novo século**. In: LOMBARDI, José Claudinei. (Org.). **Globalização, Pós-modernidade e Educação: história, filosofia e temas transversais**. Campinas: Associados, 2001.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo**. Jornalismo. Volume 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 8ª edição. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1991.
- KUENZER, Acácia Zeneida; GARCIA, Sandra Regina de O. **O Ensino médio integrado à educação profissional no estado do Paraná: desafios na implementação de uma política pública**. In: SILVA, Monica Ribeiro (Org.). **Ensino Médio Integrado: travessias**. Campinas: Mercado das Letras, 2013.
- LIBANEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança**. **Revista Educação & Sociedade**. Campinas, v. 20, n. 68, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000300013&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20/05/2022.
- LOMBARDI, J. C. **Educação e ensino na obra de Marx e Engels**. Campinas: Alínea, 2011.
- MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Coleção formação pedagógica; v. 3. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Trabalho-e-Forma%C3%A7%C3%A3o-Docente.pdf>. Acesso em: 26/08/2022.
- MANACORDA, Mário. **Marx e a Pedagogia Moderna**. Barcelona, Oikos, Tav Ed., 1969. MANACORDA, Mário. **História da Educação**. São Paulo, Cortez Ed. & Ed. Autores Associados, 1989.
- MANACORDA, M. A. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 1992.
- MOURA, Dante. **Diretrizes das reformas e contra-reformas do ensino médio e da educação profissional no Brasil: os movimentos mais recentes**. Aula. Natal, 11 de setembro de 2015.
- NASCIMENTO, Maria Isabel M. et al. **A escola unitária: educação e trabalho em Gramsci**. Revista HISTEBR online, Campinas, n.30, p.275-291, jun.2008.
- Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5157/art17_30.pdf. Acesso em 20/05/2000.
- OWEN, R. **A vida de Robert Owen – escrita por ele mesmo. Com seleções de seus escritos e correspondência**. Nova York: Augustus M. Kelley Publishers, 1967a. e

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

SANTOS, W. G. dos. **A pós-revolução' brasileira**. In: JAGUARIBE, Hélio et al. Brasil, Sociedade Democrática. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985. p.223-335.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a. v. 1

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b. v. 3

O BRINCAR QUE EDUCA: UM BREVE DISCUSSÃO

PLAYING THAT EDUCATES: A BRIEF DISCUSSION

Cristiano de Assis Silva ¹
Bruno de Freitas Santos ²
Antonia Noélia Gomes Pereira ³
Pollyane Costa da Silva ⁴
Irlana Dívnia Balduino do Nascimento ⁵

RESUMO

Este estudo faz uma análise sobre a arte do brincar e do jogar pedagogicamente, fazendo um panorama geral das causas e do perfil das aprendizagens que vem sendo construídas. O problema inicial detectado é a falta de uma aprendizagem significativa dentro do processo de ensino e aprendizagem. Após a exposição das informações obtidas, pôde-se concluir que vivenciamos uma escola reprodutora e uma aprendizagem superficial. Além de fomentar que a prática precisa de novos paradigmas é essencialmente necessária para as questões emocionais, cognitivas e afetivas do sujeito, surge a carência desse profissional ser multifuncional. Neste contexto o artigo traz a necessidade de uma maior inserção da educação lúdica e dinâmica. A metodologia usada pé a bibliográfica, tem como referência a coleta de dados em obras com a temática. A estrutura desse trabalho se dará por meio de ideias claras e objetivas.

PALAVRAS-CHAVE: Brincar. Jogos Pedagógicos. Educação. Brincar livre. Espaços.

ABSTRACT

This study analyzes the art of playing and playing pedagogically, making an overview of the causes and profile of the learning that has been built. The initial problem detected is the lack of meaningful learning within the teaching process and learning . After exposing the information obtained, it could be concluded that we experience a reproductive school and a superficial learning. In addition to encouraging that the practice needs new paradigms is essentially necessary for the emotional, cognitive and affective issues of the subject, there is a lack of this professional be multifunctional. In this context, the article brings up the need for a greater insertion of playful and dynamic education. The methodology used, based on the bibliography, has as reference the collection of data in works with the theme. The structure of this work will be through clear and objective ideas.

KEYWORDS: Play. Pedagogical Games. Education. Play free. Spaces.

¹Pós Doutor em Ciências da Educação. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absoulute Christian University. **E-MAIL:** cristiano.wc32@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7723981451094769

²Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absoulute Christian University. **E-MAIL:** brunofreitas2017@outlook.com.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/8624648555654769

³Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absoulute Christian University. **E-MAIL:** noeliaacarape@gmail.com

⁴Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absoulute Christian University. Especialista em Psicopedagogia pela FACOL. Graduação em Pedagogia pela FATEC. **E-MAIL:** pollyanecosta78@gmail.com

⁵Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absoulute Christian University. Especialização em Gestão Escolar pela Faculdade Kurios, FAK. Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA-CE. **E-MAIL:** irlanabalduino@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/114245106777671

INTRODUÇÃO

A reflexão em torno das questões referentes a arte do brincar e do jogar pedagogicamente é uns pontos prioritários em todos os sentidos quando se fala do processo de ensino e aprendizagem. Um dos fatores que devem ser amplamente inseridos dentro do currículo escolar com maior intensidade e frequência.

Vivemos em uma era, de conquistas dentro dos universos escolares mais ainda persiste muitos malefícios, tabus e preconceitos na hora de aprender e de consolidar as aprendizagens obrigatórias.

Reconhecendo também, que a falta de valorização da ludicidade e da dinamicidade como instrumentos pedagógicos para validar o processo de forma mais exitosa. É preciso, que haja uma educação e a reeducação dentro do requisito das aprendizagens, competências e habilidades.

O artigo traz os resultados iniciais de uma pesquisa bibliográfica, que buscou identificar e analisar o papel do brincar e do jogar pedagogicamente ou didaticamente, frente ao cenário da escola. Diante do exposto, a situação problema, que nortearam este trabalho foram as seguintes: Como articular ações para consolidar uma aprendizagem muito mais significativa? Que estratégias são mais eficazes no combate ao ensino e a aprendizagem do superficialismo?

Assim, o objetivo do presente artigo é discutir as muitas possibilidades que o aprender brincar tem dentro da educação como um todo.

Dentro de um cenário atual, em que há muitas raízes do tradicionalismo e de metodologias ultrapassadas, tornando o processo sofrido e menos dolorido na hora de aprender e de consolidar as aprendizagens necessárias. A justificativa, que impulsionou a elaboração desse artigo é a busca pela compreensão acerca de todo esse universo da aprendizagem tão necessária a todos. A estrutura desse trabalho se dá por meio de uma apresentação dos posicionamentos de

alguns teóricos, acerca da temática, mostrando os pontos convergentes e divergentes.

METODOLOGIA

Conforme foi apresentado na introdução, a pesquisa é de cunho bibliográfico, na qual teve como analisar a importância da brincar e do jogar frente a formação e construção das aprendizagens dos indivíduos. Trata-se de uma pesquisa também com o caráter qualitativa, realizada no período de trinta dias, onde foram levantados diferentes posicionamentos acerca do aprender, frente aos muitos desafios. Quanto a análise dos dados coletados, foram colhidas informações pertinentes, para melhor fundamentar a pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

INTRODUZINDO MELHOR A TEMÁTICA

A análise da evolução histórica das sociedades humanas sempre esteve associada a brincadeiras e jogos como elemento presente em todas as culturas. Tanto o brincar é classificado como algo inerente ao ser humano, afirmando-o que o mesmo está relacionado com o desenvolvimento, humano e com as relações sociais. Rizzi e Haydt (2002), Redim (1998) e Borba (2006). Rizzi e Haydt (apud SILVA; SOUSA, 2010, p. 1) diz que o homem primitivo a denominação Homo ludens, sempre teve uma aproximação bem íntima com o lúdico.

De acordo com Redim (1998, p. 1), a brincadeira surge mesclada às atividades do cotidiano como o trabalho e com as manifestações religiosas, culturais, artísticas e nas celebrações que sempre acompanhou a história da humanidade.

Para Borba (2006, p. 1), a brincadeira e os jogos inserem-se no contexto histórico e cultural, servindo para as reflexões em prol da aprendizagem e do ensino dão inúmeras e o brincar com objetividade e ludicidade,

tem sido uma das grandes possibilidades de melhorias para uma educação dinâmica, motivadora e exitosa.

Lazaretti (2011) fala dos espaços externos internos da creche, da escola do colégio, da universidade e de qualquer outro espaço educativo o brincar com intencionalidade é hoje uma referência, quando se trata de inúmeras problemáticas como o desinteresse, a desmotivação e a falta de foco na concentração e tantos outros problemas, que afetam a aprendizagem dos indivíduos.

O brincar livremente desde a nossa infância é uma forma de interagir com o meio e com tudo a sua volta. E dentro do processo de aprendizagens isso ganha grande espaço e importância, sendo necessário durante todo o processo de ensino e de aprendizagens, tudo precisa ser bem traçado e direcionados aos objetivos certos.

Assim o brincar, o tocar, o sentir não tem idade e hoje é visto como um referencial teórico e prático para o desenvolvimento de determinadas competências e habilidade que são necessários para o desenvolvimento omnilateral do sujeito, observando várias dimensões.

A pedagogia mais moderna classifica as brincadeiras com instrumentos pedagógicos para o desenvolvimento das crianças, adolescentes, jovens e adultos. A importância que as brincadeiras espontâneas e planejadas dentro dos espaços abertos e fechados da escola ou de qualquer instituição de ensino, tem grande peso no desenvolvimento e na formação dos indivíduos.

Lazaretti (2011) apresenta o caminho de desenvolvimento do jogo como uma ação concreta, que pode ser usada a partir dos objetos da ação lúdica sintetizada e tal à ainda é chamada de ação lúdica protagonizada (p. 9).

Para tornar as aprendizagens muito mais significativas, as brincadeiras servem de pontes para promover as oportunidades de aprender mais e mais. O brincar tem muitas funções, que vai além do ensinar e que educa: A importância das brincadeiras livres e

intencionais, servem como um diferencial para todos os aspectos da educação, tornando a aprendizagem muito mais enriquecedora. As brincadeiras presentes na cultura brasileira, foram trazidas pelos povos que participaram da formação, os homens brancos, africanos e indígenas (ALVES,2003).

Seja na Educação Infantil, fundamental, médio ou superior as brincadeiras ou os jogos tem espaço garantido para o aprender com sentido e com significado. Muitos estudos, já comprovaram que as brincadeiras e os jogos educativos servem para potencializar as aprendizagens, que são obrigatórias e necessárias tornando o processo todo muito mais significativos, ativo e exitosos. (ALVES, 2003, p. 5).

O tema brincar pode até parecer infantil, mas faz parte de toda e qualquer infância dos indivíduos, onde todos carregam dentro de si a criança guardada dentro de cada um. O brincar tem um importante papel no desenvolvimento dos indivíduos, e isso gera maior interesses, maiores prazeres, maiores curiosidades, maiores descobertas pessoais sobre si mesmo e sobre o mundo a sua volta. (ROSA, 2001).

O brincar é a possibilidade de ensinar e de educar além das quatro paredes das salas de aula independente da idade, do nível e da modalidade de ensino. O fenômeno do brincar afeta diretamente no interesse, a motivação, a curiosidade dos indivíduos. Os brinquedos criam uma zona de desenvolvimento proximal no indivíduo fosse maior do que é na realidade. Como no foco de uma lente de aumento, o brinquedo contém todas as tendências do desenvolvimento, basta aplicar da forma correta e com os instrumentos adequados (VYGOTSKY, 1998, p. 34).

O contexto para se concretizar as aprendizagens, é tornar as mesmas enriquecedoras se dá por meio de jogos e brincadeiras bem planejadas e direcionadas para o desenvolvimento e formação dos indivíduos. Ressignificar a importância das brincadeiras e dos jogos li são potentes, pois torna o desenvolvimento integral desses indivíduos mais reais e

concreto. é no ato de brincar que todos os indivíduos se apropriam da realidade imediata, atribuindo-lhe significado e sentido. Dessa forma basta explorar todas essas dimensões (ANTUNES, 2009, p. 31).

O brincar, o jogar está sendo apontado por inúmeros especialistas como ponto para proporcionar aprendizagens significativas, que devem acontecer em sua plenitude. Na prática o brincar é o descobrir através de suas diferentes linguagens (oral, corporal, musical, artística, dramática...) e isso é válido para todos os públicos e para todas as idades.

Segundo Piaget (1976), a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais, emocionais e sociais dos indivíduos. O brincar é um olhar sensível que deve acontecer de forma organizada e planejada. Ao realizar diferentes atividades, em vários momentos da aula isso pode de tornar repetitivo e cansativo e pouco interessante, mas ao colocar um jogo, uma música, uma dinâmica de grupo ou uma brincadeira intencional isso ganha maior peso, e conquista o interesse de todo o grupo envolvido.

Borba (2007, p. 43) afirma que, ao incorporar de forma efetiva, a ludicidade nas nossas práticas, os resultados são reais e concretos. Aulas longas e cansativas podem causar vários sentimentos problemáticos como a irritação e o desinteresse. E inserir dentro do currículo escolar e do planejamento diário alguma atividade direcionada isso é muito válido e benéfico.

A rotina de estudos, leituras, pesquisas e horas a fio de concentração pode ser dolorido, mas ao inserir um tipo de atividade lúdica e dinâmica, isso pode ser a quebra do gelo dentro da rotina. – RCNEI (BRASIL, 1988)

A importância do brincar eleva o grau de interesse, o que serve de mola propulsora para o aprender mais e mais. Os diferentes espaços da instituição seja ela qual for pode se tornar atraente, dinâmica e significativa por meio de jogos pedagógicos e brincadeiras intencionais.

Como disse Carlos Drummond de Andrade (apud FORTUNA, 2000, p. 1) o brincar nunca é uma

perca de tempo, é ganho de recursos, de instrumentos e de aprendizado. Pois a escola atual, ainda perde muito tempo com exercícios estéreis, sem valor para a formação do homem. Promover brincadeiras e jogos é também desafiadora, pois precisa de mãos sábias e os instrumentos corretos para potencializar de fato uma aprendizagem.

Mas, segundo Dallabona (2004), as brincadeiras e os jogos pedagógicos são basicamente se referências do comportamento humano espontâneo que resulta de uma sequência de regras. A atividade lúdica abrange, de forma mais ampla, os conceitos, as reformulações, as definições e as formulas (p. 3).

A importância do brincar, visa vários objetivos tais com o desenvolvimento e a formação dos indivíduos. O papel do educador de infância, enquanto propulsor de oportunidades através da organização e gestão de ambientes potentes. Várias Pesquisas bibliográficas e científicas, já comprovam a importância do ato de brincar.

Para conseguir transpor barreiras dentro do processo educativo, a inserção das brincadeiras e dos jogos nas aulas, Freud (apud FORTUNA, 2000, p. 8) é muito enriquecedor e serve como um terreno fértil para semear os conhecimentos. No contexto do brincar e do jogar intencionalmente com atividades direcionadas e planejadas tem maiores e melhores resultados frente a outros que não tem essa rotina. O brincar é a exploração dos espaços e dos materiais que se tem disponíveis. As atividades planejadas e bem estruturadas é parte do segredo para se chegar ao sucesso dentro das rotinas diárias dos espaços de aprendizagem. (Portugal, 2000, p.88).

As aprendizagens, as vivências/experiências quando acontecem sob a ótica do lúdico, do brincar e do jogar de forma saudável e objetiva tem maiores e melhores proporções. O sinônimo de atividades orientadas e dinâmicas se substitui pela palavra, brincar com intencionalidade, de as vezes 20 minutos do brincar, pode ser mais leve e interessante do que 60

minutos de uma aula longa, sem brilho e cansativa como os métodos antigos e ultrapassados. Infelizmente as metodologias tradicionais e cansativas ainda é uma triste realidade em todo o cenário educacional, o que deixa a escola de hoje sem brilho e sem o despertar de está nela inserido.

Acordo com Fortuna (2000, p. 8) as necessidades dos indivíduos em aprender sempre está atrelada com o ato de competir, de ganhar marcar pontos, de ser premiada, e de supera, os desafios e enigma e tem sido em outras palavras se resume em jogos e brincadeiras intencionais, principalmente agora, que temos uma geração tecnológica e digitais, que estão hipnotizados com fetiches tecnológicos sem um objetivo claro e direcionado.

Kishimoto (1994, p. 18) a riqueza de aprendizagens se dá através das brincadeiras intencionadas e objetivas. O que potencializa as competências e habilidades que devem ser trabalhadas dentro da faixa etária e de cada nível dos indivíduos para o se amadurecimento e desenvolvimento cognitivo e emocional.

Para possibilitar mais e mais aprendizagens significativas para os indivíduos é preciso traçar etapas, planos e objetivos e isso fica viável por meio de jogos e brincadeiras cuidadosamente selecionados com os recursos e com as condições necessárias para que, isso aconteça positivamente e amplamente. (FORTUNA, 2000, p. 2). Levando em consideração os muitos tabus que forma criados em torno de jogos e brincadeiras se pensa, que isso está associado a Educação Infantil, o que tonar algo sem fundamentação teórica, uma vez que somos movidos pelo ato de brincar, de competir e de jogar o tempo todo, durante os muitos ciclos de vida humana.

Afirma Fortuna (2008, p. 4), que o brincar na escola, e o jogar na escolar, não significa negligenciar a responsabilidade do ensinar, mas sim um leque de possibilidade de avanço no aprendizado. Já, foi constatado cientificamente que as

vivências/experiências realizadas na sala dentro dos espaços de aprendizagem, quando são subsidiadas por meio da ludicidade e da dinamicidade do brincar com objetividade e com estratégia pedagógica.

O interesse é primeira ponte que o indivíduo precisa trabalhar em prol da consolidação das aprendizagens, quando não há esse despertar do interesse. O processo fica comprometido, e perde o brilho e a magia do aprender com felicidade (ALMEIDA, 2009).

Alguns recursos e materiais são necessários para potencializar o processo de ensino e aprendizagem. E isso, pode acontecer por meio dos livros, fantoches, jogo de encaixe, alguns brinquedos de plástico uma música, uma coreografia, um campeonato, uma gincana e tantas outras variedades bastante ricas para todo o processo de aprender e aprender. (FORTUNA, 2000, P. 9). A rotina escolar pode ser dinâmica e atrativa, pode ser dividida em tempos: O que significa, que as teorias precisam ser aplicada de forma obrigatória, mas podem ser inserida de uma forma extrovertida e menos cansativa, tornando processo muito mais exitoso.

O tempo diversificado dentro dos espaços por meio de várias atividades dinâmicas e lúdicas orientadas com direcionamento certo. Um sistema tradicional em que os alunos eram vistos como deposito de informações vazias e descontextualizadas não geram as aprendizagens significativas. Desse modo com a chegada da ludicidade e dinamicidade. (WINNICOTT, 1975).

Para Fortuna (2000, p. 9) o cenário, de pós pandemia as aprendizagens ficaram com uma série de problemas e com situações problemas que precisam de ações e intervenções. Desse modo, vários projetos de reposição das aprendizagens precisam ser desenvolvidos com a ótica do brincar e do jogar em prol de um objetivo maior e que está previsto sem documentos oficiais como a LDB, BNCC e a outros documentos associados.

Os espaços externo e internos das instituições podem se tornar ferramentas riquíssimas para promover uma aprendizagem que contemplem as diferentes linguagens (oral, corporal, musical, dramática.), o que impulsionam as várias descobertas, curiosidades e aprendizagens. Tão importante e necessárias a todos (KISHIMOTO,2001)

Post e Hohmann (2003) o período de tem pouco jogos e brincadeiras com os bebês tem um papel decisivo e isso se perpetua até a terceira idade. Os jogos e brincadeiras servem com uma forma de investigar e explorar materiais. Ações essas, que servem para interagir de forma muito mais dinâmica e proveitosa oportunidades interessantes, para aprender com sentido e com significado deve ser construída e a cada momento de esse ser propiciando um mundo novo de descobertas e de saberes construídos de forma bem solidificadas (KISHIMOTO,2002).

Diferentes direções, precisam ser tomadas e cada indivíduo tem uma potência a ser explorada e alcançado. Portanto, a necessidade de brincadeiras livres, ativas, cronometradas e organizadas precisam acontecer como respeito e organização. Assim, os recursos e as condições do brincar são potentes possibilidades de aprendizagens significativas, amplas e concretas.

O brinquedo de plástico como escorregador, gangorra, balanço de madeira e uma casa, um brinquedo reciclável pode ser a porta aberta para novos saberes e novas conquistas (FRIEDMANN, 1996).

O brincar com a natureza e seus recursos como os pássaros, seus cantos, voos, as formigas levando folhas para os formigueiros, podem ser atividades inseridas dentro dos espaços de aprendizagem. o vento, a colher das sementes, as folhas secas do chão, o ato de correr, o saltar, o pular podem ser atividades e brincadeiras naturais que podem ser ferramentas indispensáveis é necessária pra a construção o conhecimento e saberes (KISHIMOTO,2001).

Um repertório de brincadeiras e jogos incluídos dentro do currículo escolar, podem tornar o processo muito mais enriquecedor. Proporcionar diversos momentos na rotina diária é um passo importante para aprender amis e mais. Espaço abertos para o brincar com árvores, o jogar bola, o correr, o encontrar das flores, o trabalho das formigas, ao nascer das borboletas são possibilidade de construir um aprendizado por meio das descobertas sobre um achado, importante para cada área do conhecimento com todas as suas especificidades cada (FRIEDMANN, 1996).

As diversidades de experiências de jogos e brincadeiras servem para uma melhor formação pessoal e social dos indivíduos. A ampla variedade de estratégias e metodologias dentro do requisito das brincadeiras e dos jogos são possibilidades reais e concretas par ao enriquecimento dos conhecimentos(KISHIMOTO,2002).Jogos e brincadeiras podem ser trabalhados com os fenômenos naturais como areia, pedras, folhas, sementes, flores, o calor do sol, os pingos da chuva, presença do vento, a lua, as nuvens, e tantas outras possibilidades em que se podem trabalhar com o concreto e alcançar resultados fantásticos e duradouras na memória da aprendizagem. (ARIÈS,1981).

Envolver trabalho as diferentes aprendizagens são desafiadoras, mas ao colocar no esboço das ideias e do planejamento as brincadeiras e jogos torna o processo menos dolorido e com maiores e melhores resultados. Vivenciar e experimentar o ato do brincar e do jogar é sempre sinônimo de interação e aguçar as curiosidades dos indivíduos é estímulo é motivação para aprender mais e mais (BRASIL,2005).

As brincadeiras desenvolvidas pelos indivíduos é o momento de oportunizar e organizar ambientes potentes para as aprendizagens e saberes. Brincar é explorar e utilizar espaços, materiais e instrumentos diferenciados. A brincadeira livre sempre se faz presente e cheia de ricas aprendizagens. A medida que

o indivíduo usa o corpo para correr, saltar, pular, passando pela percepção dos elementos da natureza através dos cinco sentidos sensoriais (CHATEAU, 1954).

O potencial que as brincadeiras e jogos tem é sempre inovador e surpreendente dentro dos ambientes externos e internos da aprendizagem. Um ponto vital para contribuir no desenvolvimento e na formação dos indivíduos. As inúmeras aprendizagens adquiridas podem ser construídas de forma prazerosa, partindo de interesses próprios despertado com base nas brincadeiras e nos jogos (BOMTEMPO, 2013).

Um momento rico de significados e de sentidos, que vão muito além das quatro paredes da sala de referência. É urgente a necessidade de mudanças nas metodologias e estratégias a serem usadas dentro dos espaços de aprendizagens. Acreditam que as aprendizagens quando subsidiadas pelo brincar e pelo jogar se tornam muito mais significativas e extrapola as fronteiras das teorias e se consolida uma prática muito mais marcante. (BISCOLI, 2005; p. 25).

O brincar das mãos, do corpo em movimento, são excelentes recursos que precisam ser potencializar e oportunizados dentro do chão da sala de aula. As brincadeiras e os jogos livres, vão muito além do desenvolvimento integral dos indivíduos, alcançando patamares maiores e melhores da cognição e da memória que está relacionado com aprendizagem. (DIAS FACCI, 2004; p.69).

Após as observações, e as reflexões e estudos realizados aqui, identificamos a alta importância e potencialidade que as brincadeiras e os jogos possuem dentro desse processo (SILVA.; SOUSA,2012). Tornando o mesmo tão rico e tão inovador para todos os envolvidos dentro deles, pois possibilita as muitas aprendizagens significativas de forma integral para o indivíduo é desafiador, mas pode se tornar prazeroso e facilitador quando há essa interferência de jogos e brincadeiras. (KISHIMOTO, 1998, p. 140).

Aprender através das necessitam de vivências/experiências proporcionará muito mais resultados. As brincadeiras e os jogos interagem de forma prazerosa, entram em contato com diversas situações ricas de aprendizagens e os momentos dinâmicos e únicos ficam marcados pra sempre na memória e da vida, com lembranças positivas e satisfatória. Elementos e fenômenos naturais que são esquecidos pelos adultos passam a ser objetos de pesquisa para estimular a curiosidades sobre o mundo a sua volta (ALVES,2001).

Nesse contexto o Papel dos jogos e das brincadeiras é fundamental. pra construir um ambiente que estimule ao aprendizado. (Brougère, 1995, citado por Lima, 2008, p. 4,). Ao participar das brincadeiras e dos jogos vários mecanismos são estimulados e trabalhados maiores e melhores alcançados que é bom para se consolidar as aprendizagens. É importante está envolvido nas descobertas no universo do aprender brincando e jogando de forma pedagogicamente, aliados as brincadeiras servem de ponte para se explorar sob diferente maneiras e dimensões. (BROUGÈRE,1998).

Atividade com autonomia, com riso, com adrenalina, com emoção podem ser ingredientes chaves nessa importante construção de conhecimentos e de saberes. É preciso, que haja um equilíbrio entre as brincadeiras livres e as orientadas para que ambas se complementem em prol do desenvolvimento e do amadurecimento do sujeito (CARVALHO; ALVES; GOMES,2005).

Uma atividade iniciada com vontade, com emoção, com regras específicas e com o sabor de alcançar a vitória pode surtir efeitos super interessantes. E quando é observada com olhos da sensibilidade, da ludicidade e da dinamicidade, pode ser construídas informações preciosas, que podem ser convertidas em saberes e conhecimento muito uteis para a tomada de decisões e a resolução de problemas do indivíduo. (CORDAZZO,2003).

Uma equipe multidisciplinar e profissionais que saiba traçar e bem os jogos e a atividade lúdicas, podem realizar um processo muito surpreendente, do que aquela velha aula tradicional com muitas teorias soltas, onde o alunado não ver encantamento nenhum, nem magia naquilo tudo. (MACEDO,2012).

Brincar, jogar, divertir-se na sala de aula são elementos indispensáveis para estimular o indivíduo aprender com mais sentido e significado. As brincadeiras e os jogos pode ser tornar excelentes alternativas aprender de forma prazerosa, viajando sobre as diferentes nuances do aprendizado. As atividades lúdicas no desenvolvimento do ser humano tem uma função incrível (DALLABONA,2004).

O processo de ensino e aprendizagem, não precisa ser um martírio, ele pode ocorrer de forma prazerosa. Os estímulos, são capazes de agir, de interagir, de criar e recriar possibilidades e novas aprendizagens. Um dos grandes desafios é, então, tentar se aproximar desse novo paradigma do brincar e do jogar mesmo em contradição de uma sociedade que ainda vê essas metodologias com maus olhos (BORBA,2007)

A prática pedagógica, aliada com o aprender e com o jogar pedagogicamente, deve ser um trabalho consciente com as estratégias de ensino que atendam adequadamente à necessidade de formação do indivíduo dentro da sua série e dentro da sua modalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se, pode de menosprezar a importância dos jogos e das brincadeiras dentro do universo escolar. Os seus efeitos são sempre positivos, e atingindo resultados amplos e positivos. A necessidade de estratégias e mecanismos que auxiliem o avanço e o êxito do processo de ensino e aprendizagem. Existem diversas formas de amenizar os impactos das tradicionais metodologias, que ainda estão muito enraizadas no universo escolar.

O tipo de ensino e de aprendizagem, que vem sendo construída precisa de um tratamento e de uns

direcionamentos diferenciados, pois cada indivíduo precisa de uma atenção especial para ser construída as diferentes aprendizagens.

A raiz de um sistema tradicional e cheio de teorias vazias e superficiais ainda é uma realidade dentro do universo escolar. É essencial a superação de todo e qualquer sistema de ensino tradicional que não abrange a ludicidade e a dinamicidade. Nesse sentido, todo e qualquer tipo de metodologias ativas que envolvam projetos, jogos e brincadeiras serão sempre bem vindos em prol da aprendizagem.

O tradicionalismo não é favorável para uma aprendizagem ativa e significativa. Que historicamente foram impostas dentro do universo escolar e que hoje precisa abrir as portas para as inovações tecnológicas, os projetos e as metodologias ativas.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ALMEIDA, A. Ludicidade como instrumento pedagógico. 2009. Disponível: <http://www.cdof.com.br/recrea22.htm>.
- ALVES, R. **É brincando que se aprende**. Páginas Abertas. v. 27, n. 10, p. 20-21, 2001.
- ALVES, A. M. P. **A história dos jogos e a constituição da cultura lúdica**. Revista do Programa de Mestrado em Educação e Cultura. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 47-60, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1203/1018>. Acesso em 30/11/2022.
- ANTUNES, C. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- ANTUNES, C. **Educação Infantil: prioridade imprescindível**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BISCOLI, I. Â. **Atividade lúdica uma análise da produção acadêmica brasileira no período de 1995 a 2001**. 2005. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- BOMTEMPO, E.; HUSSEIN, C. L.; ZAMBERLAN, M. A. T. **Psicologia do brinquedo: aspectos teóricos e metodológicos**. São Paulo: Editora da USP Nova Stella, 1986.

- BOMTEMPO, E. **Brincando se aprende: uma trajetória de produção científica**. 1997. Tese de Livre-docência, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BRASIL. Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil – PROINFANTIL- (Org.) Karina Rizek Lopes, Roseane Pereira Mendes, Vitória Líbia Barreto de Faria. Brasília/MEC/SEB/SEED,v.02, unidade 3, 2005. 68p.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil**. Parecer 20/09. Brasília: MEC/SEB, 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília, DF, 2017.
- BROUGÈRE, G.; WAJSKOP, G. **Brinquedo e cultura**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- BROUGÈRE, G. **Jogo e educação**. Porto Alegre: Artes médicas. 1998.
- BORBA, Â. M. **O brincar como um modo de ser e estar no mundo**. In: BEAUCHAMP, Jeanete; RANGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. 2ª ed. Brasília: MEC/SEB, 2007.
- BRASIL. MEC. SEF. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)**. Brasília: MEC, 1998. 3 v.
- CHATEAU, Jean. **O jogo e a criança**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1954.
- CARVALHO, A. M.; ALVES, M. M. F. ; GOMES, P.L. D. **Brincar e educação: concepções e possibilidades**. *Psicologia em estudo*. vol.10, no.2, p.217-226 , 2005.
- CORDAZZO, S. T. D. **Caracterização das brincadeiras de crianças em idade escolar**. 2003. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- FORTUNA, T. R. **Sala de aula é lugar de brincar?** In: XAVIER, M. L. M.; DALLAZEN, M. I. H. (org.). Planejamento em destaque: análises menos convencionais. Porto Alegre: Mediação, 2000 (Caderno de Educação Básica, 6) p. 146-164.
- FRIEDMANN, A. **O direito de brincar: a brinquedoteca**. 4ª ed. São Paulo: Abring, 1996.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a Educação Infantil**. 6 ed. São Paulo: Centage Learning, 2011.
- MACEDO, M. S. **O ato de brincar inserido na prática do professor de Educação Infantil**. Disponível em: <http://www.pedagogiaaopedaletra.com.posts>. Acesso em novembro de 2012.
- MORAIS, R. L. de. **A importância do lúdico na Educação Infantil**. *Dominium – revista científica da Faculdade de Natal – FAL*, vol. 2, ano V, mai-ago, 2007.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1997). Orientações curriculares para a educação pré-escolar. Brasil: Ministério da Educação, Departamento de Educação Básica.
- PORTUGAL, G. (2000). **Educação de bebês em creche: Perspectivas de formação teóricas e práticas**. *Infância e Educação: Investigação e práticas*, I, 85-105.
- POST, J., E HOHMANN, M. (2003). **Educação de bebês em infantária: Cuidados e primeiras aprendizagens**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PIAGET, J. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
Disponível: <http://www.webartigos.com/articles/4448/1/A-Importancia-Do-Brincar-No-Desenvolvimento-Da-Crianca/pagina1.html#ixzz1O8p8iAqN>
- SAMPAIO, S. **Dificuldades de aprendizagem: a psicopedagogia na relação sujeito, família e escola**. Rio de Janeiro: Wak, 2009.
- WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM: UM OLHAR SOBRE A INTERAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA

THE IMPORTANCE OF COMMUNICATION FOR LEARNING: A LOOK AT SCHOOL-FAMILY INTERACTION.

Maria Isabel Ndjangelo de Almeida ¹

RESUMO

O artigo apresentado vem trazer uma reflexão em volta do tema “ Importância da comunicação para a aprendizagem: Um olhar sobre a comunicação Escola e Família ”. Os objectivos específicos consistem em resgatar o lugar e o valor da comunicação das relações interpessoais entre a família e os intervenientes do processo de ensino - aprendizagem, pois a comunicação tem perdido seu lugar nas relações interpessoais na família nas escolas comprometendo a aprendizagem. A escola e a família constituem o lugar central de desenvolvimento integral do individuo, pois a relação interpessoal que as caracterizam são determinantes para uma aprendizagem efectiva. A metodologia aplicada baseou – se em uma pesquisa bibliográfica, exploratória com estudo qualitativo apoiados nos métodos de observação e diálogo com a alguns professores e 2 encarregados de Educação. O estudo conclui que comunicar não é um acto simples, não é simplesmente falar, mas sim fazer compreender a mensagem central e esta deve ser recheada de uma dose de afecto. É responsabilidade das Famílias e da Escola a grande missão de comunicar e trazer para a sociedade, o mercado de trabalho profissionais felizes, satisfeitos, interessados e comprometidos.

PALAVRAS-CHAVE: Importância; Comunicação; Aprendizagem; Escola; Família.

ABSTRACT

O artigo apresentado vem trazer uma reflexão em volta do tema “ Importância da comunicação para a aprendizagem: Um olhar sobre a comunicação Escola e Família ”. Os objectivos específicos consistem em resgatar o lugar e o valor da comunicação das relações interpessoais entre a família e os intervenientes do processo de ensino - aprendizagem, pois a comunicação tem perdido seu lugar nas relações interpessoais na família nas escolas comprometendo a aprendizagem. A escola e a família constituem o lugar central de desenvolvimento integral do individuo, pois a relação interpessoal que as caracterizam são determinantes para uma aprendizagem efectiva. A metodologia aplicada baseou – se em uma pesquisa bibliográfica, exploratória com estudo qualitativo apoiados nos métodos de observação e diálogo com a alguns professores e 2 encarregados de Educação. O estudo conclui que comunicar não é um acto simples, não é simplesmente falar, mas sim fazer compreender a mensagem central e esta deve ser recheada de uma dose de afecto. É responsabilidade das Famílias e da Escola a grande missão de comunicar e trazer para a sociedade, o mercado de trabalho profissionais felizes, satisfeitos, interessados e comprometidos.

KEYWORDS: Importância; Comunicação; Aprendizagem; Escola; Família.

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Agostinho Neto de Benguela - Angola, Mestre em Ciências Empresariais, pela Universidade Fernando Pessoa do Porto – Portugal. **E-MAIL:** isabelndjangelo@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A Importância da Comunicação no Processo da Aprendizagem: um olhar sobre a interacção Escola e Família, é o tema trazido para análise no presente artigo, pois a Escola e a Família são chamados a acompanhar as actividades, o desenvolvimento integral de seus alunos e educandos participando directamente no processo, estimulando – os a gostar de realizar suas tarefas sociais e académicas com prazer. Atender este chamado é uma tarefa linda, cativante, árdua e social, onde a comunicação segundo alguns teóricos é apresentada como o principal meio ou via para se atingir este nobre objectivo. Comunicar do latim *communicare*, que significa segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (s.d.), é a capacidade de trocar ou discutir ideias, de dialogar, de conversar, com vista ao bom entendimento entre as pessoas. Na sociedade hodierna a Família tem vindo a perder seu verdadeiro papel o de dialogar, pois cada dia os membros de uma mesma família se encontram menos em volta da mesma mesa onde os pais nas comunidades tradicionais africanas se encontravam para interagir – comunicar, a mesa constitui o lugar onde aconteciam os longos serões educativos. Em África e em Angola em particular na cultura dos povos Bantu, desde os primeiros tempos o mais velho tem a responsabilidade de dialogar com os mais novos, o *Chamam* por meio do diálogo transmitia e ainda hoje nas regiões mais conservadoras os valores culturais os conhecimentos mais importantes do povo são transmitidos por meio do diálogo a volta da fogueira no *Onjango*. Hoje como resultado da dinâmica da vida corrida e da aculturação a comunicação tem sido deixada para o segundo plano e para o mundo digital, aproximando as pessoas virtualmente mas distanciando – as fisicamente. Com a Escola o processo não tem sido muito diferente, apesar de professores e alunos interagirem na sala de aulas, no processo de ensino-aprendizagem, a comunicação tem perdido sua real essência. Nossas crianças fecham – se

para o diálogo na primeira pessoa dando preferência ao diálogo nas redes sociais com pessoas muitas da mesma idade e aspirações. Pais e Encarregados de Educação preocupados em suprir as necessidades de suas famílias e por não se reverem na dinâmica de comunicação de seus filhos e educandos assistem impávidos esta situação.

Então de quem é esta nobre missão em criar um ambiente salutar para comunicar? A Família núcleo da sociedade é chamada em primeira instancia a criar esta relação reforçando os laços afectivos factor determinante para o desenvolvimento equilibrado determinando um ambiente propício para o aprendizado. Por outro lado a Escola é chamada a dar continuidade a esta tarefa de conhecimento do aluno num processo mais formal planificado, dirigido e orientado, com amor e afectividade, condições indispensáveis para uma comunicação efectiva.

Para que haja comunicação precisa – se vencer muitos desafios, pois é um processo complexo e com particularidades peculiares como: a linguagem – verbal e ou não verbal, a mensagem a interacção e a transmissão. (De Paula e Neto, 2016 p 4). É importante para comunicar que se tenha em conta estes 3 elementos básicos: Emissor-Fonte, Canal e Receptor-Destinatário. (De Paula e Neto 2016 p.4). No acto de comunicação além dos 3 elementos acima apresentados deve haver um remetente, um destinatário, uma mensagem, o código. (De Paula 2016 p. 4). Podemos afirmar diante do exposto que não há comunicação sem mensagem. Pois comunicar é um processo social primário, que permite criar e interpretar mensagens que provocam uma resposta.

IMPORTÂNCIA DO AFECTO NA COMUNICAÇÃO FAMILIAR

Comunicar é mais do que somente falar, mas sim “ como falar”, DE PAULA e NETO (2016 p.3). Comunicar é um acto social, assim entendemos que

deve ser carregado de uma dose de afecto, se tivermos em conta que o Dicionário Online Priberam de Português, (s.d.) apresenta o afecto como uma denominação atribuída ao sentimento de carinho e ternura, estima ou afeição, amizade, amor ou apego, simpatia ou ternura. A comunicação afectiva aproxima as pessoas envolvidas neste acto sublime de plena entrega. Se ao falarmos com alguém não nos interessarmos com facto de sermos entendidos ou não, não haverá comunicação. (Victor Neto 2016 op. Cit. Espaços 54-grupo de apoio a Educação Inclusiva 2021) diz: a Criança não aprende com quem sabe mais, ela aprende com quem se conecta com ela. É na família onde todos estes sentimentos que configuram a comunicação afectiva são vivenciados pelos membros da família a que pertencem. A família precisa urgente resgatar a comunicação afectiva no seio de seus membros, criando deste modo pessoas com uma estabilidade emocional, confiantes e que permitam ser amadas e amem também. Quando as famílias comunicam afectivamente a sociedade ganha crianças educadas pois os valores sociais são aprendidos, percebidos, respeitados e perpetuados de geração a geração. As famílias são chamadas a preencher o espaço preenchido pelas redes sociais, precisam interagir mais, comunicar com afecto, dialogar trocar carinho, desenvolver amizade no ceio familiar, criar um ambiente de ternura, apegar – se uns aos outro. No seio familiar a comunicação afectiva constitui uma via impulsionadora para que se valorize a própria família e com ela se discuta e se aprendam os valores sociais que só a família é capaz de os ensinar. As famílias são chamadas apesar da situação pandémica que assola o mundo, ainda assim com todas as medidas de biosseguranças, a convierem com seus membros.

Em suma as famílias são chamadas a comunicar, com uma dose de afecto e a Escola tenha as bases criadas para o desenvolvimento do seu objectivo maior comunicar para aprender. Pois sem a família a

Escola não consegue levar a bom porto sua missão ambas se complementam.

A COMUNICAÇÃO ESCOLAR: PROFESSOR E ALUNOS

“A comunicação escolar deve ser feita entre a gestão da escola, professores, pais e alunos”. ELEVA PLATAFORMA (2021). Ainda para a mesma plataforma “A comunicação escolar é essencial para a troca de conhecimentos, promoção de melhorias, mudanças e desenvolvimento social e pedagógico”.

O professor para estabelecer uma comunicação eficiente precisa conhecer a aprender a lidar com as particularidades de seus alunos, tais como “ Cultura, costumes, classes sociais, educações, pensamentos, valores, limites físicos e psicológicos, formas de expressar e compreender cada um”, (De Paula e Neto 2016 p.7). Neste processo de conhecimento dos alunos feito a partida pela avaliação diagnostica e pela interacção dia á dia na escola e na aula em particular, o professor também se abre para que os alunos o conheçam, nascendo desta forma uma relação de afectividade que vai aproximando professor dos alunos e estreitar os laços entre estes.

É importante que o professor busque nutrir uma relação baseada na afectividade que traga respeito, confiança e admiração, pois colaboram significativamente para uma boa comunicação e a aprendizagem, (De Paula e Neto 2016).

A relação que o professor é capaz de criar com seus alunos abrirá um caminho fértil para a aprendizagem, mas o professor não deve focar – se, apenas na transmissão do conteúdo, deve também prestar atenção nesta relação pessoal, que enriquece bastante o individuo. Quando o professor consegue estabelecer uma comunicação salutar com os alunos, é um grande ganho e importante passo, tendo em conta que a relação fortifica – se e o aprendiz encontra um espaço livre para se efectivar. Mas não é fácil para o professor e para o aluno estabelecer uma comunicação

sem ruídos pois os alunos das nossas escolas hoje têm uma forma diferente de olhar para este ato não como um ato para aprender e mas sim para jogos de influencias que se vêem. (De Paula e Neto 2016. p 9) afirmam que “ fica evidente que não é possível haver êxito sem uma comunicação bem feita, pois os recursos são capazes de promover, uma deturpação do que pretende ser ensinado e aprendido”. (De Paula e Neto, 2016 p. 9)

Para os mesmos autores, os profissionais da Educação devem além dos conteúdos, manterem – se atentos a qualquer desvio de comportamentos dos jovens e crianças. Pois as crianças são imprevisíveis, elas podem adoptar em grande escala um comportamento em casa e outro na escola, o que é normal na idade em que muitos se encontram e porque a escola suscita destes um comportamento diferente, mais adulto, baseado em regras e independente, ao contrário do que acontece no seio familiar onde se sentem na sua zona de conforto e protegidos, despidos de medos e preconceitos maior parte dos casos. Este comportamento pode constituir amiúde um factor inibidor na relação salutar entre professor aluno na escola e especificamente na sala de aulas. Perante situações do género o professor deve servir – se das ferramentas de que dispões e lhe são oferecidas pelas ciências Humanas e sociais como a Psicologia, a Sociologia, a Psico – Pedagogia, as diferentes Didácticas e acima de tudo pela experiencia e profissionalismo do professor.

O Processo de Comunicação exige do profissional da Educação muita atenção, entrega, abnegação, senso de responsabilidade pela comunicação escolar, pois o professor não deve somente preocupar – se com o desempenho do aluno, com o aprender dos conteúdos programados, mas essencialmente em comunicar. A escola deve incentivar bons hábitos que facilitam a aquisição da informação, (Jornada Edu 2018).

A informação bem elaborada e que se adequa aos meios, níveis e interesse de quem a recebe é percebida permitindo deste modo uma comunicação eficaz e concomitantemente uma aprendizagem com qualidade, bom desempenho escolar, pessoal e consequentemente qualidade educativa.”

Adequar a comunicação aos meios remete – nos a comunicação digital que atrai e ocupa maior parte do tempo dos nossos filhos e alunos hoje. Deve - se o facto por se ter passado de uma comunicação em linha passiva (emissor-receptor) para uma colaborativa (emissor-receptor-emissor-etc.), CARDOSO e CAIRRÃO (2006 p. 23). Este modelo de comunicação embora não sendo completamente novo para maior parte deles mas em constante e rápido desenvolvimento e actualizações, Para Cardoso e Cairrão (2006 p. 23), “ parece, estar a agradar bastante aos utilizadores que demonstram o desejo de trabalhar e interagir com ela, em detrimento de outras formas de comunicação.”

O professor perante este facto deve investir também no ensino digital (EAD), criando metodologias interactivas que permitam uma aproximação entre os 2 principais actores do processo de ensino.

Salman Khan : professor renomado destacou 2 palavras-chaves para o sucesso com seus alunos: Comunicação – Motivação, (Victor Neto 2017). O mesmo professor afirma também que: não adianta passar o conteúdo, pois o que importa é se o aluno entendeu. O professor deve entender que sua tarefa não pode ser apenas dar mais uma aula, mas sim para fazer a diferença na vida de alguma pessoa naquele dia de aula, (Victor Neto 2017). Com Khan podemos perceber a magnitude da responsabilidade e o amor, humildade e entrega que se exige ao professor. Comunicar com simplicidade e preocupar – se em ser percebido. Comunicar é tocar o mais profundo dos sentimentos, é salvar vidas, pois deve ser tão profunda a comunicação, cativante, significativa que transforma e motiva o aluno e concomitantemente a família numa estreita relação de partilha de conhecimentos em prol

do aprimoramento e melhorias das condições para a aprendizagem.

O professor conquista maior confiança dos seus alunos se abre portas para um diálogo na sala de aulas, na escola e até fora destes ambientes e consegue auxiliar os alunos e encarregados de educação no processo de aprendizagem e educação, se tiver em conta que o aluno de hoje é mais participativo. Pois ele é contactável, tem desejo de controlar a informação, informa, participa na resolução dos problemas, contribui com ideias e acções e alguns casos financeiramente, partilha ideias conhecimentos, é agradável e organizado. CARDOSO E CAIRRÃO (2006 p.26 á 31)

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Com os avanços das tecnologias, é possível que educadores ampliem a relação de ensino – aprendizagem, fazendo uso de recursos que diminuam as barreiras físicas e do tempo, indo além da sala de aula convencional.

Aliar as novas tecnologias às formas de se comunicar é uma ótima solução encontrada por muitas escolas, pois a comunicação digital permite mais agilidade nas trocas de informações escolares. (Instituto Neuro Saber 2018)

“É necessário se adequar a esta nova linguagem, para despertar os jovens, que já estão a todo tempo bombardeados de estímulos e informações”. (Cardoso e Cairrão 2006 p. 23) As escolas precisam virar o jogo e usar a tecnologia em prol da educação.

Por meio das redes sociais, “é possível aproximar a família da escola e nos perfis é possível mostrar a rotina do ambiente escolar, apresentar a infra-estruturas, disponibilizar conteúdos educativos mais relevantes e promover interação por meio de enquetes ou promoções”.

“Os aplicativos podem facilitar a comunicação entre todos e torna – lá mais rápida e sem ruídos entre todas as partes”, (Eletra Plataforma 2020).

Que o professor para o sucesso desta comunicação pelas tecnologias da educação esteja aberto a qualquer tipo de opiniões e utilize os feedbacks positivos e negativos dos alunos e ou estudantes, pelo facto de estas atitudes aumentarem a satisfação de todos, pois os mesmos percebem que a escola valoriza suas opiniões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família e a escola são chamadas a acompanhar as actividades, o desenvolvimento integral dos seus alunos participando directamente no processo, estimulando – os a gostar de realizar suas tarefas sociais e académicas com prazer.

A família e a Escola precisam reflectir profundamente o conceito e o acto de comunicar tendo em conta que não estamos perante um processo simples, é carregado de desafios, com peculiaridades, onde a mensagem constitui o elo de ligação entre todos os intervenientes do processo.

Comunicar consiste num acto social e deve ser carregado de uma dose de afecto. A família e a escola precisam lidar com as particularidades de seus alunos e ou educandos. Desejato este que se pode atingir comunicando com amor, amizade, afecto, entrega e que o fim último seja o entendimento a compreensão entre as partes.

Comunicar é adequar – se as condições de e para quem recai a comunicação, e para haver sucesso a comunicação deve ser feita com simplicidade, agilidade nas trocas de informações.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, R. P. e CAIRRÃO L. A. **Comunicação Online, Cadernos de estudos mediáticos**. 05, ed. UFP, Portugal, Porto, 2006.

ELEVA, P. **Comunicação Escolar: Qual sua Importância e o que fazer para Melhora – lá.** - Eleva/Plataforma de Ensino de 9 de Julho de 2020.

Dicio.com.br. 2021. Novo Dicionário **Aurélio de Língua portuguesa** acessado 25 de Agosto de 2021.

Importância da comunicação para o aprendizado – Instituto Neuro Saber -25-09-2018 – <https://institutoneurosaber.com.br> acessado in 23.08.2021. <https://jornadaedu.com>. Acessado in-24.08.2021.

PAULA, C. A Comunicação na Transmissão do Conhecimento: Interação Professor e Aluno no Processo de Aprendizagem no Ensino Superior, DE PAULA – [http://catolica de anapolis.edu.br](http://catolica.de.uanapolis.edu.br)>... acessado in 24 de Agosto de 2021.

PAULA, C. P. **A Importância da Comunicação e Interação Tutor Aluno no Diálogo de Aprendizagem de Nilton Camargo de Oliveira** Resumo: A escol – Unifan – <https://www.unifan.edu.br>.> Acessado in 25 de Agosto de 2021.

REIS, A. **A Importância da Linguagem Comunicacional para o Processo de Ensino – Aprendizagem: um olhar BAKHTINIANO Sobre a Comunicação,** em <http://educare.bruc.com.br>>...acessado in 24 de Agosto de 2021.

RUST, C. D. **Descubra qual a importância da tecnologia da informação e Comunicação na Educação** – Connect Escolas <https://www.connectescolas.com.br>>acessado in 24 de Agosto de 2021.

SOARES, M. J. **O Impacto da Comunicação no Processo Ensino Aprendizagem|CPB Educacional.** <https://educacional.cpb.com.br>>acessao in 24 de Agosto de 2021.

Dicionário Online Priberan de português – <https://www.lexico.pt>> afecto ecessado in 2 de Agosto de 2021.

A FORMAÇÃO EM SERVIÇO PARA PROFESSORES COMO FERRAMENTA PARA A MELHORIA DO TRABALHO DOCENTE EM SALA DE AULA

IN-SERVICE TRAINING FOR TEACHERS AS A TOOL TO IMPROVE THEIR WORK IN THE CLASSROOM

Irlana Dívnia Balduino do Nascimento ¹

Cristiano de Assis Silva ²

RESUMO

A temática proposta se faz ímpar pela hodierna importância da preparação de professores para o público cada vez mais eclético recebido nas escolas. Tratar da formação em serviço não pode ser confundido com a formação continuada no sentido de concluir uma graduação e realizar cursos de especializações para seguir uma carreira formativa acadêmica, mas sim, aquela ofertada pelas escolas e redes de ensino objetivando o aprimoramento dos profissionais docentes no âmbito da aquisição de conhecimento sobre as mudanças pedagógicas. Sempre se fez urgente à garantia do tempo de planejamento para os professores em sua carga horária de trabalho, e principalmente a reserva de parte desta carga horária para a formação em serviço com temáticas necessárias a atuação docente e para a elaboração de propostas de trabalho e do fazer pedagógico. O presente trabalho objetiva analisar como esta carga horária de trabalho tem sido ofertada e seus benefícios. Como resultado final podemos destacar que em sua maioria o público é pardo, do gênero masculino, se encontram entre 30 e 40 anos, considera importante a oferta de momentos formativos e o respeito ao tempo de planejamento, valoriza a ferramenta de registro de aulas e de frequência. Sobre a formação continuada em serviço, os profissionais dizem que são momentos essenciais para uma boa execução das aulas por auxiliar em sua organização, que elencam melhor as metodologias que podem e devem utilizar em sala de aula com o intuito de potencializar a aprendizagem dos alunos, e ainda preveem situações e organizam-se para possíveis imprevistos.

PALAVRAS-CHAVE: formação, planejamento, metodologias.

ABSTRACT

The proposed theme is unique due to the current importance of preparing teachers for the increasingly eclectic public received in schools. Dealing with in-service training cannot be confused with continuing education in the sense of completing a degree and taking specialization courses to follow an academic training career, but rather, that offered by schools and education networks aiming at the improvement of teaching professionals in the scope the acquisition of knowledge about pedagogical changes. It has always been urgent to guarantee planning time for teachers in their workload, and especially to reserve part of this workload for in-service training with themes necessary for teaching and for the elaboration of work proposals and the do pedagogical. The present work aims to analyze how this workload has been offered and its benefits. As a final result, we can highlight that the majority of the public is brown, male, between 30 and 40 years old, considers it important to offer training moments and respect for planning time, values the tool for recording classes and frequency. Regarding in-service continuing education, professionals say that these are essential moments for a good execution of the classes as they help in their organization, that they better list the methodologies that they can and should use in the classroom in order to enhance student learning, and they even anticipate situations and organize themselves for possible contingencies.

KEYWORDS: training, planning, methodologies.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialização em Gestão Escolar pela Faculdade Kurios, FAK. Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA-CE. **E-MAIL:** irlanabalduino@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/114245106777671

² Orientador do Artigo. Pós Doutor em Ciências da Educação. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-MAIL:** cristiano.wc32@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7723981451094769

INTRODUÇÃO

O corpo docente, nos últimos anos e principalmente com o advento da pandemia, precisou se reinventar de muitas formas e adequar-se quase que de forma imediata ao ensino remoto emergencial e em seguida ao ensino híbrido, que tanto trouxe novidades quanto insegurança aos educadores. As novas tecnologias a serem implantadas, a aprendizagem cooperativa, as metodologias ativas e a inúmera quantidade de aplicativos e programas tecnológicos / informáticos que passaram a fazer parte das rotinas dos servidores da educação nos últimos três anos, não foram inventadas nesta época, mas, causaram muitas inquietações no público da educação e destruíram a zona de conforto de muitos que viviam em fazer mais do mesmo. Neste sentido, o presente trabalho busca dar enfoque e apresentar dados que comprovem a necessidade de existir um tempo predestinado e respeitado para que os professores possam estudar e receber orientações qualificadas no que se refere ao novo universo educacional e suas necessidades para a formação dos cidadãos do futuro.

Em face desse contexto, por meio de uma pesquisa quantitativa, buscou-se responder a seguinte problemática: como é ofertada a carga horária de formação continuada em serviço aos professores e qual a visão dos docentes a este respeito? Desta forma, o objetivo que norteou o processo investigativo foi apresentar a importância do tempo destinado ao planejamento de professores com carga horária para a formação continuada em serviço para os docentes.

Para Vasconcelos (2000), planejar é “antecipar mentalmente uma ação ou um conjunto de ações a serem realizadas, é agir de acordo como o previsto”. Ele afirma ainda que “planejar não é apenas algo que se faz antes de agir, é também agir em função daquilo que se pensa”.

Por fim, apresenta-se os dados finais da pesquisa com resultados obtidos das observações e

coletas de dados que respondem ao questionamento proposto.

A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Para Moacir Gadotti, a educação participa inevitavelmente do debate no qual a nossa sociedade em crise se encontra envolvida e da angústia que ela suscita. A educação é um lugar onde toda a nossa sociedade se interroga a respeito dela mesma, ela se debate e se busca: educar é reproduzir ou transformar, repetir servilmente aquilo que foi, optar pela segurança do conformismo, pela fidelidade à tradição ou, ao contrário, fazer frente à ordem estabelecida e correr o risco da aventura; querer que o passado configure todo o futuro ou partir dele para construir outra coisa (2004, p. 43).

Na mesma perspectiva de Gadotti e Freire, Schmied-Kowarzik (1983) também afirma que a educação é “integrante da produção e reprodução da vida social, que é determinada por meio da tarefa natural, e ao mesmo tempo cunhada socialmente, da regeneração de sujeitos humanos, sem os quais não existiria nenhuma práxis social”. A própria sociedade depende da formação e da evolução dos indivíduos e esses não podem se desenvolver fora das relações sociais.

A educação é, desta maneira, responsável pela afirmação das identidades pessoais no mundo das tradições culturais, no espaço de convívio social (Marques, 1993, p. 13). As identidades pessoais serão dadas de acordo com os elementos presentes no meio do convívio social entre as pessoas dentro das tradições culturais de seu grupo. A educação, contudo, “sempre se apresenta como uma ação entre sujeitos, isto é, como uma ação social” (Boufleuer, 2001, p. 24).

Após um rápido olhar sobre recortes das defesas de alguns autores em relação ao que escrevem sobre educação e, sobretudo tendo presente a importância de contextos culturais específicos na

formação dos sujeitos, afirmo aqui que todo e qualquer processo educativo acontece no contexto histórico-cultural, em que as atividades educativas ocorrem e somente ocorrem em condições sociais e históricas. “A educação é um fenômeno social inerente à constituição do homem e da sociedade, integrante, portanto, da vida social, econômica, política, cultural” (Libâneo, 2004, p. 97).

Esse é um processo que se dá na prática social, no dia a dia, em todos os tipos de situações e instituições, sejam elas na família, na escola, no sindicato, na cooperativa, etc. A ideia-chave da concepção histórico-cultural tem o processo educativo como um fenômeno social, enraizado nas contradições, nas lutas sociais, de modo que é nos embates da práxis social que vai se configurando o ideal de formação humana. Isso significa que a tarefa da reflexão pedagógica é a de superar a antinomia entre fins individuais e fins sociais da educação (Libâneo, 2004, p. 78).

Considerando o pensamento dos autores supracitados uma formação de professores adequada serve como alicerce para construir escolas, cidadãos e profissionais mais competentes, éticos e humanos. Repetindo as palavras do educador Moacir Gadotti, (2004, p. 43) “a educação é um lugar onde toda a nossa sociedade se interroga a respeito dela mesma – ela se debate e se busca”. Nesse contexto, as escolas são ambientes fundamentais para o desenvolvimento do senso crítico dos alunos, além do aprimoramento das técnicas utilizadas pelos professores, responsáveis por orientar crianças, adolescentes e jovens na busca pelo conhecimento. Porém, atrair e despertar o gosto pelo aprendizado vem se tornando uma tarefa cada vez mais difícil nos dias de hoje, pois são inúmeros os fatores que competem pela atenção dos estudantes. Daí a importância de que os educadores estejam sempre bem preparados e atualizados, tanto para promover questionamentos sobre o mundo quanto para

apresentar soluções a partir de diferentes pontos de vista. E isso só é possível com uma capacitação de qualidade, que não se restrinja a aspectos tecnológicos ou formais, daí a importância da formação continuada de professores.

A necessidade da formação docente já fora preconizada por Comenius, no século XVII, e o primeiro estabelecimento de ensino destinado à formação de professores teria sido instituído por São João Batista de La Salle em 1684, em Reims, com o nome de Seminário dos Mestres (Duarte, 1986, p. 65-66). Mas a questão da formação de professores exigiu uma resposta institucional apenas no século XIX, quando, após a Revolução Francesa, foi colocado o problema da instrução popular. É daí que deriva o processo de criação de Escolas Normais como instituições encarregadas de preparar professores.

No Brasil a questão do preparo de professores emerge de forma explícita após a independência, quando se cogita da organização da instrução popular. A partir daí, foi possível examinar a questão pedagógica em articulação com as transformações que se processaram na sociedade brasileira ao longo dos últimos dois séculos.

A FORMAÇÃO CONTINUADA E EM SERVIÇO NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

“Quem não planeja não executa; quem não mede não sabe de nada.” A TESE (Tecnologia Empresarial Socio Educacional) foi desenhada para levar esses conceitos gerenciais para o ambiente escolar e permitir ao Gestor o atingimento dos seus objetivos de maneira estruturada e previsível. Eu considero esta metodologia a espinha dorsal do processo de transformação da escola pública brasileira, tão mal planejada, tão mal gerida e que produz, como consequência, resultados tão pífios. (Marcos A. Magalhães).

Focando a temática desta produção, traremos a visão de formação continuada com base nesta tecnologia apresentada por Costa-2000:

Formação Continuada - As novas tecnologias no contexto escolar e a educação a distância têm-se revelado formas eficazes de se adquirir o saber. Contudo, não substituem o professor quando envolvem o processo de reflexão e de formação propriamente dita. A sua grande força reside no exemplo e na capacidade de despertar nos estudantes o gosto pelo estudo e por ser um irradiador de referências. Diante da complexidade do seu papel e da velocidade com que as inovações acontecem, os professores necessitam familiarizar-se com os avanços da tecnologia da informação e comunicação, aprender o que ensinar e como ensinar.

Para a apresentação de sua metodologia de trabalho e de seus resultados, cada professor deve entregar seu Programa de Ação – PA. O Programa de Ação (PA) é individual. No caso de haver mais de um professor em determinada disciplina, os respectivos Programas poderão ser discutidos e até construídos conjuntamente. Obviamente, poderá haver alguma divergência, pois a individualidade deve ser preservada. O PA tem uma estrutura básica que, em alguns casos, poderá ser mais simplificada ou mais elaborada, dependendo da amplitude e da complexidade do negócio. A reflexão já começa por aí. Qual é o “meu negócio”? No Programa de Ação, negócio está relacionado à atividade que ocupa a maior parte do tempo do indivíduo. Exemplo: Ensinar matemática. A filosofia do negócio compreende: o domínio do negócio, enfoque, postura, alinhamento e estratégias para melhor exercer a função. (Dornelas – 2007)

Ainda tratando da temática de planejamento e formação na educação profissional Integral, existem ainda os guias de ensino – aprendizagem, documento no qual os professores vêm distribuir os conteúdos dos componentes curriculares e organizar a sequência

didática e a previsão temporal na qual devem ser ministrados. O documento deve ser de conhecimento dos estudantes de forma que possa acompanhar sua rotina bimestral e de aprendizagem.

O Guia de Aprendizagem destina-se fundamentalmente a orientar com absoluta objetividade o processo de planejamento e desenvolvimento das atividades pedagógicas do professor. Ele é, em essência, um potente instrumento para o processo de regulação da aprendizagem, pois também deverá fornecer ao estudante um elenco bastante diversificado de tipos de informação acerca dos componentes curriculares – objetivos, atividades didáticas, fontes de consulta etc. a ser desenvolvidos. (Marcos Antonio Magalhães Presidente do Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação).

Elaborados no início de cada semestre pelos professores e com a orientação da Coordenação Pedagógica, os Guias de Aprendizagem devem apresentar: Objetividade no que se pretende; Clareza na forma de detalhar; Concisão sem prejuízo do significado; e Simplicidade e praticidade no sequenciamento.

Na utilização do Guia, deve existir necessariamente: Compromisso na relação entre professor e estudante; Cumplicidade na relação entre professor e família; Amizade na relação entre os estudantes; e Solidariedade entre estudantes e comunidade.

Nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, a Pedagogia da Presença e o Tempo Integral são reconhecidos elementos que apoiam a introdução de novos recursos metodológicos, a exemplo dos Guias. Neles, o estudante atua de maneira corresponsável no desenvolvimento do Projeto Escolar, cujos objetivos são a formação de jovens autônomos, solidários e competentes.

O Guia de Aprendizagem é utilizado pelos professores para indicar como estão o desenvolvimento, os resultados alcançados e as

dificuldades encontradas; para relacionar as características da proposta do PROCENTRO, dentre elas, a Educação para valores e Formação Integral e, por fim, para orientar objetivamente o processo ensino-aprendizagem de cada disciplina. Ele indica, ainda, as atividades de docência e de grupo e os estudos individuais, considerando gradativamente as necessidades, os interesses e os propósitos do estudante. Aponta as fontes de referência e pesquisa e sugere atividades complementares, temas transversais e valores a serem trabalhados no período.

O referido documento serve para o acompanhamento pedagógico do semestre e ainda para acompanhar os resultados de aprendizagem do cumprimento do currículo que contempla a matriz curricular que deve ser ofertada a cada ano.

OS DESAFIOS DA PRÁTICA DE SALA DE AULA NO ENSINO MÉDIO

A centralidade colocada nos professores traduziu-se na valorização do seu pensar, do seu sentir, de suas crenças e de seus valores como aspectos importantes para compreender o seu fazer (PIMENTA, 2002, p.13).

Para Dubet (2002), já existe prescrito no ofício docente uma necessidade de crer na escola como condição para exercer a profissão, é quase que uma obrigação de acreditar até o fim na escola de igualdade de oportunidades. Porém, o autor argumenta que muitos não creem de verdade na possibilidade de diminuir a desigualdade social com seu fazer. Ou seja, os professores continuam acreditando e trabalhando, mesmo com uma distância imensurável entre objetivo e realidade, pois se não fosse assim, seria impossível continuar lecionando. (tradução da autora).

Com o avanço da tecnologia em todos os setores da sociedade, inclusive na educação, surgem novas formas de ensino e o uso de outras ferramentas mais prioritárias do que as tradicionais apostilas. Além

disso, os alunos não são os mesmos. Nascidos em um contexto digital e em um mundo que tem pressa, eles esperam por um ensino diferente e mais interessante. Por essa razão, os desafios de ser professor nos dias atuais são muito maiores, o que torna necessário conhecer esses desafios para se preparar e superá-los, a fim de continuar a missão de ensinar.

Dentre os desafios citados foi possível destacar a geração dos estudantes, umas vezes que são completamente conectadas as tecnologias digitais. Sendo assim, um grande desafio do professor é utilizar essa facilidade de usar ferramentas digitais e direcioná-la para o aprendizado, além de evitar que o aluno use seus dispositivos para interesse próprio em classe. É cada vez mais difícil alcançar o engajamento do aluno nos conteúdos a serem aplicados, seja pela dificuldade de compreensão, o tempo de aula ou o interesse no assunto. Sendo assim, uma boa forma de mantê-lo atento é adotando formas diferentes de ensinar, como as metodologias ativas.

Atualmente, fala-se mais sobre os diferentes perfis de estudante. Nesse caso, eles não só contam com backgrounds diferentes, mas também têm pensamentos e modos de vida diversos. Portanto, cabe ao professor respeitar as particularidades de cada um e encontrar uma forma de manter cada pessoa engajada na aula proposta. A geração atual perde o interesse muito fácil. Livros com textos muito longos já não são tão interessantes para quem consome vídeos diariamente. Sendo assim, um desafio do professor é diversificar as atividades propostas, usando recursos que estão a seu alcance para tornar o conteúdo interessante e compreensível. Nesse caso, é possível usar, por exemplo, estratégias de gamificação.

Podemos citar Freire (1998) que introduz Pedagogia da Autonomia explicando suas razões para analisar a prática pedagógica do professor em relação à autonomia de ser e de saber do educando. Ele enfatiza a necessidade de se respeitar o conhecimento que o aluno traz consigo para a escola, visto ser ele um sujeito

social e histórico e de se compreender que “formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas”. O autor afirma que o professor deverá, também, conduzir a maneira de pensar, pois a prática em si é um testemunho rigoroso de decência e pureza e defende a “disponibilidade ao risco, a aceitação do novo e a utilização de um critério para a recusa do velho”, estando presente a rejeição a qualquer tipo de discriminação. Ele ainda destaca a importância de propiciar condições aos educandos em suas socializações com os outros e com o professor, de testar a experiência de assumir-se como um ser histórico e social que pensa, que critica, que opina, que tem sonhos, que se comunica e que dá sugestões.

A autonomia é uma construção cultural, não é algo natural, depende da relação do homem com os outros e destes com o conhecimento. Então, neste processo, o ato de ensinar, defende Freire, é fundamental. E para ele, “(...) ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou sua construção” (FREIRE, 1998, p. 25). Ensinar pressupõe relação dialógica, na qual docente e discente interagem dialeticamente com perguntas e busca de respostas para a problematização em curso. É um processo de interlocução, no qual indagações se sucedem à procura de inteligibilidade dos fenômenos sociais, culturais ou políticos, e propõe a análise crítica, observando as diversas dimensões da conexão dos fenômenos, através do lançamento de hipóteses e definição de formas de entendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi realizada a partir da percepção de que havia necessidade da participação do corpo docente na escolha das temáticas que deveriam ser abordadas nas reuniões entre pares e na importância da oferta de uma formação em serviço que abordasse temáticas iminentes no contexto educativo e que pudesse gerar uma reflexão construtiva para o melhor

desempenho do professor, como o mais importante profissional da educação, e que impactasse na sala de aula, no que tange a melhoria da oferta do ensino e da aquisição da aprendizagem por parte dos estudantes, com a expectativa de que com um melhor planejamento as aulas possam ser ofertadas com mais qualidade. O questionário de pesquisa foi aplicado através do google formulários na modalidade online no início do processo formativo e os educadores foram perguntados sobre sua etnia, gênero e idade e também sobre sua rotina de trabalho e suas necessidades de formação cujos resultados gráficos se encontram no apêndice do presente trabalho dissertativo.

Dos professores que participaram da pesquisa, no que se refere a etnia 01 se declara preto (4,5%), 01 se declara amarelo (4,5%), 05 se declaram brancos (22,7%) e 15 se declaram pardos (68,2%), estes últimos, representando maioria neste grupo de pesquisa. Quanto ao gênero participaram 10 do gênero feminino (45,5%) e 12 do gênero masculino (54,5%). No tangente a faixa etária dos participantes 07 se encontram entre os 20 e 30 anos (31,8%), 12 se encontram entre 30 e 40 anos (54,5%) e 03 se encontram com 40 anos ou mais (13,6%). Quanto aos questionamentos que se referem a rotina de trabalho e as necessidades profissionais 22 professores (100%) consideram que ter em sua carga horária de trabalho / lotação, a oferta de planejamento formativo aos professores é importante. 17 professores (77,3%) possuem 40h/a de lotação sendo 27 em sala de aula e 13h/a para planejamento e 05 professores (22,7%) possuem 20h/a de lotação sendo 16h/a em sala de aula e 4h/a destinada ao planejamento, sendo estes últimos os professores do eixo técnico profissionalizante, uma vez que nas escolas profissionais todos os educadores da base nacional comum possuem obrigatoriamente 40h/a de lotação semanal. No que se refere as horas destinadas ao planejamento escolar (para aulas) 20 professores (90,9%) dizem que as horas para planejamento são equilibradas com horas para planejamento com a coordenação, com a área

específica e individual e 02 professores (9,1%) dizem que existe o tempo para o planejamento com a coordenação, mas que, no restante do tempo, ministram aulas.

Os profissionais também foram perguntados sobre sua escola ofertar uma rotina formativa com oficinas para orientar o trabalho pedagógico, discutir temáticas de trabalho e auxiliar na gestão de sala de aula, para esta pergunta os 22 professores alvo da pesquisa (100%) deram resposta afirmativa. Quando perguntados se as temáticas tratadas nos encontros ajudam a desenvolver os trabalhos e na melhoria da prática pedagógica de forma a gerar reflexões para a execução do trabalho 21 professores (95,5%) respondem que sim e 01 professor (4,5%) diz que não contribui. Os 22 professores (100%) deram resposta afirmativa quando perguntados se sua equipe gestora se preocupa com a formação socioemocional de seus profissionais.

A equipe também foi questionada sobre a observação das aulas dos professores, 20 professores (90,0%) dizem que sim, suas aulas são observadas frequentemente e 02 professores (9,1%) dizem que raramente tiveram suas aulas observadas, contudo todos os professores (100%) dizem que quando há observação das aulas eles recebem o feedback daquilo que foi observado. Sobre o feedback recebido 18 professores (85,7%) dizem que o feedback é feito com clareza e transparência e isso consegue ajudar na melhoria do planejamento e do desenvolvimento de suas atividades pedagógicas e 03 professores (14,3%) dizem que o feedback é produtivo, mesmo que as vezes não esteja de acordo com o que eles (professores) pensam das próprias aulas, conseguem acolher as sugestões, conversar a respeito e procurar seu aperfeiçoamento. Os profissionais foram questionados ainda sobre a gestão de seu próprio tempo durante as horas destinadas ao planejamento e sobre o diário de classe (hoje virtual na ferramenta professor online), sobre estas temáticas 01 professor (4,5%) diz que perde

muito tempo com a pesquisa e quando percebe não conseguiu elaborar os planos que desejava; 02 professores (9,1%) dizem que não tem boa organização do próprio tempo para distribuir em pesquisa, elaboração e roteiro para a semana; 04 professores (18,2%) dizem que passam muito tempo elaborando slides de conteúdos e não conseguem no mesmo dia planejar as aulas e 15 professores (68,2%) dizem que conseguem elaborar slides de conteúdos, vídeos quando é preciso, dinâmicas, roteiros e planos, pois distribuem o tempo de forma que organizem apenas as aulas que estarão entre um planejamento e outro.

E no que se refere ao diário de classe os 22 professores (100%) consideram que ter esta ferramenta de registro é importante para o trabalho docente. E quanto a tarefa formativa em serviço ofertada aos professores, os profissionais fazem relatos dissertativos acerca da importância desta oferta para o bom desenvolvimento de seu trabalho cabendo destacar alguns pontos acerca do entendimento destes docentes sobre o trabalho direcionado a eles em que dizem: Professor 02 - “Trata-se de um momento extremamente necessário para a construção de nossas aulas, pois a partir dele somos norteados diariamente sobre como agir e fazer dentro das nossas salas de aulas”. Professor 16 – “Planejar é projetar. É se organizar para atender a demanda da sala de aula e conseguir atingir o objetivo, as competências e habilidades, estando pronto para as possíveis eventualidades e ciente da melhor forma para utilizar a gestão do tempo de sala”. Cabe ainda destacar que os professores afirmam que o momento formativo em serviço permite que possam pensar estrategicamente e para alcançar a aprendizagem dos alunos e que, em suma, possam ter melhor domínio de sala de aula e estejam cientes dos desafios e das mudanças constantes no universo do ensino e da aprendizagem. Parte em que se apresenta as conclusões correspondentes aos objetivos e hipóteses propostos.

Após a análise e discussões dos resultados, são apresentadas as conclusões e as descobertas do texto,

evidenciando com clareza e objetividade as deduções extraídas dos resultados obtidos ou apontadas ao longo da discussão do assunto. Neste momento são relacionadas às diversas ideias desenvolvidas ao longo do trabalho, num processo de síntese dos principais resultados, com os comentários do autor e as contribuições trazidas pela pesquisa. Cabe, ainda, lembrar que a conclusão é um fechamento do trabalho estudado, respondendo às hipóteses enunciadas e aos objetivos do estudo, apresentados na Introdução, onde não se permite que nesta seção sejam incluídos dados novos, que já não tenham sido apresentados anteriormente.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir. **Convite à leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Ed. Scipione, 1989.

MAGALHÃES, Marcos. **A juventude brasileira ganha uma nova escola de ensino médio**. Pernambuco cria, experimenta e aprova / São Paulo – Albatroz: Loqui, 2008. 136p.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo** – elementos metodológicos para a elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1995.

VASCONCELOS, Maria Lucia Marcondes Carvalho & BRITO, Regina Helena Pires de. **Conceitos de educação em Paulo Freire**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

A RELEVÂNCIA DA DESCOBERTA VOCACIONAL ACADÊMICA NA VIDA JOVEM NO CONTEXTO DA ESCOLA

THE RELEVANCE OF ACADEMIC VOCATIONAL DISCOVERY IN YOUNG LIFE IN THE CONTEXT OF SCHOOL

Irlana Dívnia Balduino do Nascimento ¹

Cristiano de Assis Silva ²

RESUMO

É na juventude que a maior parte das dúvidas surgem, principalmente aquelas que acerca de seu futuro, suas escolhas acadêmicas e profissionais. Desse modo, a presente temática se faz de suma importância para que se possa coletar dados que permitam analisar o campo acadêmico que os estudantes mais anseiam estar inseridos em um futuro próximo e ainda identificarem de que forma a escola pode contribuir para que esta meta possa ser alcançada. Assim, através de uma pesquisa quantitativa realizada com 347 estudantes do ensino médio, com faixa etária entre 15 e 18 anos, poderemos identificar quais os cursos acadêmicos de nível superior estão no topo dos mais almejados pelos estudantes do ensino médio, bem como de quais as disciplinas do ensino médio mais podem contribuir para esse ingresso planejado. Após uma palestra com os jovens, foi disponibilizado um link de pesquisa que objetiva descobrir os cursos mais desejados e as disciplinas de maior e menor afinidades do alunado e através destes dados poderemos confrontar os componentes necessários para cada área acadêmica e onde cada público precisa focar mais para conseguir resultados satisfatórios e obter o sucesso de seu projeto de vida no que se refere ao universo do ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: acadêmico, futuro, ingresso.

ABSTRACT

It is in youth that most doubts arise, especially those about their future, their academic and professional choices. In this way, the thematic preset is of paramount importance so that data can be collected that allow the analysis of the academic field that students most want to be inserted in the near future and also identify how the school can contribute to this goal being achieved. Thus, through a quantitative survey carried out with 347 high school students, aged between 15 and 18 years old, we will be able to identify which higher education academic courses are at the top of the most sought after by high school students, as well as which high school subjects can contribute most to this planned intake. After a lecture with the young people, a research link was made available that aims to discover the most desired courses and the subjects with greater and less affinities among the students and through this data we will be able to compare the necessary components for each academic area and where each public needs to focus more to achieve satisfactory results and achieve the success of your life project in terms of higher education.

KEYWORDS: academic, future, ticket.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialização em Gestão Escolar pela Faculdade Kurios, FAK. Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA-CE. **E-MAIL:** irlanabalduino@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/114245106777671

² Orientador do Artigo. Pós Doutor em Ciências da Educação. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-MAIL:** cristiano.wc32@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7723981451094769

INTRODUÇÃO

A escola hoje, ainda é o melhor lugar que busca atender a juventude, principalmente no que tange as orientações para a elaboração e realização de seu projeto de vida. Este ambiente é um dos espaços de maior importância na vida do indivíduo e que é capaz de causar o maior impacto em sua transformação e construção do caráter para todas as vivências que obterá nos pós escola.

A matriz curricular das escolas, que aos poucos estão assumindo a oferta do ensino integral, permitindo ao estudante passar o dia inteiro na escola, traz diversos componentes curriculares, como projeto de vida, mundo do trabalho, empreendedorismo e formação para a cidadania, que podem corroborar com o bom desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens, permitindo assim que durante todo o ensino médio, possa se preparar para prestar vestibular e fazer a prova do Enem, por exemplo.

É possível dizer, que mesmo com todo o aparato educacional ofertado atualmente nas escolas, ainda se pode perceber na juventude a falta de protagonismo, determinação e foco, sendo muitas vezes necessário que um adulto, neste caso, quase sempre o professor, seja aquele que oriente que caminho seguir, o que fazer. Segundo Vigotsky, (2001):

Até hoje o aluno tem permanecido nos ombros do professor. Tem visto tudo com os olhos dele e julgado tudo com a mente dele. Já é hora de colocar o aluno sobre as suas próprias pernas, de fazê-lo andar e cair, sofrer dor e contusões e escolher a direção. (VIGOTSKY, 2001, p. 452)

Apoiado neste pensamento, conseguimos dizer que envolver os estudantes em um ambiente escolar ativo, pode contribuir para que ele desperte seu interesse em algo que possa um dia desejar seguir em seu futuro.

Neste contexto, a pesquisa que se apresenta de forma quantitativa, busca-se responder a seguinte problemática: caminho profissional, o que escolher? O objetivo que norteou este processo investigativo foi apresentar as oportunidades acadêmicas aos estudantes, verificar suas primeiras identificações e mapear as escolhas e os componentes curriculares de apoio para esta caminhada de estudos com foco na escolha universitária que mais se adequa aquilo que cada jovem almeja após a conclusão da etapa do ensino médio.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem básica e enfoque de cunho bibliográfica trazendo questões inerentes

O JOVEM E AS ATUAIS OPORTUNIDADES DE INGRESSO ÀS UNIVERSIDADES

Desde 2009, o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) vem se tornando a cada ano, a maior porta para o ingresso de estudantes na universidade de todo o país. Muitas universidades públicas e privadas do Brasil já adotam este exame como vestibular para a oferta de vagas para o ensino superior. Além disso, existe o programa Universidade para Todos – PROUNI, por meio do qual algumas instituições particulares recebem estudantes bolsistas através da nota do Enem e o Sistema de Seleção Unificada – SISU, que desde 2010 seleciona estudantes para universidades estaduais e federais para o ensino superior. Para acrescer mais uma oportunidade de ingresso, há o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) que concede recursos financeiros aos estudantes que desejem se matricular em cursos de nível superior presenciais não gratuitos.

Ainda assim, em 2022, de acordo com os dados do IBGE, o número de jovens que saem do ensino médio e ingressam no nível superior, é menor a cada ano.

Desse modo, ao observarmos os dados apresentados pelo censo da Educação Superior, verificamos que o acesso ao ensino superior no Brasil nos últimos dez anos teve um acréscimo de ofertas de vagas. Como aponta o relatório do INEP (p.08) foram ofertadas em 2017 cerca de 10,7 milhões de vagas em graduação, sendo que dessas 73,3% de vagas novas e 26,6% vagas remanescentes. Este último pode ser avaliado como sendo vagas de evasão, ou de transferências de cursos, entre outros.

Seguindo o relatório do INEP4, a rede privada de ensino ofertou neste mesmo período 92,4% de vagas na Graduação, já a rede pública ofertou 7,6%. Sobre ingressantes em 2017 apontou que 3,2 milhões de estudantes entraram em uma graduação, destes 81,7% são em Instituições privadas.

O que podemos verificar com esses dados é que no Brasil há um domínio da rede privada no Ensino Superior e a educação a distância está tomando espaço nas instituições (privadas e públicas), como podemos encontrar no relatório conforme aponta Corbucci (2014, p.11) que os ingressantes em cursos de graduação a distância em 2007 eram de 15,4%, essa participação é de 1/3 uma década depois. Neste panorama destacamos que no período de 2007-17, cursos de graduação como Tecnólogos teve ingresso de 19,1%, as Licenciaturas de 20,1%, já cursos de Bacharelado teve um patamar de 60,1%. Destacamos aqui, que em uma década, os cursos Tecnólogos teve um acréscimo de 119,4% - o que aponta a intencionalidade desses jovens em fazer curso superior, em um período curto, visando à entrada ao mercado de trabalho.

Nesse sentido, cabe ainda pensar que no processo de permanência em um curso superior, o jovem deixa sua realidade para fora dos muros institucionais, uma vez que a Universidade não busca dialogar com as experiências que ele traz consigo. Ressalte-se, nesse sentido, que vários trabalhos na área da sociologia da educação têm demonstrado que a expectativa que os professores têm deem relação a seus

alunos exerce significativa influência sobre a aprendizagem e sua permanência (BRESSOUX, 2003).

Desse modo, Dayrell (2001, p. 15) afirma:

A sala de aula também é um espaço de encontro, mas com características próprias. É a convivência rotineira de pessoas com trajetórias, culturas, interesses diferentes, que passam a dividir um mesmo território, pelo menos por um ano. Sendo assim, formam-se subgrupos, por afinidades, interesses comuns, etc. É a formação de 'panelinhas', quase sempre identificadas por algum dos estereótipos correntes: a turma da bagunça, os CDF, os mauricinhos.

Cabe dizer que, a escola pode, a sua maneira, criar oportunidades que permitam o engajamento e a descoberta para a inserção de cada um de seus discentes no universo superior de forma qualificada promovendo o sentimento de pertencimento e conexão com sua atividade acadêmica futura, abandonando suas inseguranças e frustrações alimentadas ao longo de sua vida, se permitindo ser um indivíduo capaz de promover-se em sociedade e de seguir uma trajetória profissional de sucesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante esta pesquisa, 14,1% dos estudantes participantes desejam ingressar no curso de Direito (área mais procurada entre os pesquisados), mas 4,3 destes tem muita dificuldade em aprender a disciplina de história e 5,5% tem muita dificuldade em aprender língua portuguesa, e 2,2% destes tem dificuldades em ambos. Sendo estes dois componentes os primordiais e considerados com maior peso (nota) para uma boa nota de ingresso, através dos dados desta pesquisa, já existem uma boa possibilidade de ofertar feedback aos estudantes de por onde podem iniciar para criar um cronograma de preparação para esta área do nível superior. O segundo curso mais procurado pelo público

alvo da pesquisa foi engenharia da computação com 8,9% sendo uma área de afinidade com língua portuguesa, língua inglesa, história e matemática. Deste público, 5,5,% apresenta maior dificuldade em língua portuguesa, 9,5% em língua inglesa, 4,3% em história e 45% em matemática. O terceiro curso mais almejado apresentou empate entre administração e psicologia.

A pesquisa ofertou 37 opções de curso do nível superior para um público de 477 estudantes do ensino médio, dos quais 347 responderam a enquete disponibilizada. O curso com menor procura neste público foi o de licenciatura em química ou em física, com apenas 1,2% de interessados para ambos.

Os dados totais se encontram a disposição da escola e de seu corpo docente para que cada professor possa conhecer o que seus estudantes almejam e consigam melhor contribuir com a realização de seus projetos de futuro e conseqüentemente possa impactar no aprendizado de suas disciplinas no contexto atual como objetivo de segundo plano.

Por fim, a escola e a universidade também podem ser ambientes que podem contribuir com a construção dos projetos de vida e ampliar as possibilidades de escolhas e fortalecer a tomada de decisão dos jovens que ali estão ingressos oportunizando sua formação integral como pessoa humana, cidadãos e profissionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL INEP. **Relatórios**. Disponível em: <http://inep.gov.br/relatorios> acesso em 18 de março de 2023.

BRESSOUX, Pascal. **As pesquisas sobre o efeito-escola e o efeito-professor**. Educação em Revista. Belo Horizonte, n. 38, dez., 2003.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991a.

**ESTOU GRÁVIDA E AGORA?
UMA REFLEXÃO DA MATERNIDADE NA SOCIEDADE CRISTÃ**

**I'M PREGNANT AND NOW?
A REFLECTION ON MOTHERHOOD IN CHRISTIAN SOCIETY**

Andressa Leoni Leandro da Silva Borges ¹

RESUMO

A maternidade na sociedade cristã entende ser um dos atos mais sublimes da condição humana, uma vez que, reflete gerar outra vida dentro de si. No entanto, a futura mãe, a mulher, a esposa, a profissional, o ser humano que se encarrega de escolher esse processo tem de assumir todas as mudanças do corpo sem objeção, e limitar toda a sua vida, para se encaixar no molde social do que se espera 'maternar' na sociedade. Neste artigo, iremos refletir as particularidades do papel imposto pela sociedade patriarcal da maternidade e a sua repercussão para a vida da mulher.

PALAVRAS-CHAVE: Maternidade; Mulher; Patriarcal; Maternar; Cristã.

ABSTRACT

Motherhood in Christian society is understood to be one of the most sublime acts of the human condition, since it reflects generating another life within oneself. However, the future mother, the woman, the wife, the professional, the human being who is charged with choosing this process has to assume all the changes of the body without objection, and limit her entire life, to fit into the social mold of what is expected 'maternity' in society. In this article, we will reflect on the particularities of the role of motherhood and its repercussion for women's lives in this century.

KEYWORDS: Maternity; Woman; Patriarchal; Mothering; Christian

¹ Doutora em Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT). Mestre em Ciência da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Licenciada em Pedagogia. Graduada em Fisioterapia. Especialista em Gestão Escolar e Docência do Ensino Superior. **E-MAIL:** andressa.leoni@iluses.com.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/6474816451636506

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca refletir sobre a visão da sociedade cristã acerca da maternidade e o papel que a mulher de fato deseja nas configurações da atualidade. Conforme o Cristianismo a Maria, mãe de Jesus, é a figura central para caracterizar o feminino. Tornou-se símbolo da maternidade, ao escolher o sacrifício, a passividade e dor. Ou seja, no momento em que Maria se torna mãe, ocorre uma comparação inevitável em transformá-la santa, principalmente pelo fato dela doar a sua vida para aquele que está a gerar no seu ventre.

A Igreja Católica, através da sua influência, desde muitos séculos, acolheu esse padrão de mulher, aquela que carrega consigo a bondade e a possibilidade de conversão e projetou um modelo, ao qual todas as mulheres deveriam se espelhar, ao fixar um discurso social e moral ao culto à mãe de Jesus, e conseqüentemente as mulheres que, possivelmente, distanciassem a esse padrão, eram consideradas pecadoras e ingratas a dádiva de gerar um ser humano.

Segundo Zaíra Ary (2000), a desvalorização da mulher no imaginário católico é resultado de certas interpretações bíblicas. A autora aponta três elementos da Bíblia que a Igreja Católica usa para criar a figura do feminino: a submissão da mulher a Adão por ser criada a partir da sua costela, a responsabilidade dela sobre os sofrimentos masculino e feminino, devido ao pecado original, e o perigo que representa por ser a tentação que pode desviar os homens do caminho espiritual.

Ao longo da história, os homens não foram instruídos a serem pais, mas sim, direcionados a preencher diversos outros papéis, como sacerdotes, guerreiros, reis, políticos e estudiosos. Por essa mesma razão, as mulheres foram ensinadas a serem primariamente esposas e mães, com poucas exceções. A maioria delas dedicava os seus dias às obrigações domésticas e maternas, logo após o casamento, e isso resultou nos casamentos precoces e na alta fecundidade. Era comum que os casais tivessem muitos filhos (as), e o

homem era responsável por garantir a renda da família. (DE ANDRADE RITZ, 2017)

Atualmente, no Brasil, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano 2000, cerca de 14% dos casais brasileiros não tinham filhos, esse percentual elevou para 20% no ano de 2010. Segundo a mesma fonte, em 2010, cerca de 14% das mulheres não planeavam engravidar, um aumento de 4% relativamente a pesquisa anterior, conforme dados do censo demográfico (IBGE, 2012). Contudo, poder escolher não ter filhos sem precisar explicar os motivos ainda é um grande desafio para as mulheres que não desejam ser mães, o que não ocorre quando uma mulher tem um filho, por exemplo. Apesar de haver algumas discussões sobre o tema, a escolha voluntária pela não maternidade ainda é pouco abordada na temática da saúde sexual e reprodutiva no Brasil.

Para os autores Beltrame & Donelli (2012), as mulheres são adaptáveis à medida que as suas preferências respondem às pressões políticas e sociais. Por exemplo, a implementação da mulher no mercado de trabalho e na construção da carreira profissional ocupa um papel primordial na vida dessa mulher moderna, e desse modo, a dualidade entre escolher a maternidade e carreira, uma das motivações do adiamento da maternidade ou a escolha de não ter filhos.

A maternidade como discussão feminista vêm ganhando força com as modificações e avanços trazidos pela industrialização e urbanização na sociedade, além das alterações ocorridas nos cenários familiares, nas relações de gênero, nas expressões de liberdade e de sexualidade e nos desejos individuais da mulher. (SCAVONE, 2001). Em contrapartida, a Igreja Católica instala um mecanismo de controle onde profere um discurso de afirmação, normativo e moralizador sobre as infrações cometidas com e contra o corpo, demonstrando a sua vontade de poder e repressão. (DEL PRIORE, 1989).

Desse modo, a visão da Igreja para a sociedade ocidental, é o que Butler (2008) intitula 'ordem

compulsória' heteronormativa e legitimada, onde se sustenta a ideia que existe somente um único padrão de vida em sociedade, traçada em valores da família nuclear tradicional. Porém, a discussão reflexiva sobre tal temática ainda é um tabu no meio científico e através da reflexão deste artigo, pretendo valorizar e aprofundar mais os pontos de vistas científicos sobre a maternidade e a visão da igreja católica frente as novas tendências do feminismo na sociedade.

Desse modo, é importante ressaltar que, as mulheres enfrentam conflitos relacionados à maternidade constantemente em todo momento histórico na construção da sociedade. Elas devem decidir se adiam a tão sonhada maternidade para se tornarem independentes financeiramente, ou se dedicam integralmente a essa jornada, abandonando a carreira profissional. A exigência de um modelo ideal de maternidade, onde tudo deve ser feito de forma exclusiva, intensa e sob responsabilidade da mulher, faz com que elas se enxerguem com três possibilidades: ser mãe, ser mulher, ser mulher e ser mãe. Contudo, a sociedade não considera todas as opções, e impõe como única escolha a de ser mãe. (BADINTER, 2011; BEAUVOIR, 2016).

Badinter (2011) acredita que a sociedade, embora aceite a existência da mulher-mãe, impõe um alto grau de determinismo biológico. Desta forma, a mulher deve abdicar da sua condição de sujeita, a fim de incorporar o 'ser mãe', tornando-se, assim, o 'ser mulher-mãe'. Porém, mesmo após incorporar o 'ser mãe', ainda é insuficiente para atender às exigências, sendo necessário excluir completamente o 'ser mulher', para que se retorne à exclusividade da maternidade, que deve ser exercida de forma intensiva.

A maternidade atualmente no Brasil tem sido um assunto bastante complexo, pois se vive um momento de profundas mudanças, muitas vezes contraditórias, devido ao grau de influência religiosa, relativamente às relações de gênero e aos direitos das mulheres. O poder da Igreja Católica, que ainda detém

grande influência na cultura brasileira, é extremamente relevante, pois a sua doutrina condena o aborto, a contraceção e o divórcio, restringindo o poder de escolha das mulheres em torno de questões como a maternidade.

DESVENDANDO A EXISTÊNCIA DO MATRIARCADO

Conforme a feminista Silvia Federici, numa entrevista concedida ao blogue guatemalteco Comunitaria Press, afirma que:

O patriarcado é uma instituição muito antiga e não foi universal. Devemos rechaçar essa afirmação que diz que as mulheres sempre foram oprimidas, primeiro porque em muitas comunidades as mulheres tinham poder. Dois mil anos atrás havia formas de matriarcado - eu não posso esclarecer amplamente como se estabelecia um matriarcado, mas é importante compreender que a história foi destruída. (2015)

A construção histórica do matriarcado, remota da pré-história associados à religião, que envolvia a projeção das mulheres e à purificação das suas capacidades reprodutivas. Centrada, principalmente, ao culto a uma deusa da fertilidade, destacado por imagens femininas localizadas em sítios arqueológicos europeus e oeste asiáticos. (BOULOS, 2015; RIBEIRO & ANASTASIA, 2015; VAZ & PANAZZO, 2015). No entanto, vale ressaltar que o conceito de matriarcado é uma criação moderna, que relaciona duas perspectivas empregada pelos *Scholars* do século XIX. (GEORGOUDI, 1990).

O primeiro conceito, designa 'direito materno' (Mutterrecht), em contrapartida, ao direito paterno (Vaterrecht) foi apresentada por Johann Bachofen (1992). De acordo com, o autor, ocorreu um estágio cultural pré-histórico sublinhado pela matrilinearidade que antecedia ao direito do pai, ou seja, o que atualmente intitularíamos de patriarcado. Bachofen

acredita que a presença do matriarcado na História da Antiguidade e o seu Direito Materno é crucial para entender a difusão que ocorreu até a chegada do patriarcalismo na sociedade.

Contudo, ao longo do século XX, esta teoria foi desacreditada devido à falta de comprovações históricas e à inexistência deste tipo de modelo em sociedades consideradas primitivas. A diferença entre o termo ‘matriarcado’ e os demais usados para descrever uma sociedade centrada na mulher, como ‘matrifocal’ ou ‘matricêntrico’, é que se refere a um ‘governo feito pelas mães’, enquanto o patriarcalismo diz respeito a ‘governo feito pelos pais’. Além disso, existe também a reverência ao feminino na criação da vida. (OLIVEIRA, 2005)

Isabel Barreno (1992), reforça e diz que:

O discurso masculino ao longo da História (sendo os únicos que podiam discursar sobre a História, deles próprios e sobre as mulheres), parece ter trazido uma contaminação ideológica profunda em relação a toda a História da humanidade na forma como eram vistas as mulheres, a função materna e o papel das mulheres na sociedade. (p. 28)

Ou seja, a partir do instante em que foi dada aos homens a responsabilidade de estabelecer as práticas e discursos que organizam qualquer sociedade, a leitura e interpretação dos fatos históricos foram influenciados por uma ideologia masculina e patriarcal, resultando na desvalorização sistemática das coisas relacionadas ao universo feminino. O fenômeno da maternidade e da fertilidade seria uma questão de grande relevância nos primórdios da humanidade, pois a existência e o crescimento do grupo dependia da fertilidade das mulheres. Conforme a autora, isso é demonstrado pelas primeiras figuras humanas descritas, de mulheres com características femininas intensas e são consideradas deusas da fertilidade. (BARRENO, 1992)

A arqueóloga Marija Gimbutas (1998) esclarece que:

A Deusa era a Mãe-mais-do-que-humana. Se for usado o termo Grande Mãe, deve ser entendido com a Grande Mãe Universal, cujos poderes se difundem por toda a natureza, por toda a vida humana, por todo o mundo animal, por toda a vegetação. (p.54)

Aproximadamente há 5.000 anos, a Grande Mãe, associada a um Deus masculino, foi deixada de lado com a adoção das religiões monoteístas. O rosto da Deusa, então, ficou escondido. Contudo, a partir dos trabalhos da arqueologia, mitologia, arte, antropologia, ciência e filosofia, fragmentos da religião da Deusa começaram a se juntar e Ela está a voltar. Com isso, também, surgiram novas formas de culto ao divino feminino. Esta Deusa, também era conhecida como ‘Senhora dos dez mil nomes’, foi reverenciada por vários povos antigos, como os da Anatólia, Creta Minóica, Egito, África e Canaã. O seu nome variava de lugar para lugar, mas todos os lugares a identificavam como a fonte criadora, representando a unidade de toda vida na Terra. Infelizmente, o seu culto foi destruído e substituído por deuses guerreiros, até o monopólio de um Deus único. (BRANDÃO, 1991).

De acordo com Ehrenfeld (1992) até os dias contemporâneos, o universo é visto como uma hierarquia de comando na qual o Senhor (Deus) delega ao homem a incumbência de governar as demais criaturas, consideradas menos importantes. Um ótimo exemplo disto é a ‘teoria das finalidades’ que, em uma das suas versões, afirma que o mundo foi projetado por Deus para um determinado propósito: o bem-estar da humanidade. Por isso, o homem teria o papel de agradecer esta concessão e, em contrapartida, assumir o controle do globo, uma responsabilidade que já havia sido exigida com ênfase pelos judeus em tempos remotos.

OS DESAFIOS DA MATERNIDADE

De acordo com Peter Berger (1985), o indivíduo é moldado para se tornar uma pessoa específica e viver num mundo específico. A maternidade é parte desta socialização que, durante muito tempo, limitou o acesso das mulheres a escolas, empregos e cidadania. Mas, felizmente, muitas mulheres conseguiram conquistar esses espaços públicos e não precisaram renunciar a nada. Contudo, ser mãe tem sido, é e será experimentado por muitas mulheres, e entendemos que é necessário para a preservação da humanidade. No entanto, as circunstâncias em que a maternidade ocorre pode direcionar um impacto positivo ou negativo a sociedade.

Apesar disso, a maternidade continua a ser vista dentro do contexto de paternidade, já que o papel das mães está se tornando cada vez mais significativo tanto do ponto de vista psicológico quanto do ideológico, transformando assim a vida das mulheres. Chodorow (1978) realizou uma análise histórica dos últimos dois séculos para entender como homens e mulheres criam os seus filhos e são influenciados. Segundo a autora, a maioria dos casamentos era destinada a ter filhos e as obrigações maternas e paternas duravam desde o início do casamento até a morte de um deles. Normalmente, as mulheres acabavam morrendo durante o parto.

De acordo com Hewlett (2008), antes da era moderna, as mulheres normalmente passavam por 8 gravidezes, com 6 bebês sobrevivendo, mas correndo um risco de 10% de mortalidade no parto. Aproximadamente um quarto dos óbitos femininos entre 15 e 50 anos eram devido a complicações relacionadas ao parto. Aquelas que sobreviviam ao parto muitas vezes eram vítimas de sequelas físicas permanentes. Por trágica que fosse, muitos dos bebês não conseguiam sobreviver, e essa estimativa de que pelo menos duas das crianças morriam antes dos 5 anos era muito comum até o início do século XIX.

No final do século XIX, as mulheres das famílias operárias começaram a desempenhar duas tarefas ao mesmo tempo: trabalhar fora de casa e cuidar dos filhos. Após muita luta, as mulheres começaram a ocupar o espaço público e a ter presença no mercado de trabalho. Com a queda nas taxas de natalidade e a escolarização precoce das crianças, a ideologia da 'mãe moral' ganhou força. Assim, as mulheres deveriam ser educadoras e modelos morais para seus filhos, e alimentadoras e guias morais para seus maridos quando estes regressavam do mundo de trabalho desigual e competitivo.

Estas mudanças causaram grandes modificações nas famílias e principalmente na vida das mulheres. A família passou a ser mais nuclear e o seu papel restringiu-se à esfera pessoal da sociedade, perdendo assim a sua influência educacional e religiosa. As mulheres passaram a ter um papel centrado no cuidado dos filhos e dos homens, desempenhando mais do que a função maternal de preparar a comida e deixar a casa limpa. A união matrimonial mudou também drasticamente, pois os antigos acordos não combinavam com as novas concepções. O casamento por amor se tornou a norma. A satisfação das relações conjugais se tornou essencial para o lar. Apesar da distinção entre homens e mulheres, a percepção social sobre o significado da família e dos filhos foi alterada.

No entanto, no Brasil, é evidente que as desigualdades de gênero estão profundamente arraigadas na sociedade e são difíceis de serem erradicadas. A violência, a opressão e o desrespeito para com as mulheres são fatos comuns no cotidiano e frequentemente noticiados pelos meios de comunicação. A influência patriarcal é um fator determinante nessa realidade, uma vez que a crença de que o homem é o líder e figura-chave da família ainda prevalece, mesmo atualmente. (ARAÚJO, 2005)

Apesar de mudanças no mercado de trabalho e na aceitação da presença feminina em diversas áreas profissionais, muitas mulheres ainda enfrentam obstáculos nas suas carreiras devido a estereótipos de

fragilidade de gênero. Todavia, há leis que garantem direitos às gestantes e às mulheres que deram à luz recentemente, visando mostrar que a responsabilidade do desenvolvimento da gravidez e do puerpério não é apenas da família, mas sim de toda a sociedade. Tais direitos estão presentes desde a década de 40, quando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabeleceu, por exemplo, o direito de afastamento do trabalho para realizar consultas médicas e exames complementares durante a gestação. (BRUSCHINI, 2007; COUTINHO & DIOGO, 2006)

Contudo, atualmente, mesmo com as leis de proteção à mulher durante a gravidez e a licença-maternidade, ainda existe um conflito entre a vida profissional e a decisão de ter um filho. Muitas mulheres enfrentam rescisões contratuais após a licença-maternidade, sendo que em muitos casos, a iniciativa parte da própria mulher devido às dificuldades enfrentadas no retorno ao trabalho. Essas dificuldades incluem o aleitamento materno, a carga horária de trabalho e a falta de opções para cuidados infantis em tempo integral. Muitas mães profissionais se sentem vulneráveis durante o período da licença-maternidade. A maternidade traz muitas responsabilidades, não apenas no momento do nascimento, mas também durante a vida médica, escolar e social do filho, o que precisa ser equilibrado com a carreira profissional. As expectativas sociais e os ideais perfeitos de mãe e profissional podem levar a sentimentos de sofrimento e angústia para as mulheres que enfrentam esse conflito. (MARIE CLAIRE, 2017; RODRIGUES & SAPUCAIA, 2017; LEAL, 2013; CAVALCANTI & BAÍA, 2017)

Lembramos também, que os desafios iniciam deste o início da gestação, com as mudanças que ocorrem no corpo da mulher e que vão além do aspecto físico. Elas também afetam questões psicológicas e sociais, o que influencia diretamente a sua saúde mental, individualmente e nas relações. É comum que as gestantes experimentem algum nível de estresse devido à combinação dessas condições, que podem ser

potencialmente estressantes. Durante o período da gravidez, é comum ocorrerem sinais e sintomas de estresse devido às emoções intensas que emergem, tornando as gestantes mais suscetíveis a distúrbios emocionais. (PICCININI et al., 2008; RAPHAEL-LEFF (2000),

A gravidez é o evento que marca a transição para a maternidade e onde ocorrem as maiores mudanças na vida pessoal, nos relacionamentos, na família, na carreira e na esfera social. Outros fatores relacionados à gravidez, inevitáveis para compreender como a mulher grávida vivencia essa transição e que afetam significativamente o significado que esse evento terá para a futura mãe, são o planejamento e o desejo da gravidez. Associada a essa dimensão está também a dificuldade em engravidar, que intensifica o desejo de gravidez e o seu planejamento, conferindo uma dinâmica emocional única à experiência de estar grávida nessas condições. Além disso, é importante considerar a presença de complicações médicas relacionadas à gravidez, o que também afetará a vivência dessa experiência, envolvendo um nível aumentado de ansiedade, mas também uma antecipação e uma intensificação de várias preocupações (como o bem-estar do bebê) que, embora sejam comuns a todas as gravidezes, adquirem um significado e uma dinâmica emocional específicos nesses casos. (MEIRELES & COSTA, 2005).

Desse modo, destaque-se que os desafios enfrentados pela mulher, escolhendo a maternidade numa sociedade cristã patriarcal assume inúmeras dificuldades e pouco acolhimento, apesar de ser considerado um ato divino, gerar outro ser humano, ainda há muitas reflexões e lutas que precisam ser vencidas para tornar esse processo mais respeitável em todas as esferas da vida da futura mãe, mulher e cidadã. Além disso, na gestação é um momento crítico em termos de intervenção, pois a natureza da crise de desenvolvimento torna esta mulher especialmente aberta à mudança, reorganização e transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, a representação do feminino tem sido ambígua. Os relatos escritos pelos homens, sendo os que geralmente passam para a posteridade, revelam uma dualidade de sentimentos e opiniões relativamente às mulheres. Por um lado, expressam amor e admiração, enquanto, por outro lado, mostram ódio e repulsa. O olhar masculino atribui diferentes imagens às mulheres, retratando-as como seres frágeis, vítimas e santas em certos momentos, e como mulheres fortes, perigosas e pecadoras em outros. Essas características resultaram em dois papéis impostos às mulheres: o de Eva, usado para difamar a imagem feminina, e o de Maria, uma santa mãe zelosa e obediente, que é considerada o modelo a ser seguido por todas as mulheres honradas. (DELUMEAU, 2009)

Contudo, durante milênios, a mulher foi associada às forças da natureza devido à sua capacidade de fertilidade e papel na reprodução da espécie, o que despertava medo nos homens devido a eventos inexplicáveis, como a maternidade. Esse medo do desconhecido levou os homens a manterem controle sobre as mulheres, buscando afirmar a sua superioridade sobre elas. Na Idade Média ocidental, a mulher passou a ser associada ao demônio, remetendo à descendência de Eva, símbolo do pecado e tentação.

No entanto, também houve um fortalecimento do culto à Virgem Maria durante a Idade Média, destacando as suas qualidades. A partir do final do século XI, os religiosos buscaram transformar essa figura diabólica numa fonte do bem. No entanto, a imagem das descendentes de Eva como pecadoras e sedutoras ainda prevalecia nesse período. O culto à Virgem Maria ganhou destaque a partir do século XII, representando o ideal de uma mulher pura, assexuada e capaz de conceber sem pecar. Esse ideal deveria ser seguido pelas outras mulheres, deixando de lado a herança deixada por Eva, que carregava o castigo na sua sexualidade. (VASCONCELOS, 2005).

Somente no século XVIII, a mulher começou a ser reconhecida como a 'guardiã da infância'. No entanto, esse reconhecimento enfrentou várias barreiras, pois era difícil convencer a sociedade de que as mulheres, que eram consideradas perigosas, poderiam ser responsáveis pelo cuidado das crianças. A imagem da mulher demoníaca foi substituída pela imagem de Maria. Anteriormente vista como imperfeita nas suas responsabilidades, a mulher passou a desempenhar um papel adequado às funções designadas por Deus, como o papel de ser uma boa mãe e esposa. (MÉRGAR, 2006).

Contudo, a naturalização da procriação como uma função intrínseca à identidade das mulheres tem efeitos contraditórios na alocação delas dentro da estrutura patriarcal. Negar a maternidade não é uma opção legítima. Embora a maternidade seja valorizada e vista como sagrada, as mulheres que são mães não são elevadas à condição de sujeito. Enquanto a capacidade de procriação é enaltecida como um privilégio das mulheres, também carrega o peso de um destino, uma inevitabilidade que define as mulheres como a verdadeira representação feminina (SWAIN, 2001). A distinção da maternidade como um atributo que confere legitimidade à mulher resulta em efeitos de distinção dentro do próprio gênero, onde aquelas que são mães se destacam das outras e são responsáveis por lidar com essa função de forma solitária.

Todavia, é importante reconhecer que, mesmo para aquelas mulheres que nunca foram mães, a maternidade como instituição faz parte da constituição da sua subjetividade. A maternidade é uma instituição que precede a nossa existência e para a qual a sociedade nos molda. Mesmo quando negamos a maternidade, ela permanece estranhamente próxima, ao mesmo tempo, em que impõe uma hierarquia entre as mulheres: não ser mãe é estar à margem de um conjunto de responsabilidades, preocupações, prazeres e compromissos que essa experiência implica.

Nesse sentido, os corpos femininos são socialmente percebidos como potenciais mães, mesmo

quando não desejam a maternidade. É uma posição paradoxal: mesmo ao rejeitar a maternidade, as mulheres continuam a ser definidas por ela, ou pela sua ausência. Desse modo, é essencial destacar os efeitos prejudiciais e simplificadores resultantes da naturalização da maternidade como uma instituição obrigatória e hierarquizante para as mulheres.

Sendo assim, a instituição da maternidade se solidifica como parte essencial do modelo patriarcal moderno colonial cristão, e é sustentada não apenas por meio de iniciativas repressoras e violentas, como a criminalização do aborto e da contracepção, controle estatal da natalidade, punição simbólica e física de mulheres inférteis, casamentos forçados e violência sexual. Ela também é sustentada por discursos de poder que valorizam, centralizam, reduzem e hierarquizam as mulheres com base na sua conformidade com o modelo ideal de maternidade, apresentado como uma possibilidade de redenção, abnegação e incondicionalidade.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicologia Clínica Online**, vol. 17, n.2, p.41-52. Rio de Janeiro, 2005.
- ARY, Zaíra. **Masculino e feminino no imaginário católico: da Ação Católica à Teologia da Libertação**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2000.
- BACHOFEN, Johann Jakob. **Myth, religion, and mother right: selected writings of JJ Bachofen**. Princeton University Press, 1992.
- BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. Trad. Vera Lúcia dos Reis. – Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BARRENO, Isabel. Maternidade: mitos e realidades. **Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Maternidade: Mitos e Realidades, Actas do Seminário, Coleção Cadernos Condição Feminina**, v. 36, p. 23-36, 1992.
- BELTRAME, Greyce Rocha; DONELLI, Tagma Marina Schneider. Maternidade e carreira: desafio os frente à conciliação de papéis. **Aletheia**, n. 38-39, 2012.
- BERGER, Peter L. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. Tradução Jose Carlos Barcellos. 3. ed. São Paulo: Paulus, 1985. (Coleção Sociologia e Religião).
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Vol. 1, 3.ª Ed. Trad. Sérgio Millet. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BOULOS, Alfredo. **História, Sociedade e Cidadania**, 6.º Ano. FTD, 2015.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 2.ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BRANDÃO, Junito. **Dicionário mítico-etmológico da mitologia grega**. Vol. I, Petrópolis, R.J: Vozes, 1991.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 537-572, 2007.
- CAVALCANTI, N. C. S. B.; BAÍA, Deylane Corrêa Pantoja. Ser mãe no mundo do trabalho: notas sobre os desafios da reinserção de mulheres no mercado de trabalho após a experiência de maternidade. 13.º **Mundo de Mulheres**, 11.º Fazendo Gênero: transformações, conexões, deslocamentos, 2017.
- CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da Maternidade. Uma crítica a Freud a partir da mulher**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1978. Título original: The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender.
- DE ANDRADE RITZ, Cláudia Danielle. Maternidade além do ventre. **Annales Faje**, v. 2, n. 4, p. 53-64, 2017.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada**. Editora Companhia das Letras, 2009.
- DEL PRIORE, Mary. O corpo feminino e o Amor: um olhar. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). **Amor e Família no Brasil**. - São Paulo: Contexto, 1989.
- DIOGO, Maria Fernanda; COUTINHO, Maria Chalfin. A dialética da inclusão/exclusão e o trabalho feminino. **Interações**, v. 11, n. 21, p. 121-142, 2006.
- EHRENFELD, David. **The business of conservation**. Conservation Biology, p. 1-3, 1992.
- FEDERICI, Silvia. Entrevista a Gladys Tzul Tzul. El patriarcado del salario. Comunitaria Press, (21 de abril de 2015).
- GEORGOUDI, Stella. Bachofen, o matriarcado e a antiguidade: reflexões sobre a criação de um mito.

DUBY, Georges & PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**, v. 1, p. 569-590, 1990.

GIMBUTAS, Marija. A Vênus monstruosa da Pré-história: criadora divina. In. CAMPBELL, Joseph. **Todos os nomes da Deusa**. Rosa dos Tempos, 1997, p.35-67.

HEWLETT, Sylvia Ann. **Maternidade tardia: mulheres profissionais em busca da realização plena**. São Paulo: Novo Século, 2008.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Resultados gerais da amostra. [S.l.]: IBGE Rio de Janeiro.

LEAL, Cláudia Luiz. **Maternidade distanciada: vivências de mães sobre o ajuste entre maternidade e profissão, da gestação ao retorno ao trabalho**. 2013.

MERGÁR, Arion. **A representação social do gênero feminino nos autos criminais na Província do Espírito Santo (1853-1870)**. 2014. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)—Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2006. Disponível em: portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_3402_Arion_Mergár. Pdf

MARIE CLAIRE. (2017) “48% das mulheres são demitidas após a licença maternidade”. Revista Marie Clarie. (05 de set 2017).

MEIRELES, Ana; COSTA, Maria Emília. A experiência da gravidez: O corpo grávido, a relação com a mãe, a percepção de mudança e a relação com o bebê. **Psicologia**, v. 18, n. 2, p. 75-98, 2004.

OLIVEIRA, Rosalira. Em nome da Mãe: o arquétipo da Deusa e sua manifestação nos dias atuais. **Revista Ártemis**, v. 3, 2005.

RODRIGUES, C.; SAPUCAIA, M. “Proteção à maternidade: uma reflexão sobre apaziguamento e sedimentação das desigualdades entre homens e mulheres”. **Revista da ABET**. Vol. 15, N. 1, 2016.

RAPHAEL-LEFF, J. **Introduction: Technical issues in perinatal therapy**. Spilt milk’perinatal loss & breakdown, p. 7-16, 2000.

RIBEIRO, Vanise Maria; ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Piatã: história**: 7.º ano. Curitiba: **Positivo**, 2015.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**. - Campinas, n.16, p.137-150, 2001.

SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas femininas. **História: Questões & Debates**, v. 34, n. 1, 2001.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. Visões sobre as mulheres na sociedade ocidental. **Revista ártemis**, v. 3, 2005.

VAZ, Maria Luísa; PANAZZO, Silvia. **Jornadas. hist: História**, 6.º Ano. 2015.

ISSN 2595-8704

The background of the entire page is a dark blue gradient. On the right side, there are two faint silhouettes: one of a person sitting and reading a book, and another of a person standing in a suit. The main logo is centered in the lower half of the page.

excellence
REVISTA CIENTÍFICA

Revista Científica Excellence | Periódico Multidisciplinar - Trimestral.

CNPJ: 31.655.465/0001-04

Endereço de correspondência:

Rodovia do Sol. Nº100, Km 28. Ed.Praia do Sol. Bairro Recanto da Sereia. Guarapari. E.S.

CEP: 29.227-100

E-mail: revista@excellenceeduc.com | Site: www.excellenceeduc.com